

LACUNAS DE DESIGUALDADE SOCIODEMOGRÁFICA NA REGIÃO AMAZÔNICA

Apoio à elaboração e implementação
da Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica



NAÇÕES UNIDAS

CEPAL



OTCA

Organização do Tratado
de Cooperação Amazônica



ABC
AGÊNCIA
BRASILEIRA DE
COOPERAÇÃO

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

MINISTÉRIO DAS
RELAÇÕES
EXTERIORES



GOVERNO FEDERAL

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Lacunas de desigualdade sociodemográfica na Região Amazônica

Apoio à elaboração e implementação da Agenda Estratégica
de Cooperação Amazônica



NAÇÕES UNIDAS

CEPAL



OTCA

Organização do Tratado
de Cooperação Amazônica



ABC
AGÊNCIA
BRASILEIRA DE
COOPERAÇÃO

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

MINISTÉRIO DAS
RELAÇÕES
EXTERIORES



GOVERNO FEDERAL

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

**Secretaria Permanente
da Organização do Tratado
de Cooperação Amazônica**

María Alexandra Moreira López
Secretária-Geral

Carlos Alfredo Lazary Teixeira
Diretor Executivo

Carlos Armando Salinas Montes
Diretor Administrativo

SEPN 510, Bloco A, 3º andar
Asa Norte, Brasília - DF
CEP: 70750-521 Brasil
Tel. (+55 61) 3248-4119
www.otca.org

**Agência Brasileira de Cooperação
(ABC) do Ministério das Relações
Exteriores do Brasil**

Mauro Luiz Iecker Vieira
Ministro de Estado

Maria Laura da Rocha
Secretária-Geral de Relações Exteriores

Ruy Pereira
Diretor da ABC

Maria Luiza Ribeiro Lopes
Diretora Adjunta da ABC

SAF/Sul Quadra 2, Lote 2, Bloco B, 4º piso -
Edifício Via Office, Brasília - DF CEP 70070-600
Tel: (+55 61) 2030-9360
www.abc.gov.br

**Comissão Econômica
para A América Latina
e o Caribe (Cepal)**

José Manuel Salazar-Xirinachs
Secretário Executivo

Simone Cecchini
Diretor do Centro Latino-Americano
e Caribenho de Demografia (CELADE)-Divisão
de População da CEPAL

Av. Dag Hammarskjöld 3477
Vitacura, Santiago
Tel. (+562) 2471 2000
www.cepal.org

Este documento foi elaborado por María Marta Santillán Pizarro, consultora da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), sob a supervisão de Fabiana Del Popolo, Chefe da Área de Demografia e Informação Populacional do Centro Latino-Americano e Caribenho de Demografia (CELADE)-Divisão de População da CEPAL. A coordenação das atividades ficou a cargo de Alejandra Silva, pesquisadora do CELADE, o processamento das informações ficou a cargo da consultora Alexandra Martínez e a elaboração dos mapas temáticos ficou a cargo do consultor Ernesto Espinoza. Agradecemos as valiosas contribuições recebidas de Simone Cecchini, Diretora do CELADE, e Jorge Rodríguez, pesquisador da mesma Divisão, bem como de Alexandra Moreira, Secretária-Geral da OTCA, e de sua equipe técnica composta pelos especialistas Margarita Medina, Claudia Colomo e Stephan Von Borries. Agradecemos também a Cecília Malaguti do Prado e Mariana Falcão Dias, da ABC, por sua colaboração. A edição foi realizada por María Eugenia Corvalán, consultora da Secretaria Permanente da OTCA (SP/OTCA).

O estudo faz parte do Programa Executivo acordado entre a República Federativa do Brasil e a OTCA, no âmbito do projeto "Apoio ao Desenvolvimento e Implementação da Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica (AECA)", implementado em colaboração com a SP/OTCA e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Essa iniciativa recebeu apoio técnico graças ao Acordo de Cooperação assinado entre a CEPAL e a SP/OTCA sob o título "Apoio à identificação de lacunas de desigualdade sociodemográfica na Região Amazônica: proposta de indicadores para sua visibilidade".

As informações apresentadas neste documento são apenas para fins informativos e não refletem necessariamente a opinião da OTCA e da ABC. As informações fornecidas baseiam-se em fontes consideradas confiáveis, mas sua precisão, integridade ou atualidade não são garantidas. Todas as opiniões expressas neste documento são de responsabilidade exclusiva das autoras.

As designações e informações utilizadas neste estudo, bem como a forma como são representados os dados e mapas contendo informações geográficas dos países membros da OTCA, não constituem um julgamento sobre quaisquer divergências sobre limites ou direitos territoriais que possam existir em cada país ou entre as partes, nem essas informações podem ser interpretadas ou invocadas para alegar aceitação ou renúncia, afirmação ou modificação, direta ou indireta, expressa ou tácita, das posições e interpretações que cada parte possui sobre esses assuntos. No caso da República Bolivariana da Venezuela, foram considerados os dados relacionados ao Braço Casiquiare e ao Rio Negro, correspondentes à Amazônia venezuelana.

As Nações Unidas e os países que representam não são responsáveis pelo conteúdo de links a sites externos incluídos nesta publicação.

As opiniões expressadas neste documento, que não foi submetido a revisão editorial, são de exclusiva responsabilidade das autoras e podem não coincidir com as das Nações Unidas ou as dos países que representam.

Os limites e nomes que figuram nos mapas incluídos neste documento não implicam seu apoio ou aceitação oficial pelas Nações Unidas.

Publicação das Nações Unidas

LC/TS.2024/43

Distribuição: L

Copyright © Nações Unidas, 2024, Copyright © OTCA, 2024

Todos os direitos reservados

Impresso nas Nações Unidas, Santiago

S.2400622[pt]

Esta publicação deve ser citada como: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe/Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (CEPAL/OTCA), "Lacunas de desigualdade socioeconômica na Região Amazônica: apoio à elaboração e implementação da Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica", Documentos de Projetos (LC/TS.2024/43), Santiago, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 2024.

A permissão para reproduzir este trabalho, no todo ou em parte, deve ser solicitada à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Divisão de Documentos e Publicações, publicaciones.cepal@un.org, e à Secretaria Permanente da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (SP/OTCA), secretaria.permanente@otca.org. A OTCA e os Estados Membros das Nações Unidas e suas instituições governamentais podem reproduzir este trabalho sem permissão prévia. Solicita-se apenas que citem a fonte e informem a CEPAL sobre essa reprodução.

Índice

Prólogo	11
Apresentação	15
Sumário Executivo	17
A. Igualdade na Amazônia: um objetivo prioritário compartilhado pelos países membros da OTCA.....	18
B. Síntese das principais conclusões do estudo	19
C. Principais diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia	20
Introdução	23
A. Acesso à Cooperação Internacional	25
B. A Região Amazônica.....	25
C. Cooperação Amazônica e Desenvolvimento Sustentável.....	27
D. Considerações conceituais e metodológicas da proposta de indicador	29
E. Principais conclusões do documento. A importância de ler os dados além das médias nacionais.....	31
I. Principais Resultados	33
A. Demografia	33
1. Distribuição territorial.....	33
2. Urbanização.....	34
3. Diversidade étnico-racial	37
B. Fecundidade e mortalidade	44
1. Fecundidade.....	44
2. Mortalidade infantil	46
C. Pobreza	47
1. Pobreza de renda.....	47
2. Necessidades Básicas Insatisfeitas (NBI)	50
D. Mercado de trabalho	52
1. Acesso ao mercado de trabalho	52
2. Qualidade no emprego	53
E. Proteção de crianças e adolescentes.....	56
1. Trabalho infantil.....	56
2. Uniões precoces.....	59
3. Maternidade na adolescência	62

F.	Educação.....	64
1.	Alfabetização	64
2.	Nível educacional alcançado	65
G.	Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs)	66
1.	Acesso à internet em casa.....	66
H.	Condições habitacionais.....	68
1.	Sobrelotação	69
2.	Acesso a água potável	71
3.	Saneamento	74
4.	Serviços de eletricidade	76
II.	Conclusões e recomendações	79
A.	Lacunas sociodemográficas.....	79
B.	“Não deixar ninguém para trás” na Região Amazônica	81
C.	Políticas públicas estratégicas para a Amazônia.....	82
D.	Diretrizes para o desenvolvimento sustentável.....	83
E.	Cooperação para o desenvolvimento.....	86
	Bibliografia	87
	Anexos.....	91
	Anexo A1	92
	Anexo A2	97
	Anexo A3	107
	Anexo A4	114
	Anexo A5	117
	Cuadros	
Quadro 1	Lacunas de desigualdade sociodemográfica entre a Região Amazônica e a Região Não-Amazônica (Síntese)	19
Quadro 2	Diretrizes de políticas públicas para superar a desigualdade na Amazônia	21
Quadro 3	Amazônia: número de habitantes, proporção da população em relação ao total da Região Amazônica e proporção da população em relação ao total de cada país, ano 2019	33
Quadro 4	Região amazônica: população de acordo com o status étnico-racial, em números absolutos, 2010-2019.....	38
Quadro 5	Municípios amazônicos: distribuição por número de pessoas pertencentes a povos indígenas e sua participação na população total, 2010-2019.....	40
Quadro 6	Municípios amazônicos: distribuição de acordo com o número de pessoas afrodescendentes e a proporção que representam na população total, 2010-2019.....	42
Quadro A1.1	Indicadores sociodemográficos analisados na Região Amazônica	94
Quadro A2.1	Divisões Administrativas Menores (DAME) que fazem parte da área de estudo da Região Amazônica, por país.....	97
Quadro A3.1	Indicadores para a identificação de lacunas de desigualdade sociodemográfica na região amazônica.....	111
Quadro A3.2	Países amazônicos: censos e pesquisas usados no projeto	113
Quadro A4.1	países amazônicos: composição dos municípios por tamanho e proporção da população indígena, 2010-2018.....	114
Quadro A4.2	Países amazônicos: composição dos municípios por tamanho e proporção da população indígena, 2010-2018.....	115
Quadro A5.1	Região Amazônica: Divisões administrativas menores com 700.000 habitantes ou mais, por país, 2010-2018.....	117

Quadro A5.2	Região Amazônica: Divisões administrativas menores com urbanização de 77,2% e mais, por país, 2010-2018	117
Quadro A5.3	Divisões administrativas menores com 20.000 ou mais de pessoas pertencentes a Povos Indígenas	121
Quadro A5.4	Divisões administrativas menores com 50% ou mais de pessoas pertencentes a Povos Indígenas	122
Quadro A5.5	Divisões administrativas menores com 20.000 ou mais pessoas afrodescendentes.....	127
Quadro A5.6	Divisões administrativas menores com 60% ou mais de afrodescendentes	129
Quadro A5.7	Divisões administrativas menores com 97,7% ou mais de pessoas com pelo menos uma NBI	134
Quadro A5.8	Divisões Administrativas Menores com 66,7% ou mais de autônomos	137
Quadro A5.9	Divisões Administrativas Menores com 23% ou mais de crianças envolvidas em trabalho infantil	140
Quadro A5.10	Divisões Administrativas Menores com 31,2% ou mais de adolescentes entre 15 e 19 anos, casados ou em união de fato	141
Quadro A5.11	Divisões Administrativas Menores com 31,2% ou mais de adolescentes entre 15 e 19 anos que são mães	142
Quadro A5.12	Divisões Administrativas Menores com 80,1% ou mais de pessoas em situação de sobrelotação	143
Quadro A5.13	Divisões Administrativas Menores (DAME) com 20% ou menos da população com acesso a água potável	144
Quadro A5.14	Divisões Administrativas Menores com 20% ou menos da população com acesso a saneamento melhorado	145
Quadro A5.15	Divisões Administrativas Menores com 20% ou menos da população com acesso à eletricidade	151

Gráficos

Gráfico 1	Amazônia: número de habitantes e seu peso relativo em relação ao total da Região Amazônica e ao total de cada país.....	34
Gráfico 2	Países amazônicos: proporção da população urbana, total do país, Região Amazônica e resto do país, 2010-2019	35
Gráfico 3	Países amazônicos: proporção da população indígena e afrodescendente, Região Amazônica e resto do país, 2010-2019.....	38
Gráfico 4	Região amazônica: distribuição das populações indígenas, afrodescendentes e outras por área de residência, 2010-2019	39
Gráfico 5	Países amazônicos: taxa de fecundidade total, país total, Região Amazônica e resto do país, 2010-2018.....	45
Gráfico 6	Região Amazônica: taxa de fecundidade total, por etnia, 2010-2018	45
Gráfico 7	Países amazônicos: taxa de mortalidade infantil, total do país, Região Amazônica e resto do país, 2010-2018	46
Gráfico 8	Região Amazônica: taxa de mortalidade infantil por condição étnica, 2010-2018.....	47
Gráfico 9	Países amazônicos: proporção da população em situação de pobreza e extrema pobreza, total do país, Região Amazônica e resto do país, 2016-2020.....	48
Gráfico 10	Região amazônica: proporção da população que vive na pobreza, por status étnico-racial e área de residência, 2016-2020.....	48
Gráfico 11	Região amazônica: proporção da população vivendo em extrema pobreza, por status étnico-racial e área de residência, 2016-2020.....	49
Gráfico 12	Países amazônicos: proporção da população com pelo menos uma necessidade básica insatisfeita, total do país, Região Amazônica e resto do país, 2010-2018	50

Gráfico 13	Região Amazônica: proporção da população com necessidades básicas não atendidas, por etnia e área de residência, 2010-2018.....	51
Gráfico 14	Países amazônicos: taxa de participação econômica por sexo, Amazônia e resto do país, 2010-2018.....	52
Gráfico 15	Países amazônicos: taxa de desemprego por sexo, Amazônia e resto do país, 2010-2018.....	53
Gráfico 16	Países amazônicos: participação do emprego informal, por gênero, Região Amazônica e resto do país, 2016-2020.....	54
Gráfico 17	Países da Amazônia: proporção de trabalhadores autônomos, por sexo, Região Amazônica e resto do país, 2016-2020.....	54
Gráfico 18	Países amazônicos: porcentagem de pessoas empregadas que contribuem para um sistema previdenciário, por sexo, Região Amazônica e resto do país, 2016-2020.....	56
Gráfico 19	Países amazônicos: proporção de crianças e adolescentes entre 10 e 17 anos que realizam trabalho infantil e/ou doméstico, Região Amazônica e resto do país, 2010-2018.....	57
Gráfico 20	Países amazônicos: proporção de crianças em trabalho infantil e/ou doméstico, por faixa etária, Região amazônica e resto do país, por país, 2010-2018.....	57
Gráfico 21	Região amazônica: proporção de crianças envolvidas em trabalho infantil e/ou trabalho doméstico, por sexo e etnia. Região amazônica e resto do país, por país, 2010-2018.....	58
Gráfico 22	Países amazônicos: proporção de adolescentes entre 15 e 19 anos, casados ou em união de fato, total do país, Região Amazônica e resto do país, 2010-2020.....	60
Gráfico 23	Região Amazônica: proporção de adolescentes de 15 a 19 anos, casados ou em união por etnia, 2010-2020.....	60
Gráfico 24	Países amazônicos: proporção de meninas adolescentes de 15 a 19 anos que são mães, total do país, Região Amazônica e resto do país, 2010-2020.....	62
Gráfico 25	Região amazônica: proporção de adolescentes entre 15 e 19 anos que são mães segundo condição étnico-racial, 2010-2018.....	63
Gráfico 26	Países amazônicos: taxa de alfabetização por sexo, país total, região amazônica e resto do país, 2010-2019.....	64
Gráfico 27	Região amazônica: taxa de alfabetização por gênero e etnia, 2010-2019.....	65
Gráfico 28	Países amazônicos: proporção da população com 15 anos ou mais que concluiu o ensino fundamental, por sexo, Região amazônica e resto do país, 2010-2019.....	65
Gráfico 29	Região Amazônica: proporção da população com 15 anos ou mais que concluiu o ensino fundamental, por sexo e etnia, 2010-2019.....	66
Gráfico 30	Países amazônicos: porcentagem da população com acesso à Internet em casa, Região amazônica e resto do país, 2010-2020.....	67
Gráfico 31	Região Amazônica: proporção da população com acesso domiciliar à Internet por área de residência, 2010-2020.....	67
Gráfico 32	Região Amazônica: proporção da população com acesso à Internet em casa por status étnico-racial, 2012-2020.....	68
Gráfico 33	Países amazônicos: proporção da população vivendo em condições de sobrelotação, Região Amazônica e resto do país, 2010-2018.....	69
Gráfico 34	Região Amazônica: proporção da população sobrelotada por área de residência, 2010-2018.....	70
Gráfico 35	Região Amazônica: proporção da população com sobrelotação por condição étnico-racial, 2010-2018.....	70
Gráfico 36	Países amazônicos: proporção da população com acesso a água potável em casa, total do país, região amazônica e resto do país, 2010-2018.....	72

Gráfico 37	Região amazônica: proporção da população com acesso a água potável em casa por área de residência, 2010-2018	72
Gráfico 38	Região Amazônica: proporção da população com acesso à água potável por condição étnico-racial, 2010-2018.....	73
Gráfico 39	Países Amazônicos: proporção da população que usa instalações sanitárias melhoradas, Região Amazônica e resto do país, 2010-2018.....	74
Gráfico 40	Região Amazônica: proporção da população com acesso a saneamento no domicílio por área de residência, 2010-2018	75
Gráfico 41	Região Amazônica: proporção da população com acesso a saneamento por status étnico-racial, 2010-2018.....	75
Gráfico 42	Países amazônicos: proporção da população com acesso à eletricidade em casa, Região amazônica e resto do país, 2010-2018	77
Gráfico 43	Região amazônica: proporção da população com acesso à eletricidade em casa por área de residência, 2010-2018	77
Gráfico 44	Região amazônica: proporção da população com acesso à eletricidade por status étnico-racial, 2010-2018.....	78

Boxe

Boxe 1	Disponibilização de informações para tomada de decisão no Observatório Regional Amazônico (ORA) da OTCA.....	24
--------	--	----

Mapas

Mapa 1	Delimitação geral da Região Amazônica.....	26
Mapa 2	Região Amazônica: população total de acordo com as Divisões Administrativas Menores (DAME), 2010-2019	36
Mapa 3	Região amazônica: níveis de urbanização por Divisões Administrativas Menores (DAME), 2010-2019	37
Mapa 4	Região Amazônica: população indígena total de acordo com as Divisões Administrativas Menores (DAME), 2010-2019	41
Mapa 5	Região Amazônica: proporção da população pertencente a povos indígenas por Divisões Administrativas Menores (DAME), 2010-2019	42
Mapa 6	Região Amazônica: população total de afrodescendentes de acordo com as Divisões Administrativas Menores (DAME), 2010-2019.....	43
Mapa 7	Região Amazônica: proporção da população total de afrodescendentes de acordo com as Divisões Administrativas Menores (DAME), 2010-2019	44
Mapa 8	Região Amazônica: proporção da população com pelo menos uma necessidade básica não atendida, de acordo com as Divisões Administrativas Menores (DAME), 2010-2018.....	51
Mapa 9	Região Amazônica: proporção de pessoas que trabalham como autônomos, por Divisões Administrativas Menores (DAME), 2010-2019	55
Mapa 10	Região Amazônica: proporção de crianças envolvidas em trabalho infantil por Divisão Administrativa Menor (DAME), 2010-2019.....	59
Mapa 11	Região Amazônica: proporção de adolescentes entre 15 e 19 anos, casados ou em união de fato, de acordo com as Divisões Administrativas Menores (DAME), 2010-2018.....	61
Mapa 12	Região Amazônica: proporção de adolescentes entre 15 e 19 anos que são mães, de acordo com as Divisões Administrativas Menores (DAME), 2010-2018.....	63

Mapa 13	Região Amazônica: proporção da população em moradias sobrelotadas, de acordo com as Divisões Administrativas Menores (DAME), 2010-2018.....	71
Mapa 14	Região amazônica: proporção da população com acesso a água potável canalizada dentro da residência, por Divisão Administrativa Menor (DAME), 2010-2018	73
Mapa 15	Região Amazônica: proporção da população que usa instalações sanitárias melhoradas, por Divisão Administrativa Menor (DAME), 2010-2018	76
Mapa 16	Região Amazônica: proporção da população com acesso à eletricidade, por Divisão Administrativa Menor (DAME), 2010-2018.....	78

Siglas e Abreviações

AECA	Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica
AOD	Assistência Oficial ao Desenvolvimento
BADEHOG	Banco de Dados de Pesquisas Domiciliares. Projeto CEPAL
CELADE	Centro Latino-Americano e Caribenho de Demografia - Divisão de População da CEPAL
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CM	Consenso de Montevideu sobre População e Desenvolvimento
DAM	Divisão Administrativa Maior
DAME	Divisão Administrativa Menor
ODS	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
PM	Países Membros
TCA	Tratado de Cooperação Amazônica
TdR	Termos de Referência

Prólogo

A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) é uma instituição intergovernamental única no mundo. É um espaço de convergência e diálogo político sobre a Amazônia constituído por oito países: Bolívia (Estado Plurinacional da), Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela (República Bolivariana da). Seu trabalho de cooperação foi reforçado nos últimos anos mediante ações para a implementação de projetos, programas e outras iniciativas em benefício da Amazônia, que se sustenta em um trabalho realizado com uma visão holística regional¹.

A Amazônia é o ecossistema com a maior diversidade biológica do mundo. Abriga a maior e mais contínua floresta tropical do planeta cuja função de sequestro e armazenamento de carbono é essencial para a vida. A Bacia Amazônica é a mais extensa do planeta e oferece a maior contribuição de água doce do mundo. Por sua vez, a Amazônia abriga mais de 50 milhões de pessoas e 420 povos indígenas, cujos saberes e conhecimentos tradicionais constituem um acervo cultural de incalculável valor para o mundo.

Os oito países membros da OTCA uniram seus esforços e capacidades institucionais desde 1978, através da assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica, com o objetivo primordial de “promover o desenvolvimento harmônico de seus respectivos territórios amazônicos, de modo que essas ações conjuntas produzem resultados equitativos e mutuamente proveitosos, assim como para a preservação do meio ambiente e a conservação e utilização racional dos recursos naturais desses territórios”.²

Com tais propósitos, a OTCA atua alinhada com o enfoque de desenvolvimento sustentável, tratando de maneira primordial os pilares social, econômico e ambiental. É um fórum permanente de cooperação, orientado pelo princípio de redução de assimetrias regionais entre os países membros, que busca de maneira prioritária a incorporação dos territórios amazônicos às respectivas economias nacionais para promover o desenvolvimento sustentável e o bem-estar das populações locais na Região Amazônica.

¹ S. Ramírez (ed.), *La cooperación amazónica: desafíos y oportunidades de la cooperación amazónica a través de la OTCA*, Bogotá, Ministério das Relações Exteriores da Colômbia, 2012.

² “Tratado de Cooperação Amazônica”, artigo I [online] <http://otca.org/wp-content/uploads/2020/01/TRATADO-DE-COOPERACION-AMAZONICA.pdf>.

A gestão do território amazônico no âmbito nacional e regional supõe uma tarefa com imensas complexidades, desafios e necessidades. Embora os investimentos públicos destinados aos territórios amazônicos dos países sejam importantes, é preciso redobrar os esforços de cooperação internacional e o financiamento de fontes adicionais para realizar uma gestão pública de maior impacto e cumprir os Objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

No entanto, os países amazônicos ficaram à margem da cooperação internacional por terem sido classificados como países de renda média com base na renda *per capita*. Este critério de classificação limita a compreensão da situação atual dos países da Região Amazônica e impede o enfrentamento de seus desafios ao ignorar as realidades econômicas, sociais, culturais e ambientais da região, componentes essenciais do desenvolvimento sustentável. Trata-se de uma classificação que não leva em conta as condições multidimensionais da pobreza e pobreza extrema das diversas populações amazônicas.

O critério de renda *per capita* atribui a mesma renda a todos os cidadãos, sem diferenciar territórios e sem considerar a realidade da Amazônia, uma região com maior pobreza e lacunas de desigualdade sociodemográfica do que as registradas em cada um dos países que a integram.

Por isso, a OTCA percebeu a necessidade e a urgência de elaborar um documento com informações e análises sólidas que possa se converter em um instrumento de gestão e que forneça conhecimento de alto nível técnico para um maior entendimento da situação socioeconômica estrutural e das diversas necessidades e vulnerabilidades da população amazônica, entre outras variáveis presentes nos territórios amazônicos.

É necessário contar com um enfoque complementar para avaliar as necessidades de desenvolvimento de um ponto de vista diferente, que inclua uma análise territorial com base em indicadores que permitam medir as lacunas sociodemográficas, como propõe a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) para a região.

Com o fim de aprofundar o conhecimento das condições socioeconômicas da população amazônica, a OTCA celebrou um acordo com a CEPAL, através do Centro Latino-Americano e Caribenho de Demografia (CELADE)-Divisão de População da CEPAL, para realizar o estudo "Apoio à identificação de lacunas sociodemográficas de desigualdade na Região Amazônica: proposta de indicadores para sua visibilidade", financiado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC)³.

O estudo, cujas principais conclusões são apresentadas neste documento, define indicadores sociodemográficos mensuráveis nos territórios da Região Amazônica dos países membros da OTCA, que serviram como base para analisar sua matriz de desigualdade social.

Um das conclusões mais relevantes do documento é que a pobreza e a pobreza extrema são sistematicamente maiores na Região Amazônica do que fora dela na maioria dos países amazônicos. Este fato sublinha a imperiosa necessidade de destinar mais recursos, inclusive os da cooperação internacional, para que sejam empregados de maneira focalizada nessa região.

Cabe destacar que a CEPAL realizou esforços substantivos para alcançar o maior nível possível de desagregação no processamento e análises dos dados sociodemográficos a partir dos censos demográficos e das pesquisas domiciliares disponíveis durante o período da pesquisa, chegando na escala das divisões administrativas menores, no nível de município, cantão, região ou distrito, segundo a classificação correspondente dos diferentes países.

Desse modo, foi possível estabelecer de maneira mais precisa a situação das populações amazônicas que estão sendo afetadas pela pobreza e pela pobreza extrema em suas diferentes formas, caracterizadas por baixa renda, necessidades básicas insatisfeitas, emprego precário e informal, aglomeração e falta de acesso a serviços básicos, como água potável e saneamento, entre outros indicadores.

³ AECA, OTCA (2010). O trabalho da OTCA é orientado pela Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica (AECA), que define as prioridades dos países amazônicos no curto e médio prazo, no âmbito do Tratado de Cooperação Amazônica, de acordo com a realidade econômica, política, ambiental e social da região.

O conhecimento e a análise dos problemas da pobreza e pobreza extrema na Amazônia e a avaliação dos diferentes indicadores de lacunas sociodemográficas permitem concentrar os recursos na população e estabelecer estratégias efetivas que promovam o desenvolvimento sustentável nesta região. Estas ações devem permitir, por sua vez, conservar a floresta, a biodiversidade e a qualidade da água e preservar os conhecimentos tradicionais, entre outras coisas, dado que os povos indígenas possuem um conhecimento tradicional sobre a gestão e a conservação das florestas, a biodiversidade e os ciclos hidrológicos, conhecimentos “que orientam as práticas agrícolas, de caça, coleta e pesca na região”⁴.

A Amazônia não só é um ecossistema de grande importância e de índole estrutural por sua contribuição ambiental e climática, mas também abriga mais de 50 milhões de pessoas no território amazônico compartilhado pelos oito países mencionados. Nesta vasta região encontram-se grandes cidades, cujos problemas e necessidades sociais, econômicas e ambientais requerem atenção.

Por esta razão, a adoção de uma visão holística para gerir este ecossistema interconectado é indispensável. Neste contexto, a geração de dados e informações se apresenta como uma valiosa contribuição que ajudará a compreender melhor a realidade da Amazônia.

Finalmente, agradecemos aos representantes dos países membros da OTCA que participaram na elaboração deste importante estudo, bem como à equipe do CELADE-Divisão de População da CEPAL e à equipe técnica e consultores da Secretaria Permanente da OTCA pelo esforço e árduo trabalho para possibilitar esta primeira contribuição sobre as lacunas sociodemográficas na Região Amazônica.

María Alexandra Moreira López
Secretária-Geral
da Organização do Tratado
de Cooperação Amazônica (OTCA)

José Manuel Salazar-Xirinachs
Secretário Executivo
da Comissão Econômica
para a América Latina e o Caribe (CEPAL)

⁴ S. Acebey e outros, “Resumen para tomadores de decisiones”, *Evaluación Rápida de la Diversidad Biológica y Servicios Ecosistémicos de la Cuenca/Región Amazónica*, M. E. Corvalán (ed.), Brasília, Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e outros, 2023, pág. 18.

Apresentação¹

Este documento é o resultado da colaboração entre a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e faz parte do acordo de cooperação existente entre as duas entidades, o qual permitiu o desenvolvimento do projeto “Apoio à identificação das lacunas de desigualdade sociodemográfica na Região Amazônica: proposta de indicadores para sua visibilidade”. Esse projeto foi implementado pela OTCA, com o apoio técnico do Centro Latino-Americano e Caribenho de População (CELADE)-Divisão de População da CEPAL, e com o financiamento e a colaboração da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

O documento mostra que, por meio da análise de indicadores sociodemográficos mensuráveis nos territórios da Região Amazônica, obtidos a partir dos censos populacionais e pesquisas domiciliares dos Países Membros da OTCA, a desigualdade existente nos territórios amazônicos desses países é maior do que no restante de cada país. Essa situação é ainda mais preocupante se considerarmos que, em nível mundial, os países amazônicos foram classificados como “países de renda média”, o que não leva em conta as condições de desigualdade, pobreza e pobreza extrema das diversas populações amazônicas.

O estudo começou em dezembro de 2021 e o cálculo dos indicadores foi realizado entre março e julho de 2022, usando os dados mais recentes do censo populacional e habitacional e da pesquisa domiciliar disponíveis até aquela data. O estudo foi concluído no final de 2022 e passou por uma revisão abrangente em 2023 para fornecer uma linha de base fundamental para a compreensão da magnitude do desafio socioeconômico associado à desigualdade em uma região da qual dependem o clima e o sistema hidrológico do mundo. Seu objetivo é convocar os tomadores de decisão nacionais e a cooperação internacional para abordar a preocupante situação de vulnerabilidade das populações amazônicas em cada país.

Nesse contexto, o objetivo é promover a elaboração e a implementação de políticas inovadoras com foco nos direitos humanos e na interseccionalidade, a fim de alcançar o bem-estar da população amazônica, com ênfase especial nos povos indígenas e afrodescendentes. Para tanto, é essencial que os Estados Membros da OTCA tenham acesso a financiamento internacional, de modo que os países possam fortalecer suas capacidades institucionais para enfrentar os desafios de políticas públicas nos níveis nacional, local e regional e, assim, tomar novas decisões para a Amazônia.

¹ A OTCA agradece ao Núcleo de Traduções da ABC e aos seus profissionais, Leticia Lopez, pela tradução da publicação para o inglês, e Daniel Alvez, pela tradução para o português.

Este estudo marca o início de um processo urgente de monitoramento e avaliação da redução das lacunas de desigualdade na Amazônia, e espera-se que incentive os países membros da OTCA a atualizar esta pesquisa o mais rápido possível com mais dados, considerando os novos censos dos países, sendo este documento um ponto de referência inicial para as iniciativas que a OTCA e a CEPAL promoverão para a construção de um futuro mais equitativo na região.

A esse respeito, a OTCA e a CEPAL reconhecem os esforços dos países para atualizar as informações estatísticas e saúdam os esforços que estão sendo feitos por vários países membros da OTCA para realizar seus censos populacionais e habitacionais de 2020². Embora seus resultados ainda não estivessem disponíveis no momento da finalização deste estudo, todos eles podem contribuir para enriquecer significativamente essa linha de base em um próximo relatório de acompanhamento sobre as lacunas de desigualdade na Amazônia.

Por fim, cabe destacar que, durante a revisão deste documento, em 9 de agosto de 2023, foi realizada a “Cúpula Amazônica - IV Reunião de Presidentes dos Estados Partes do Tratado de Cooperação Amazônica”, na qual os oito países amazônicos adotaram a “Declaração Presidencial por ocasião da Cúpula Amazônica - IV Reunião de Presidentes dos Estados Partes do Tratado de Cooperação Amazônica”. A Declaração estabelece diferentes linhas de ação e procedimentos para abordar várias questões estruturais para melhorar a gestão do território amazônico compartilhado. Para apoiar essas ações, é essencial fortalecer a cooperação para a Amazônia.

² O Brasil realizou o censo em 2022 e seus dados estavam sendo processados no momento em que este estudo foi concluído. Da mesma forma, o Equador e a Guiana realizaram seus censos populacionais e habitacionais em 2022. A República Bolivariana da Venezuela está realizando o XV Censo Populacional e Habitacional por meio de autodeclaração pela internet. Os censos do Estado Plurinacional da Bolívia e do Suriname estão programados para 2024.

Sumário Executivo

Os países amazônicos enfrentam sérias restrições no acesso à cooperação internacional, pois os critérios de alocação de recursos excluem esses países por serem classificados como de “renda média”. Esse critério tem sido questionado por diversas razões, entre elas o fato de os países de renda média abrigarem o maior número de pessoas pobres do mundo (cerca de 70%), bem como a falta de reconhecimento da acentuada heterogeneidade presente nesses países, o que poderia resultar na invisibilidade de níveis significativos de desigualdade social e econômica, entre outros, na Região Amazônica.

Nesse sentido, surgiu a necessidade de defender uma abordagem mais ampla e contextualizada da complexa realidade amazônica, caracterizada por altos níveis de desigualdade (ver anexo A3). Por essa razão, tornou-se necessária a realização do estudo “Apoio à identificação das lacunas de desigualdade sociodemográfica na Região Amazônica: proposta de indicadores para sua visibilidade”, com o objetivo de estabelecer uma linha de base sobre os aspectos socioeconômicos da Região Amazônica. Essa pesquisa contou com o apoio técnico do Centro Latino-Americano e Caribenho de População (CELADE)-Divisão de População da CEPAL, foi financiada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e realizada no âmbito do Programa Executivo entre a República Federativa do Brasil e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), sob a iniciativa “Apoio ao Desenvolvimento e Implementação da Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica (AECA)”, desenvolvida entre a Secretaria Permanente da OTCA e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

No contexto do presente estudo, as lacunas de desigualdade sociodemográfica são entendidas como assimetrias ou disparidades nas condições sociais e econômicas, que afetam substancialmente a população amazônica de mais de 50 milhões de pessoas, com características sociodemográficas e distribuição territorial próprias, e que se manifestam nos níveis de pobreza, acesso à saúde, educação, qualidade do emprego, serviços básicos, entre outras dimensões.

No âmbito internacional, instrumentos financeiros como a Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD), que faz parte da cooperação internacional, foram estabelecidos para contribuir com os níveis de progresso econômico e social dos países em desenvolvimento. Esses instrumentos foram configurados para atender aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e, posteriormente, aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

O estudo demonstra que a população da Região Amazônica, onde há uma população heterogênea com várias necessidades não atendidas, está em desvantagem em relação à região não amazônica em quase todas as dimensões analisadas, especialmente em termos de pobreza e pobreza extrema.

Como proposta, a CEPAL sugere que o sistema de cooperação internacional busque uma resposta abrangente, não apenas orientada para os países de baixa renda, mas também levando em conta as necessidades e vulnerabilidades de territórios específicos, neste caso a Amazônia, onde as lacunas sociodemográficas são maiores do que as médias do país.

Nesse sentido, o território se torna um eixo de desigualdade social³, onde várias dimensões se entrelaçam e se fortalecem: pobreza de renda, sobrelotação, mortalidade infantil, entre outras.

Consequentemente, é necessário ter conhecimento territorial das áreas e populações com maiores necessidades e mais vulneráveis, para que a cooperação internacional e a assistência ao desenvolvimento possam ser alocadas adequadamente (CEPAL, 2011).

A. Igualdade na Amazônia: um objetivo prioritário compartilhado pelos países membros da OTCA

As lacunas sociodemográficas de desigualdade (ver quadro 1) representam sérias restrições para as populações amazônicas, como mostra este documento, com base em uma análise cuja fonte de informação são os censos populacionais e as pesquisas domiciliares disponíveis em 2021, ano em que o estudo foi elaborado.

O objetivo prioritário deste estudo é promover a igualdade na Amazônia, seguindo o apelo de “não deixar ninguém para trás”, que é uma responsabilidade conjunta dos países membros da OTCA, e a premissa central e transformadora da Agenda 2030. O estudo realizou uma análise das lacunas de desigualdade sociodemográfica, com base em indicadores comparáveis nos oito países da Região Amazônica, o que fornece uma base sólida para a tomada de decisões informadas.

Um dos maiores méritos deste estudo é a análise realizada na Região Amazônica, que foi feita no nível das Divisões Administrativas Menores (DAME), que correspondem a municípios no Estado Plurinacional da Bolívia, Brasil, Colômbia e República Bolivariana da Venezuela, cantões no Equador, regiões na Guiana e distritos no Peru e Suriname.

Trata-se de uma proposta que apresenta indicadores mensuráveis nos territórios que fazem parte da Região Amazônica, sobre as condições específicas das populações localizadas nos municípios⁴. É um documento essencial para os tomadores de decisão e para a cooperação internacional, pois as informações facilitam a identificação de áreas ou setores específicos e locais que devem ser priorizados na alocação de recursos.

³ Cepal (2016). *La Matriz de la desigualdad social en América Latina*. Pág. 63, disponível em: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/c52907b3-a3dc-4866-8f4c-c19491c2b83a/content>.

⁴ Vide anexo A1 Divisões Administrativas Menores (DAME), que compõem a área de estudo da Região Amazônica.

Quadro 1
Lacunas de desigualdade sociodemográfica entre a Região Amazônica e a Região Não-Amazônica (Síntese)

Dimensão	Lacunas de Desigualdade
1. Etnia	Destaca-se a diversidade étnica e racial. Na Região Amazônica há uma alta proporção de indígenas (cerca de 6 milhões de pessoas) e afrodescendentes (18 milhões de pessoas).
2. Distribuição territorial	Na Região Amazônica, a maioria da população reside em cidades, embora a proporção de urbanização seja menor do que no restante de cada país.
3. Fecundidade	O número médio de filhos na Amazônia é maior do que na região não amazônica em todos os países. Na Amazônia, as mulheres indígenas têm maior fecundidade do que as mulheres de ascendência africana e as demais mulheres.
4. Mortalidade infantil	Está ligada à pobreza e é resultado da falta de acesso a água potável e saneamento, poluição ambiental, cuidados pré-natais, desnutrição, baixo peso ao nascer, doenças infecciosas, falta de vacinação, entre outros fatores interrelacionados (CEPAL e UNICEF, 2007). Em todos os países, a mortalidade infantil é maior na Região Amazônica.
5. Pobreza e pobreza extrema	As taxas de pobreza e pobreza extrema são maiores na Amazônia em todos os países, em comparação com a Região Não-Amazônica, sendo as populações rurais indígenas as mais afetadas.
6. Qualidade do emprego	As condições trabalhistas na Amazônia são mais precárias, devido ao alto grau de trabalho informal, ainda mais no caso das mulheres indígenas.
7. Trabalho infantil	Considerado uma violação dos direitos humanos. Foram detectadas altas taxas de trabalho infantil entre crianças e adolescentes na Amazônia, mais altas do que no resto do país, e piores entre a população afrodescendente e indígena.
8. Uniões precoces e gravidez na adolescência	Na Amazônia, há uma proporção maior de adolescentes casados ou em união estável e de mães adolescentes do que na população não amazônica. Essas situações influenciam negativamente a pobreza e a desigualdade para as mulheres e suas famílias.
9. Educação	Menor alfabetização na Região Amazônica. Na região, há diferenças por etnia: menor alfabetização entre a população indígena e afrodescendente na Região Amazônica.
10. Acesso à internet	Os níveis de acesso à Internet na Região Amazônica correspondem a cerca de metade do nível de acesso da Região Não Amazônica, com a população indígena tendo o menor acesso à Internet.
11. Sobrelotação	Em todos os países, a sobrelotação é maior na população amazônica do que no resto do país.
12. Acesso a água potável e saneamento	São observadas desvantagens marcantes na Amazônia em comparação com a região não amazônica dos países. O acesso à água potável e ao saneamento é limitado devido ao baixo investimento na infraestrutura necessária, devido a fatores como a falta de acessibilidade aos territórios e a falta de empresas trabalhando nas áreas. Povos indígenas são especialmente vulneráveis nesse quesito.
13. Serviços de eletricidade e combustível	A falta de serviços de eletricidade e combustível é um desafio constante. As lacunas de desigualdade aumentam de acordo com o local de residência: urbano/rural e étnico.

Fonte: Elaboração própria.

B. Síntese das principais conclusões do estudo

A Região Amazônica se destaca por sua diversidade étnica e racial, com uma proporção maior de populações indígenas e afrodescendentes do que o restante de cada um dos países que compõem a região (veja a gráfico 3)⁵. Observa-se também que a maioria da população vive em cidades, embora os níveis de urbanização sejam menores na Amazônia do que na região não amazônica de cada país.

⁵ Os dados são baseados em censos populacionais e habitacionais, que incluem perguntas sobre autoidentificação étnica. No Brasil, os dados de etnia obtidos no censo de 2010 exploram a raça e a cor da pele com opções como branca, preta, amarela, parda e indígena. Neste estudo, a estimativa da população afrodescendente é baseada na soma das categorias "pardo" e "preto", de acordo com a abordagem metodológica adotada pela CEPAL. É importante observar que, devido às informações limitadas disponíveis para calcular essa categoria, esse método pode levar a uma superestimação da população afrodescendente e a uma subestimação da população indígena (vide página 26).

De acordo com o estudo, e com base em dados de pesquisas domiciliares, a pobreza e a extrema pobreza na Região Amazônica são mais altas do que na Região Não Amazônica na maioria dos países (veja a gráfico 9). A Região Amazônica também apresenta níveis mais altos de mortalidade infantil (ver gráfico 8), níveis mais altos de trabalho infantil (ver gráfico 19) e menor acesso a saneamento doméstico (ver gráfico 40). A gráfico 11 também mostra que, em todos os países, a proporção da população com pelo menos uma Necessidade Básica Insatisfeita (NBI) é maior na Região Amazônica do que no restante de cada país.

O mercado de trabalho na Região Amazônica é caracterizado por altas taxas de trabalho informal⁶ e precário, em um contexto em que as atividades informais e ilegais estão concentradas em grandes setores da economia. Da mesma forma, conforme destacado na gráfico 15, na maioria dos países, a proporção de empregos informais sem acesso à proteção social é maior na Região Amazônica do que no restante de cada país, tanto para homens quanto para mulheres.

O acesso à água potável é essencial para a sobrevivência humana. Apesar do fato de a população viver na maior bacia hidrográfica do mundo, em todos os países o acesso à água na Região Amazônica está em desvantagem em relação à região não amazônica.

Esses e outros fatos constituem situações comuns que atravessam todos os países, colocando a Região Amazônica em uma posição claramente desfavorável, com múltiplas lacunas sociodemográficas e territoriais. Em todas as dimensões analisadas, destaca-se a situação especial de vulnerabilidade dos povos indígenas e das zonas rurais. Portanto, é necessário redobrar os esforços na Amazônia para alcançar os objetivos da Agenda 2030.

Deve-se esclarecer que, no caso dos Povos Indígenas, dos quais existem cerca de 420 vivendo na Região Amazônica, o estudo não diferenciou de acordo com o povo a que pertencem, o que poderia estar escondendo situações de extrema vulnerabilidade de algumas comunidades.

C. Principais diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia

Os tomadores de decisão, com base nas informações sobre lacunas sociodemográficas nas Divisões Administrativas Menores da Amazônia, têm a possibilidade de se concentrar diretamente nas condições particulares de cada município.

Em um esforço realizado pela CEPAL, o estudo fornece uma série de diretrizes fundamentais para melhorar o cumprimento dos indicadores acima e dos ODS, dentro de uma estrutura de inclusão e proteção social da população e do desenvolvimento sustentável (consulte a quadro 2).

⁶ Trabalhadores informais são aqueles que declaram não estar afiliados a um esquema de seguridade social. São excluídos aqueles que não sabem seu status ou não querem responder à pergunta.

Quadro 2
Diretrizes de políticas públicas para superar a desigualdade na Amazônia

Diretrizes de políticas públicas	Recomendações
1. Propor novas soluções para a pobreza com base nas necessidades dos municípios, condições socioeconômicas e culturais da Região Amazônica.	<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar estratégias e programas sociais com ênfase em grupos em situação de vulnerabilidade. - Executar ações de assistência, apoio e segurança alimentar e risco nutricional voltadas para grupos em situação de vulnerabilidade, especialmente a população infantil. - Integrar políticas sociais com políticas culturais, ambientais e econômicas, sob a égide dos direitos individuais e coletivos.
2. Formular uma nova política trabalhista de ação participativa com o objetivo de desestimular as atividades econômicas ilegais.	<ul style="list-style-type: none"> - Erradicar atividades ilegais, como a mineração ilegal, promover setores estratégicos, como agricultura, pecuária, piscicultura e atividades produtivas ecologicamente corretas e o desenvolvimento sustentável, além de coibir o desmatamento, as queimadas, a desertificação do solo e a poluição ambiental. - Promover e fortalecer as economias próprias dos povos indígenas e afrodescendentes, o que contribui não apenas para melhorar suas condições de vida, mas também para a mitigação das mudanças climáticas. - Criar e instalar empresas na Região Amazônica por meio de incentivos econômicos e isenções fiscais, para garantir a inserção laboral das populações, com foco no desenvolvimento sustentável e por meio de mecanismos participativos com as comunidades locais.
3. Promover o planejamento territorial.	<ul style="list-style-type: none"> - Delinear programas e políticas públicas para planejamento espacial e planejamento urbano inclusivo. - Garantir direitos territoriais para proteger a vida e a continuidade cultural dos povos indígenas, assegurando o acesso à titularidade de terras comunitárias com base em seu vínculo com o território. - Envolver as comunidades no monitoramento e na proteção de matas e florestas. - Impedir o crime contra os defensores dos territórios dos povos indígenas.
4. Garantir que o direito à saúde seja exercido por grupos vulneráveis na Amazônia.	<ul style="list-style-type: none"> - Formular políticas para alcançar uma cobertura regional de saúde, garantindo o acesso a serviços básicos de qualidade, incluindo vacinas e medicamentos. - Melhorar as condições de maternidade. - Informar e gerar ações destinadas a assegurar os direitos sexuais e reprodutivos em uma estrutura intercultural e com respeito às culturas tradicionais indígenas e afrodescendentes.
5. Proteger crianças e adolescentes para prevenir e erradicar o trabalho infantil.	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver um plano regional para a prevenção, fiscalização e investigação do trabalho infantil. - Promover a educação. Fortalecer o acesso e a permanência no sistema educacional. - Articular ações com órgãos governamentais e não governamentais, setor privado e sociedade civil. Projetar e conduzir um diálogo público-privado para coordenar os esforços visando erradicar o trabalho infantil e adolescente.
6. Garantir a alfabetização, fortalecendo a interculturalidade.	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver materiais educacionais culturalmente apropriados com uma abordagem participativa. - Capacitar professores e facilitadores locais.
7. Garantir o acesso às tecnologias e à internet, aumentando a conectividade na Amazônia.	<p>Investir em políticas de inclusão digital:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Infraestrutura de telecomunicações. - Desenvolvimento de infraestrutura de internet. - Acesso a dispositivos tecnológicos. - Formação e alfabetização digital.
8. Melhorar as condições de moradia.	<ul style="list-style-type: none"> - Investir em infraestrutura de fornecimento de eletricidade, redes de água potável, saneamento e estradas, especialmente nas áreas rurais da Amazônia. - Conceder financiamentos habitacionais e subsidiar tarifas de serviços públicos acessíveis.
9. Aperfeiçoar as formas de cooperação para o desenvolvimento.	<p>Viabilizar o diálogo político para abordar a pobreza e a pobreza extrema na Amazônia por meio de modalidades de cooperação inclusivas implica:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Promover uma nova abordagem de cooperação internacional inclusiva e integrada para avaliar e enfrentar os desafios de curto prazo nas áreas mais vulneráveis da Amazônia. - Fortalecer e promover o diálogo com os países doadores de AOD com foco nas áreas e temas prioritários da Amazônia.

Fonte: Elaboração própria.

Introdução

A Região Amazônica, que transcende as fronteiras de oito países, é única no mundo. Caracteriza-se por ser uma fonte de recursos essenciais para a continuidade da vida e o funcionamento de diversos ecossistemas. Paradoxalmente, apresenta desigualdades estruturais que impedem seu desenvolvimento sustentável.

Portanto, no contexto da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que propõe “não deixar ninguém para trás”, a cooperação internacional se torna indispensável na região.

No entanto, os países membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) têm sérias limitações no acesso à cooperação internacional, pois o critério de alocação de recursos exclui os países de “renda média”, a categoria em que foram classificados. Esse critério é questionado por vários motivos, inclusive pelo fato de ignorar o alto grau de heterogeneidade dos países dessa categoria, nos quais altos níveis de desigualdade podem ser invisíveis.

Diante desse contexto, o objetivo desta publicação é destacar a situação de carência, vulnerabilidade e desigualdade existente nos oito países que compõem a Região Amazônica.

O que se propõe é alertar para a realidade de que, em um cenário de persistente desigualdade sociodemográfica e territorial entre as regiões amazônicas e não amazônicas de cada um dos países, que também se manifesta dentro da Amazônia em realidades complexas e diversas, será muito difícil cumprir os compromissos estabelecidos nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável sem o apoio decisivo da cooperação internacional.

Este estudo consiste em uma primeira aproximação baseada em fontes de dados importantes, como censos populacionais e habitacionais e pesquisas domiciliares, que nos permitem abordar a situação da Região Amazônica em cada país. Ele constitui uma linha de base fundamental para a compreensão da magnitude do desafio sociodemográfico e ambiental associado à desigualdade em uma região da qual dependem o clima e o sistema hidrológico do mundo.

Seu objetivo é convocar a cooperação internacional e os tomadores de decisão nos países membros da OTCA para abordar a situação de desigualdade e vulnerabilidade dos municípios amazônicos e, dentro deles, especialmente as populações indígenas e afrodescendentes.

Nesse contexto, espera-se que os países da OTCA possam ter acesso à cooperação internacional, o que facilitaria o aumento das capacidades institucionais dos países em nível nacional, local e regional e, assim, tomar novas decisões para a Amazônia.

Este documento é um dos produtos do acordo de cooperação entre a OTCA e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), por meio do Centro Latino-Americano e Caribenho de População CELADE - Divisão de População da CEPAL, para a realização do projeto “Apoio à identificação das lacunas de desigualdade sociodemográfica na Região Amazônica: proposta de indicadores para sua visibilidade”.

O projeto fez parte da iniciativa da OTCA “Apoio à elaboração e implementação da Agenda Estratégica para a Cooperação Amazônica” e foi financiado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

O Acordo OTCA-CEPAL prevê a elaboração de uma proposta de indicadores sociodemográficos mensuráveis nos territórios que fazem parte da Região Amazônica, a fim de tornar visível a matriz de desigualdades sociais da população amazônica nos países membros da OTCA.

Esse trabalho incluiu diferentes produtos, inclusive a definição de indicadores, sua metodologia, processamento e diferentes ferramentas para visualização e leitura dos resultados. Destaca-se também a colaboração no projeto e na implementação de um painel (dashboard) para complementar as informações disponíveis no Observatório Regional Amazônico⁷ (ORA da OTCA) (vide boxe 1).

Boxe 1
Disponibilização de informações para tomada de decisão
no Observatório Regional Amazônico (ORA) da OTCA

A OTCA previu que, por meio da ferramenta ORA, os dados e as informações desse importante estudo poderão ser disseminados e gerenciados, com o objetivo de facilitar a tomada de decisões informadas e o acesso a dados relevantes. Para isso, o ORA terá um módulo sociodemográfico no qual será possível acessar os indicadores apresentados em quadros, gráficos e mapas e, assim, visualizar as lacunas sociodemográficas desagregadas entre as regiões amazônicas e não amazônicas de cada país e no nível das Divisões Administrativas Menores (DAME).

Essa ferramenta será um valioso instrumento de consulta para os tomadores de decisão nos países, um grande apoio para reduzir as lacunas e identificar melhor as áreas críticas e os territórios com maiores desvantagens sociodemográficas.

O módulo sociodemográfico está em construção e deverá ser concluído no primeiro semestre de 2024 em: <https://oraotca.org/>.

Fonte: Elaboração própria.

Por fim, é um estudo descritivo sobre desigualdades sociodemográficas com base em uma leitura dos indicadores propostos. Este documento corresponde ao último dos produtos mencionados acima.

É importante mencionar que isso não esgota as questões relevantes na Amazônia. A análise deve ser complementada com outras dimensões e fontes de informação que permitam ampliar as situações relacionadas à saúde (estado de saúde e acesso ao sistema de saúde), nutrição, saúde sexual e reprodutiva, fecundidade desejada, direito à identidade, violência, entre outros temas, que podem ser encontrados em fontes de dados adicionais produzidas atualmente pelos países e que são essenciais para o progresso do desenvolvimento da região.

As seções seguintes da introdução apresentam, em termos gerais, os antecedentes que levaram à definição do problema, as considerações conceituais e metodológicas dos indicadores propostos e um resumo das principais conclusões. Em seguida, no capítulo sobre resultados, as diferentes dimensões nas quais as lacunas de desigualdade sociodemográfica se destacam são examinadas com mais detalhes. Por fim, são apresentadas as conclusões e recomendações.

O documento tem os seguintes elementos descritivos que facilitam a compreensão das informações e as corroboram: 44 gráficos; 16 mapas; 4 tabelas em diferentes seções do estudo e outras 20 quadros que se encontram nos anexos.

⁷ O Módulo Sociodemográfico ORA-OTCA estará disponível em <https://oraotca.org/>. Essa ferramenta permitirá o acesso a indicadores em formatos como quadros, gráficos e mapas, onde as lacunas sociodemográficas são visualizadas de acordo com diferentes critérios. Entre eles, as situações entre regiões (amazônicas e não amazônicas de cada país); entre áreas urbanas e rurais; entre indígenas, afrodescendentes e o restante da população; dentro do território, entre municípios. Espera-se que essa ferramenta represente um instrumento de consulta, especialmente para a tomada de decisões.

A. Acesso à Cooperação Internacional

Com o intuito de promover as condições de vida nos países menos desenvolvidos economicamente, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) criou a Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA). Esse é um instrumento financeiro por meio do qual os países desenvolvidos concordaram em transferir uma porcentagem de seu produto nacional bruto (PNB) para a assistência oficial ao desenvolvimento. Ela destaca a importância dessa fonte de financiamento para os países em desenvolvimento, especialmente para a consecução das metas da Agenda 2030.

Para serem beneficiários dessa ajuda econômica, os países são classificados de acordo com a renda per capita, e aqueles classificados como de “baixa renda” recebem a maior atenção da comunidade internacional. A verdade é que os países amazônicos foram classificados como de “renda média” e, por isso, foram excluídos do acesso a esses fundos.

Esse critério de medição e classificação tem sido questionado com diferentes argumentos (CEPAL, 2011). Entre eles, em razão de:

“o uso de limites de renda levar ao agrupamento de países de uma forma que não capta a natureza complexa do desenvolvimento e a diversidade de situações que existem em cada grupo e em cada membro desses grupos. Em particular, os países de renda média como grupo são um dos pilares da economia global; eles são responsáveis por uma grande proporção da atividade econômica e do comércio, e abrigam a maioria da população mundial e a maioria dos pobres do mundo. Entretanto, um olhar mais atento a esse grupo revela uma heterogeneidade impressionante entre os países que o compõem. O agrupamento de países por nível de renda não leva em conta a ampla gama de diferentes capacidades e necessidades que existem entre os países de renda média” (CEPAL, 2011: p. 5).

Como solução proposta para este problema, o mesmo documento afirma que:

“O sistema de ajuda internacional deve buscar uma resposta holística e abrangente para o problema do desenvolvimento que não apenas atenda às necessidades dos países de baixa renda, mas também considere as diversas necessidades e vulnerabilidades presentes nos países de renda média. Para que isso seja possível, é essencial ter uma compreensão abrangente, em cada caso, das áreas de maior necessidade e vulnerabilidade, e identificar as principais lacunas entre as necessidades e as possibilidades, de modo que a assistência ao desenvolvimento possa ser alocada adequadamente” (CEPAL, 2011, p. 6).

B. A Região Amazônica

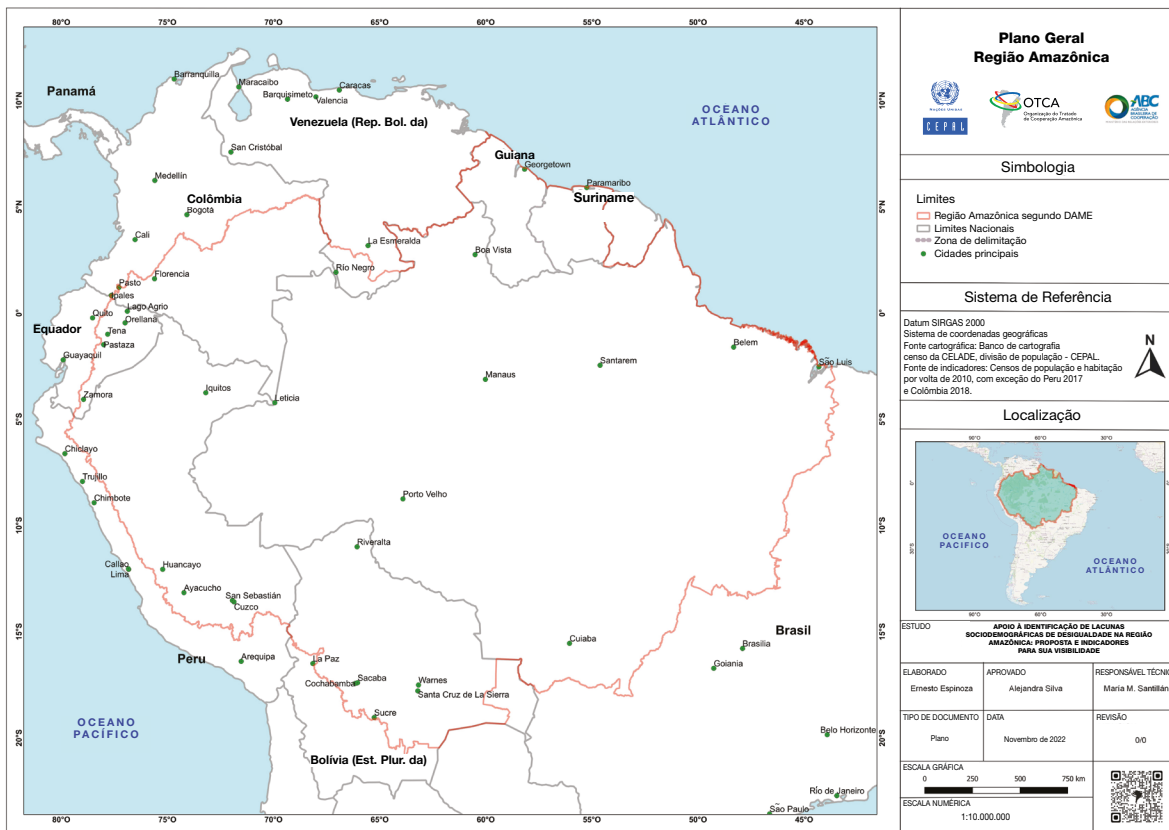
O rio Amazonas nasce na Cordilheira dos Andes, no sul do Peru. Ele percorre quase 7.000 km até chegar ao Oceano Atlântico, no norte do Brasil. Sua bacia é a maior do planeta e atravessa o território de oito países: o Estado Plurinacional da Bolívia, o Brasil, a Colômbia, o Equador, a Guiana, o Peru, o Suriname e a República Bolivariana da Venezuela (OTCA, 2018a).

Existem diferentes abordagens e concepções para definir a Amazônia, por isso é possível encontrar diferentes cartografias para identificar seus limites, coexistindo diversas “Amazônias” que compõem uma grande região (Salazar e Riaño, 2016).

Ao se considerar um critério hidrográfico, a bacia cobre um total de 6.118.334 km². Seguindo um critério biogeográfico, a área é de 6.846.421 km² e, segundo um critério político-administrativo, sua extensão chega a 7.434.827 m² (Amazon Environment Outlook, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, citado em OTCA, 2018a).

O mapa 1 mostra a delimitação geral da área, de acordo com as considerações expressas pelos países membros da OTCA na estrutura do estudo.

Mapa 1
Delimitação geral da Região Amazônica



Fonte: Elaboração própria, com base em informações dos Países Membros da OTCA.

Nota: Vide anexo A2, quadro A2.1. Divisões administrativas que compõem a área de estudo da Região Amazônica, por país.

A Amazônia é caracterizada por sua riqueza natural, social e cultural. Sua importância está na influência que exerce no enfrentamento das mudanças climáticas e na redução do aquecimento global, levando em conta também sua diversidade biológica, refletida na grande variedade de espécies da flora e da fauna nela existentes (OTCA, 2018a).

A região é uma fonte de recursos naturais essenciais para a continuidade da vida e o funcionamento dos ecossistemas, como água doce e oxigênio. Seus recursos também incluem vários minerais e metais raros de alto valor, como petróleo, ouro, diamantes e esmeraldas, entre outros. Essas reservas naturais de recursos minerais e hídricos fazem da Amazônia uma “região estratégica para o desenvolvimento econômico” (OTCA, 2018a, p. 44).

No entanto, essa riqueza também levou à exploração, à extração e ao uso extensivo de matérias-primas, ao desmatamento, na destruição e contaminação de rios. Em termos de atividade econômica, as principais atividades têm sido associadas à pesca, exploração madeireira, extração vegetal, agricultura e pecuária, turismo, mineração, exploração de hidrocarbonetos e obras de infraestrutura em larga escala (ACTO, 2018a).

A instalação de projetos de investimento e infraestrutura para exploração de hidrocarbonetos e minerais de maneira formal e informal são algumas das causas que explicam a degradação ambiental e os conflitos sociais (Ocampo, 2014, em ACTO, 2018a).

O desmatamento resultante da pecuária, por sua vez, influencia na perda e na degradação do habitat. Progressivamente, a fronteira agrícola foi ampliada e expandida, resultando em mudanças no uso da terra, aumento de incêndios e perda de biodiversidade (OTCA, 2018a).

Outras ameaças observadas na região estão ligadas à caça e à pesca não sustentáveis (tanto como atividade de subsistência quanto comercial), ao tráfico e ao comércio ilegal de animais silvestres e à introdução de novas espécies exóticas. As consequências associadas a essas ameaças são a deterioração da saúde, a pobreza, o declínio e a deterioração das principais fontes de alimento, a redução do emprego e da renda, forçando a migração (ACTO, 2018a). Essas situações colocam em risco a qualidade de vida das populações locais.

Nesse sentido, cabe mencionar as particularidades dos Povos Indígenas, que são afetados de forma diferente porque enfrentam esses fenômenos a partir de uma posição de assimetria. No entanto, além desses cenários de vulnerabilidade especial, deve-se ter em mente que os Povos Indígenas desempenham um papel fundamental para permitir que os países da região alcancem as metas do Acordo de Paris e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

De fato, há evidências suficientes sobre as contribuições significativas dos Povos Indígenas, suas próprias estratégias de governança territorial, ciências e tecnologias para a conservação da biodiversidade e a estabilidade climática global e regional. Em particular, as florestas amazônicas, que foram controladas e conservadas pelos povos indígenas, contribuem para a redução das emissões de CO₂ e também fornecem serviços ecossistêmicos locais e regionais, como a regulação da dinâmica climática e do ciclo local da água, serviços hidrológicos, polinização e retenção de nutrientes, entre outros (CEPAL e IDFAC, 2020).

C. Cooperação Amazônica e Desenvolvimento Sustentável

Em 1978, o Estado Plurinacional da Bolívia, o Brasil, a Colômbia, o Equador, a Guiana, o Peru, o Suriname e a República Bolivariana da Venezuela assinaram o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), por meio do qual se comprometeram a empreender ações conjuntas para promover o desenvolvimento harmonioso dos territórios amazônicos, a fim de obter resultados equitativos e mutuamente benéficos para a consecução do desenvolvimento sustentável na Região Amazônica.

Posteriormente, em 1998, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) foi criada como uma organização intergovernamental para a coordenação e promoção de políticas e estratégias conjuntas na área amazônica, de acordo com o TCA.

Nesse sentido, a OTCA atua como um espaço permanente de cooperação política, técnica, científica e financeira, implementando projetos e programas, facilitando o diálogo e o intercâmbio de conhecimentos e boas práticas, orientada pelo princípio de reduzir as assimetrias regionais entre os oito Países Membros (PM), operando sob o acordo de desenvolvimento sustentável e respeitando a legislação interna de cada país.

Para alcançar seus objetivos, a OTCA desenvolve ações conjuntas com vistas a melhorar a qualidade de vida de seus habitantes, buscando a plena incorporação de seus territórios às economias nacionais, respeitando o equilíbrio adequado entre a natureza e o meio ambiente circundante e o desenvolvimento e crescimento econômico.

Em novembro de 2010, os países membros da OTCA aprovaram a Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica (AECA), que orienta estrategicamente a implementação de atividades de cooperação na Região Amazônica, com foco prioritário na proteção e no uso sustentável dos recursos naturais renováveis (OTCA, 2011).

Em 2019, foi celebrada uma parceria entre o Governo do Brasil, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a OTCA no âmbito da cooperação Sul-Sul, para a atualização e implementação da Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica (AECA), denominada "Projeto de Apoio ao Desenvolvimento e Implementação da Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica (AECA)".

Dessa forma, busca-se chegar a um consenso entre os oito países membros sobre um instrumento que esteja estreitamente alinhado com os princípios propostos nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, com o Consenso de Montevideu sobre População e Desenvolvimento, com os compromissos do Acordo de Paris sobre Mudança Climática e outros tratados internacionais relevantes (OTCA, n.d.).

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, por sua vez, expressa o consenso sobre a necessidade de avançar em direção a sociedades mais inclusivas, solidárias e coesas, promovendo um modelo de desenvolvimento sustentável e pedindo que “ninguém seja deixado para trás” no caminho para o desenvolvimento.

Na resolução 70/1, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro de 2015, “Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, os Estados-Membros expressaram seu desejo de “ver os Objetivos e metas alcançados por todas as nações e povos e por todos os setores da sociedade”, e se comprometeram a se esforçar para “alcançar primeiro os mais atrasados”.

A Agenda 2030 destaca o Objetivo 17, que visa revitalizar a Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável. Atualmente, muitos países estão exigindo Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD), mas os níveis de assistência diminuíram, um fator que afetou principalmente a América Latina.

Nesse contexto, postula-se a necessidade de parcerias globais fortes, inclusivas e cooperativas. Essas parcerias devem ser construídas com base em preceitos e valores de igualdade e crescimento (ONU, n.d.).

Outros objetivos que são particularmente relevantes no contexto da Amazônia são o Objetivo 1, que busca acabar com a pobreza em todas as suas formas; o Objetivo 6, que busca garantir a disponibilidade de água potável, bem como sua gestão sustentável e saneamento para todos; o Objetivo 10, que propõe a redução da desigualdade nos países e entre os países. Esses objetivos estão interligados para garantir a melhoria da qualidade de vida das pessoas e abordar questões transversais relacionadas às desigualdades de gênero, às mudanças climáticas e à inclusão e ao atendimento de populações vulneráveis.

O apelo para “não deixar ninguém para trás” é particularmente importante para os países da América Latina e do Caribe, porque a desigualdade é uma característica histórica e estrutural dessas sociedades.

Isso é ainda mais verdadeiro na Amazônia, como uma região de grandes assimetrias, com características próprias que transcendem as fronteiras dos oito países que a compõem e com uma realidade particular, decorrente da riqueza e abundância de recursos naturais, embora escassos em outras regiões do mundo, em função da exploração ilegal e indiscriminada de seus recursos, o que dá origem a problemas ligados à poluição, migração, pobreza, condições precárias de vida e trabalho, acesso limitado a serviços e ao exercício de direitos fundamentais.

Os altos níveis de desigualdade, muitas vezes mascarados por indicadores de condições de vida em médias nacionais, conspiram contra o desenvolvimento e são uma poderosa barreira à erradicação da pobreza, à expansão da cidadania e ao exercício dos direitos, bem como à governança democrática.

Segundo esse princípio, estabeleceu-se a necessidade de alcançar um desenvolvimento integral dos respectivos territórios amazônicos, mantendo um equilíbrio entre o crescimento econômico e a conservação ambiental. Também foi ratificada a importância do combate à fome e à pobreza como temas transversais que fazem parte dos desafios que afetam o desenvolvimento sustentável, promovendo o desenvolvimento de uma agenda conjunta para a inclusão social na Região Amazônica.

O Artigo XI do TCA, em particular, estabelece que: “com o objetivo de aumentar o uso racional dos recursos humanos e naturais de seus respectivos territórios amazônicos, as Partes Contratantes concordam em incentivar estudos e medidas conjuntas para promover o desenvolvimento econômico e social desses territórios e gerar formas de complementaridade que reforcem as ações previstas nos planos nacionais para esses territórios”.

De acordo com a OTCA, também é necessário incorporar a esse debate uma visão de diferenciação territorial, bem como reconhecer as diferenças de suas populações e a vulnerabilidade dos povos indígenas que vivem na Região Amazônica.

Por esse motivo, é fundamental entender que a Região Amazônica, apesar de ser classificada como de renda média usando o critério de nível de renda per capita por país, está sujeita a lacunas estruturais em termos de desigualdade e pobreza, infraestrutura, acesso a serviços básicos, gênero, mudança climática e meio ambiente, produtividade e inovação, saúde e educação. Consequentemente, essas questões devem ser consideradas como prioridades para o acesso à AOD e a outros recursos financeiros.

É essencial reconhecer que a desigualdade é uma ameaça ao desenvolvimento sustentável, ao passo que a igualdade não somente é um direito, mas também contribui para a eficiência econômica e produtiva, além de ser um imperativo ético e político. A igualdade não desestimula os esforços individuais, mas promove a participação dos cidadãos em sua contribuição para o bem comum e o progresso econômico (Bárcena e Prado, 2016).

Este documento demonstra que a situação atual de desigualdades e lacunas estruturais na Região Amazônica ameaça o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e os compromissos assumidos.

A cooperação internacional como facilitadora do desenvolvimento deve se basear em relações de “geometria variável”, ou seja, específicas ao contexto, adaptando-se às capacidades de cada país e, neste caso, às capacidades de cada região específica para apoiar a implementação das prioridades nacionais, bem como as dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Isso implica que a cooperação internacional deve adotar formatos variados em termos de iniciativas, projetos de cooperação e mecanismos de colaboração, que se ajustem às realidades particulares e às condições objetivas existentes em cada país e na região como um todo.

Dessa forma, garante-se um sistema variável com instrumentos institucionais aplicáveis de acordo com as circunstâncias específicas de cada país, proporcionando maior flexibilidade e compreensão das singularidades de cada território. Além disso, permite a definição e a redefinição dos objetivos a serem alcançados, ampliando o jogo para uma visão de longo prazo.

A CEPAL também manifestou que a igualdade é o horizonte estratégico do desenvolvimento e, em sua proposta de análise da matriz de desigualdade social, inclui o território como um dos eixos estruturantes (CEPAL, 2016).

Também é importante considerar que a pandemia da COVID-19 teve consequências não apenas na saúde, mas também no bem-estar de famílias, indivíduos e trabalhadores, causando impactos no consumo, na alimentação, na pobreza e ampliando as lacunas estruturais na América Latina e no Caribe, incluindo a Região Amazônica.

Isso leva à necessidade de informações confiáveis e oportunas que permitam visualizar a situação sociodemográfica específica da Região Amazônica, de modo a facilitar e orientar a elaboração de políticas e programas, bem como o monitoramento de ações.

D. Considerações conceituais e metodológicas da proposta de indicador

Os indicadores propostos foram baseados em um marco conceitual e metodológico alinhado com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e o Consenso de Montevideu da Conferência Regional sobre População e Desenvolvimento (ver anexo A3). Por esse motivo, foi dada prioridade aos indicadores oficiais definidos no âmbito dessas agendas, além de incluir outros indicadores dos sistemas utilizados pela CEPAL.

Nesse contexto, foram definidos os conceitos de igualdade/desigualdade, desigualdades sociodemográficas, além dos grupos populacionais e territórios nos quais as desigualdades ocorrem.

Para entender os conceitos de igualdade e desigualdade, alguns eixos principais são resumidos, de acordo com Bárcena e Prado (2016), como segue:

- A igualdade de direitos se apresenta como o foco principal. Em busca dessa igualdade, o exercício da cidadania aparece como um valor inalienável (p.12).
- “A igualdade de direitos fornece a estrutura normativa que estabelece limiares mínimos — e incrementais — de bem-estar e benefícios e, em conjunto, impõe limites à desigualdade de acesso, especialmente se essa desigualdade for “coberta” pela negação de direitos econômicos, sociais, políticos ou culturais” (p. 12).
- Entre outras dimensões, a igualdade desejada inclui a igualdade econômica ou igualdade de meios, como consequência de uma melhor distribuição de renda (p.12).
- Nesse sentido, incorpora a dimensão da igualdade em face da diversidade cultural, de gênero e étnica, alimentada por contribuições que exigem igualdade na distribuição de papéis familiares, profissionais e políticos e na afirmação de identidades coletivas e direitos coletivos (p.13).

Da mesma forma, concordou-se em usar como fontes de informação os censos populacionais e habitacionais da última rodada disponível, além das pesquisas domiciliares mais recentes, disponíveis no banco de dados da CEPAL.

O produto obtido consistiu em uma proposta de indicadores para tornar visíveis as lacunas de desigualdade na região⁸. Ele inclui a definição dos indicadores, sua metodologia, processamento e a elaboração de tabulações e mapas, todos necessários para alcançar o objetivo proposto.

Um esclarecimento metodológico faz-se necessário com relação às fontes de informação utilizadas. Quando os indicadores são provenientes de censos populacionais e habitacionais, a maior vantagem está no fato de que é possível fazer níveis maiores de desagregação, tanto sociodemográfica quanto territorial.

Assim, foram feitas desagregações no nível dos municípios, o que constitui um valor agregado para facilitar a tomada de decisões em áreas específicas marcadas por desigualdades.

Deve-se observar também que os números correspondem à rodada de censos de 2010 na maioria dos países, com exceção da Colômbia (2018). Portanto, alguns dados podem estar um pouco desatualizados em alguns casos, e as comparações entre países devem ser avaliadas com cuidado.

Por outro lado, quando os indicadores foram calculados usando pesquisas domiciliares, os números são geralmente mais recentes e coincidem com o ano (2020) na maioria dos países⁹. A desvantagem é que há menos possibilidades de desagregação, o que é necessário para tornar as lacunas visíveis.

Outra consideração diz respeito à Região Amazônica no Estado Plurinacional da Bolívia. Como será visto nas seções a seguir, a situação na Região Amazônica parece ter, de acordo com os indicadores, lacunas reduzidas e, em alguns casos, condições ainda melhores do que no restante do país. No entanto, uma questão a ser destacada é o alto grau de heterogeneidade da Região Amazônica boliviana, na qual numerosas populações pequenas, rurais e socio-demograficamente desfavorecidas coexistem com a cidade mais desenvolvida do país. Esse é o caso do município de Santa Cruz de la Sierra, com 1.500.000 habitantes, o que representa mais de 25% da população total da Região Amazônica boliviana.

Por esse motivo, ao considerar a Região Amazônica do país como um todo, as médias tornam invisíveis esses altos níveis de heterogeneidade dentro da Amazônia.

⁸ Para obter mais informações, consulte o documento “Apoio à identificação de lacunas de desigualdade sociodemográfica na Região Amazônica: proposta de indicadores para sua visibilidade”. Documento conceitual e metodológico. Um resumo é apresentado no anexo A3 deste documento.

⁹ Os anos da pesquisa domiciliar são: Bolívia, Brasil, Colômbia, Peru (2020); Guiana (2019); Equador e Suriname (2016). Não há dados para a Venezuela.

E. Principais conclusões do documento. A importância de ler os dados além das médias nacionais

Para cada uma das dimensões e indicadores propostos, é apresentado abaixo um esboço inicial das lacunas sociodemográficas entre as regiões amazônicas e não amazônicas em cada um dos países.

Nesse sentido, a Região Amazônica se distingue por:

- Um grau de urbanização menor do que o restante de cada país (gráfico 2), com a presença de grandes centros urbanos (mapa 2).
- Maior proporção de população indígena e afrodescendente (gráfico 3).
- Níveis mais altos de mortalidade infantil (gráfico 8).
- Maior proporção da população com pelo menos uma necessidade básica não atendida (gráfico 12).
- Maior nível de trabalho infantil (gráfico 19).
- Acesso reduzido à água potável (gráfico 36).
- Menos acesso a saneamento básico residencial (gráfico 40).

Esses fatos constituem um padrão comum que abrange todos os países, colocando a Região Amazônica em clara desvantagem em relação à região não amazônica.

Essa primeira constatação nos permite afirmar que os indicadores de desenvolvimento dos oito países, baseados em médias nacionais, escondem uma realidade, a da Região Amazônica, que precisa ser visibilizada, pois os padrões de desigualdade se reproduzem em todas as dimensões analisadas.

Dessa forma, os indicadores nacionais não fazem sentido se não forem acompanhados de medidas que mostrem as grandes diferenças entre as populações amazônicas e não amazônicas.

Por outro lado, a análise de cada dimensão se concentra na Região Amazônica. O denominador comum da precariedade na Região Amazônica é exacerbado em seu interior, onde outras lacunas sociodemográficas e territoriais são produzidas e reproduzidas, impedindo o progresso com vistas ao desenvolvimento sustentável.

Observa-se que cada país tem suas próprias particularidades e, por sua vez, composições heterogêneas dentro dele, com diferentes lacunas entre populações indígenas, afrodescendentes, mulheres e homens, que se acentuam em territórios específicos. Daí a importância de uma abordagem interseccional, ou seja, uma leitura da ocorrência simultânea desses fatores.

Cabe mencionar que o conjunto de dados no qual este trabalho se baseia não nos permite distinguir e perceber as múltiplas realidades e particularidades dos Povos Indígenas, pois eles são considerados como uma categoria uniforme. Na Região Amazônica, existem mais de 420 Povos Indígenas, alguns em isolamento voluntário, e mais de 86 línguas e 650 dialetos coexistem na região (ACTO, 2018a).

A grande diversidade demográfica, territorial, cultural e sociopolítica desses povos implica que os níveis de vulnerabilidade em algumas situações relacionadas ao seu bem-estar podem ser maiores do que os mostrados neste documento.

I. Principais Resultados

A. Demografia

1. Distribuição territorial

A primeira questão a ser considerada é a composição da população amazônica. De acordo com as últimas estimativas da CEPAL, mais de 50 milhões de pessoas habitam a Amazônia nos oito países (quadro 3 e gráfico 1), o que representa quase 12% da população da América do Sul¹⁰.

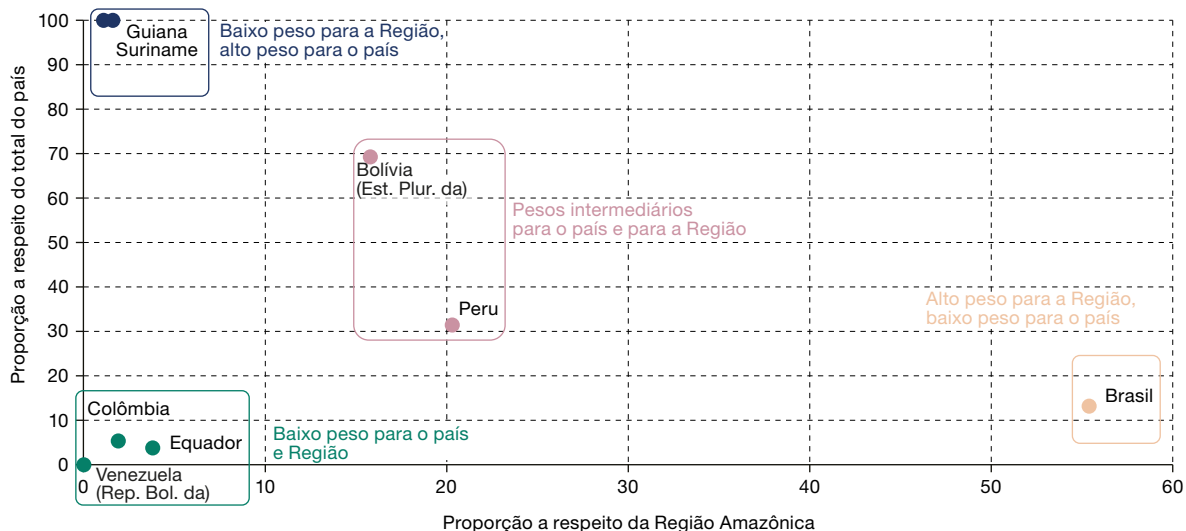
Quadro 3
Amazônia: número de habitantes, proporção da população em relação ao total da Região Amazônica e proporção da população em relação ao total de cada país, ano 2019

País	Número de habitantes da Amazônia	Proporção em relação ao total da Região Amazônica	Proporção da população amazônica em relação ao total de cada país
Bolívia (Estado Plurinacional da)	7 976 945	15,8	69,3
Brasil	27 908 809	55,4	13,2
Colômbia	1 924 373	3,8	3,8
Equador	943 143	1,9	5,4
Guiana	790 782	1,6	100,0
Peru	10 249 420	20,3	31,5
Suriname	577 752	1,1	100,0
Venezuela (República Bolivariana da)	5 194	0,01	0,02
Total	50 376 418	100,0	—

Fonte: Projeções populacionais de áreas menores para 2019, CELADE (2020).

¹⁰ Com base em estimativas populacionais para até 2019. Disponível em <https://population.un.org/dataportal/home>.

Gráfico 1
Amazônia: número de habitantes e seu peso relativo em relação ao total da Região Amazônica e ao total de cada país



Fonte: Com base na quadro 3 com dados do CELADE (2020).

A população amazônica é composta por 55% do Brasil; 20% do Peru; cerca de 16% do Estado Plurinacional da Bolívia; 3,8% da Colômbia; 2% do Equador; 1,6% da Guiana; 1,1% do Suriname; e 0,01% da República Bolivariana da Venezuela.

No entanto, a proporção da população amazônica dentro de cada país é diferente (veja a gráfico 1): toda a Guiana e o Suriname estão dentro da Amazônia. Cerca de 70% da população do Estado Plurinacional da Bolívia; 30% do Peru; e entre 3,8% e 5,5% nos demais países, com exceção da República Bolivariana da Venezuela, onde apenas 0,02% da população é amazônica.

Essa primeira abordagem é fundamental porque, por exemplo, embora mais da metade da população amazônica viva no Brasil, para o Brasil, a população da Região Amazônica representa apenas 13% do total.

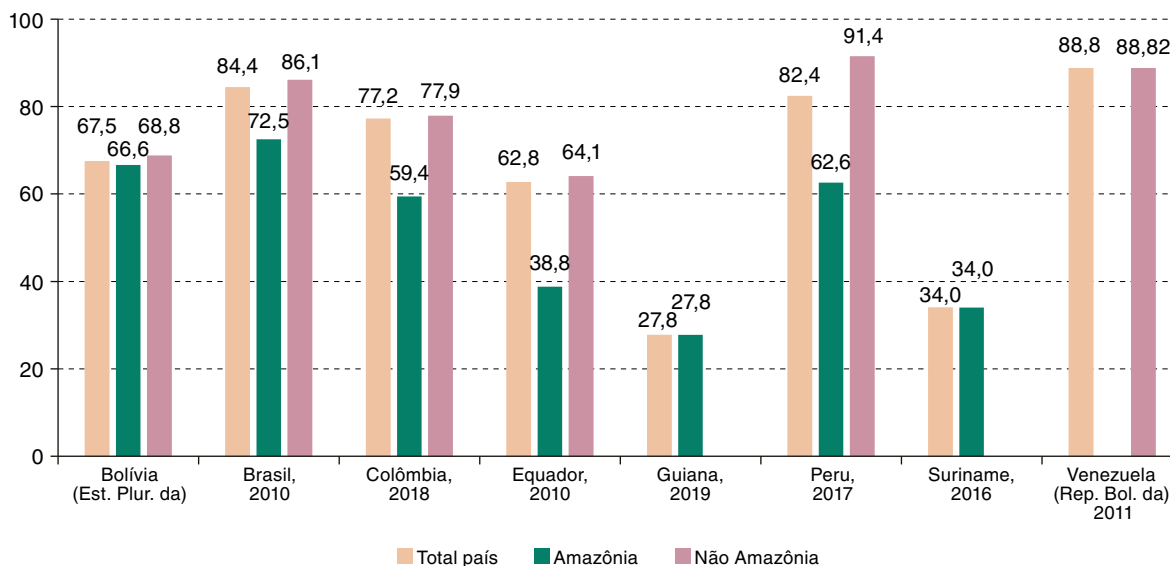
Outro exemplo é o caso da Colômbia, onde 2 milhões de pessoas vivem na Amazônia, mas ela representa menos de 4% da população do país. No outro extremo estão a Guiana e o Suriname, cujas populações representam entre 1% e 2% da população total da Amazônia, mas toda a sua população se encontra na Amazônia. Essas realidades podem condicionar as ações que os países podem tomar ou os recursos que recebem das organizações de cooperação internacional.

2. Urbanização

Nessa dimensão, proporção da população urbanizada, pode-se observar que, em alguns países, a maioria da população amazônica vive em cidades (gráfico 2). Esse é o caso do Brasil, do Estado Plurinacional da Bolívia e do Peru, com 72,50%, 66,60% e 62,60% de suas populações vivendo em áreas urbanas. Entretanto, esses níveis de urbanização são sempre inferiores aos do restante de cada país (que têm níveis de urbanização de 86%, 68% e 91%, respectivamente). Deve-se observar que esses países representam mais de 95% da população da região.

Gráfico 2
Países amazônicos: proporção da população urbana, total do país,
Região Amazônica e resto do país, 2010-2019

(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL, com exceção da Guiana (Guyana Labour Force Survey 2019). Módulo sociodemográfico disponível em <https://oraotca.org/>.

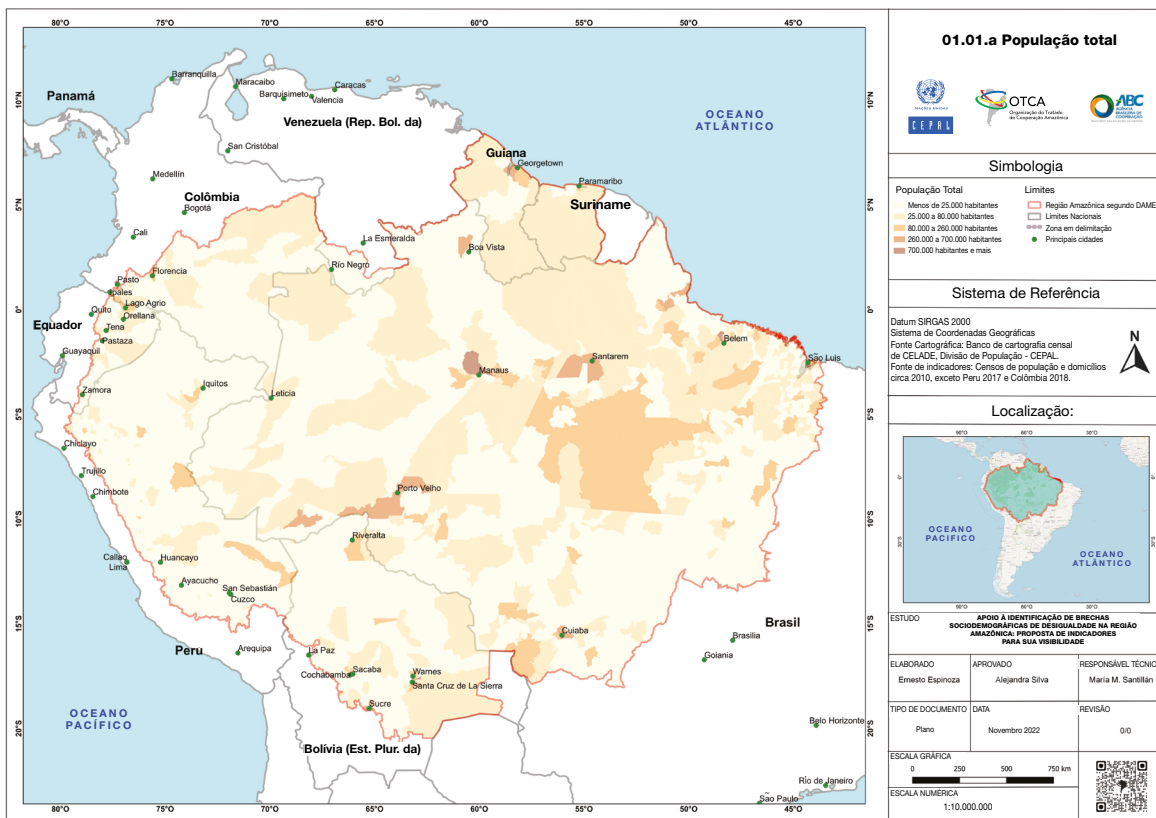
Na Região Amazônica do Equador, Guiana e Suriname, a população rural predomina, com apenas 38,80%, 27,80% e 34% da população, respectivamente, vivendo em cidades. Na República Bolivariana da Venezuela, toda a população amazônica não é urbanizada (gráfico 2).

Apesar desses números, é essencial observar que, embora haja uma proporção elevada da população urbana nos territórios amazônicos desses países, essa proporção é ainda menor em comparação com a distribuição urbana nos territórios não amazônicos dos mesmos países.

Por outro lado, o mapa 2 mostra a distribuição da população: dos 2.140 municípios, há cerca de 100 municípios com menos de 1.000 habitantes; 80% dos municípios com menos de 25.000 habitantes; mas também há centros urbanos com mais de um milhão de habitantes (no Brasil: Manaus com 1.800.000 habitantes; Belém com 1.400.000 habitantes; São Luís com 1.000.000 habitantes. No Estado Plurinacional da Bolívia: Santa Cruz de la Sierra com 1.500.000 habitantes).

Deve-se observar que há diferenças entre os países na definição de “urbano”. Em países como o Estado Plurinacional da Bolívia, o Peru e a República Bolivariana da Venezuela, a definição é baseada no tamanho da localidade (localidades com mais de 2.000 ou 2.500 habitantes são consideradas urbanas). Outros consideram critérios como contiguidade de moradias, prestação de serviços, delimitação de municípios, entre outros.

Mapa 2
Região Amazônica: população total de acordo com as
Divisões Administrativas Menores (DAME^a), 2010-2019



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL, com exceção da Guiana (Guyana Labour Force Survey 2019). Módulo sociodemográfico disponível em <https://oraotca.org/>.

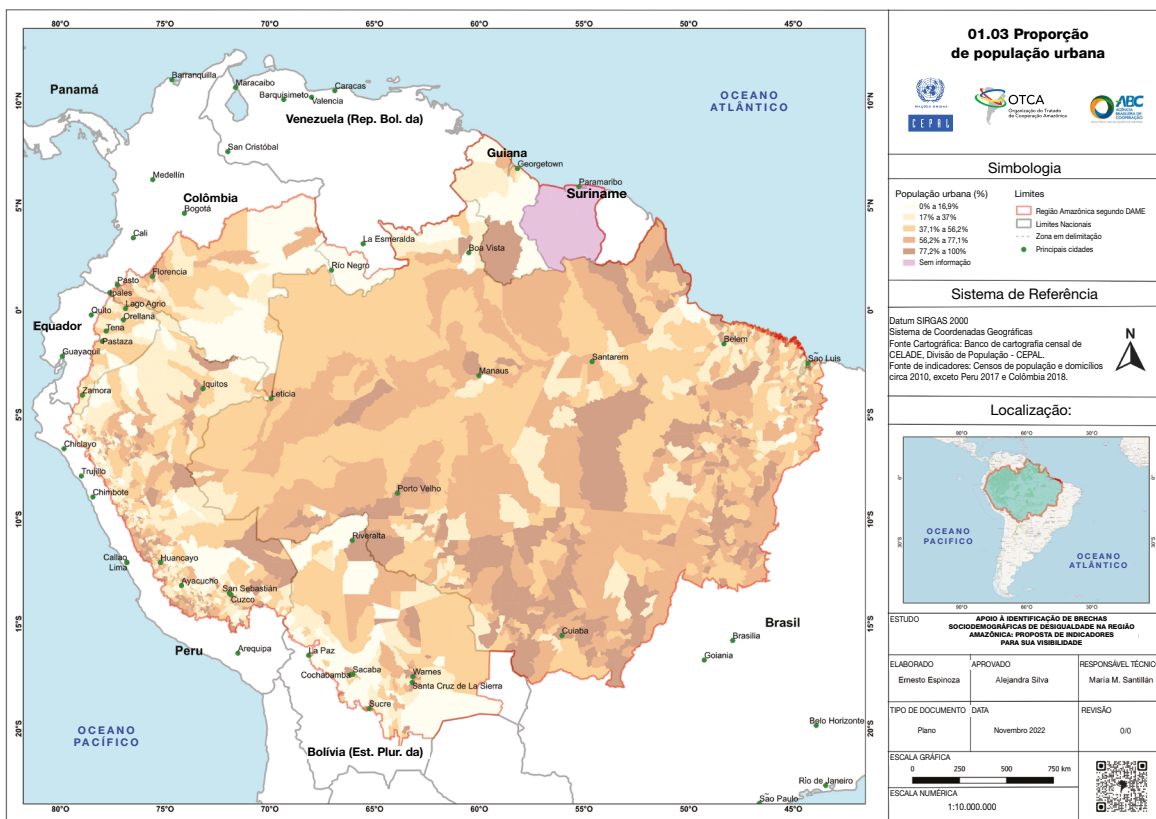
Nota: Ver anexo A5, quadro A5.1 Divisões Administrativas Menores (DAME) na categoria de 700.000 habitantes e acima.

^a As Divisões Administrativas Menores (DAME) correspondem a municípios na Bolívia (Estado Plurinacional da), Brasil, Colômbia e Venezuela (República Bolivariana da); cantões no Equador; regiões na Guiana; distritos no Peru e Suriname.

Se analisado em termos de urbanização¹¹, o mapa 3 mostra que a urbanização é generalizada em toda a Região Amazônica, principalmente no Peru e no Brasil, onde cerca de 20% dos municípios têm taxas de urbanização superiores a 77%.

¹¹ Mais informações em: https://redatam.org/redatam/pryesp/missipi/Webhelp/helpmissipi.htm#_rea_urbana_rural.htm; https://www.cepal.org/sites/default/files/default_urbana_rural.pdf; https://www.inei.gov.pe/media/MenuRecursivo/publicaciones_digitales/Est/Lib1539/cap01.pdf.

Mapa 3
Região amazônica: níveis de urbanização
por Divisões Administrativas Menores (DAME^a), 2010-2019



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais. Disponibilizados no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL, com exceção da Guiana (Guyana Labour Force Survey 2019). Módulo sociodemográfico disponível em <https://oraotca.org/>.
 Nota: Vide anexo A5, quadro A5.2. Divisões Administrativas Menores (DAME) com urbanização de 77,2% e acima. Por país 2010-2018.
^a As Divisões Administrativas Menores (DAME) correspondem a municípios na Bolívia (Estado Plurinacional da), Brasil, Colômbia e Venezuela (República Bolivariana da); cantões no Equador; regiões na Guiana; distritos no Peru e Suriname.

3. Diversidade étnico-racial

Como um padrão comum, pode-se dizer que a Amazônia se destaca por sua diversidade étnica e racial¹². Por um lado, a região abriga cerca de 6 milhões de pessoas pertencentes a povos indígenas. Desses, 44% (2.760.277 habitantes) vivem no Peru, cerca de 37% (2.300.000 habitantes) no Estado Plurinacional da Bolívia e os 19% restantes nos demais países. A Região Amazônica do Brasil¹³ abriga mais de 380.000 habitantes pertencentes a povos indígenas, representando 6% do número total de povos indígenas na Região Amazônica, um peso relativo maior do que na Colômbia, Equador, Guiana, Suriname e República Bolivariana da Venezuela. Entretanto, no total da Região Amazônica do Brasil, a população indígena representa (apenas) 1,5%.

¹² Os dados desta seção são baseados em censos populacionais e habitacionais, os quais incluem perguntas sobre autoidentificação étnica.
¹³ No Brasil, os dados de etnia obtidos pelo censo de 2010 podem estar subestimando o número de pessoas pertencentes a povos indígenas e superestimando a população afrodescendente. Isso ocorre porque as informações são baseadas em uma pergunta sobre raça e cor da pele, cujas respostas são: branca, preta, amarela, parda, indígena. As pessoas com a categoria "indígena" são consideradas indígenas; as pessoas com a categoria preta ou parda são consideradas afrodescendentes. Atualmente, está sendo discutido que é bem possível que algumas pessoas com a categoria "parda" sejam classificadas como indígenas e não como afrodescendentes.

A população afrodescendente, por outro lado, chega a quase 18 milhões de pessoas. Desses, quase 98% residem no Brasil (quadro 4). No entanto, esses números devem ser considerados com cautela, pois, em alguns casos, podem representar níveis populacionais mínimos, uma vez que, embora os censos populacionais tenham avançado progressivamente na inclusão desses povos, ainda persistem subestimações¹⁴.

Quadro 4
Região amazônica: população de acordo com o status étnico-racial, em números absolutos, 2010-2019

	Bolívia (Estado Plurinacional da), 2012	Brasil, 2010 ^a	Colômbia, 2018	Equador, 2010	Guiana, 2019	Peru, 2017	Suriname, 2012	Venezuela (República Bolivariana da), 2011
Indígena	2 300 837	382 057	288 058	245 014	288 312	2 760 277	20 550	3 991
Afrodescendentes	16 441	17 647 362	25 383	23 144	52 344	153 961	203 010	29
Restante	3 779 325	6 324 103	1 206 513	471 656	124 286	3 809 728	310 230	274
Ignorado ^b	-	4 645	40 246	-	-	274 255	2 570	35
Total	6 096 603	24 358 167	1 560 200	739 814	503 041	6 998 221	536 360	4 329

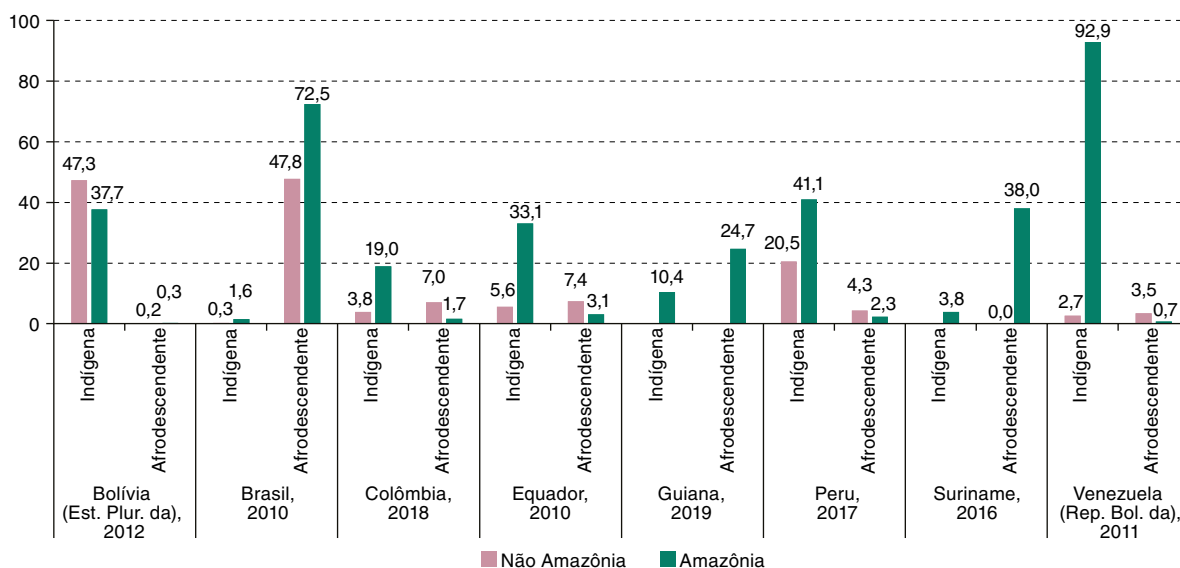
Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL, com exceção da Guiana (Guyana Labour Force Survey 2019). Módulo sociodemográfico disponível em <https://oraotca.org/>.

^a No Brasil, os dados de etnia obtidos do censo de 2010 podem estar subestimando o número de pessoas pertencentes a povos indígenas e superestimando a população afrodescendente.

^b Ignorados: são aqueles que não responderam às perguntas sobre autoidentificação étnico-racial.

Se a situação na Região Amazônica e no restante de cada país for comparada por país (gráfico 3), pode-se observar que, na Colômbia, no Equador e no Peru, as proporções da população indígena na Região Amazônica oscilam entre 20% e 40% da população, o que é muito maior do que no restante do território desses países.

Gráfico 3
Países amazônicos: proporção da população indígena e afrodescendente, Região Amazônica e resto do país, 2010-2019
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL, com exceção da Guiana (Guyana Labour Force Survey 2019). Módulo sociodemográfico disponível em <https://oraotca.org/>.

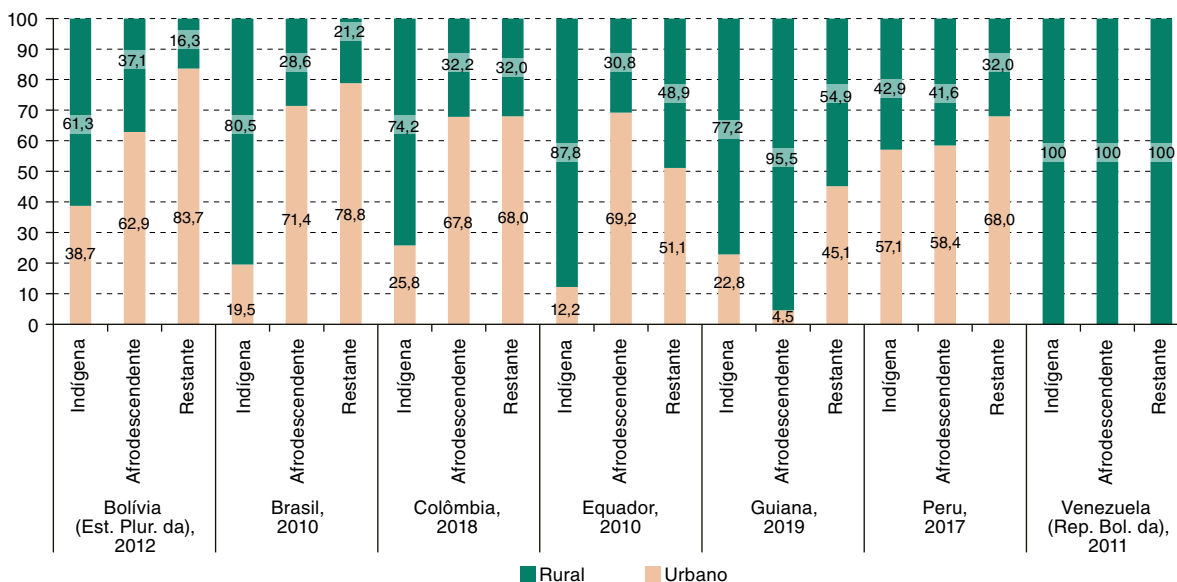
¹⁴ Para obter mais detalhes sobre a identificação de povos indígenas e afrodescendentes, consulte o documento "Aspectos conceptuales de los censos de población y vivienda: desafíos para la definición de contenidos incluyentes en la ronda 2020". Disponível em <https://www.cepal.org/es/publicaciones/44944-aspectos-conceptuales-censos-poblacion-vivienda-desafios-la-definicion>.

No Peru, a proporção da população indígena é duas vezes maior; na Colômbia, cinco vezes maior; e no Equador, seis vezes maior do que na região não amazônica de cada país. O Estado Plurinacional da Bolívia é o único país em que a proporção da população indígena é maior na Região Não Amazônica (47%) do que na Região Amazônica (37,7%). A República Bolivariana da Venezuela tem 92,9% de população indígena.

O Brasil, por outro lado, destaca-se por sua alta proporção de população afrodescendente (72,5%; 50% a mais do que o restante do país). O Suriname e a Guiana, países totalmente amazônicos, têm 38% e quase 25% (respectivamente) da população afrodescendente.

Com relação à distribuição por área de residência, o gráfico 4 mostra que, na maioria dos países, mais de 75% da população indígena reside em áreas rurais. A situação é diferente no Peru e no Estado Plurinacional da Bolívia, países com altas proporções de indígenas vivendo em cidades (57% e 39%, respectivamente).

Gráfico 4
Região amazônica: distribuição das populações indígenas, afrodescendentes e outras por área de residência, 2010-2019
 (Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL, com exceção da Guiana (Guyana Labour Force Survey 2019). Sem dados para o Suriname. Módulo sociodemográfico disponível em <https://oraotca.org/>.

No caso da população afrodescendente e do restante da população, em todos os países, com exceção da Guiana, a maioria vive em cidades. É importante lembrar que todo o território amazônico da República Bolivariana da Venezuela corresponde a áreas rurais.

Para entender as desigualdades étnico-raciais e poder agir por meio de políticas públicas, também é importante conhecer o peso relativo que elas ocupam no território.

A quadro 5 classifica os 2.140 municípios amazônicos de acordo com o número de pessoas pertencentes a povos indígenas e seu peso relativo no total do município. Em termos gerais, pode-se observar que:

- Os povos indígenas estão espalhados por toda a Amazônia. Apenas 10% dos municípios (229 de 2.140) não têm povos indígenas autoidentificados. Esses municípios estão localizados principalmente no Brasil e apenas 9 no Peru (veja o mapa 4).
- As maiores concentrações de povos indígenas são encontradas em municípios do Estado Plurinacional da Bolívia (Santa Cruz de la Sierra, Cochabamba, Sucre, Sacaba, aqueles com as maiores populações) e do Peru (Ayacucho, San Sebastián e Cusco) (mapa 4).
- Em 45% dos municípios, os povos indígenas têm um peso relativo baixo, representando menos de 20% da população total do município (mapa 5).
- Em 30% dos municípios, os povos indígenas são a maioria da população (mapa 5).
- O tamanho do município é uma variável a ser considerada, pois:
 - Nos municípios pequenos (com menos de 2.500 habitantes), os povos indígenas são maioria em quase 50% e têm baixas proporções em 30% dos municípios, enquanto que;
 - Nos municípios grandes (mais de 10.000 habitantes), eles são maioria em apenas 17% e em quase 60% têm baixo peso relativo. A exceção é o Estado Plurinacional da Bolívia, onde eles são a maioria em mais de 55% dos municípios.

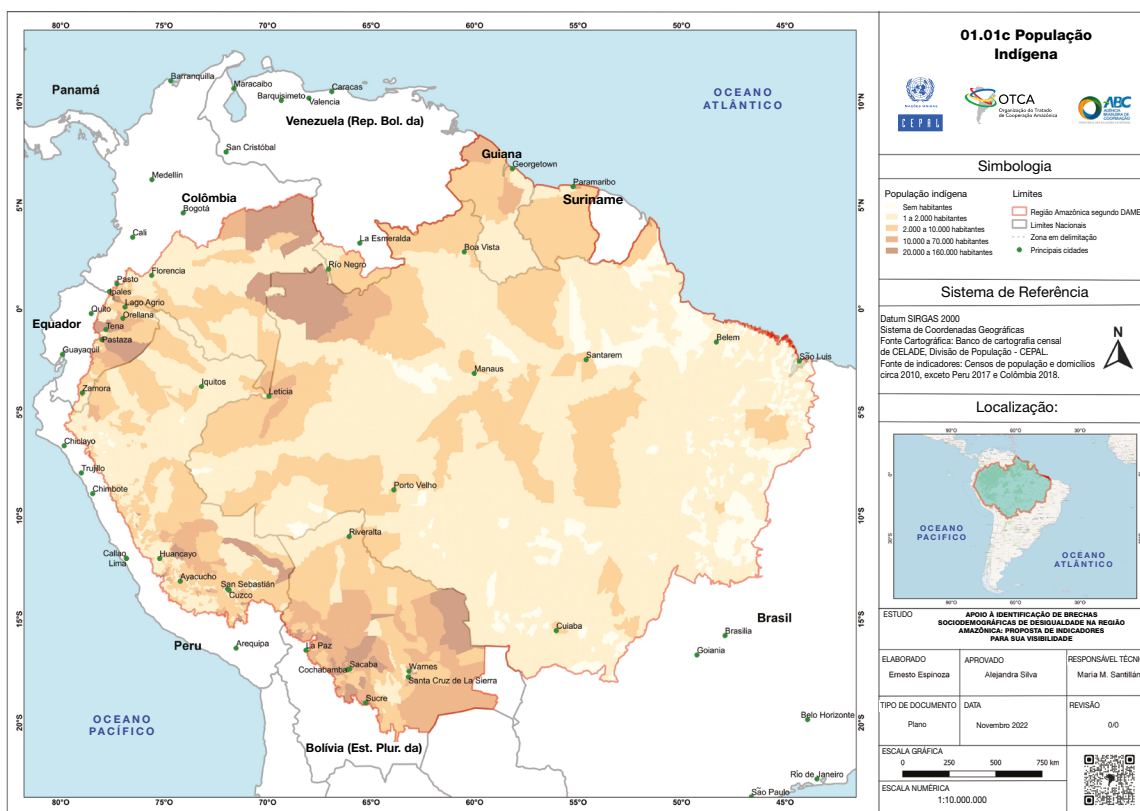
A mesma análise pode ser realizada em cada país (vide anexo A4, quadro A4.1).

Quadro 5
Municípios amazônicos: distribuição por número de pessoas pertencentes a povos indígenas e sua participação na população total, 2010-2019
(Em números absolutos e porcentagens)

	Número de habitantes do município			Total
	Menos de 2 500	2 500 a 10 000	Mais de 10 000	
Sem Povos indígenas	30 7,2%	99 12,2%	100 11,0%	229 10,7%
Menos de 20%	125 30,0%	298 36,6%	533 58,6%	956 44,7%
20%-60%	52 12,5%	132 16,2%	125 13,7%	309 14,4%
60% ou mais	207 49,8%	285 35%	152 16,7%	644 30,1%
Total	416 100.0%	814 100.0%	910 100.0%	2140 100.0%

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL.

Mapa 4
Região Amazônica: população indígena total de acordo com as
Divisões Administrativas Menores (DAME)^a, 2010-2019



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL, com exceção da Guiana (Guyana Labour Force Survey 2019). Módulo sociodemográfico disponível em <https://oraotca.org/>.

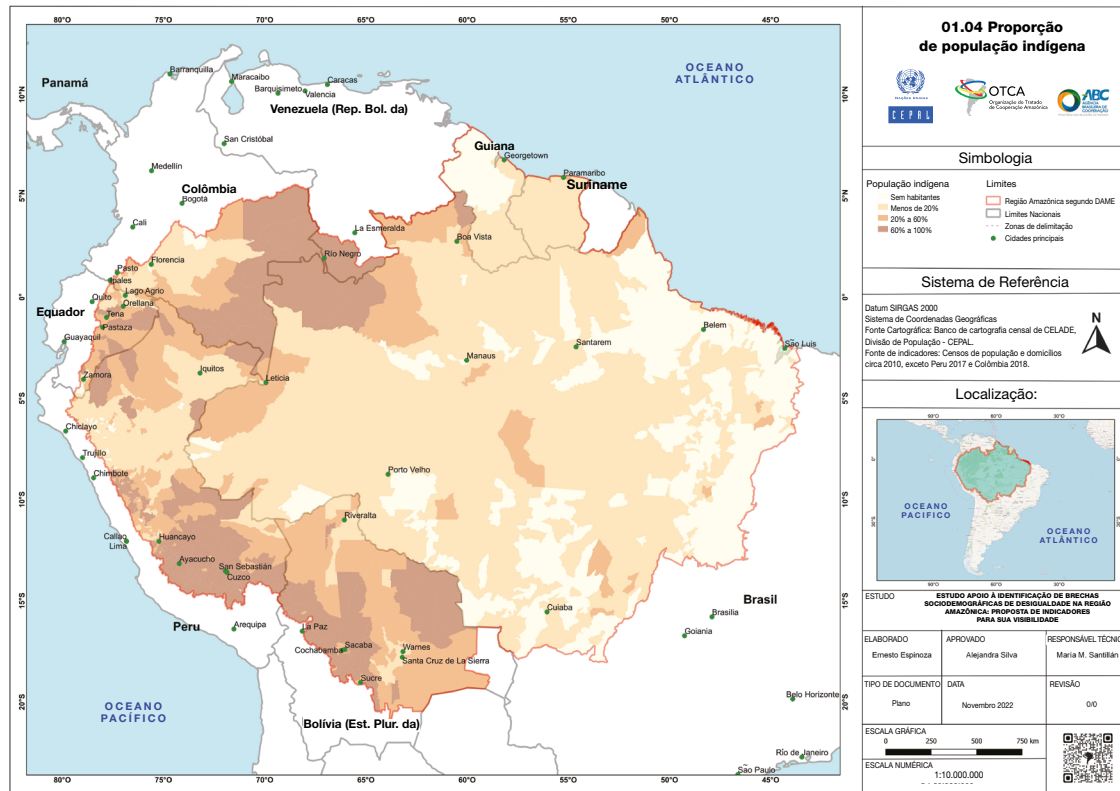
Nota: Vide anexo A5, quadro A5.3 Divisões Administrativas Menores (DAME) com 20.000 ou mais pessoas pertencentes a povos indígenas.

^a As Divisões Administrativas Menores (DAME) correspondem a municípios na Bolívia (Estado Plurinacional da), Brasil, Colômbia e Venezuela (República Bolivariana da); cantões no Equador; regiões na Guiana; distritos no Peru e Suriname.

Se o mesmo tipo de análise for realizado para a população afrodescendente (quadro 6), pode-se observar que:

- Cerca de 26% dos municípios não registram afrodescendentes. Esses municípios estão localizados principalmente no Peru (veja o mapa 6).
- A grande maioria da população afrodescendente na Amazônia está localizada no Brasil. Os municípios mais importantes são Manaus (1.300.000), Belém (1.007.000), São Luís (706.000), Cuiabá (360.000), Ananindeua (355.000), Porto Velho (295.000), Macapá (288.000), Rio Branco (242.000), Santarém (230.000), Boa Vista (202.000), não apenas pelo número de afrodescendentes, mas também porque, em todos eles, eles representam mais de 70% da população (mapa 6).
- Em 37% dos municípios, os afrodescendentes têm um peso relativo baixo, pois não chegam a 20% da população total do município (mapa 6).
- Em 30% dos municípios da Região Amazônica, todos no Brasil, os afrodescendentes são a maioria da população (mapa 7). Se considerarmos apenas o Brasil, as populações afrodescendentes são a maioria em 85% dos municípios da Região Amazônica brasileira, independentemente do tamanho do município (vide anexo A4, quadro A4.2).

Mapa 5
Região Amazônica: proporção da população pertencente a povos indígenas
por Divisões Administrativas Menores (DAME^a), 2010-2019



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL, com exceção da Guiana (Guyana Labour Force Survey 2019). Módulo sociodemográfico disponível em <https://oraotca.org/>

Nota: Consulte o Anexo A5, quadro A5.4 Divisões Administrativas Menores (DAME) com 50% ou mais de pessoas pertencentes a Povos Indígenas.

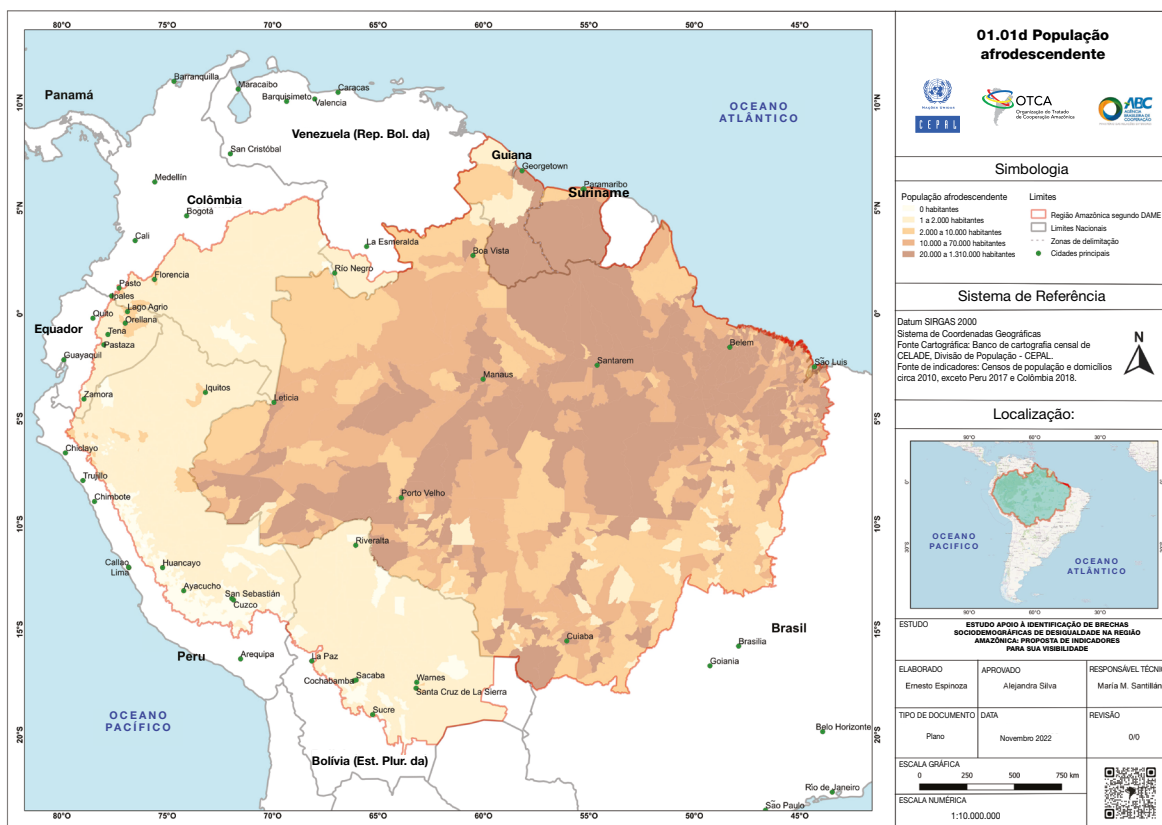
^a As Divisões Administrativas Menores (DAME) correspondem a municípios na Bolívia (Estado Plurinacional da), Brasil, Colômbia e Venezuela (República Bolivariana da); cantões no Equador; regiões na Guiana; distritos no Peru e Suriname.

Quadro 6
Municípios amazônicos: distribuição de acordo com o número de pessoas afrodescendentes
e a proporção que representam na população total, 2010-2019
(Em números absolutos e porcentagens)

	Número de habitantes do município			Total
	Menos de 2 500	2 500 a 10 000	Mais de 10 000	
Sem afrodescendentes	221	253	92	566
	53,1%	31,1%	10,1%	26,4%
Menos de 20%	160	328	312	800
	38,5%	40,3%	34,3%	37,4%
20%-60%	4	39	76	119
	1,0%	4,8%	8,4%	5,6%
60% ou mais	31	194	430	655
	7,5%	23,8%	47,3%	30,6%
Total	416	814	910	2 140
	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL.

Mapa 6
Região Amazônica: população total de afrodescendentes de acordo com as Divisões Administrativas Menores (DAME)^a, 2010-2019



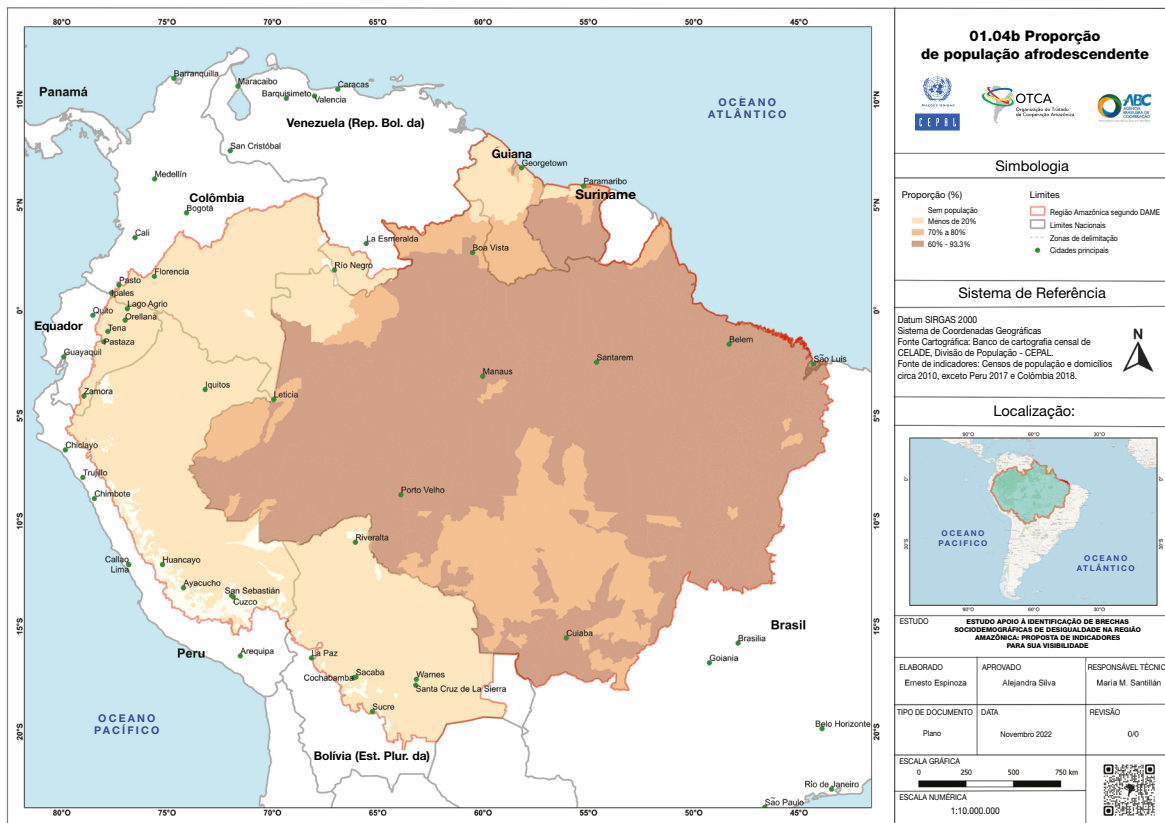
Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL, com exceção da Guiana (Guyana Labour Force Survey 2019). Módulo sociodemográfico disponível em <https://oraotca.org/>
 Nota: Ver anexo A5, quadro A5.5. Divisões Administrativas Menores (DAME) com 20.000 ou mais pessoas afrodescendentes.

^a As Divisões Administrativas Menores (DAME) correspondem a municípios na Bolívia (Estado Plurinacional da), Brasil, Colômbia e Venezuela (República Bolivariana da); cantões no Equador; regiões na Guiana; distritos no Peru e Suriname.

Isso leva à conclusão de que as assimetrias sociodemográficas, que serão apresentadas nas seções seguintes, são acompanhadas por um alto grau de heterogeneidade territorial e sociopolítica, o que implica enormes desafios políticos para a Região Amazônica.

Outra questão importante a ser mencionada é a limitação de fazer leituras em nível municipal para caracterizar a situação dos povos indígenas e afrodescendentes, quando a realidade mostra que seus territórios, em muitos casos, não coincidem com os limites municipais. Todas essas questões devem ser consideradas, pois garantir os direitos territoriais desses povos é fundamental para sua sobrevivência e seus planos de vida (Del Popolo, 2018, CEPAL e FILAC, 2020, CEPAL e UNFPA, 2020).

Mapa 7
Região Amazônica: proporção da população total de afrodescendentes de acordo com as Divisões Administrativas Menores (DAME)^a, 2010-2019



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL, com exceção da Guiana (Guyana Labour Force Survey 2019). Módulo sociodemográfico disponível em <https://oraotca.org/>.

Nota: Vide anexo A5, quadro A5.6. Divisões Administrativas Menores (DAME) com 60% ou mais pessoas afrodescendentes.

^a As Divisões Administrativas Menores (DAME) correspondem a municípios na Bolívia (Estado Plurinacional da), no Brasil, na Colômbia e na República Bolivariana da Venezuela; cantões no Equador; regiões na Guiana; distritos no Peru e no Suriname.

B. Fecundidade e mortalidade

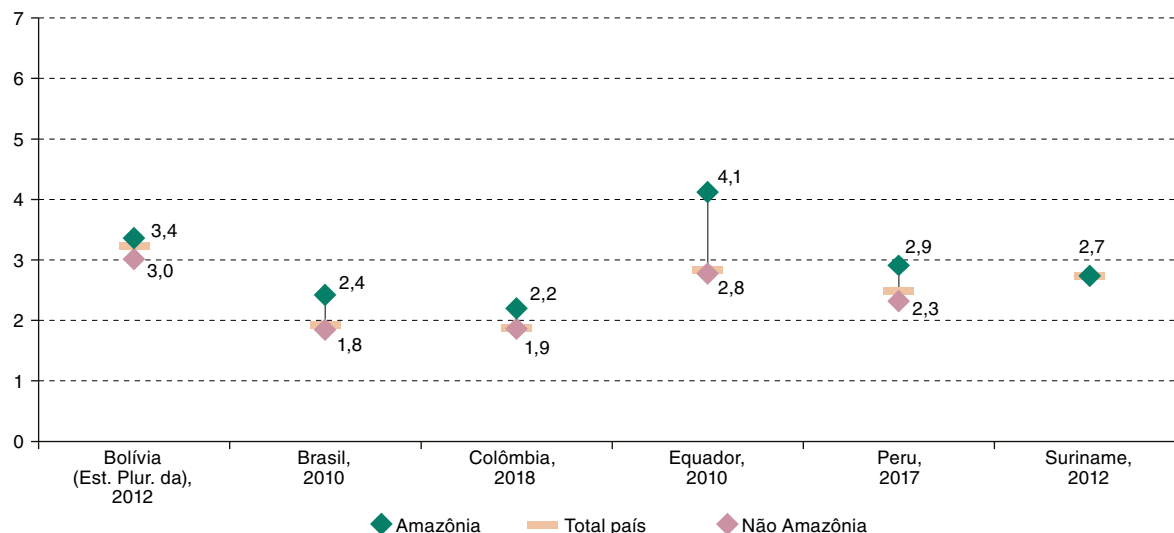
1. Fecundidade

A fecundidade, entendida como o número médio de filhos que as mulheres têm, é importante não apenas como a principal variável da dinâmica demográfica, mas também como um indicador que permite monitorar, ainda que indiretamente, o exercício dos direitos reprodutivos das mulheres: estima-se que contextos de alta fecundidade possam ser consequência de dificuldades de conhecimento e acesso a métodos contraceptivos, entre outros problemas.

Nesse sentido, embora a fecundidade em cada país varie entre 1,8 e 3,2 filhos por mulher, os níveis na Região Amazônica são mais altos, com valores entre 2,2 e 4,1 filhos por mulher (gráfico 5).

A Colômbia se destaca por ter os níveis mais baixos de fecundidade e as menores diferenças entre as populações amazônicas e não amazônicas. No outro extremo está o Equador, com os níveis mais altos e as maiores diferenças: 2,8 filhos por mulher entre os não amazônicos e 4,1 filhos por mulher na Região Amazônica.

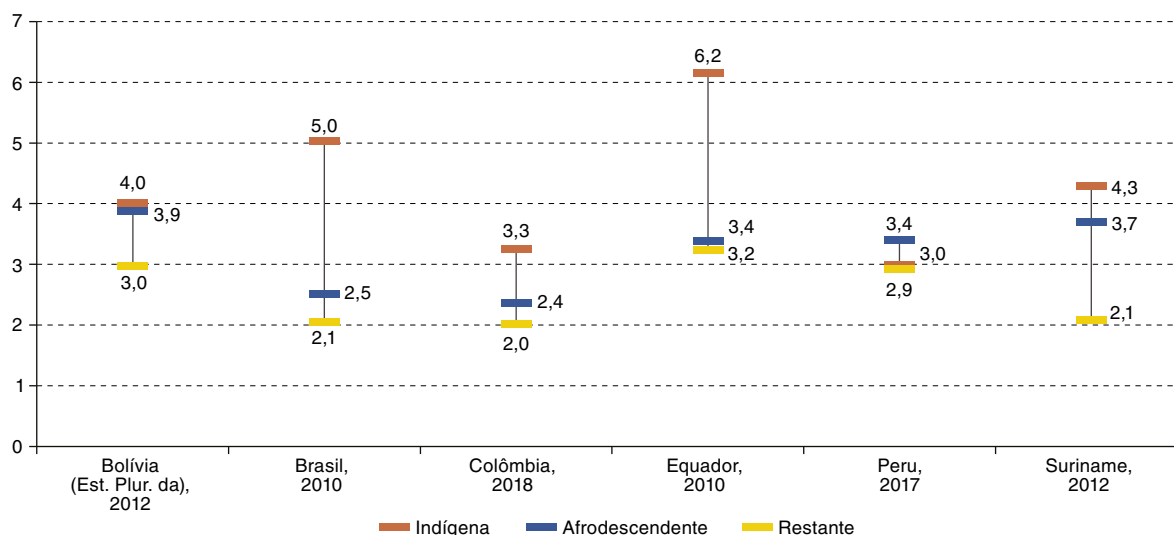
Gráfico 5
Países amazônicos: taxa de fecundidade total, país total, Região Amazônica e resto do país, 2010-2018
(Em número de filhos por mulher)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL. Módulo sociodemográfico disponível em <https://oraotca.org/>.
 Nota: Não há dados para a Guiana e a República Bolivariana da Venezuela.

Observando apenas a Região Amazônica e analisando por etnia (veja o gráfico 6), as diferenças entre as populações aumentam. Em todos os países, as mulheres indígenas têm uma taxa de fecundidade mais alta do que as mulheres afrodescendentes e outras mulheres. Nesse caso, a Colômbia é o país com o nível mais baixo e as menores lacunas, e o Equador é o país com os níveis e lacunas mais altos, pois a fecundidade entre as mulheres indígenas chega a 6,2 filhos(as).

Gráfico 6
Região Amazônica: taxa de fecundidade total, por etnia, 2010-2018
(Em número de filhos por mulher)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL. Módulo sociodemográfico disponível em <https://oraotca.org/>.
 Nota: Não há dados para a Guiana e a República Bolivariana da Venezuela.

As perguntas são: até que ponto esses níveis mais altos de fecundidade das populações indígenas são o resultado de padrões culturais, com uma escolha livre de um número maior de filhos do que o restante das mulheres da região; e até que ponto elas respondem a dificuldades no exercício de seus direitos reprodutivos?

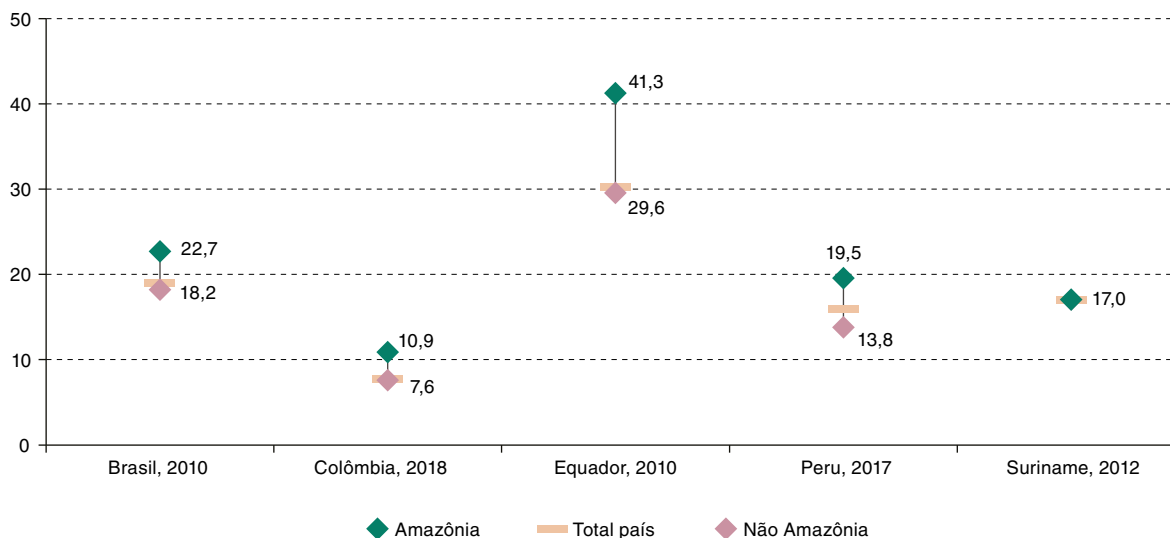
Como as trajetórias reprodutivas dos povos indígenas estão ligadas à sua organização sociocultural e seus efeitos sobre determinantes próximos (nupcialidade, contracepção, entre outros), algumas evidências a esse respeito tendem a concluir que as desigualdades são combinadas com especificidades culturais (Del Popolo, 2017). O desafio é fechar as lacunas no acesso à saúde sexual e reprodutiva, articulando direitos individuais e coletivos.

2. Mortalidade infantil

Descobriu-se que a mortalidade infantil, que ocorre antes dos cinco anos de idade, está ligada à pobreza e é o resultado de vários fatores, incluindo a falta de acesso a água potável e saneamento, poluição ambiental, cuidados pré-natais, desnutrição, baixo peso ao nascer, doenças infecciosas, falta de vacinação, entre outros fatores inter-relacionados (CEPAL e UNICEF, 2007).

O gráfico 7 mostra que os maiores riscos de mortalidade infantil estavam no Equador em 2010, com uma média nacional de 30 mortes de menores de cinco anos por mil nascidos vivos e uma diferença de mais de 10 mortes por mil nascidos entre as populações amazônicas e não amazônicas. No restante dos países, tanto os níveis quanto as diferenças são menores, embora continuem significativos, especialmente no Peru e no Brasil.

Gráfico 7
Países amazônicos: taxa de mortalidade infantil, total do país, Região Amazônica e resto do país, 2010-2018
(Por mil nascimentos)

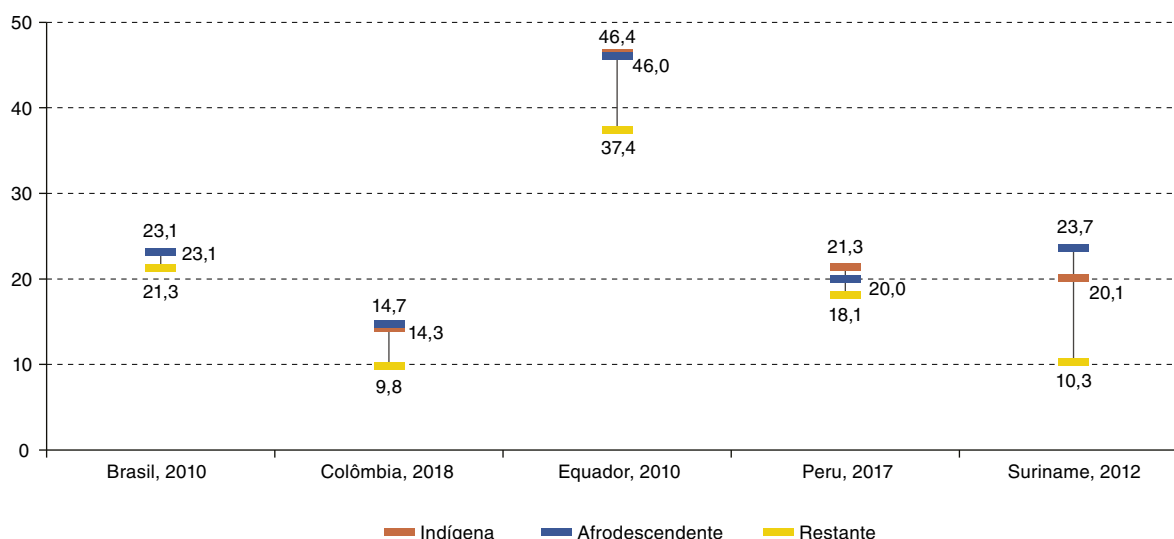


Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL. Módulo sociodemográfico disponível em <https://oraotca.org/>.

Nota: Não há dados para o Estado Plurinacional da Bolívia, Guiana e República Bolivariana da Venezuela.

Se esse indicador for avaliado dentro da Região Amazônica de acordo com a condição de etnia, observa-se que existem diferenças importantes.

Gráfico 8
Região Amazônica: taxa de mortalidade infantil por condição étnica, 2010-2018
 (Por mil nascimentos)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL). Módulo sociodemográfico disponível em <https://oraotca.org/>.

Nota: Não há dados para o Estado Plurinacional da Bolívia, Guiana e República Bolivariana da Venezuela.

C. Pobreza

É sabido que a pobreza é um dos indicadores mais complexos, pois há diferentes concepções e vários métodos para medi-la. Até mesmo os povos indígenas têm suas próprias concepções de bem-estar e pobreza, que devem ser consideradas. Assim, o desafio de “acabar com a pobreza”, conforme estabelecido na Agenda 2030, leva a dificuldades de medição.

Quanto mais completa for a definição, mais complexa será a medição, pois geralmente não há dados suficientes disponíveis. Nesse contexto, este estudo adotou a proposta da Agenda 2030, que define a pobreza como “a insuficiência de recursos monetários para alcançar um nível de bem-estar compatível com a dignidade humana” (CEPAL, 2018, p. 11), mensurável com pesquisas domiciliares. Além disso, o método das Necessidades Básicas Insatisfeitas, como será apresentado a seguir.

1. Pobreza de renda

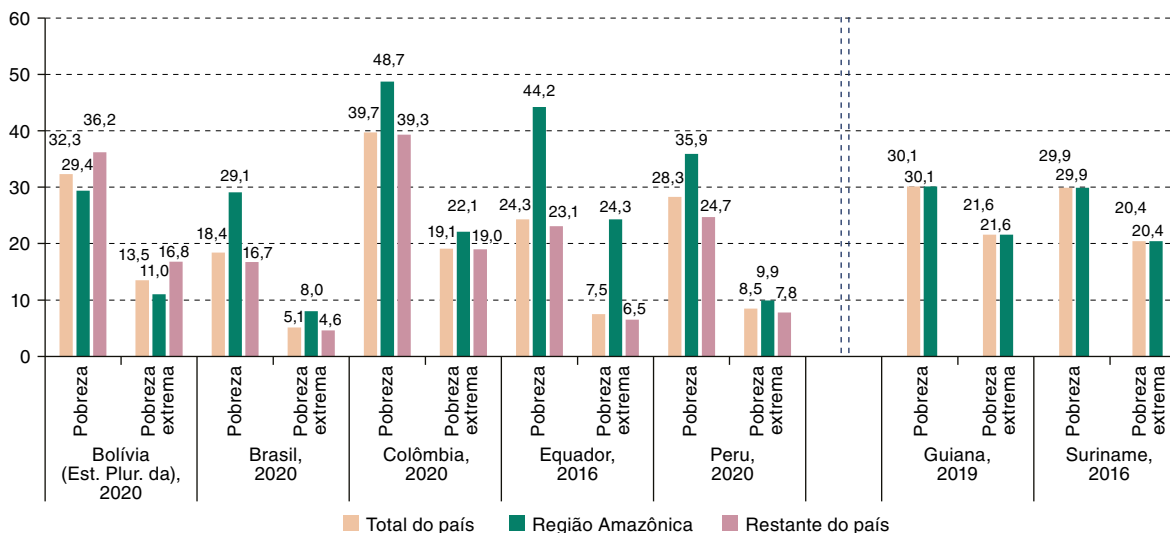
A pobreza de renda leva a “privações no acesso a bens e serviços básicos e proteção social adequada” (CEPAL, 2018, p. 11) e a um menor acesso à educação, à saúde e à falta de participação na sociedade (CEPAL e FILAC, 2020).

Deve-se esclarecer que a medição em todos os países segue a linha de pobreza da CEPAL, com exceção da Guiana e do Suriname, que seguem a metodologia do Banco Mundial.

A pobreza extrema refere-se à insuficiência de recursos monetários para atender a uma cesta básica de alimentos. Em outras palavras, as pessoas nessa situação estão abaixo da linha de pobreza extrema, com renda insuficiente para atender às suas necessidades alimentares.

O gráfico 9 mostra que a pobreza e a extrema pobreza são sistematicamente mais altas na Região Amazônica do que na região não amazônica em todos os países, com exceção do Estado Plurinacional da Bolívia.

Gráfico 9
Países amazônicos: proporção da população em situação de pobreza e extrema pobreza, total do país, Região Amazônica e resto do país, 2016-2020
(Em porcentagens)



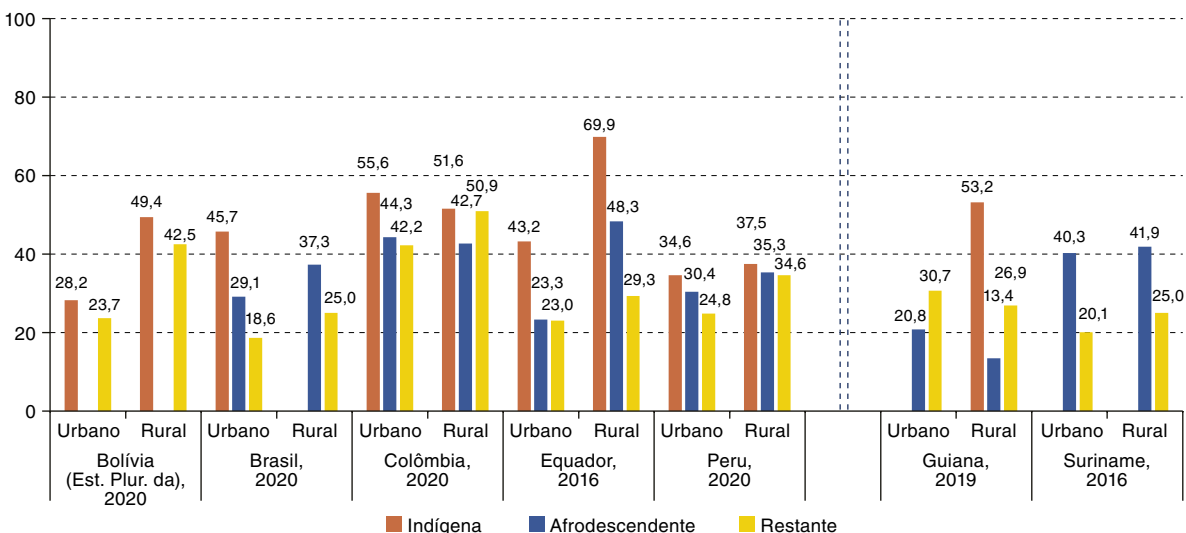
Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no Banco de Dados de Pesquisas Domiciliares (BADEHOG). Módulo sociodemográfico disponível em <https://oraotca.org/>.

Nota: A medição em todos os países segue a linha de pobreza da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com exceção da Guiana e do Suriname, que seguem a metodologia do Banco Mundial. Não há dados para a República Bolivariana da Venezuela.

Alguns países apresentam grandes diferenças na porcentagem de pobreza extrema na Região Amazônica em comparação com o restante do país. Na Colômbia, no Equador, na Guiana e no Suriname, a pobreza extrema entre a população amazônica ultrapassa 20%.

Quando a análise se concentra na Amazônia, e considera a área de residência e o status étnico-racial (gráficos 10 e 11), surgem lacunas importantes, onde os Povos Indígenas registram os maiores níveis de pobreza e pobreza extrema, que aumentam nas áreas rurais.

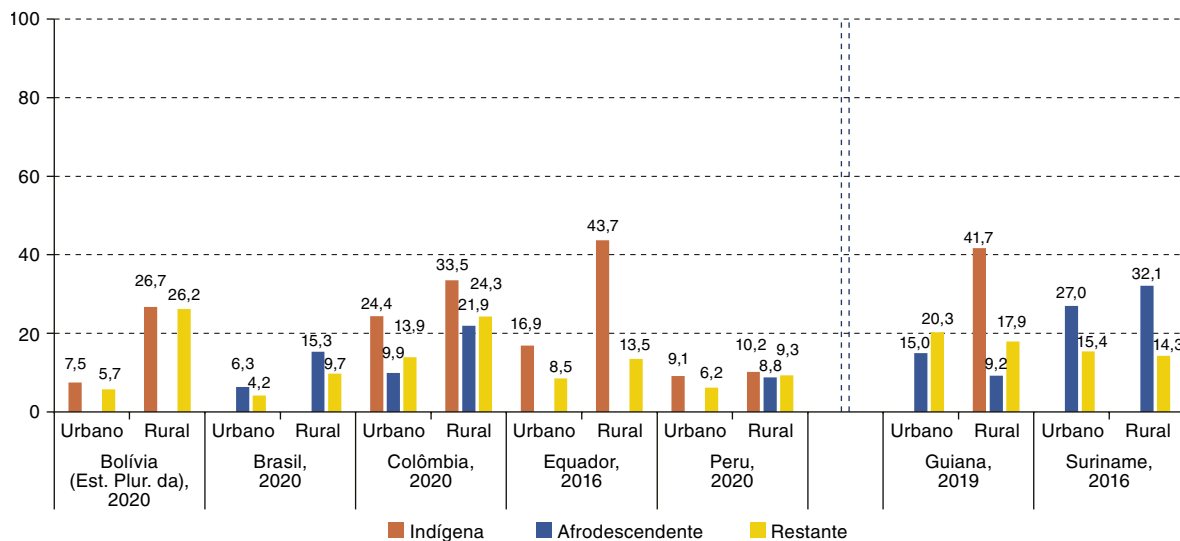
Gráfico 10
Região amazônica: proporção da população que vive na pobreza, por status étnico-racial e área de residência, 2016-2020
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no Banco de Dados de Pesquisas Domiciliares (BADEHOG). Módulo sociodemográfico disponível em <https://oraotca.org/>.

Nota: A medição em todos os países segue a linha de pobreza da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com exceção da Guiana e do Suriname, que seguem a metodologia do Banco Mundial. Não há dados para a República Bolivariana da Venezuela.

Gráfico 11
Região amazônica: proporção da população vivendo em extrema pobreza,
por status étnico-racial e área de residência, 2016-2020
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no Banco de Dados de Pesquisas Domiciliares (BADEHOG). Módulo sociodemográfico disponível em <https://oraotca.org/>. Sem dados para a República Bolivariana da Venezuela. Nota: A medição em todos os países segue a linha de pobreza da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com exceção da Guiana e do Suriname, que seguem a metodologia do Banco Mundial.

Quanto à população afrodescendente, a situação é intermediária, entre os povos indígenas e o restante da população, com exceção de alguns países, onde a pobreza os afeta em menor grau do que o restante da população.

De acordo com essas evidências, a pobreza na Região Amazônica é maior nas áreas rurais, e essa desigualdade territorial em relação às áreas urbanas é reforçada pelas desigualdades étnico-raciais (e vice-versa), sendo a população indígena sempre a mais afetada.

Atualmente, há uma presença crescente de povos indígenas nas cidades. No entanto, a vida nas cidades se torna um desafio de sobrevivência para as comunidades indígenas, pois elas estão sujeitas e expostas à pobreza extrema, à marginalização e à exclusão, ao acesso restrito ao mercado de trabalho e à satisfação de suas necessidades básicas, como resultado da discriminação estrutural (CEPAL e FILAC, 2020). Para superar a pobreza, é necessário abordar as desigualdades e assimetrias entre grupos populacionais inerentes à dinâmica do desenvolvimento (CEPAL, 2018).

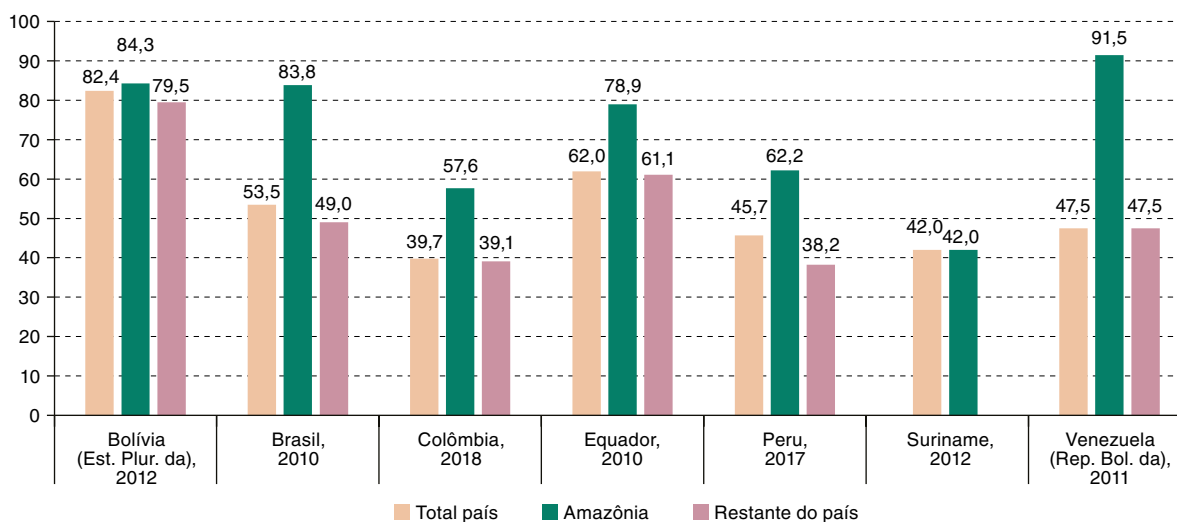
Uma limitação desse indicador reside no fato de que, como as fontes de dados são coletadas de pesquisas domiciliares, não é possível desagregar para níveis municipais dentro da Região Amazônica.

2. Necessidades Básicas Insatisfeitas (NBI)

Outra forma de medir a pobreza é o método das Necessidades Básicas Insatisfeitas (NBI). Esse indicador reflete a privação em um conjunto de dimensões (moradia, acesso a serviços básicos, educação e capacidade econômica familiar) que afetam o bem-estar e o desenvolvimento das pessoas¹⁵.

O gráfico 12 mostra que, em todos os países, a proporção da população com pelo menos uma NBI é maior na Região Amazônica do que no restante de cada país. Os níveis mais altos são observados na República Bolivariana da Venezuela, no Estado Plurinacional da Bolívia e no Brasil, nessa ordem, países que ultrapassam 80% da população. As maiores lacunas são encontradas na República Bolivariana da Venezuela, no Brasil, no Peru e no Equador.

Gráfico 12
Países amazônicos: proporção da população com pelo menos uma necessidade básica insatisfeita, total do país, Região Amazônica e resto do país, 2010-2018
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL. Módulo sociodemográfico disponível em <https://oraotca.org/>.

Nota: Não há dados para a Guiana.

Os níveis são mais altos quando se considera a condição étnica do território (gráfico 13), com as populações rurais indígenas sendo as mais afetadas. Além disso, destacam-se 20% dos municípios com quase toda a população (mais de 97%) com pelo menos uma NBI (mapa 8), distribuídos em todos os países da região, com exceção do Suriname¹⁶. Quando desagregada por país, essa situação é observada em mais de 30% dos municípios do Estado Plurinacional da Bolívia, Brasil e Equador, 23% dos municípios do Equador e 5% dos municípios do Peru (consulte o anexo A5, quadro A5.7).

¹⁵ Ao longo dos anos, seu cálculo variou quanto ao número de dimensões a serem incluídas e quanto à profundidade da medição. No presente estudo, as dimensões são formadas com base na avaliação dos indivíduos de acordo com o fato de pertencerem ou não a domicílios com qualquer uma das seguintes privações:

NBI1. Moradia: Pessoas em domicílios onde há mais de 2,5 pessoas por quarto ou 2 ou mais pessoas e o quartos são consideradas sobrelotadas.

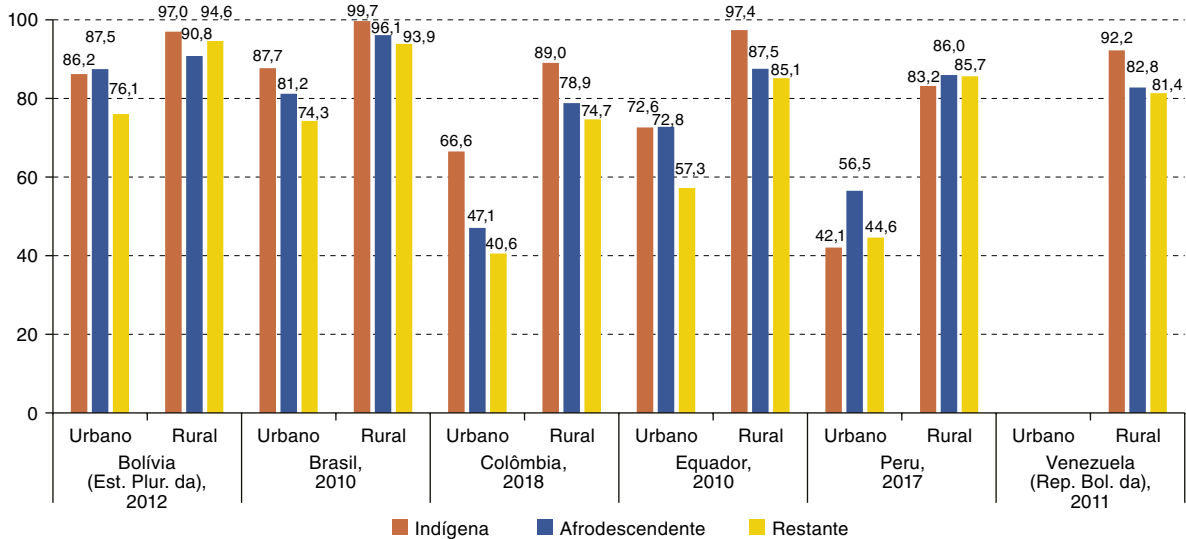
NBI2. Acesso a serviços básicos: Mede o déficit de serviços básicos da residência. Portanto, avalia se há o mínimo necessário na qualidade da água que abastece a residência e no sistema de eliminação de excrementos. O limite é diferenciado para áreas urbanas e rurais.

NBI3. Educação: Pessoas em domicílios com crianças de 0 a 17 anos que, de acordo com a idade oficial por país, deveriam estar em uma instituição educacional, mas não estão frequentando nenhuma, são consideradas carentes.

NBI4. Capacidade econômica: Mede a vulnerabilidade econômica de uma família, expressa na baixa escolaridade do chefe da família e na alta dependência econômica da família em relação ao seu trabalho. Para obter mais informações, consulte os metadados dos indicadores do projeto.

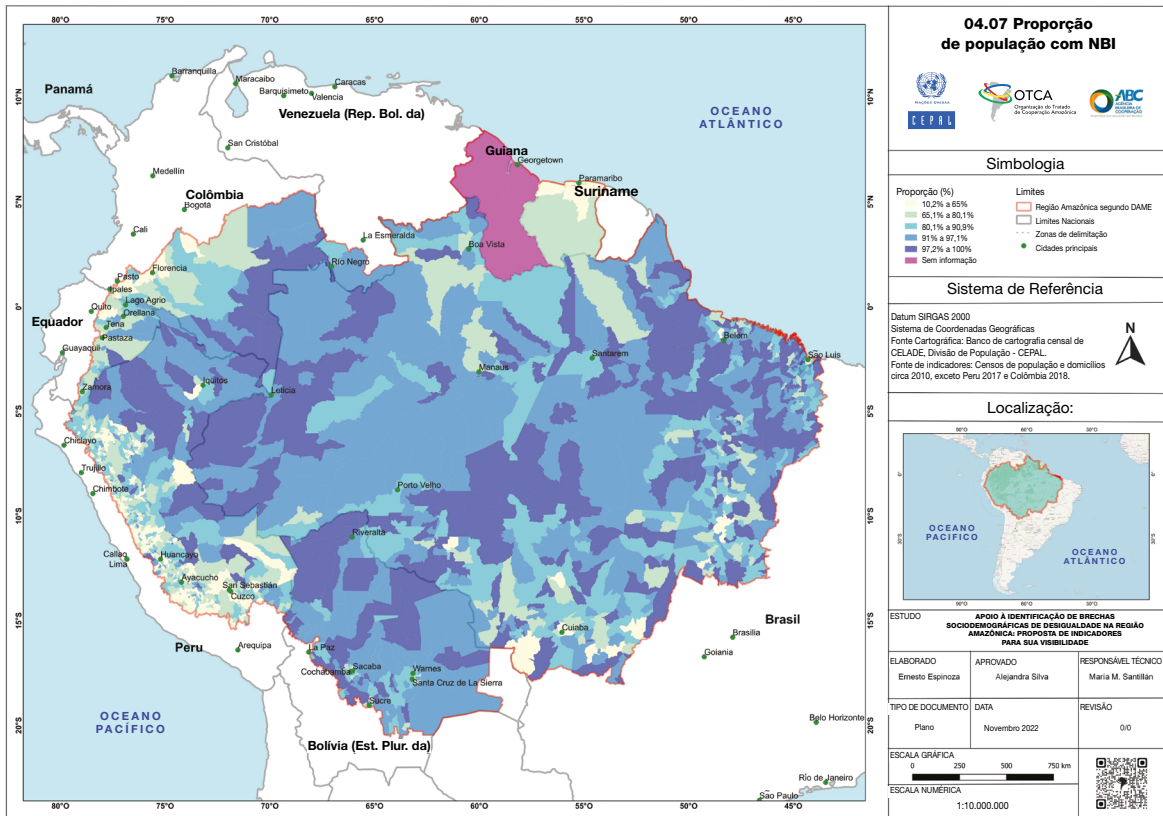
¹⁶ Não há dados para a Guiana (consulte o anexo A5, quadro A5.7). Dez municípios com a maior proporção de população com NBI, por país.

Gráfico 13
Região Amazônica: proporção da população com necessidades básicas não atendidas,
por etnia e área de residência, 2010-2018
 (Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL. Módulo sociodemográfico disponível em <https://oraotca.org/>.
 Nota: Não há dados para a Guiana e o Suriname.

Mapa 8
Região Amazônica: proporção da população com pelo menos uma necessidade básica não atendida,
de acordo com as Divisões Administrativas Menores (DAME^a), 2010-2018



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL. Módulo sociodemográfico disponível em <https://oraotca.org/>.
 Nota: Vide anexo A5, quadro A5.7. Divisões administrativas menores com 97,7% ou mais de pessoas com pelo menos uma NBI.
^a As Divisões Administrativas Menores (DAME) correspondem a municípios na Bolívia (Estado Plurinacional da), Brasil, Colômbia e Venezuela (República Bolivariana da); cantões no Equador; regiões na Guiana; distritos no Peru e Suriname.

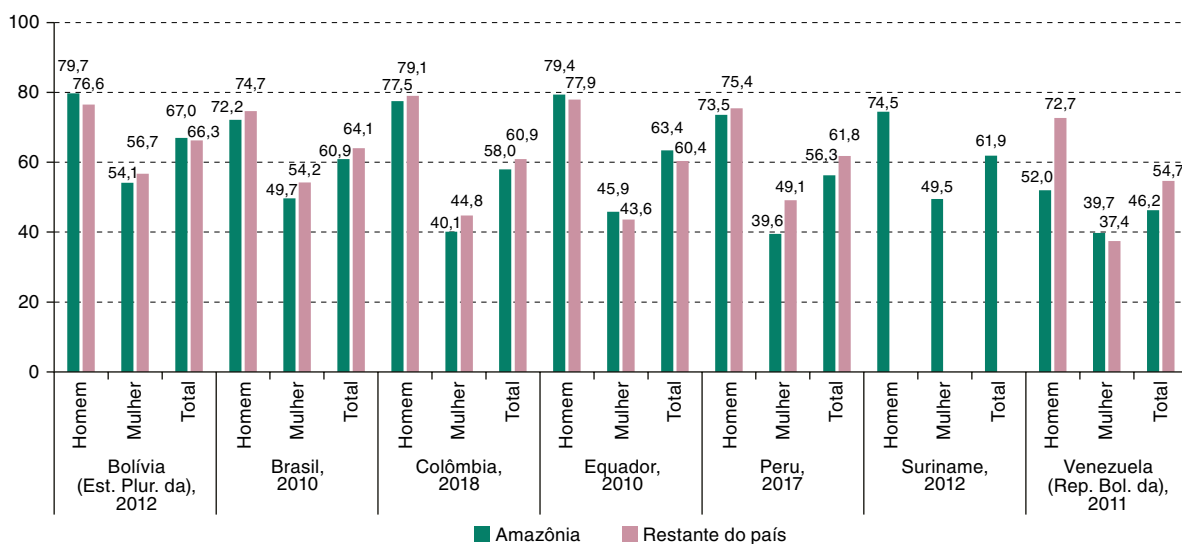
D. Mercado de trabalho

1. Acesso ao mercado de trabalho

Os valores das taxas de participação econômica e de desemprego poderiam levar erroneamente à afirmação de que não há lacunas no emprego entre as populações amazônicas e não amazônicas nos diferentes países. No entanto, como será visto a seguir, as diferenças aparecem na qualidade do trabalho acessado, conclusão a que se chega ao analisar as diferenças em detrimento da população que vive na Região Amazônica na proporção de empregos informais, na proporção de pessoas que trabalham por conta própria (cuentapropistas) e na proporção de trabalhadores que contribuem para um sistema de seguridade social.

Nesse sentido, em termos de taxa de participação econômica, observam-se comportamentos semelhantes em todos os países e em ambas as regiões (gráfico 14). Nesses países, a participação estaria entre 60% e 65% para a população total, com níveis mais altos para os homens e mais baixos para as mulheres.

Gráfico 14
Países amazônicos: taxa de participação econômica por sexo,
Amazônia e resto do país, 2010-2018
(Em porcentagens)

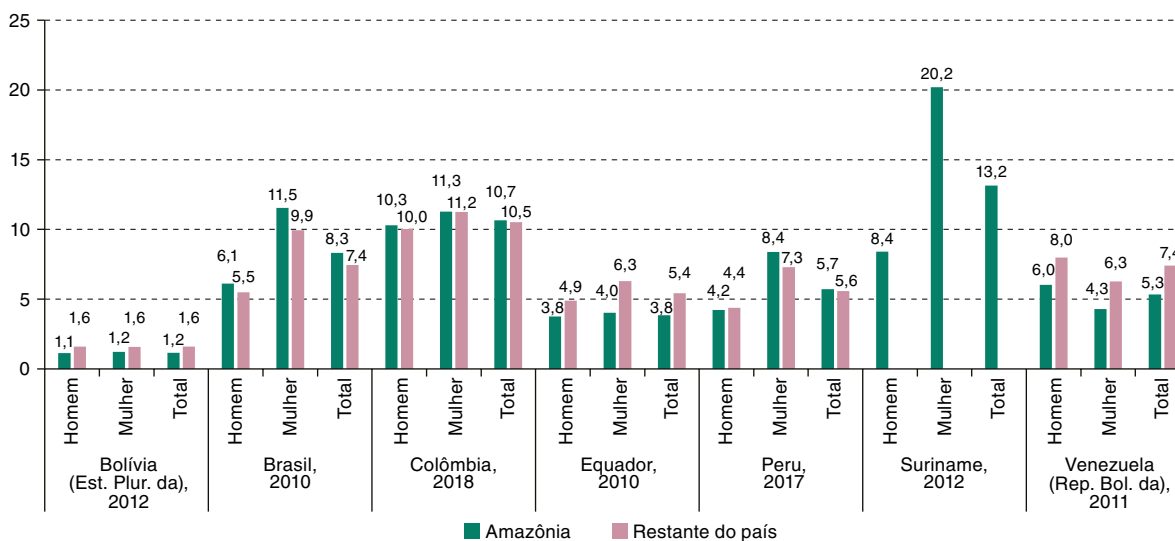


Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL). Módulo sociodemográfico disponível em <https://oraotca.org/>.

Nota: Não há dados para a Guiana.

Da mesma forma, não há diferenças nos níveis de desemprego que nos permitam afirmar que a Região Amazônica está em piores condições do que o resto do país. Nem para homens nem para mulheres (gráfico 15).

Gráfico 15
Países amazônicos: taxa de desemprego por sexo,
Amazônia e resto do país, 2010-2018
(Em percentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL. Módulo sociodemográfico disponível em <https://oraotca.org/>.

Nota: Não há dados para a Guiana.

2. Qualidade no emprego

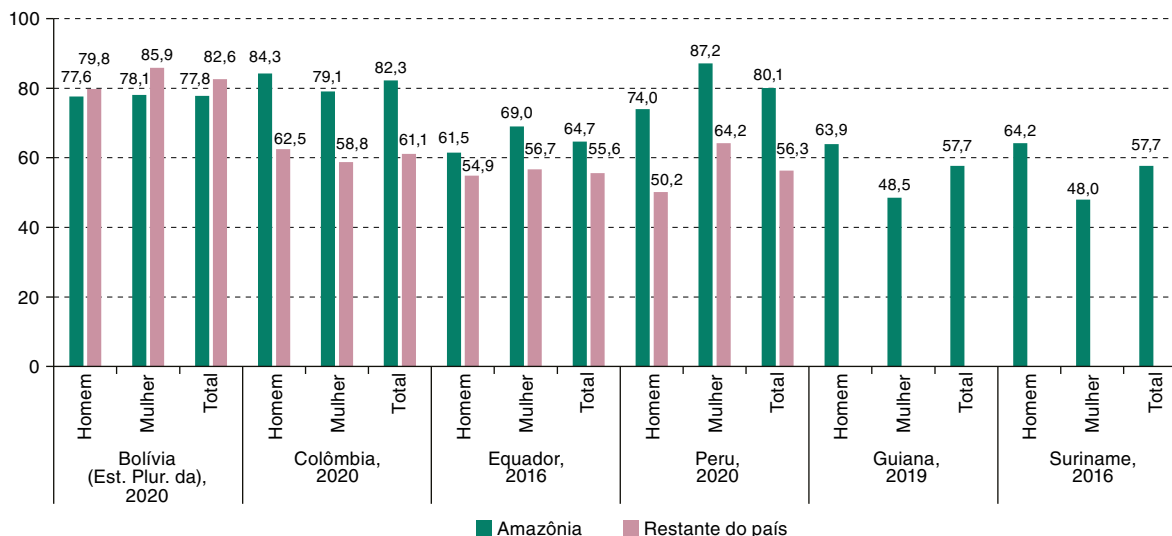
Como mencionado acima, diferenças marcantes entre a Região Amazônica e a Região Não Amazônica podem ser observadas ao analisar os indicadores sobre qualidade no emprego, que contrastam com os indicadores sobre acesso a emprego/trabalho.

Nesse sentido, o mercado de trabalho na Região Amazônica é caracterizado por altas taxas de trabalho informal¹⁷ e precário, em um contexto em que as atividades informais e ilegais estão concentradas em grandes setores da economia. O gráfico 16 mostra que, com exceção do Estado Plurinacional da Bolívia, em todos os países a proporção de empregos informais na Região Amazônica é maior do que no restante de cada país, tanto para homens quanto para mulheres. As maiores diferenças são observadas na Colômbia e no Peru.

Outra característica que se destaca é a maior proporção de trabalhadores autônomos em todos os países, exceto no Estado Plurinacional da Bolívia. Esse tipo de trabalho tem sido associado ao trabalho na terra, que, em geral, é direcionado a tarefas e atividades informais com baixas barreiras de entrada e falta de proteção social. Esses trabalhadores geralmente têm uma necessidade de subsistência dentro de famílias vulneráveis, com menos acesso a capital, maior intensidade de trabalho e maior propensão a se inserir em relações de trabalho informais (CEPAL e OIT, 2019).

¹⁷ Trabalhadores informais são aqueles que declaram não estar afiliados a um esquema de seguridade social. São excluídos aqueles que não sabem seu status ou não querem responder à pergunta.

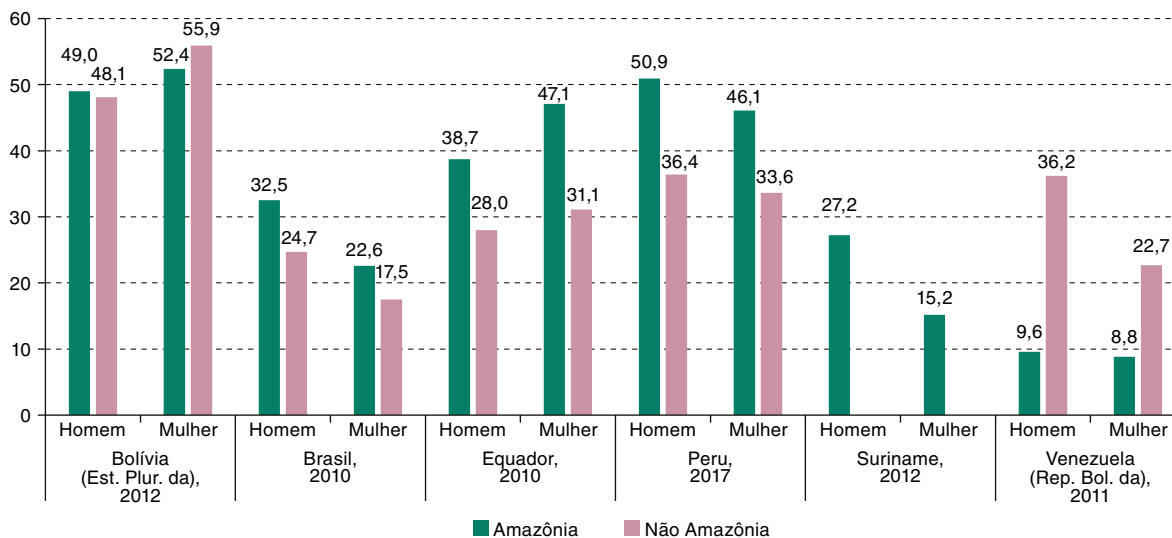
Gráfico 16
Países amazônicos: participação do emprego informal, por gênero, Região Amazônica e resto do país, 2016-2020
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no Banco de Dados de Pesquisas Domiciliares (BADEHOG). Módulo sociodemográfico disponível em <https://oraotca.org/>.

Nota: Não há dados para o Brasil e a República Bolivariana da Venezuela.

Gráfico 17
Países da Amazônia: proporção de trabalhadores autônomos, por sexo, Região Amazônica e resto do país, 2016-2020
(Em porcentagens)

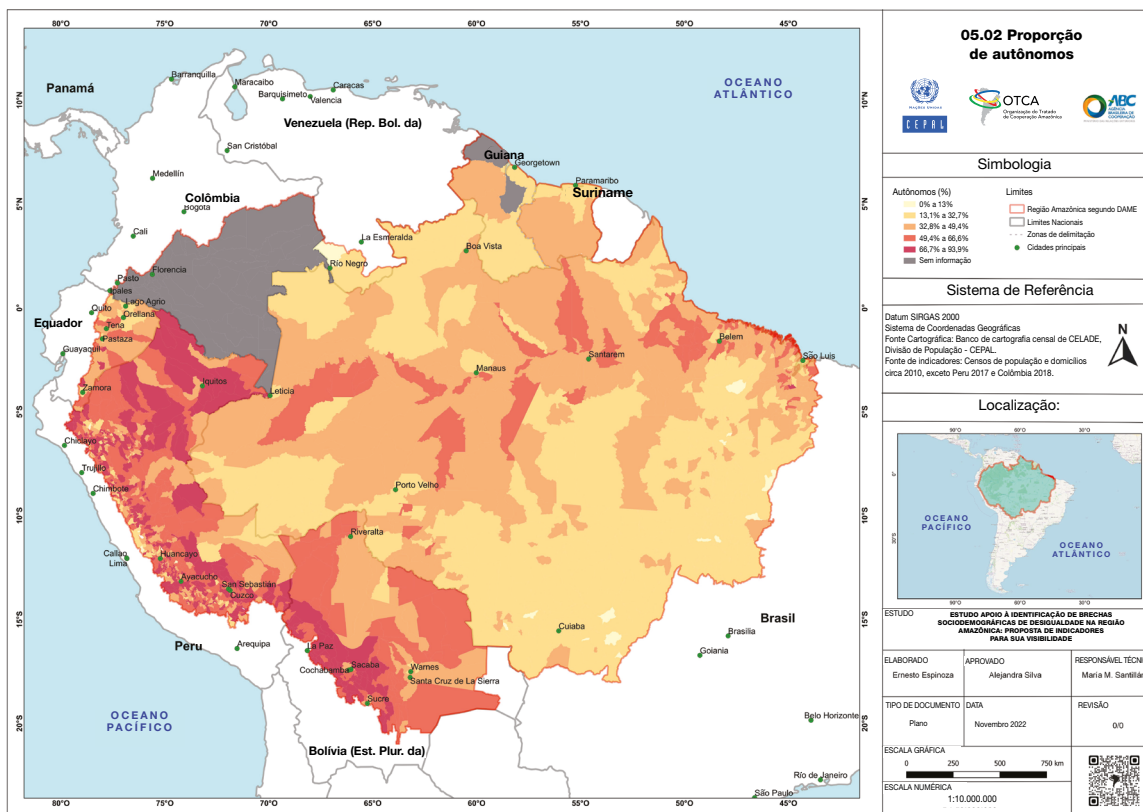


Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL). Módulo sociodemográfico disponível em <https://oraotca.org/>.

Nota: Não há dados para a Colômbia e a Guiana.

Dentro do território, destacam-se o Estado Plurinacional da Bolívia e o Peru, onde a proporção de trabalhadores autônomos excede 67% de todos os trabalhadores em mais de 30% dos municípios (mapa 9 e anexo A5, quadro A5.8).

Mapa 9
Região Amazônica: proporção de pessoas que trabalham como autônomos, por Divisões Administrativas Menores (DAME^a), 2010-2019



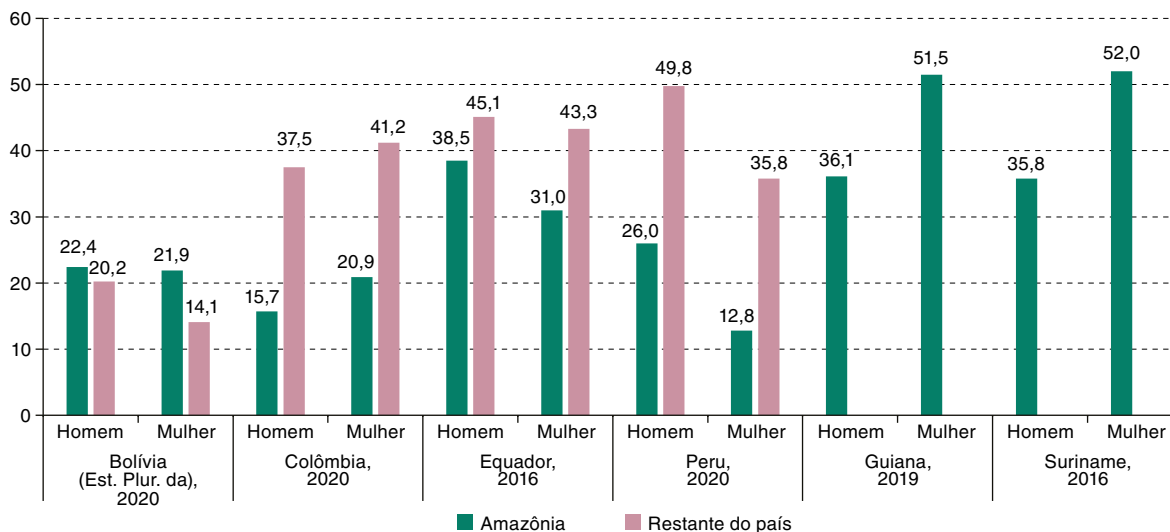
Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL, com exceção da Guiana (Guyana Labour Force Survey 2019). Módulo sociodemográfico em <https://oraotca.org/>.

Nota: Vide anexo A5, quadro A5.8. Divisões Administrativas Menores (DAME) com 66,7% ou mais de autônomos.

^a As Divisões Administrativas Menores (DAME) correspondem a municípios na Bolívia (Estado Plurinacional da), Brasil, Colômbia e Venezuela (República Bolivariana da); cantões no Equador; regiões na Guiana; distritos no Peru e Suriname.

Outra evidência da qualidade do emprego refere-se à proporção de pessoas empregadas que contribuem para o sistema previdenciário. Em média (gráfico 18), a proporção de trabalhadores nessa situação é sistematicamente menor na Região Amazônica do que no restante de cada país, com exceção do Estado Plurinacional da Bolívia. A situação em alguns países é preocupante, com as menores proporções de contribuintes e as maiores lacunas em relação à região não amazônica. Também é importante destacar as taxas mais baixas para as mulheres em comparação com os homens, um comportamento comum a todos os países e regiões, com exceção da Colômbia.

Gráfico 18
Países amazônicos: porcentagem de pessoas empregadas que contribuem para um sistema previdenciário, por sexo, Região Amazônica e resto do país, 2016-2020
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no Banco de Dados de Pesquisas Domiciliares (BADEHOG). Módulo sociodemográfico disponível em <https://oraotca.org/>.

Nota: Não há dados para o Brasil e a República Bolivariana da Venezuela.

E. Proteção de crianças e adolescentes

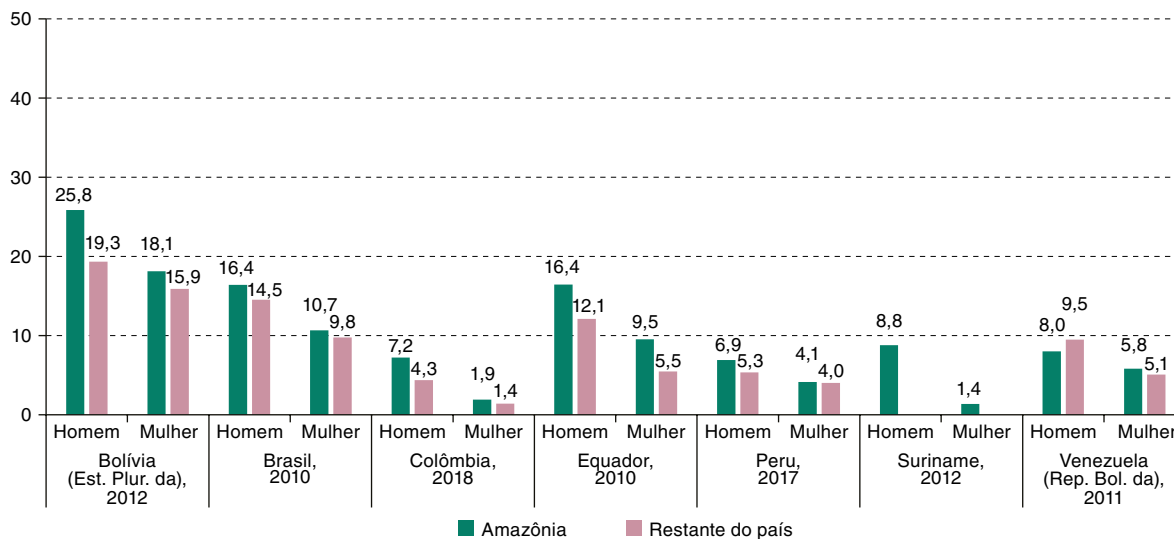
1. Trabalho infantil

Crianças e adolescentes devem ser protegidos de qualquer forma de abuso e exploração, garantindo-lhes uma vida livre de violência. Entre os direitos básicos desse setor da população está a proibição do trabalho infantil, que representa um problema latente na Região Amazônica. Crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil não desfrutam de sua infância, nem se desenvolvem física ou mentalmente de forma adequada. Além disso, não exercem seu direito à educação, pois têm poucas chances de acesso e permanência no sistema educacional (Nações Unidas, 2010). Portanto, é necessário identificar e tornar visíveis as lacunas sociais em relação a esse fenômeno.

A Amazônia é caracterizada por níveis mais altos de trabalho infantil do que no restante de cada país (gráfico 19), onde muitas crianças têm de trabalhar para ajudar na economia familiar e, em alguns casos/países, uma em cada quatro crianças e adolescentes entre 10 e 17 anos de idade está trabalhando. Outra característica que pode ser observada no mesmo gráfico é que, em todos os países, esse é um problema que afeta mais meninos do que meninas.

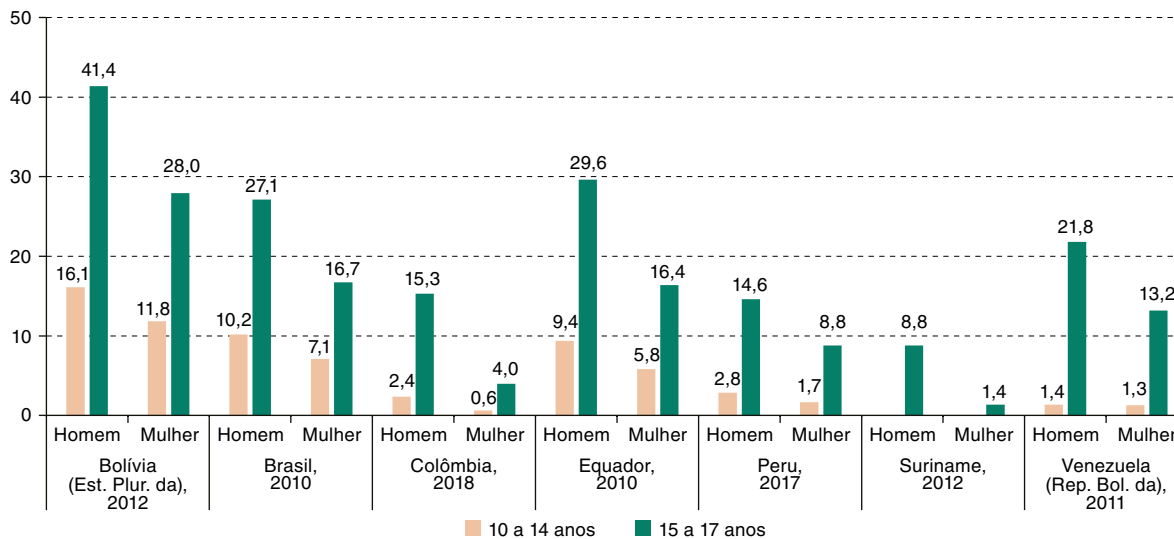
O trabalho infantil na Amazônia aumenta com a idade (gráfico 20). O Estado Plurinacional da Bolívia se destaca, onde 16% das crianças de 10 a 14 anos já estão trabalhando, e mais de 40% das crianças de 15 a 17 anos. O Brasil e o Equador apresentam níveis semelhantes entre si: cerca de 1 em cada 10 crianças entre 10 e 14 anos trabalha, enquanto 3 em cada 10 com idade entre 15 e 17 anos trabalham.

Gráfico 19
Países amazônicos: proporção de crianças e adolescentes entre 10 e 17 anos
que realizam trabalho infantil e/ou doméstico, Região Amazônica e resto do país, 2010-2018
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL. Módulo sociodemográfico disponível em <https://oraotca.org/>.
 Nota: Não há dados para a Guiana.

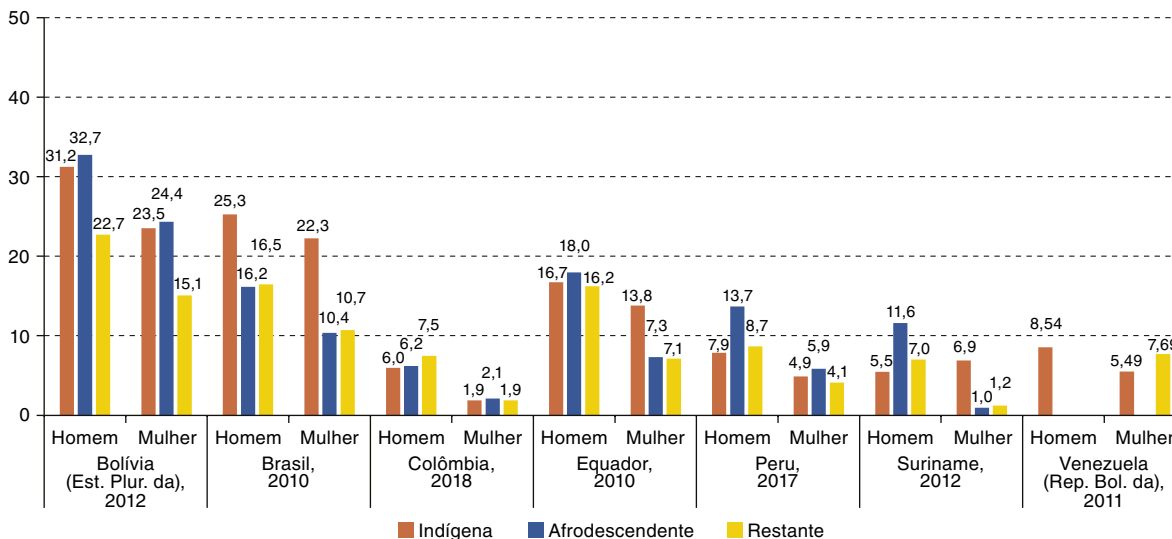
Gráfico 20
Países amazônicos: proporção de crianças em trabalho infantil e/ou doméstico, por faixa etária,
Região amazônica e resto do país, por país, 2010-2018
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL. Módulo sociodemográfico disponível em <https://oraotca.org/>.
 Nota: Não há dados para a Guiana.

A incidência de trabalho infantil é maior, com algumas exceções, entre as populações indígenas e afrodescendentes do que entre as outras crianças (gráfico 21).

Gráfico 21
Região amazônica: proporção de crianças envolvidas em trabalho infantil e/ou trabalho doméstico, por sexo e etnia. Região amazônica e resto do país, por país, 2010-2018
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL. Módulo sociodemográfico disponível em <https://oraotca.org/>.

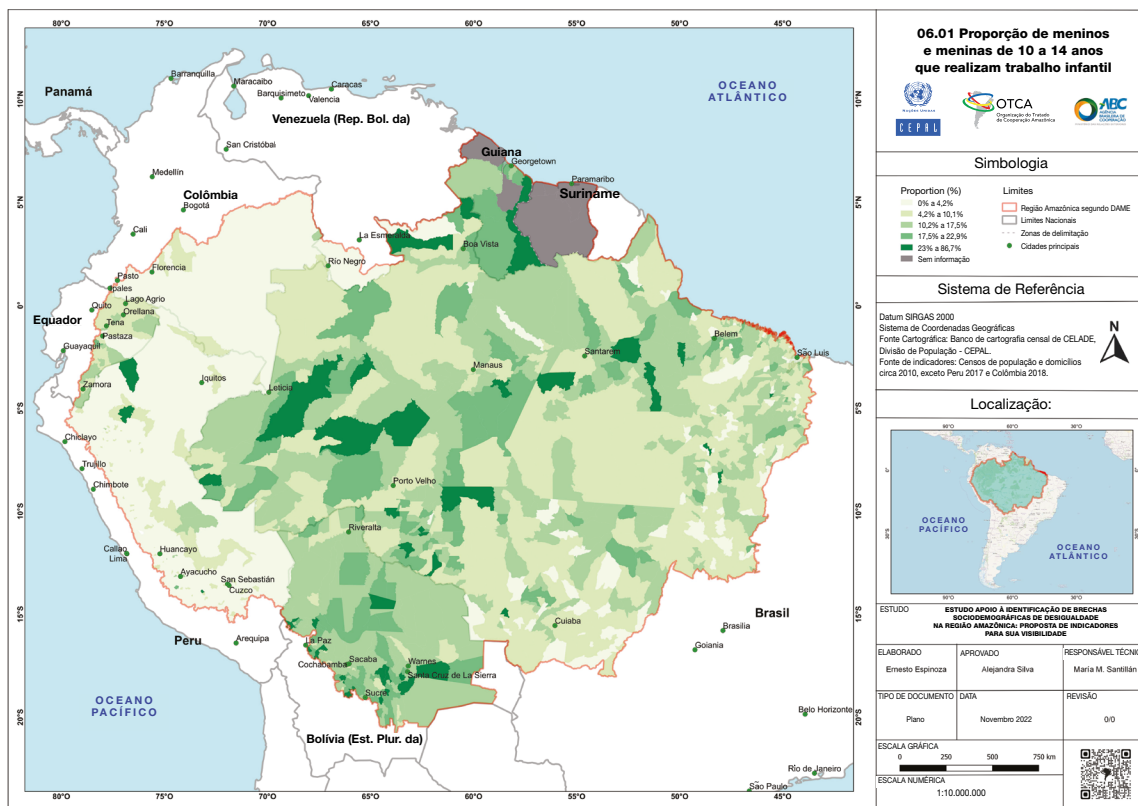
Nota: Não há dados para a Guiana.

Além disso, o mapa 10 mostra como esse problema está se intensificando no território, especialmente em 20 municípios do Estado Plurinacional da Bolívia e em 21 do Brasil, onde mais de 23% das crianças trabalham. Trata-se, sem dúvida, de proteger as crianças indígenas da exploração econômica e de qualquer trabalho que possa ser prejudicial à sua saúde e ao seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social. E, para isso, é preciso ter sempre em mente a necessidade de:

(...) "Distinguir as formas abusivas de "trabalho infantil" das atividades domésticas e produtivas que se desenvolvem na infância entre os povos indígenas como parte das estratégias de apoio e reprodução familiar baseadas nos processos formativos de sua própria cultura. É um elemento fundamental nos processos de educação, transmissão de conhecimentos e tradições ancestrais, e constitui uma forma de desenvolver progressivamente competências e habilidades para a vida adulta" (CEPAL e FILAC, 2020, p. 189).

Espera-se que essas evidências permitam trabalhar com políticas de proteção social e educação para dar continuidade à escolarização das crianças, mantendo-as fora do mundo do trabalho nos termos descritos acima.

Mapa 10
Região Amazônica: proporção de crianças envolvidas em trabalho infantil por Divisão Administrativa Menor (DAME)^a, 2010-2019



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL, com exceção da Guiana (Guyana Labour Force Survey 2019). Módulo sociodemográfico em <https://oraotca.org/>.

Nota: Vide anexo A5, quadro A5.9. Divisões Administrativas Menores (Dams) com 23% ou mais de crianças envolvidas em trabalho infantil.

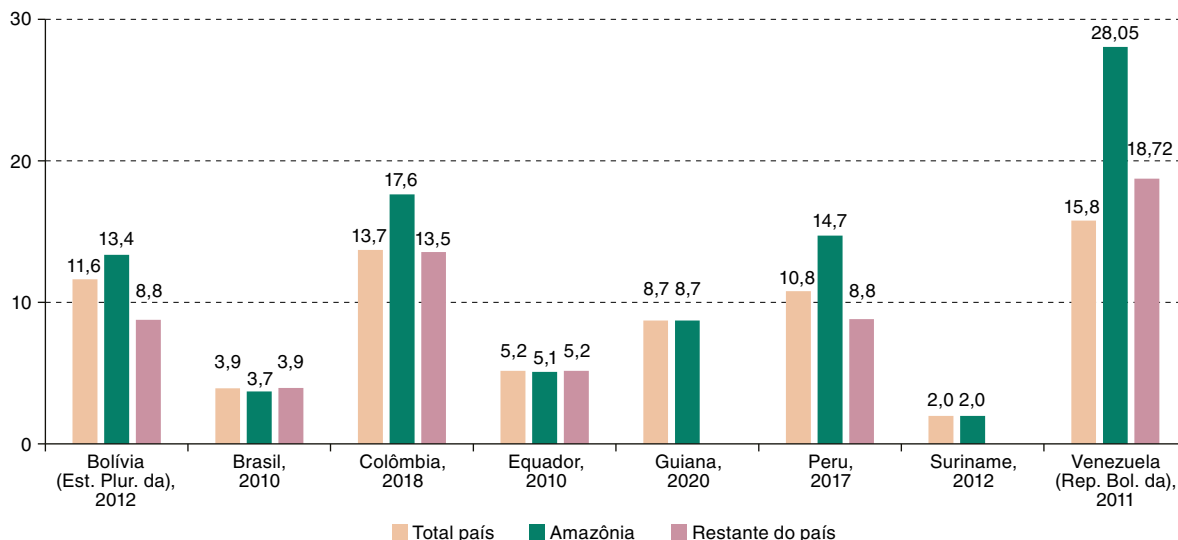
^a As Divisões Administrativas Menores (DAME) correspondem a municípios na Bolívia (Estado Plurinacional da), Brasil, Colômbia e Venezuela (República Bolivariana da); cantões no Equador; regiões na Guiana; distritos no Peru e Suriname.

2. Uniões precoces

Outro problema que requer atenção na Região Amazônica é a situação das adolescentes casadas ou em situação de união, tanto pelos riscos que acarretam para as meninas quanto por ser uma prática generalizada na América Latina. Em termos de riscos, as uniões precoces são causa e consequência de fenômenos complexos associados à desigualdade de gênero, à violência, à pobreza, à evasão escolar, à gravidez na adolescência, acompanhados de ações estatais inadequadas ou inexistentes (CEPAL, 2021a). Essas são práticas prejudiciais que condicionam a transição para a vida adulta e são um dos fatores de reprodução da pobreza.

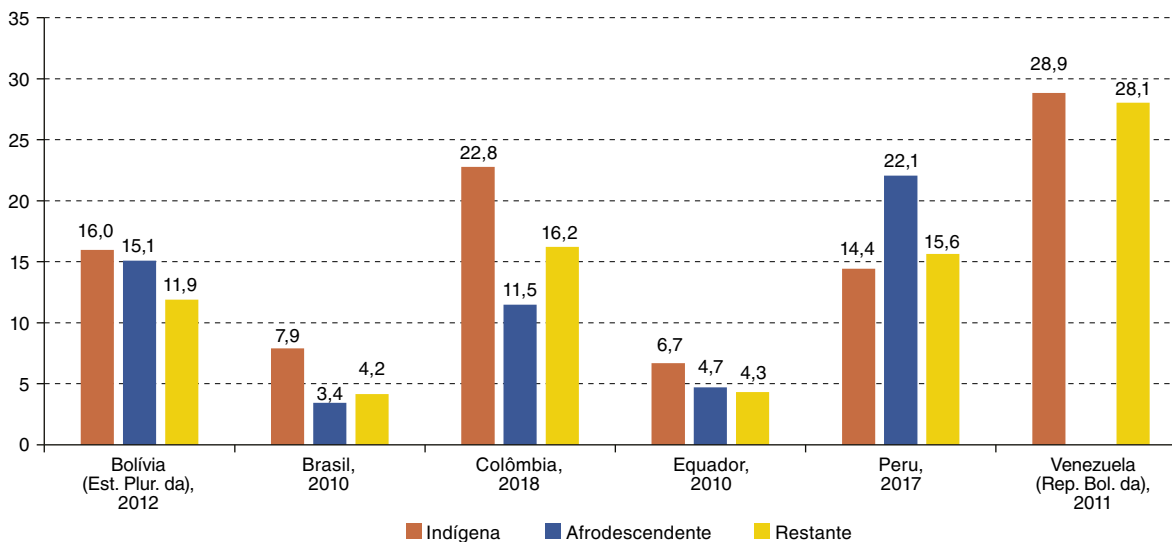
Lacunas significativas entre as regiões amazônica e não amazônica são observadas na maioria dos países (gráfico 22), novamente principalmente entre os povos indígenas, mas também entre as populações afrodescendentes em alguns países (gráfico 23).

Gráfico 22
Países amazônicos: proporção de adolescentes entre 15 e 19 anos, casados ou em união de fato, total do país, Região Amazônica e resto do país, 2010-2020
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL). Módulo sociodemográfico disponível em <https://oraotca.org/>.

Gráfico 23
Região Amazônica: proporção de adolescentes de 15 a 19 anos, casados ou em união por etnia, 2010-2020
(Em porcentagens)

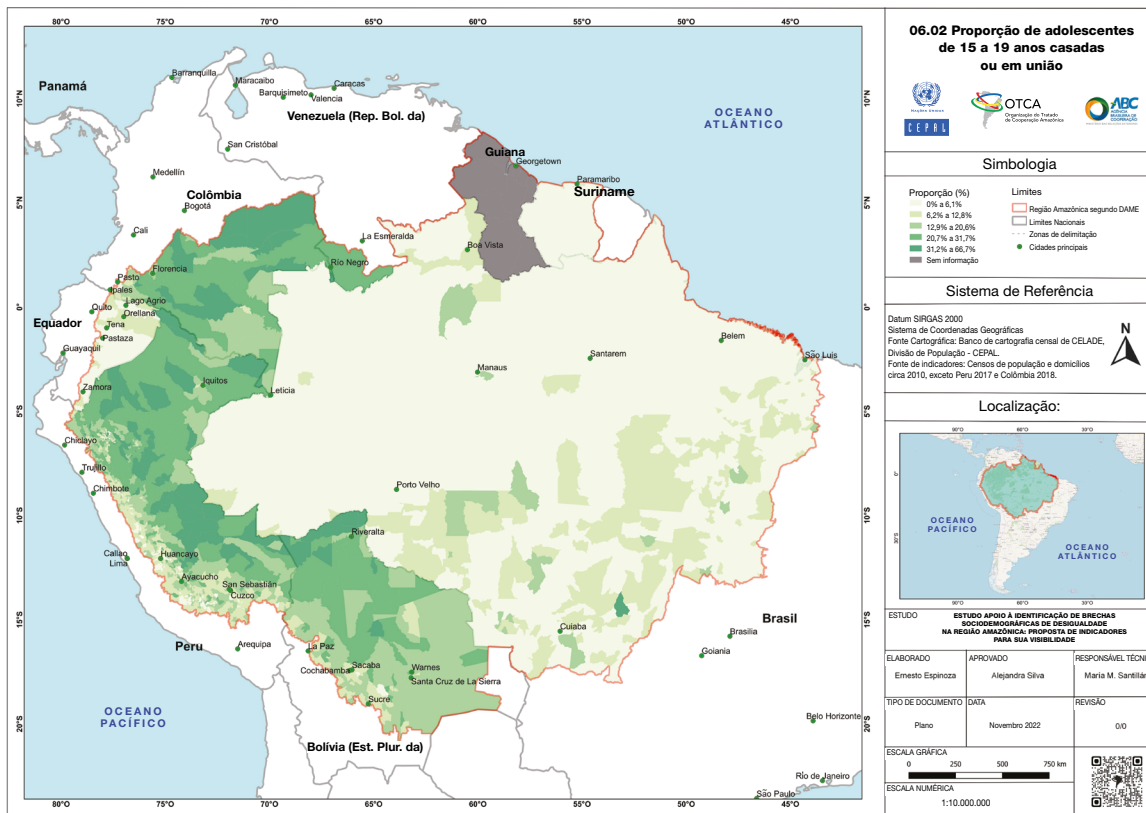


Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL). Módulo sociodemográfico disponível em <https://oraotca.org/>.

Nota: Não há dados para a Guiana e o Suriname.

Além disso, pode-se observar como as lacunas se ampliam de acordo com o território (mapa 11), fato que ocorre na maioria dos países, especialmente naqueles com uma alta proporção de população pertencente a povos indígenas. Em 56 municípios do Peru, 13 da Colômbia e 11 do Estado Plurinacional da Bolívia, a proporção de mulheres entre 15 e 19 anos em união ultrapassa 30%. Além desses valores, há municípios em que todas as adolescentes indígenas¹⁸ ou todas as adolescentes afrodescendentes¹⁹ se encontram em união de fato.

Mapa 11
Região Amazônica: proporção de adolescentes entre 15 e 19 anos, casados ou em união de fato, de acordo com as Divisões Administrativas Menores (DAME^a), 2010-2018



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL). Módulo sociodemográfico disponível em <https://oraotca.org/>.

Nota: Vide anexo A5, quadro A5.10. Divisões Administrativas Menores (DAME) com 31,2% ou mais de adolescentes entre 15 e 19 anos, casados ou em união de fato.

^a As Divisões Administrativas Menores (DAME) correspondem a municípios na Bolívia (Estado Plurinacional da), Brasil, Colômbia e Venezuela (República Bolivariana da); cantões no Equador; regiões na Guiana; distritos no Peru e Suriname.

No entanto, esse indicador precisa ser desagregado por idade (ou, pelo menos, entre 15 e 16 anos e entre 17 e 19 anos), dependendo da análise dos diferentes territórios, pois as implicações para as jovens amazônicas que vivem em contextos indígenas tradicionais não são as mesmas que para aquelas que residem em áreas urbanas.

¹⁸ No Brasil: Pimenta Bueno; Ananindeua; Ipixuna do Pará; Araganã; Buriticupu; Imperatriz; São João do Carú; Planalto da Serra; Santo Antônio do Leverger; no Peru: distritos Magdalena; Mariscal Castilla; Ongon; El Porvenir; No Estado Plurinacional da Bolívia: Ingavi.

¹⁹ No Estado Plurinacional da Bolívia: Presto; Tacacoma; Colquiri; Arbieto; Pojo; Chimoré; Gutiérrez; Gral. Saavedra; Comarapa; Exaltación; Baures; Na Colômbia: Meta-Mampiripan; En Peru: Querocotillo; Quellouno; Ahuaycha; Tintay Puncu; Roble; Yuyapichis; Acobamba; Trompeteros; Tahuamanu; Calzada; Alto Saposoa; Posic; Papaplaya; Sepahua.

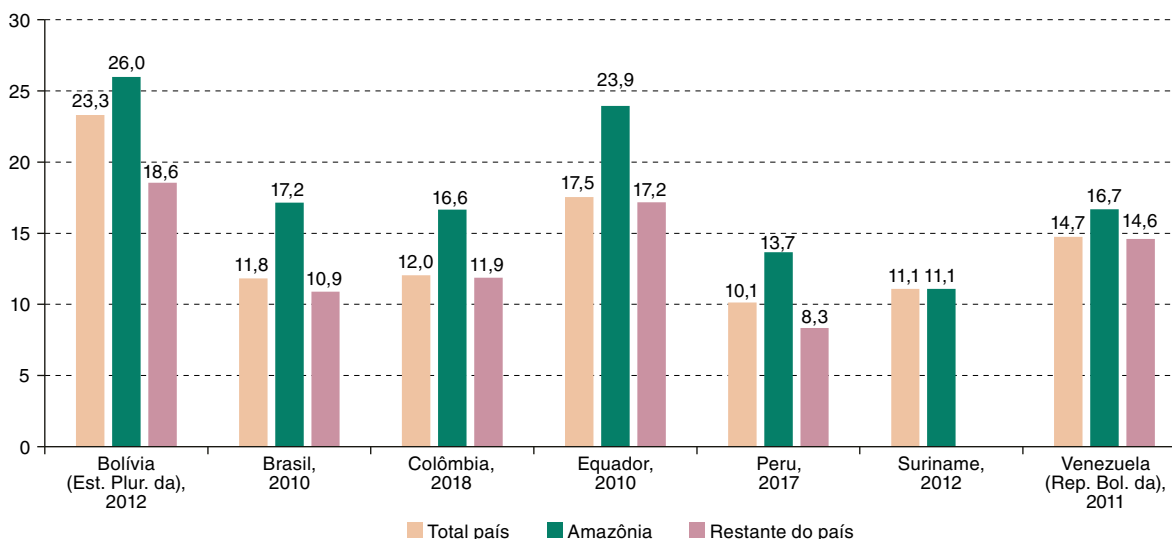
3. Maternidade na adolescência

A maternidade na adolescência também está ligada a altos níveis de vulnerabilidade social na região. A união precoce aumenta a probabilidade de maternidade precoce, enquanto a maternidade precoce aumenta a probabilidade de união precoce. As mães adolescentes são obrigadas a realizar tarefas de cuidado, colocando em risco, dependendo do contexto, a continuidade dos estudos e as possibilidades de acesso a empregos decentes.

Nos países que compõem a Região Amazônica, uma alta proporção de gestações é indesejada (Rodríguez Vignoli, 2017), o que destaca, entre outras questões, a falta de políticas para garantir o direito à saúde sexual e reprodutiva.

O gráfico 24 mostra as lacunas entre a região amazônica e o restante de cada país: o Estado Plurinacional da Bolívia, o Equador, o Brasil e a Colômbia se destacam, nessa ordem, devido à alta proporção de mães adolescentes e às altas lacunas em relação à população não amazônica.

Gráfico 24
Países amazônicos: proporção de meninas adolescentes de 15 a 19 anos que são mães, total do país, Região Amazônica e resto do país, 2010-2020
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL, com exceção da Guiana (Guyana Labour Force Survey 2019). Módulo sociodemográfico em <https://oraotca.org/>.

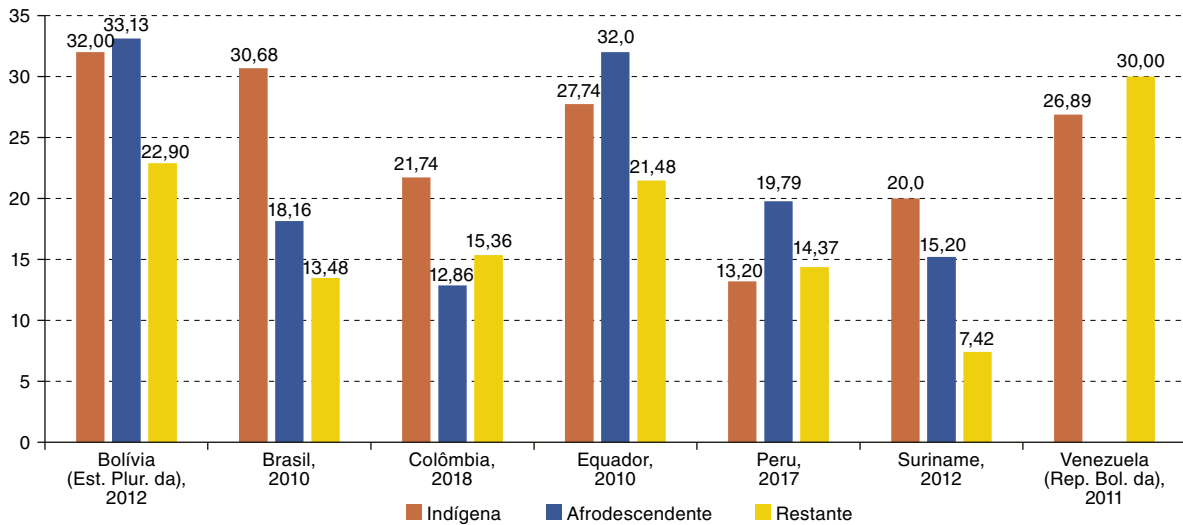
Nota: Não há dados para a Guiana.

Os níveis são ainda mais altos quando se considera a condição étnico-racial (veja o gráfico 25), com mais de 30% das mães adolescentes sendo indígenas e afrodescendentes no Estado Plurinacional da Bolívia, afrodescendentes no Equador e indígenas no Brasil.

Esses níveis e lacunas são acentuados no território, com destaque para o Estado Plurinacional da Bolívia, onde 46 municípios têm mais de 40% de adolescentes que são mães. O mesmo ocorre em quatro municípios da Colômbia e três do Peru (mapa 12).

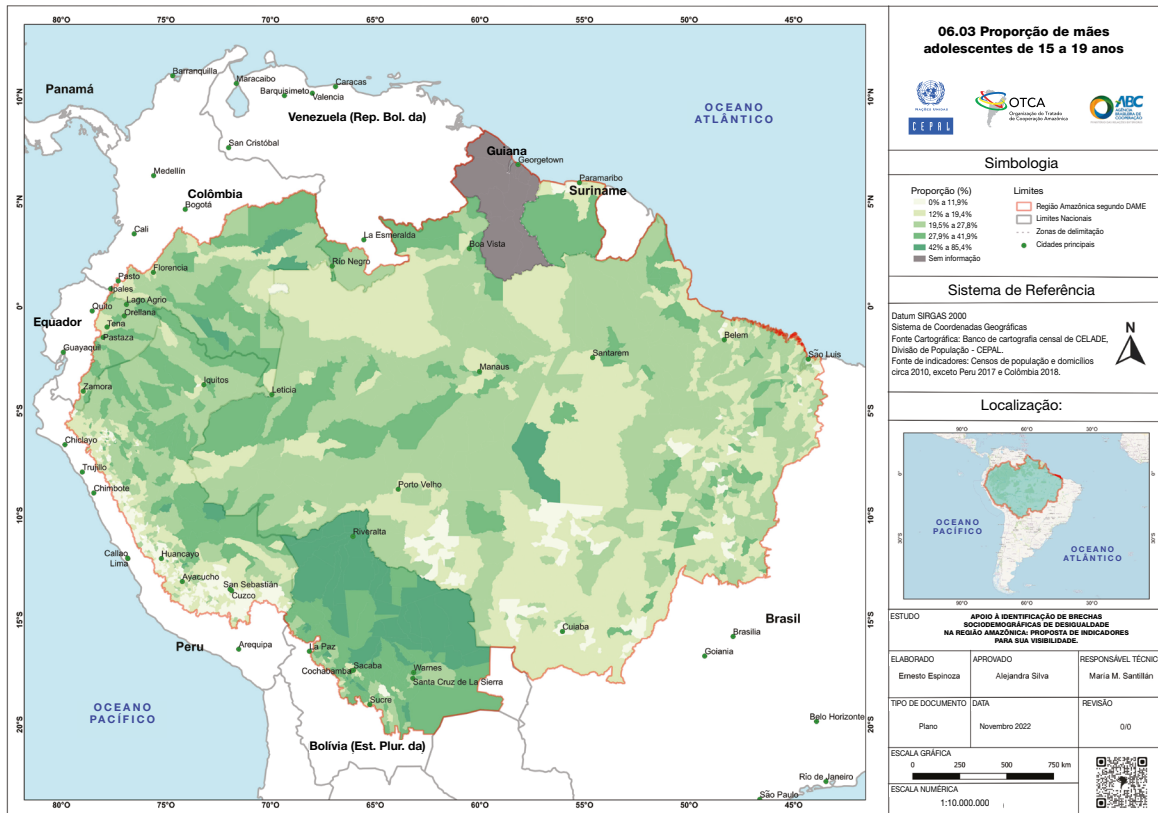
Como no caso da fecundidade, esses resultados devem ser analisados à luz dos diferentes contextos socioculturais dos povos indígenas, buscando harmonizar os direitos individuais e coletivos.

Gráfico 25
Região amazônica: proporção de adolescentes entre 15 e 19 anos que são mães
segundo condição étnico-racial, 2010-2018
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL). Módulo sociodemográfico disponível em <https://oraotca.org/>.
 Nota: Não há dados para a Guiana.

Mapa 12
Região Amazônica: proporção de adolescentes entre 15 e 19 anos que são mães,
de acordo com as Divisões Administrativas Menores (DAME^a), 2010-2018



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL). Módulo sociodemográfico disponível em <https://oraotca.org/>.
 Nota: Vide anexo A5, quadro A5.11. Divisões Administrativas Menores (DAME) com 31,2% ou mais de adolescentes entre 15 e 19 anos que são mães.
^aAs Divisões Administrativas Menores (DAME) correspondem a municípios na Bolívia (Estado Plurinacional da), Brasil, Colômbia e Venezuela (República Bolivariana da); cantões no Equador; regiões na Guiana; distritos no Peru e Suriname.

F. Educação

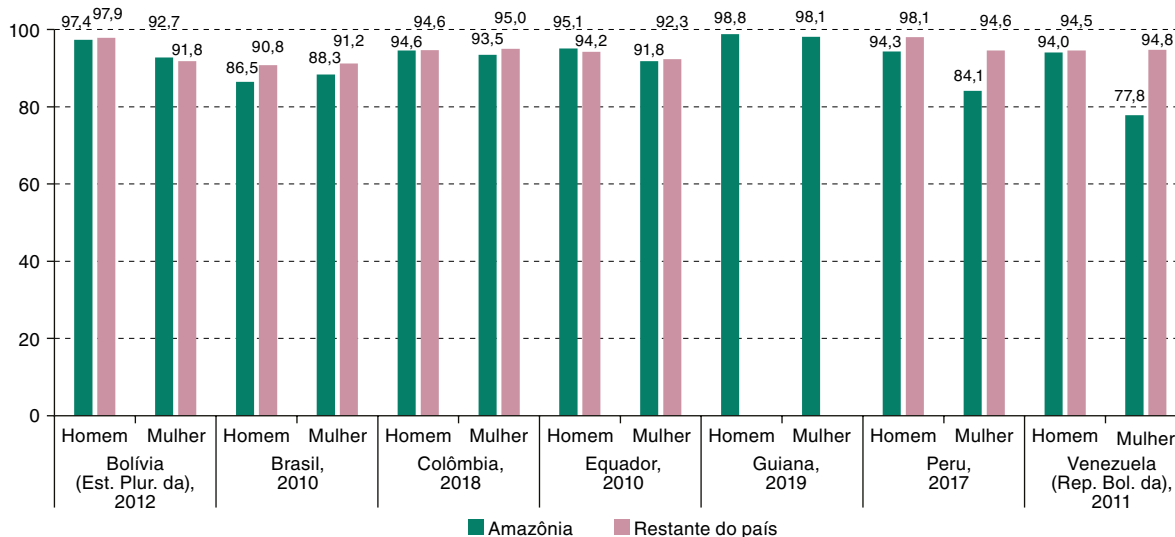
Todas as pessoas têm o direito à educação de qualidade e a oportunidades de aprendizado durante toda a vida. Como direito fundamental, ela amplia as habilidades e o conhecimento, tira as pessoas da pobreza e supera as desigualdades, aumentando as chances de emprego formal, com efeitos positivos sobre a saúde e outras áreas da vida.

Portanto, a educação deve ser entendida como um fator de crescimento e igualdade e como um meio de superar a pobreza e alcançar o desenvolvimento sustentável, por isso é importante como um compromisso imediato de médio e longo prazo.

1. Alfabetização

A taxa de alfabetização, medida como a proporção de pessoas que sabem ler e escrever, é semelhante entre a Região Amazônica e o restante de cada país, o que está relacionado ao aumento sistemático da cobertura da educação primária (gráfico 26).

Gráfico 26
Países amazônicos: taxa de alfabetização por sexo, país total, região amazônica e resto do país, 2010-2019
(Em porcentagens)

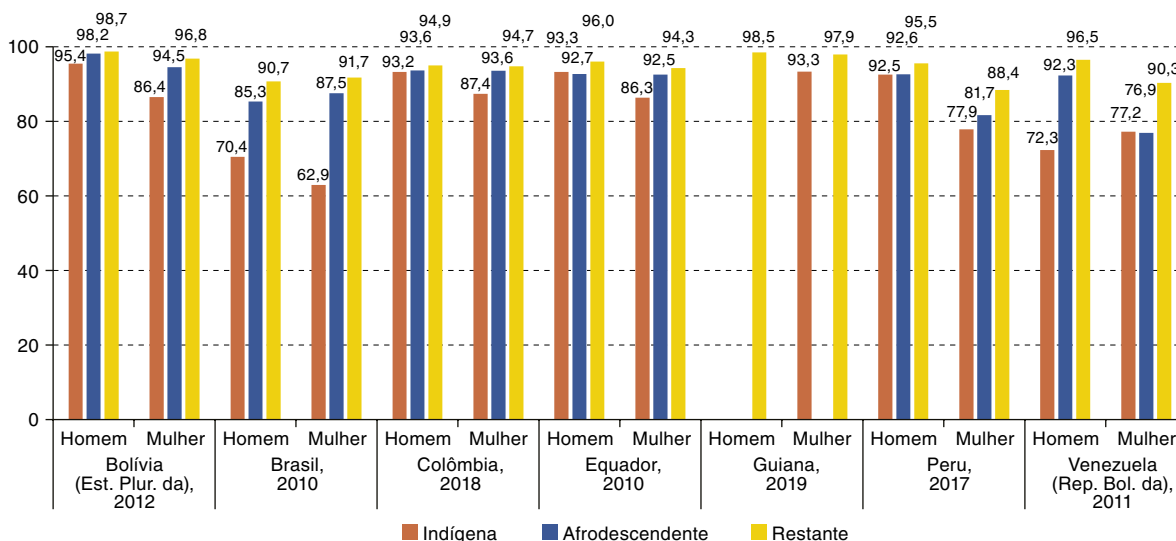


Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL, com exceção da Guiana (Guyana Labour Force Survey 2019). Disponível em <https://oraotca.org/>.

Nota: Não há dados para Suriname.

As diferenças aparecem na Região Amazônica, de acordo com o status étnico-racial, onde as taxas de alfabetização mais baixas são observadas entre a população indígena, seguida pelos afrodescendentes e principalmente entre as mulheres (gráfico 27). É possível que uma das explicações para essa diferença esteja no fato de que a educação formal é oferecida no idioma oficial do país (espanhol/português), o que coloca os povos indígenas em uma situação vulnerável.

Gráfico 27
Região amazônica: taxa de alfabetização por gênero e etnia, 2010-2019
 (Em porcentagens)

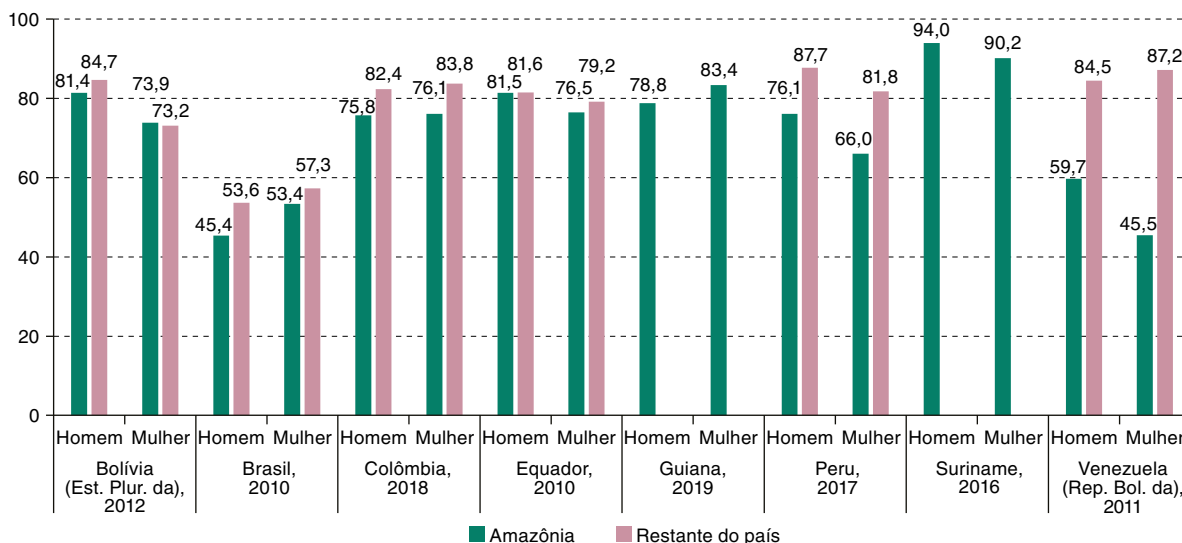


Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL, com exceção da Guiana (Guyana Labour Force Survey 2019). Módulo sociodemográfico em <https://oraotca.org/>.
 Nota: Não há dados para Suriname.

2. Nível educacional alcançado

Em termos do nível de educação alcançado pela população acima de 15 anos de idade, a proporção da população que concluiu o ensino fundamental é analisada (veja o gráfico 28) para mostrar que em todos os países há níveis mais baixos de educação na região amazônica. As maiores diferenças entre as regiões amazônica e não amazônica são observadas no Peru, na Colômbia e no Brasil. Nesse último, é notável a baixa proporção da população que ultrapassa o nível primário.

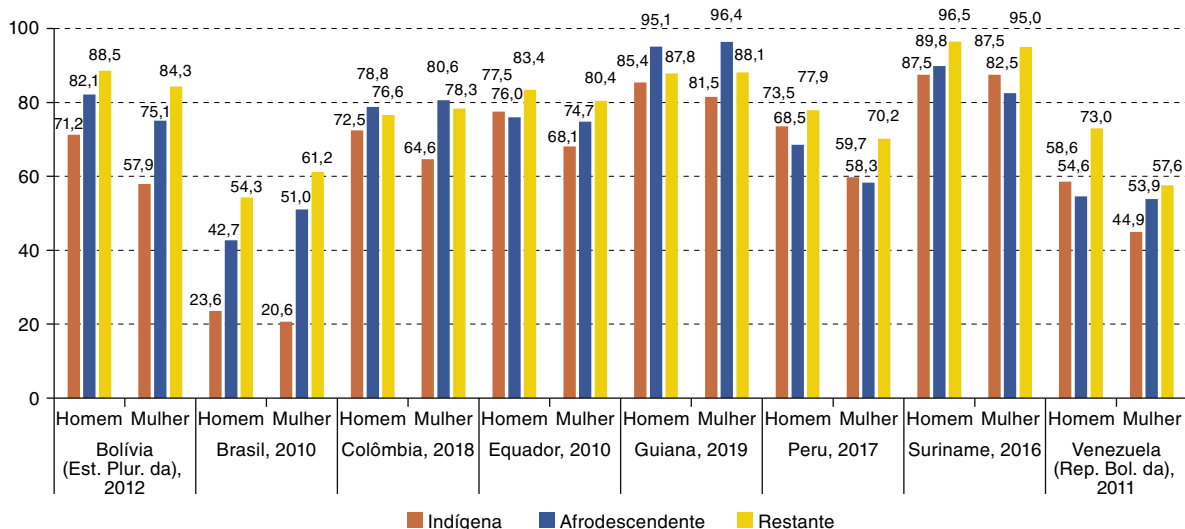
Gráfico 28
Países amazônicos: proporção da população com 15 anos ou mais que concluiu o ensino fundamental, por sexo, Região amazônica e resto do país, 2010-2019
 (Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL, com exceção da Guiana (Guyana Labour Force Survey 2019). Módulo sociodemográfico em <https://oraotca.org/>.

A despeito do reconhecimento do direito à educação, observa-se que, em todos os países, o progresso nas políticas educacionais não teve o mesmo impacto sobre os povos indígenas, os afrodescendentes e o restante da população (gráfico 29). Além das lacunas entre as diferentes culturas, são preocupantes os baixos níveis de educação no Brasil e na República Bolivariana da Venezuela observados no início da década de 2010.

Gráfico 29
Região Amazônica: proporção da população com 15 anos ou mais que concluiu o ensino fundamental, por sexo e etnia, 2010-2019
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL, com exceção da Guiana (Guyana Labour Force Survey 2019). Módulo sociodemográfico disponível em <https://oraotca.org/>.

G. Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs)

1. Acesso à internet em casa

Em um mundo cada vez mais digitalizado, há uma demanda crescente por acesso às telecomunicações, especialmente à telefonia móvel e à Internet. O acesso e o desenvolvimento da tecnologia e do conhecimento são estratégicos para a transformação da vida e da economia, dada sua relevância para as atividades produtivas, educacionais, de saúde e de entretenimento. Consequentemente, a conectividade é uma condição para o exercício dos direitos.

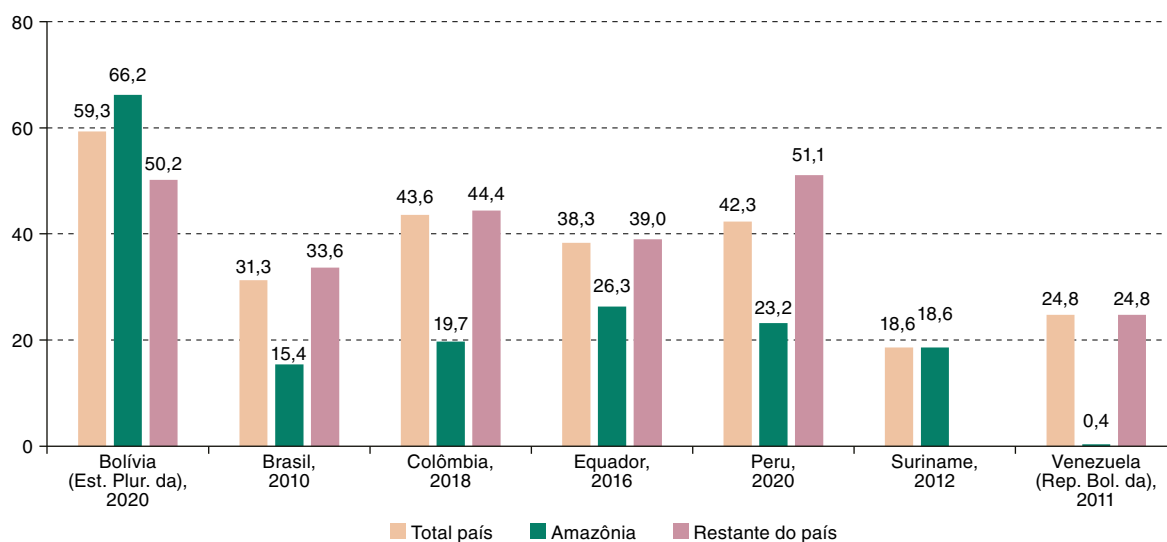
Antes de analisar o indicador de acesso à Internet, é importante fazer um esclarecimento metodológico. Nesse caso, como se trata de uma variável com grande possibilidade de mudança ao longo do tempo, dependendo do progresso da infraestrutura dos países, as fontes de dados foram combinadas para tentar capturar os dados mais recentes.

Em alguns casos, foram considerados dados de censo (Brasil, Colômbia, Suriname e República Bolivariana da Venezuela) e, em outros, informações de pesquisa (Estado Plurinacional da Bolívia, Equador e Peru).

Além dos níveis de cobertura populacional, que são afetados pelo momento da coleta de dados, a diferença entre a região amazônica e o restante do país se destaca em todos os casos, com exceção do Estado Plurinacional da Bolívia, devido à presença da cidade de Santa Cruz de la Sierra.

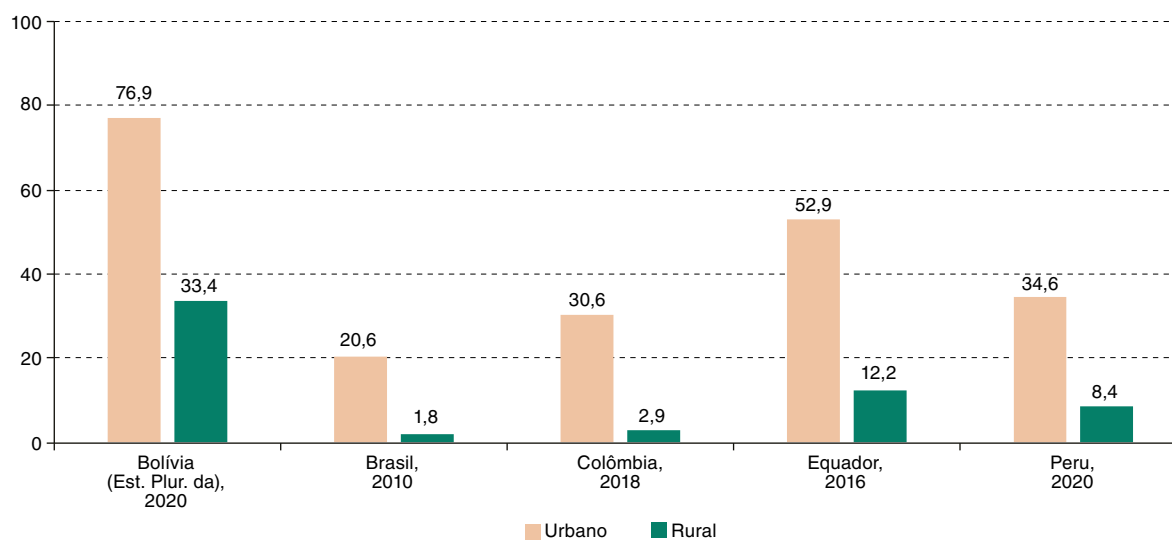
Em alguns países, a cobertura na região amazônica é cerca de metade da cobertura na região não amazônica (gráfico 30). Como mostra o gráfico 31, a cobertura nas áreas urbanas é significativamente maior do que nas áreas rurais em todos os países.

Gráfico 30
Países amazônicos: porcentagem da população com acesso à Internet em casa,
Região amazônica e resto do país, 2010-2020
(Em porcentagens)



Fonte: CEPAL. Processamento especial com base em censos populacionais e habitacionais (Brasil, Colômbia e Suriname) e pesquisas domiciliares (Bolívia (Estado Plurinacional da), Equador, Peru, Venezuela). Módulo sociodemográfico disponível em <https://oraotca.org/>.
Nota: Não há dados para a Guiana.

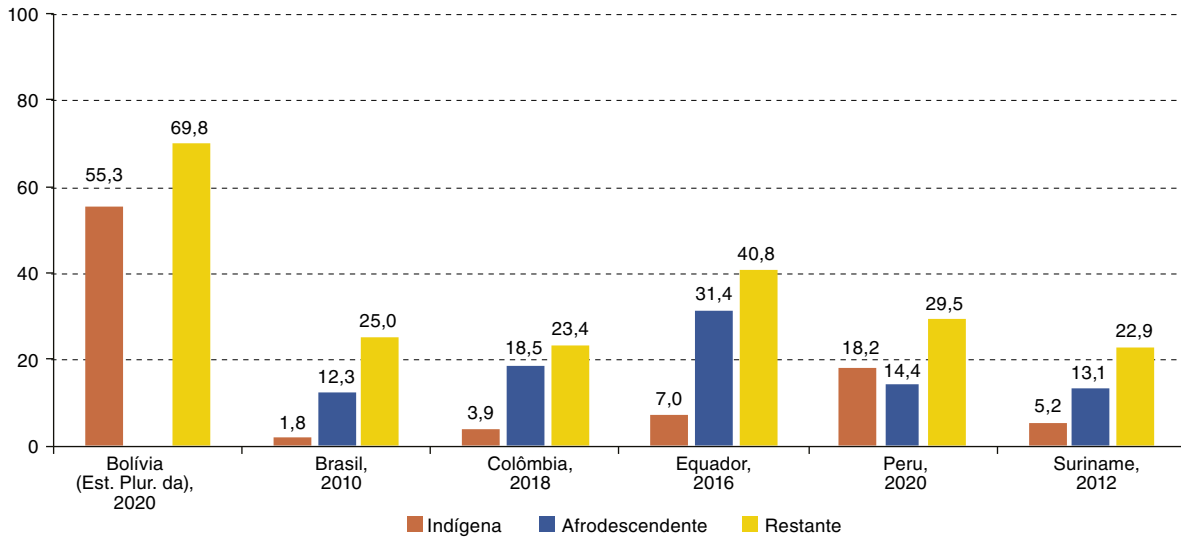
Gráfico 31
Região Amazônica: proporção da população com acesso domiciliar à Internet
por área de residência, 2010-2020
(Em porcentagens)



Fonte: CEPAL. Processamento especial com base em censos populacionais e habitacionais (Brasil e Colômbia) e pesquisas domiciliares (Bolívia (Estado Plurinacional da), Equador, Peru). Módulo sociodemográfico disponível em <https://oraotca.org/>.
Nota: Não há dados para a Guiana, Suriname e a República Bolivariana da Venezuela.

Também há diferenças de acordo com o status étnico-racial na região amazônica (gráfico 32). Em todos os países, com exceção do Peru, os povos indígenas têm o menor acesso à Internet, seguidos em importância pelas populações afrodescendentes, com níveis intermediários entre a população indígena e o restante. No Peru, o menor acesso ocorre na população afrodescendente.

Gráfico 32
Região Amazônica: proporção da população com acesso à Internet em casa
por status étnico-racial, 2012-2020
(Em porcentagens)



Fonte: CEPAL. Processamento especial com base em censos populacionais e habitacionais (Brasil, Colômbia e Suriname) e pesquisas domiciliares (Bolívia (Estado Plurinacional da), Equador, Peru). Módulo sociodemográfico disponível em <https://oraotca.org/>.

Nota: Não há dados para a Guiana e a República Bolivariana da Venezuela.

H. Condições habitacionais

As condições habitacionais são um fator fundamental para a qualidade de vida da população. Uma moradia digna garante proteção, contenção, privacidade, intimidade e saúde. As condições de moradia são desiguais e diferenciadas, como resultado de uma série de fatores e dimensões que não se limitam às condições materiais da moradia, mas também ao acesso a serviços básicos, água potável, saneamento adequado, eletricidade e sobrelotação.

Além das particularidades de cada país, pode-se observar que as condições de sobrelotação, acesso à água potável, saneamento e eletricidade são desvantajosas para a região amazônica em comparação com a região não amazônica em todos os países.

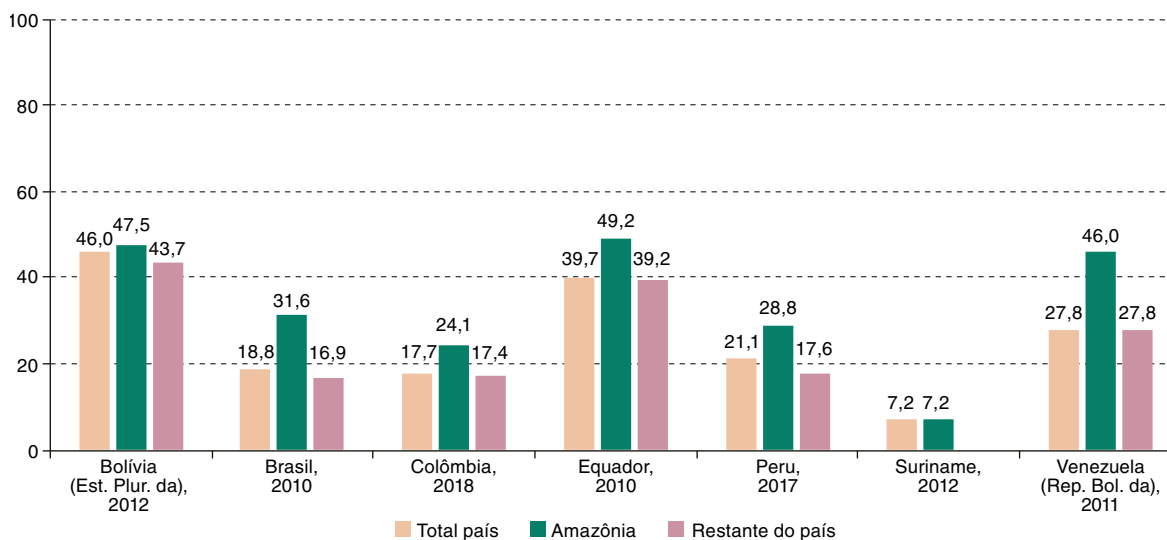
As desigualdades aumentam de acordo com a área urbana/rural de residência e o status étnico/racial, sendo que os Povos Indígenas são os que estão em pior situação. Algumas particularidades em cada dimensão são indicadas abaixo.

1. Sobrelotação

O indicador de sobrelotação mede a proporção de pessoas que vivem em domicílios com um número elevado de pessoas por cômodo habitável²⁰. Sabe-se que essa situação afeta a saúde e a privacidade das pessoas, além de ser um indicador do déficit habitacional.

De acordo com o gráfico 33, em todos os países, a sobrelotação é maior na população amazônica do que no resto do país.

Gráfico 33
Países amazônicos: proporção da população vivendo em condições de sobrelotação,
Região Amazônica e resto do país, 2010-2018
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL). Módulo sociodemográfico disponível em <https://oraotca.org/>.

Nota: Não há dados para a Guiana.

O Equador, o Estado Plurinacional da Bolívia e a República Bolivariana da Venezuela têm os níveis mais altos de sobrelotação, com valores entre 46% e 49% da população amazônica. No caso do Brasil, embora os níveis sejam mais baixos, a proporção da população afetada é quase o dobro do restante da população do país.

Por outro lado, na região amazônica, também é importante mencionar as diferenças entre as populações urbanas e rurais, sempre em detrimento das últimas. Em alguns países, a proporção da população rural que vive em condições de sobrelotação é próxima a 60% (gráfico 34).

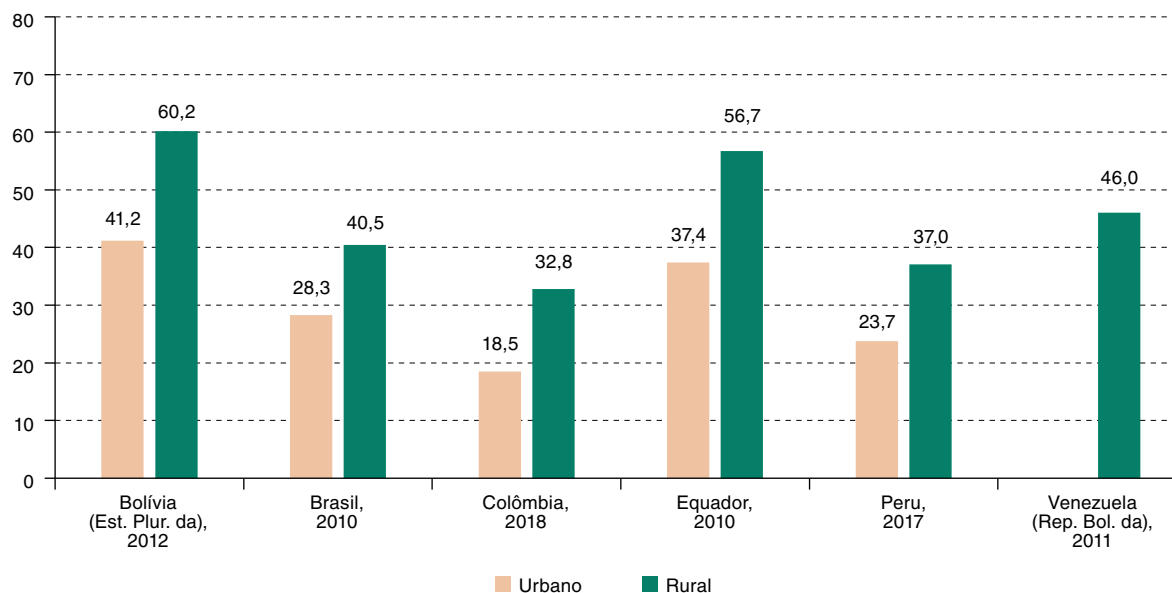
Em termos de diferenças étnicas na região amazônica, mais uma vez os povos indígenas são os mais afetados. No Brasil e no Equador, mais de 70% da população está sobrelotada, com diferenças significativas em relação ao restante da população.

Somente no Peru a situação dos povos indígenas é melhor do que a do restante da população. Também é importante mencionar a situação no Suriname, onde, apesar de ter os níveis mais baixos de sobrelotação, a proporção de indígenas nessa situação é cerca de seis vezes maior, e a de afrodescendentes, quatro vezes maior do que a do restante da população (gráfico 35).

²⁰ Nesse estudo, as pessoas são consideradas sobrelotadas se morarem em residências com mais de 2,5 pessoas por quarto ou 2 ou mais pessoas e o quartos.

Gráfico 34
Região Amazônica: proporção da população sobrelotada
por área de residência, 2010-2018

(Em porcentagens)

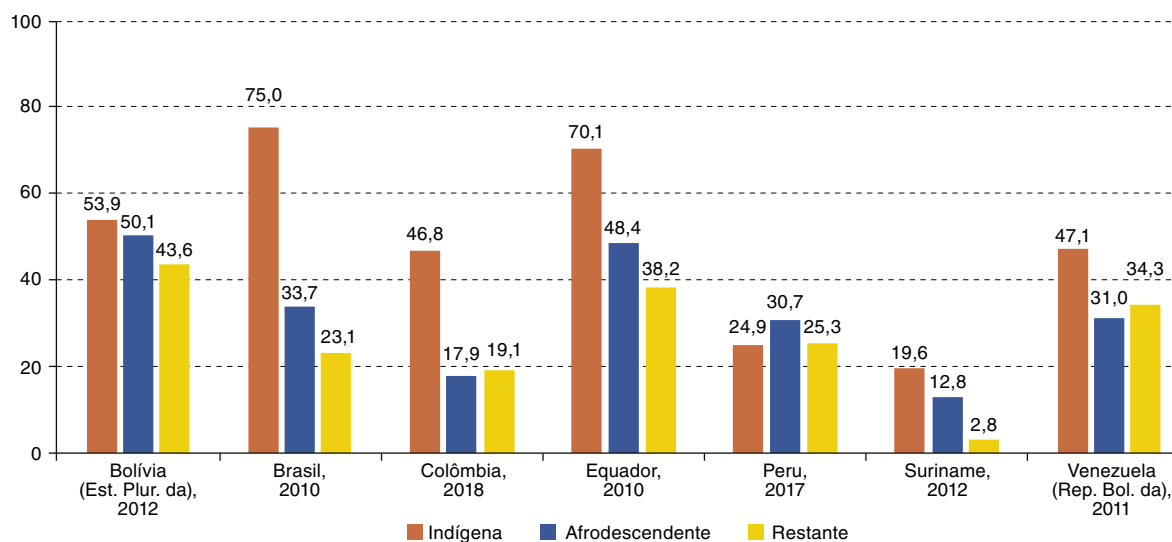


Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL. Módulo sociodemográfico disponível em <https://oraotca.org/>.

Nota: Não há dados para a Guiana e o Suriname.

Gráfico 35
Região Amazônica: proporção da população com sobrelotação
por condição étnico-racial, 2010-2018

(Em porcentagens)

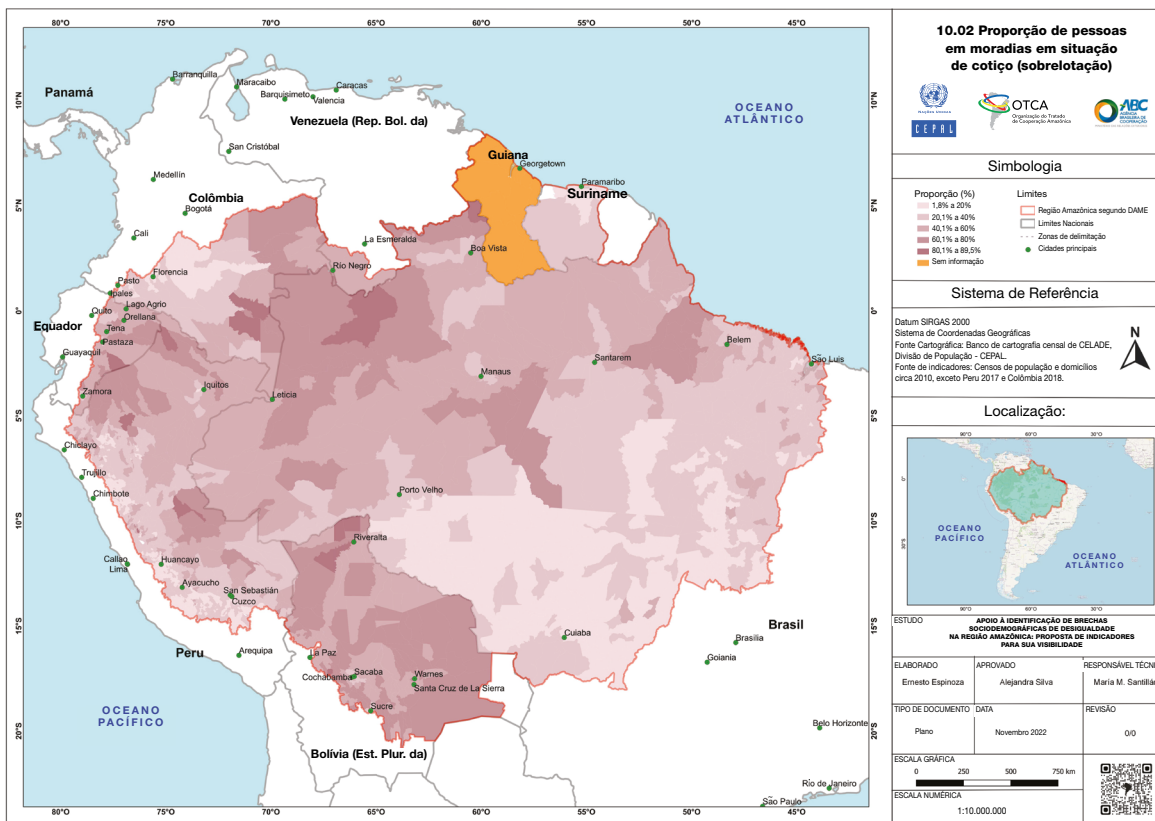


Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL. Módulo sociodemográfico disponível em <https://oraotca.org/>.

Nota: Não há dados para a Guiana.

Observando o território (vide mapa 13), as maiores proporções de populações sobrelotadas (mais de 80% da população) ocorrem em seis municípios do Estado Plurinacional da Bolívia, quatro no Peru, dois na Colômbia, dois no Brasil e um no Equador.

Mapa 13
Região Amazônica: proporção da população em moradias sobrelotadas, de acordo com as Divisões Administrativas Menores (DAME)^a, 2010-2018



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL). Módulo sociodemográfico disponível em <https://oraotca.org/>.

Nota: Vide anexo A5, quadro A5.12. Divisões Administrativas Menores (DAME) com 80,1% ou mais de pessoas em situação de sobrelotação.

^a As Divisões Administrativas Menores (DAME) correspondem a municípios na Bolívia (Estado Plurinacional da), Brasil, Colômbia e Venezuela (República Bolivariana da); cantões no Equador; regiões na Guiana; distritos no Peru e Suriname.

2. Acesso a água potável

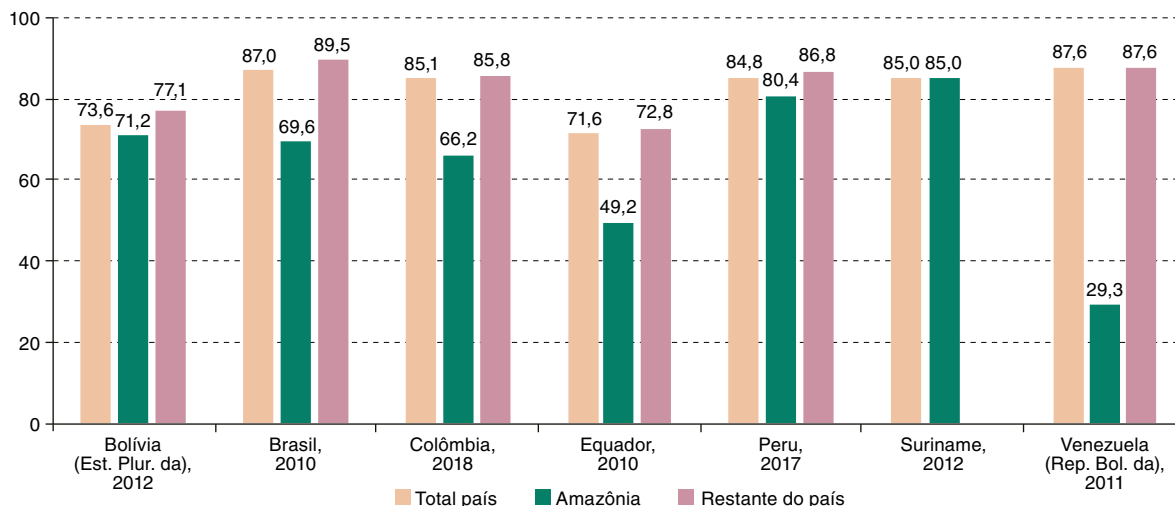
O acesso à água potável é essencial para a sobrevivência humana e fundamental para o desenvolvimento sustentável. A saúde, o desenvolvimento socioeconômico, a produção de alimentos e a qualidade ambiental dependem disso.

Em termos de acesso, em todos os países, a situação da região amazônica está em desvantagem em relação à região não amazônica. Nesse sentido, a magnitude das lacunas existentes deve ser observada. Além disso, as regiões amazônicas da República Bolivariana da Venezuela e do Equador são caracterizadas como as regiões com os níveis mais baixos de acesso (gráfico 36).

Também há lacunas significativas na Amazônia entre as áreas urbanas e rurais, principalmente no Equador e na República Bolivariana da Venezuela, onde apenas 30% da população rural tem acesso a esse serviço (gráfico 37).

Gráfico 36
Países amazônicos: proporção da população com acesso a água potável em casa,
total do país, região amazônica e resto do país, 2010-2018

(Em porcentagens)

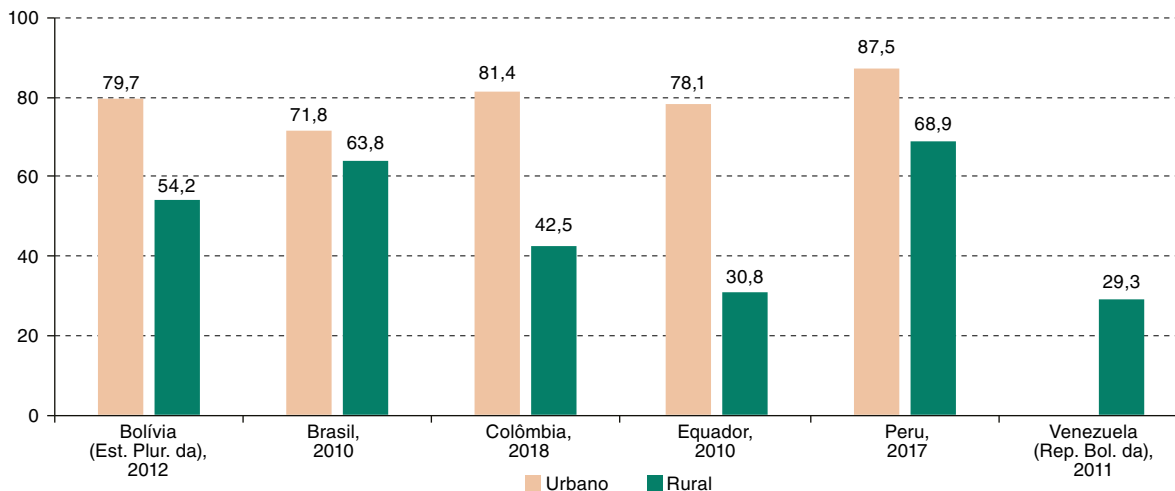


Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL. Módulo sociodemográfico disponível em <https://oraotca.org/>.

Nota: Não há dados para a Guiana.

Gráfico 37
Região amazônica: proporção da população com acesso a água potável em casa
por área de residência, 2010-2018

(Em porcentagens)



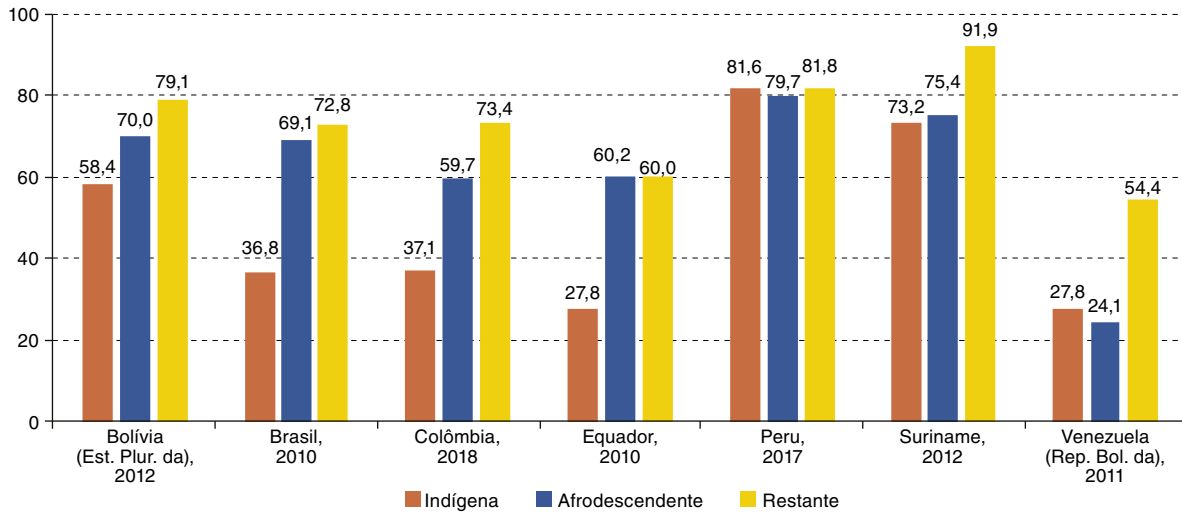
Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL. Módulo sociodemográfico disponível em <https://oraotca.org/>.

Nota: Não há dados para a Guiana e o Suriname.

Na região amazônica, vale a pena mencionar a situação do Peru, um país com a maior cobertura e as menores lacunas étnico-raciais. No restante dos países, todos apresentam lacunas étnico-raciais significativas, com defasagens especiais entre a população indígena (gráfico 38).

Se analisados territorialmente (mapa 14), 27 municípios na Colômbia, 24 no Peru, 16 no Estado Plurinacional da Bolívia, seis no Brasil, um no Equador. Suriname e República Bolivariana da Venezuela têm apenas 20% da população com acesso à água potável.

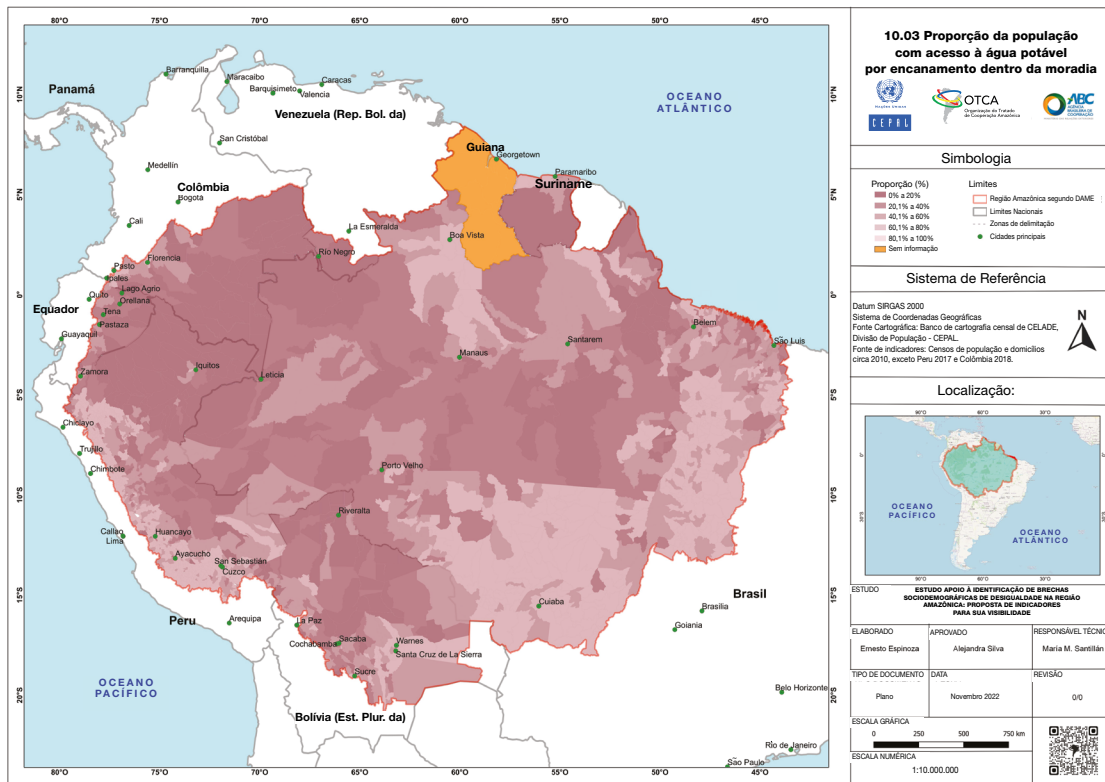
Gráfico 38
Região Amazônica: proporção da população com acesso à água potável por condição étnico-racial, 2010-2018
 (Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL. Módulo sociodemográfico disponível em <https://oraotca.org/>.

Nota: Não há dados para a Guiana.

Mapa 14
Região amazônica: proporção da população com acesso à água potável canalizada dentro da residência, por Divisão Administrativa Menor (DAME^a), 2010-2018



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL. Módulo sociodemográfico disponível em <https://oraotca.org/>.

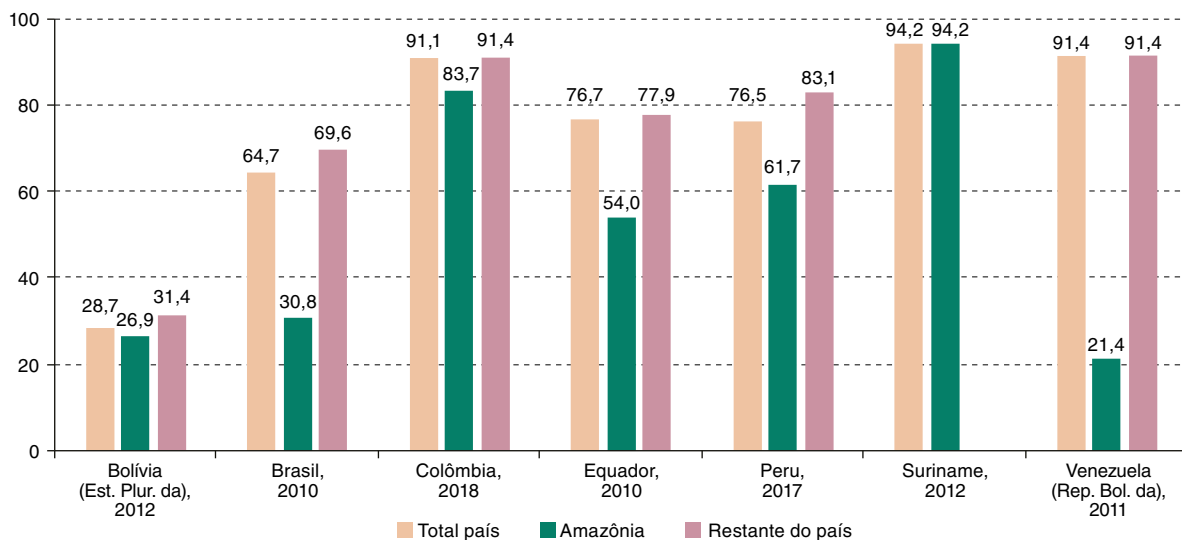
Nota: Vide anexo A5, quadro A5.13. Divisões Administrativas Menores (DAME) com 20% ou menos da população com acesso à água potável.

^a As Divisões Administrativas Menores (DAME) correspondem a municípios na Bolívia (Estado Plurinacional da), Brasil, Colômbia e Venezuela (República Bolivariana da); cantões no Equador; regiões na Guiana; distritos no Peru e Suriname.

3. Saneamento

Em termos de acesso a instalações sanitárias melhoradas²¹, todos os países apresentam desvantagens na região amazônica em comparação com a região não amazônica (gráfico 39). Embora o Estado Plurinacional da Bolívia apresente diferenças mínimas entre as duas regiões, ele se destaca por seus níveis mais baixos de cobertura em todo o território. No restante dos países, as maiores lacunas entre a região amazônica e a região não amazônica são observadas na República Bolivariana da Venezuela, no Brasil e no Equador.

Gráfico 39
Países Amazônicos: proporção da população que usa instalações sanitárias melhoradas,
Região Amazônica e resto do país, 2010-2018
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL). Módulo sociodemográfico disponível em <https://oraotca.org/>.

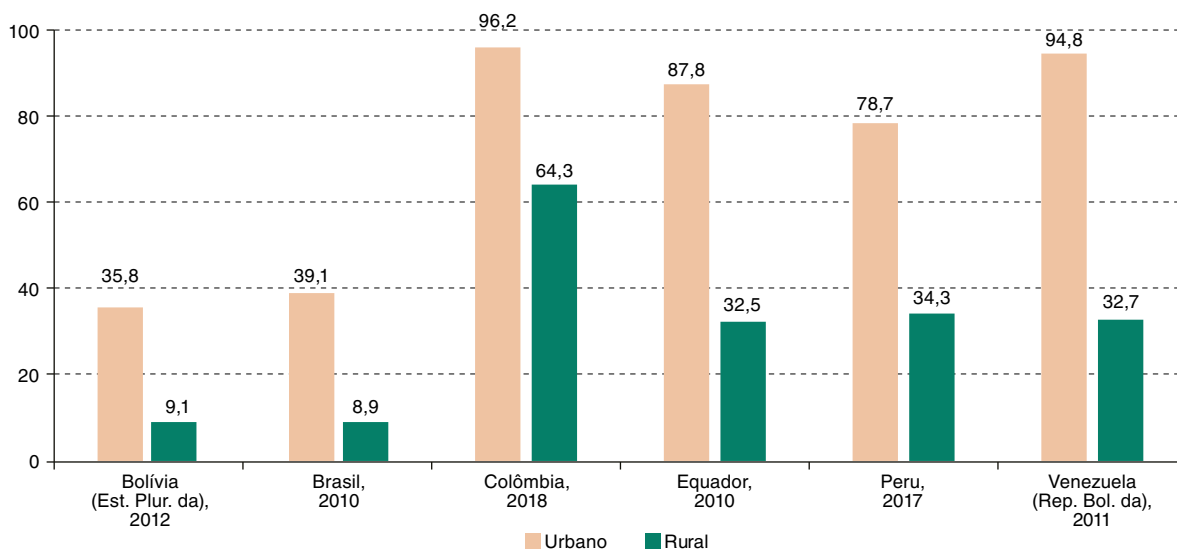
Nota: Não há dados para a Guiana.

Na região amazônica, as lacunas urbano-rurais no acesso a saneamento melhorado são muito acentuadas. No Estado Plurinacional da Bolívia e no Brasil, o acesso da população rural a esse serviço não chega a 10%, enquanto no Equador, Peru e República Bolivariana da Venezuela não ultrapassa 34%. A Colômbia se destaca por sua maior cobertura (gráfico 40).

Em termos de acesso ao saneamento por etnia na Região Amazônica, pode-se afirmar que a população indígena tem os níveis mais baixos de acesso, especialmente no Brasil, no Estado Plurinacional da Bolívia, na República Bolivariana da Venezuela e no Equador, e as maiores lacunas em relação ao restante da população (gráfico 41).

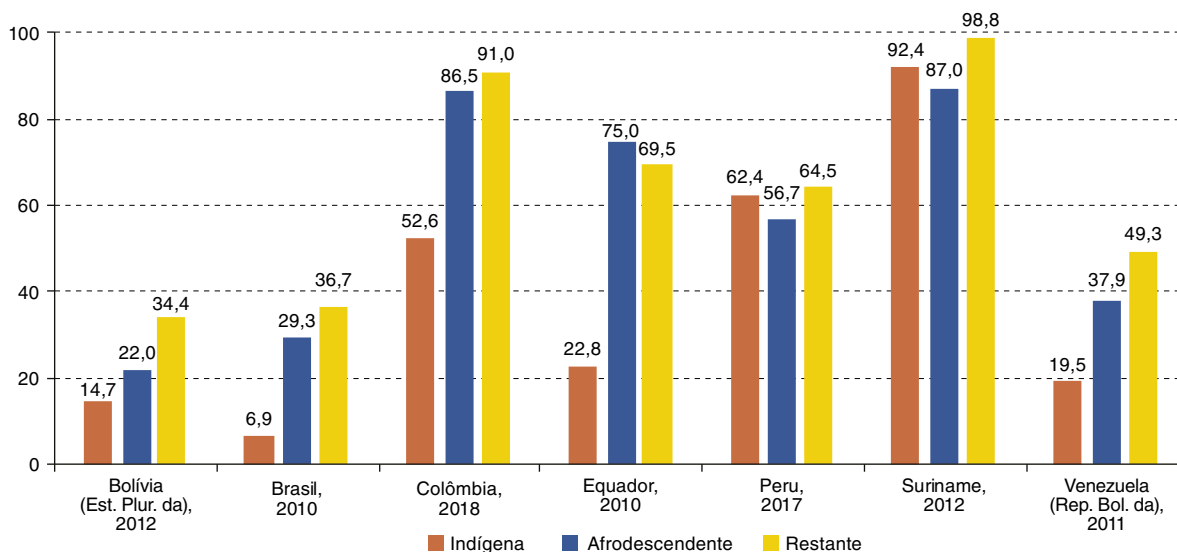
²¹ As instalações sanitárias melhoradas são consideradas as seguintes: vaso sanitário ou latrina com descarga ou descarga conectada a um esgoto fechado, uma fossa séptica ou fossa, latrina de fossa melhorada ventilada, latrina de fossa com laje ou uma plataforma de qualquer material que cubra completamente a fossa, exceto para o buraco de descarga e latrinas/banheiros de compostagem.

Gráfico 40
Região Amazônica: proporção da população com acesso a saneamento no domicílio por área de residência, 2010-2018
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL. Módulo sociodemográfico disponível em <https://oraotca.org/>.
 Nota: Não há dados para a Guiana e o Suriname.

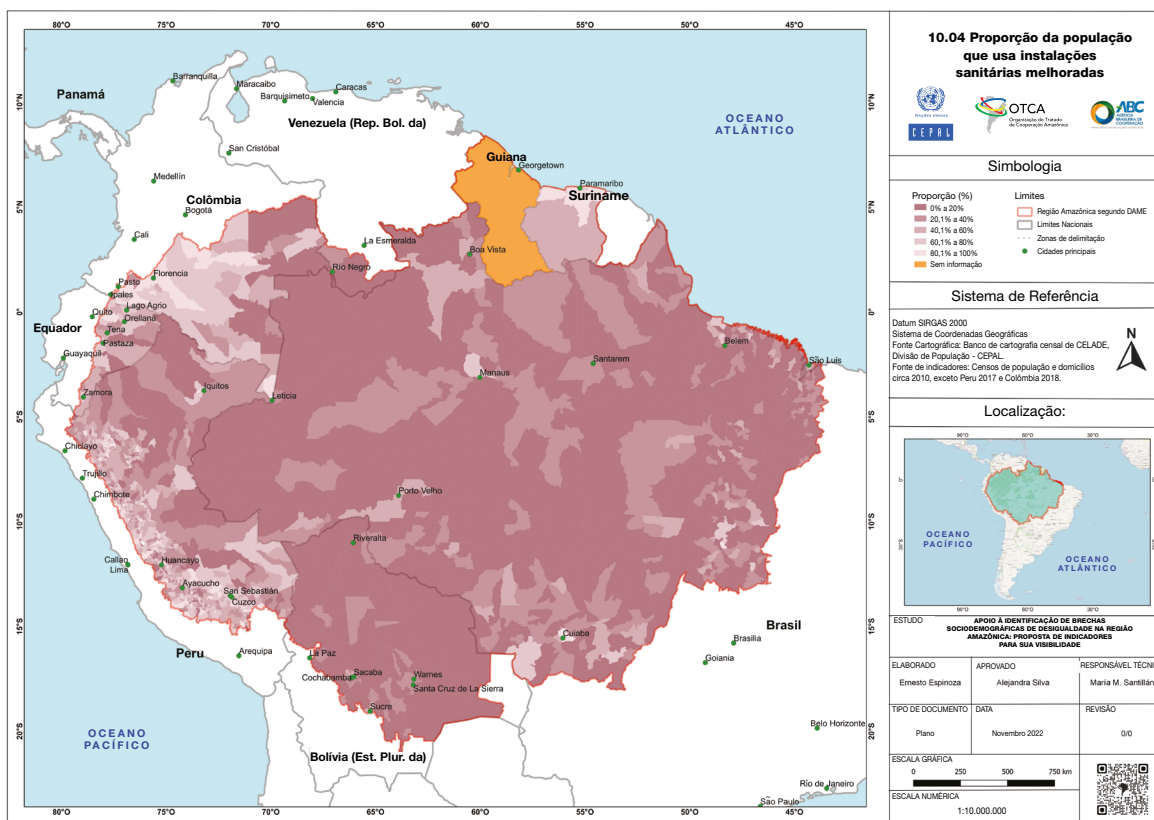
Gráfico 41
Região Amazônica: proporção da população com acesso a saneamento por status étnico-racial, 2010-2018
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL. Módulo sociodemográfico disponível em <https://oraotca.org/>.

Considerando o território (mapa 15), quase metade dos municípios tem menos de 20% da população com acesso a saneamento. Esses estão distribuídos principalmente no Brasil (550 municípios); Estado Plurinacional da Bolívia (155 municípios); Peru (109 municípios). Na mesma situação, há 11 municípios na Colômbia, quatro no Equador e um na República Bolivariana da Venezuela.

Mapa 15
Região Amazônica: proporção da população que usa instalações sanitárias melhoradas,
por Divisão Administrativa Menor (DAME)^a, 2010-2018



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL. Módulo sociodemográfico disponível em <https://oraotca.org/>.

Nota: Vide anexo A5, quadro A5.14. Divisões Administrativas Menores (DME) com 20% ou menos da população com acesso a saneamento melhorado.

^a As Divisões Administrativas Menores (DAME) correspondem a municípios na Bolívia (Estado Plurinacional da), no Brasil, na Colômbia e na República Bolivariana da Venezuela; cantões no Equador; regiões na Guiana; distritos no Peru e no Suriname.

4. Serviços de eletricidade

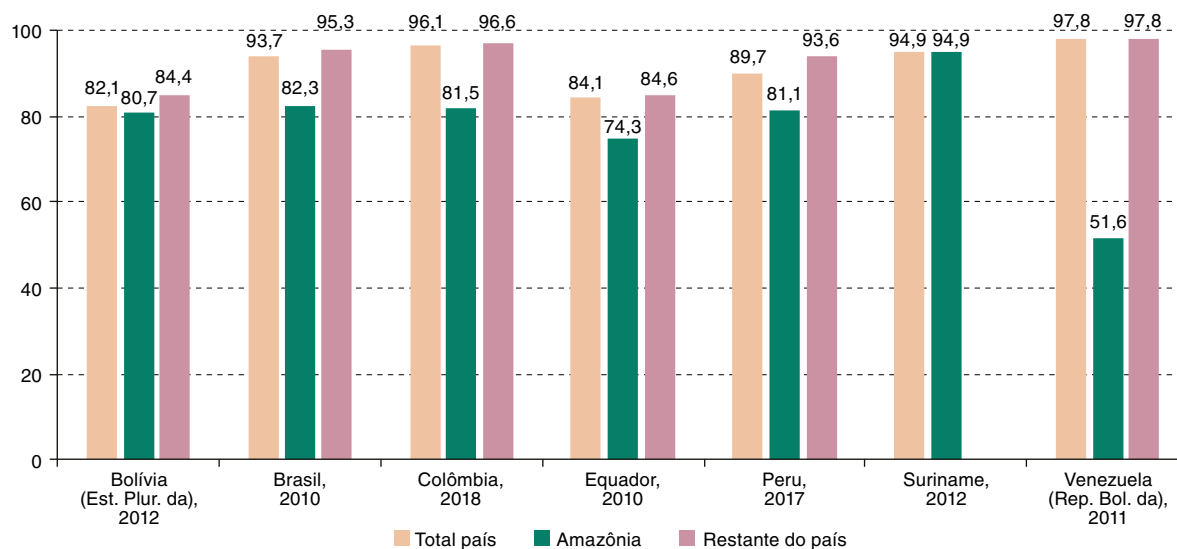
Embora o acesso à eletricidade tenha uma cobertura maior em comparação com a água e o saneamento, esse serviço segue um padrão semelhante, com níveis mais baixos de acesso à eletricidade na Região Amazônica em comparação com o restante de cada país, especialmente na República Bolivariana da Venezuela (gráfico 42).

Na região amazônica, mais uma vez, as lacunas urbano-rurais se destacam. Nesse sentido, enquanto na população urbana o acesso é superior a 90% em cada um dos países com informações, a população rural nesses países não ultrapassa 64% (gráfico 43).

Por outro lado, na região amazônica, as diferenças étnico-raciais se destacam. Em todos os países, o acesso à eletricidade para os povos indígenas é menor do que para os afrodescendentes e os demais, nessa ordem. Destacam-se o Brasil, a República Bolivariana da Venezuela, o Equador e a Colômbia (gráfico 44).

Dentro do território, o sul e o leste do Brasil se destacam pelos níveis mais altos de acesso à eletricidade. No outro extremo, 12 municípios no Estado Plurinacional da Bolívia, 13 no Peru, 12 na Colômbia e um no Equador têm menos de 20% da população com acesso à eletricidade (mapa 16).

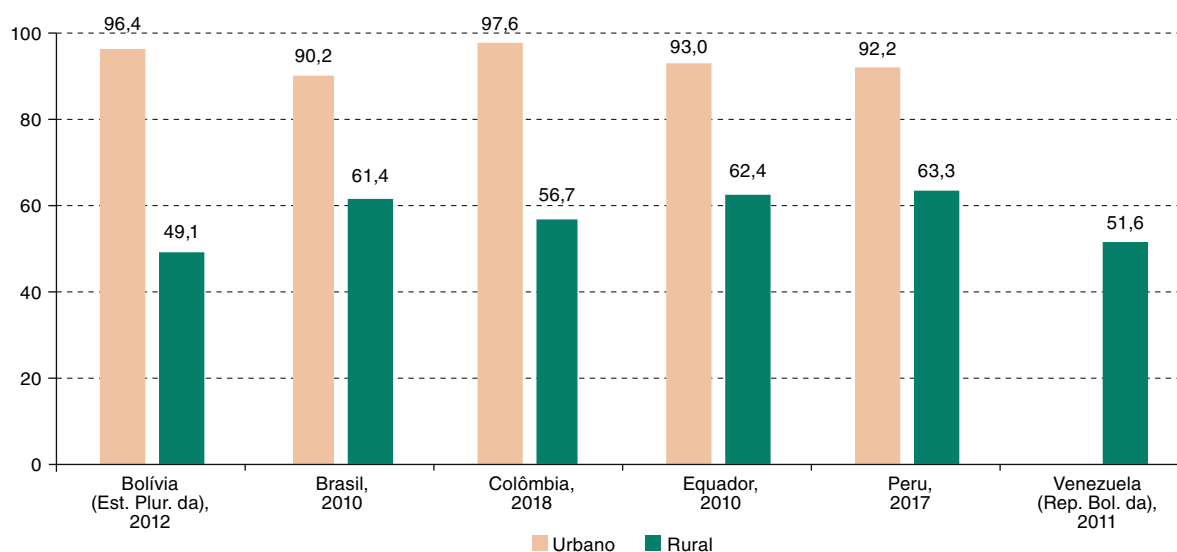
Gráfico 42
Países amazônicos: proporção da população com acesso à eletricidade em casa,
Região amazônica e resto do país, 2010-2018
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL. Módulo sociodemográfico disponível em <https://oraotca.org/>.

Nota: Não há dados para a Guiana.

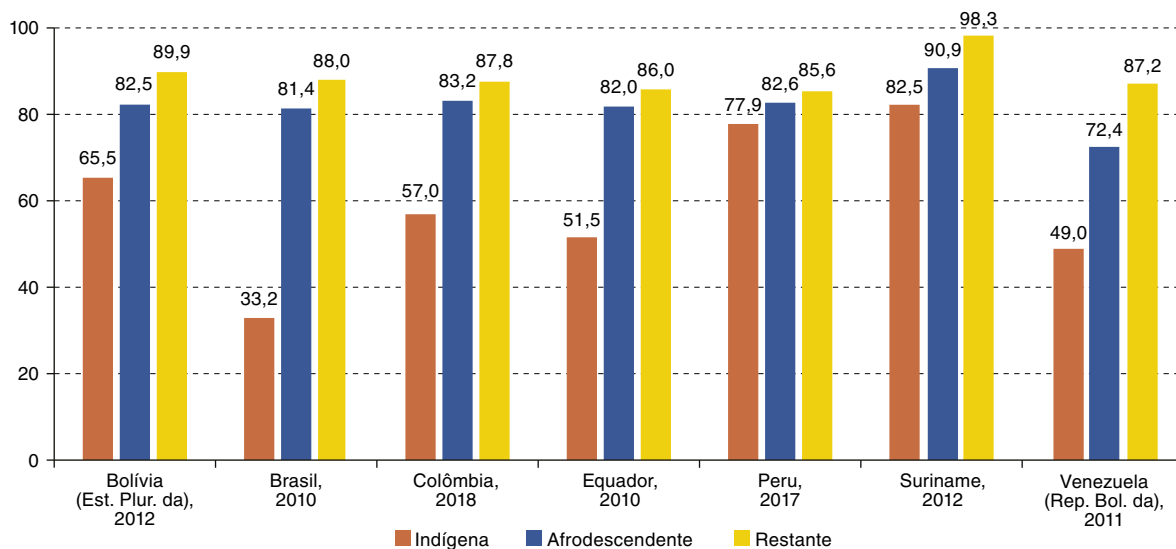
Gráfico 43
Região amazônica: proporção da população com acesso à eletricidade em casa
por área de residência, 2010-2018
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL. Módulo sociodemográfico disponível em <https://oraotca.org/>.

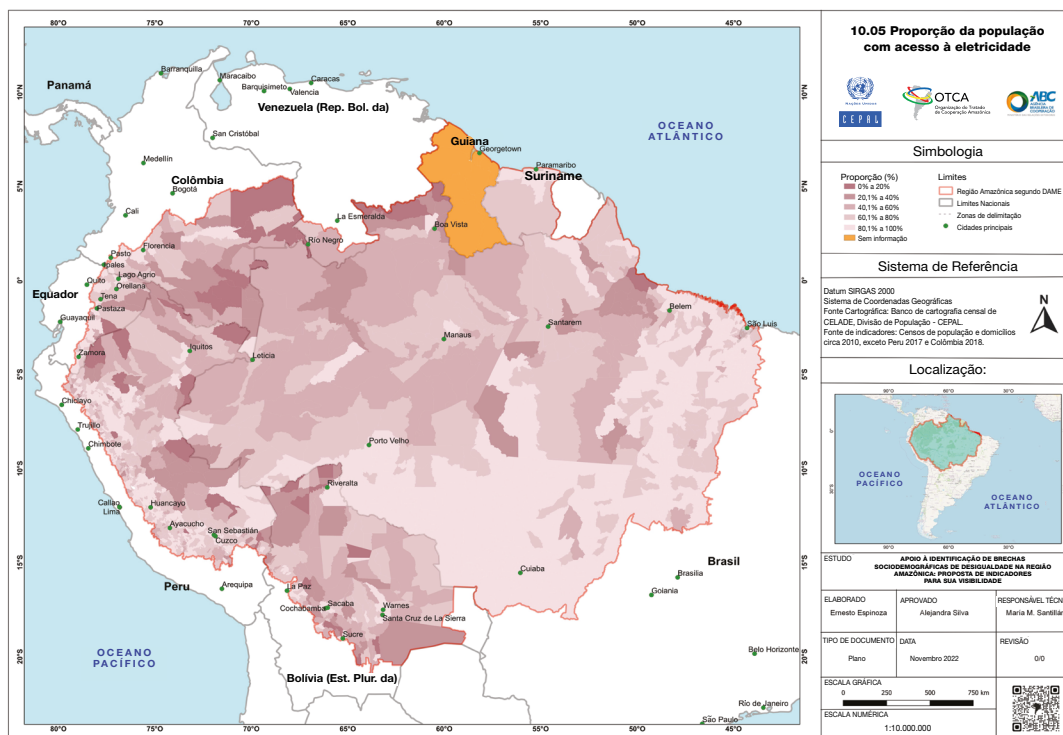
Nota: Não há dados para a Guiana e o Suriname.

Gráfico 44
Região amazônica: proporção da população com acesso à eletricidade por status étnico-racial, 2010-2018
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL. Módulo sociodemográfico disponível em <https://oraotca.org/>.
 Nota: Não há dados para a Guiana.

Mapa 16
Região Amazônica: proporção da população com acesso à eletricidade, por Divisão Administrativa Menor (DAME^a), 2010-2018



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL. Módulo sociodemográfico disponível em <https://oraotca.org/>.

Nota: Vide anexo A5, quadro A5.15. Divisões Administrativas Menores (DAME) com 20% ou menos da população com acesso à eletricidade.
^a As Divisões Administrativas Menores (DAME) correspondem a municípios na Bolívia (Estado Plurinacional da), Brasil, Colômbia e Venezuela (República Bolivariana da); cantões no Equador; regiões na Guiana; distritos no Peru e Suriname.

II. Conclusões e recomendações

Este documento apresenta uma aproximação das diferenças sociodemográficas entre a Região Amazônica e a Região Não Amazônica nos oito países que compõem a Região Amazônica. Além disso, dentro da Amazônia, há diferenças entre determinados grupos socioculturais em cada país.

Em nível geral, foi enfatizada a situação de vulnerabilidade da região amazônica como uma região a ser priorizada para avançar rumo ao desenvolvimento sustentável, considerando que, em todos os indicadores analisados, a situação da região amazônica está em desvantagem em relação ao restante do território de cada um dos países membros da OTCA.

Essas lacunas persistentes levam à conclusão de que a Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD) baseada exclusivamente nos critérios de renda per capita e na categoria de “países de renda média” dificulta a superação da pobreza e homogeneiza os países em termos de suas necessidades econômicas e sociais, sem abordar suas realidades específicas. Dessa forma, os processos de crescimento sustentável e inclusivo estão sendo adiados para atacar a desigualdade social e a heterogeneidade produtiva (CEPAL, 2012).

Nas últimas duas décadas, houve um declínio relativo acentuado na Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD) recebida pelos países da América Latina e do Caribe, tanto em termos de Renda Nacional Bruta (RNB) média quanto em comparação com outras regiões em desenvolvimento.

Ao enquadrar a maioria dos países da região, incluindo os da região amazônica, como de “renda média” e ao alocar recursos de cooperação internacional para combater a pobreza em países de renda mais baixa (CEPAL, 2012), ignora-se o fato de que mais de 62% dos pobres do mundo vivem em países de renda média²². Os altos níveis de pobreza e desigualdade na região amazônica também são ignorados.

A. Lacunas sociodemográficas

Em uma perspectiva demográfica, a diversidade cultural se destaca. Nos países membros da OTCA, com exceção do Brasil, há uma alta proporção de população pertencente a povos indígenas. No Estado Plurinacional da Bolívia, eles estão distribuídos por todo o país, com as maiores concentrações em municípios como Cochabamba, Santa Cruz de la Sierra, entre outros.

²² Vide [on-line] <https://www.worldbank.org/en/country/mic/overview>.

No restante dos países, os povos indígenas vivem principalmente em áreas rurais e, quando vivem em cidades, têm um baixo peso relativo. O caso do Brasil se distingue pela alta proporção de afrodescendentes, que vivem principalmente nas cidades.

Com o objetivo de investigar a matriz de desigualdade na região amazônica, os indicadores foram analisados em diferentes dimensões que permitiram abordar as particularidades que se desdobram no território:

- i) **Distribuição territorial.** Na região amazônica, há uma concentração acentuada da população em áreas urbanas, uma condição definida pelos países com a maior densidade populacional em seus territórios amazônicos. No entanto, embora a urbanização seja notável, a proporção da população urbana na Amazônia ainda é menor em comparação com os territórios não amazônicos. A Amazônia é notável por sua diversidade étnica e racial, sendo o lar de mais de seis milhões de indígenas e 18 milhões de afrodescendentes. Os povos indígenas são mais frequentemente assentados em municípios menores e tendem a ter baixas proporções nas cidades, enquanto os afrodescendentes tendem a habitar cidades maiores. Pode-se argumentar que é fundamental conhecer as magnitudes e a dinâmica demográfica dos povos indígenas e dos afrodescendentes nas políticas públicas para torná-las mais eficazes e eficientes, de acordo com o Consenso de Montevidéu (ações prioritárias 86 e 94). Por outro lado, também é essencial examinar a fragilidade demográfica a que estão expostos muitos Povos Indígenas na Amazônia, que correm o risco de desaparecer (Del Popolo, 2017).
- ii) **Fecundidade e mortalidade infantil.** Esses indicadores mostram, o primeiro, o acesso à saúde sexual e reprodutiva, e o segundo, a mortalidade infantil, como um direito à vida, demonstrando que a situação é pior na Região Amazônica do que na Região Não Amazônica em todos os países que dispõem de informações a respeito. Observou-se que ambos os indicadores apresentam seus níveis mais altos entre os povos indígenas, cujos comportamentos combinam desigualdades e ideais e trajetórias reprodutivas ligadas a fatores culturais.
- iii) **Pobreza e pobreza extrema.** A pobreza também se manifesta em maior escala na região amazônica. Ela aumenta nas áreas rurais e é reforçada no caso dos povos indígenas. Além disso, a pobreza e a extrema pobreza são maiores no território amazônico do que no território não amazônico em todos os países, com exceção do Estado Plurinacional da Bolívia.
- iv) **Mercado de trabalho: qualidade no emprego.** Quanto à qualidade do emprego, as condições de trabalho a que a população amazônica tem acesso são mais precárias, informais, sem benefícios trabalhistas ou proteção social na Amazônia, expondo os trabalhadores a uma maior vulnerabilidade. Essa situação é ainda mais grave para as mulheres indígenas, que, em sua maioria, trabalham na informalidade.
- v) **Proteção de crianças e adolescentes na região amazônica. As taxas de trabalho infantil são altas, maiores do que no resto do país.** Esse é um problema que aumenta com a idade, afeta mais os meninos e é pior no caso de crianças afrodescendentes e indígenas. Altas taxas são encontradas em municípios da Bolívia e do Brasil. O trabalho infantil constitui uma violação dos direitos humanos, pois prejudica o desenvolvimento das crianças e compromete seu acesso e permanência no sistema educacional. Como vimos, o trabalho infantil tem suas causas na pobreza das famílias e na necessidade de contribuir para a economia familiar. É importante mencionar que o trabalho infantil deve ser diferenciado do trabalho doméstico e produtivo que as crianças pertencentes aos povos indígenas realizam como parte dos processos de formação de sua própria cultura.
- vi) **Unões precoces e maternidade na adolescência.** Há uma proporção maior de adolescentes casados ou em união de fato e de mães adolescentes em comparação com a população não amazônica. As meninas e adolescentes são as principais afetadas porque vários de seus direitos fundamentais são violados e seu desenvolvimento pessoal ideal

durante a infância é prejudicado, com consequências em fases futuras de suas vidas, associadas à perpetuação de situações de pobreza e desigualdade para essas mulheres e suas famílias (ONU Mulheres, UNFPA e UNICEF, 2018). Além disso, todos esses problemas têm níveis mais altos entre as mulheres indígenas e afrodescendentes. Esses impactos negativos são relativizados entre as jovens mulheres indígenas de contextos mais tradicionais, devido ao papel central da família e ao valor das crianças como preservação da cultura e da estrutura social. Assim, a dimensão cultural deve ser compreendida para a implementação de políticas de acordo com os direitos individuais e coletivos dos povos indígenas (Del Popolo, 2017; Del Popolo *et al.*, 2009).

- vii) **Educação.** A taxa de alfabetização na região amazônica não difere muito do restante das regiões do país. No entanto, aparecem lacunas em seu interior, explicadas pela condição étnica, com taxas de alfabetização mais baixas entre a população indígena e afrodescendente, que são ainda mais acentuadas no caso das mulheres. Os serviços educacionais, em alguns casos, não são relevantes e adequados aos contextos produtivos e ao acompanhamento da educação a ser incorporada na vida cotidiana (Ocampos Balansa, 2015). A educação nem sempre é bilíngue e os professores nem sempre são treinados para ensinar em outros idiomas, enquanto o conteúdo não é culturalmente relevante, fatores que resultam na exclusão de muitas crianças. Essa exclusão tem impacto sobre a evasão escolar precoce e o baixo nível de escolaridade, que também está ligado à baixa oferta de escolas de ensino médio e universidades suficientes e culturalmente relevantes. A gravidez na adolescência e o trabalho infantil também são fatos que forçam as crianças a não continuar seus estudos e a não ter acesso a níveis mais altos de escolaridade.
- viii) **Tecnologias de informação e comunicação: Acesso à Internet.** Em termos de acesso à Internet, os níveis de cobertura na região não amazônica são duas vezes mais altos do que na região amazônica. Além disso, na Amazônia, as populações indígenas são as que têm menos acesso à Internet. O hiato digital na Amazônia é preocupante devido à existência de baixos níveis de conectividade, tanto em termos de extensão (acesso) quanto de qualidade de acesso, pois a manutenção de equipamentos em locais remotos e isolados é complexa de garantir e sustentar, e as usinas de energia não fornecem um serviço contínuo que garanta uma conexão constante à Internet. É necessário planejamento e projeto para a incorporação das TICs na Amazônia (Ocampos Balansa, 2015).
- ix) **Condições de moradia.** Nesse indicador, observam-se desvantagens para a região amazônica em relação à região não amazônica. Apesar de viver em uma bacia hidrográfica como a Amazônia, o acesso à água potável é diferenciado por uma série de fatores que incluem baixo investimento público nesse tipo de infraestrutura, falta de acessibilidade ao território, falta de empresas trabalhando na área, entre outros. Em particular, as lacunas nos direitos territoriais dos povos indígenas agravam a situação do acesso à água e ao saneamento. O fornecimento de um serviço regular e contínuo de eletricidade e combustível continua sendo um desafio pendente (Ocampos Balansa, 2015). As desigualdades aumentam de acordo com a área de residência (urbana/rural) e o status étnico. Residir em áreas rurais é um sinal de exclusão no acesso a serviços básicos, e o acesso das comunidades indígenas a serviços como água potável, saneamento e eletricidade é inferior e deficiente em comparação com seus pares não indígenas (CEPAL e FILAC, 2020).

B. “Não deixar ninguém para trás” na Região Amazônica

“Não deixar ninguém para trás” é o lema que resume a essência da Agenda 2030. No entanto, as lacunas sociodemográficas existentes na Região Amazônica demonstram o atraso no bem-estar e nas condições de vida da população que ali reside, deixando claro que é necessário redobrar os esforços para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Isso também é urgente devido aos efeitos sociais, econômicos e de saúde causados pela pandemia da COVID-19.

Como consequência da pandemia, as desigualdades sociodemográficas aumentaram e se aprofundaram, uma vez que seus impactos foram maiores nos setores mais vulneráveis, afetados principalmente pela perda de renda e pela dificuldade de inserção laboral, pela precariedade e informalidade do emprego e pelo escasso acesso aos sistemas de proteção social (CEPAL, 2022), o que resultou no aumento da pobreza e da pobreza extrema.

A pandemia da COVID-19 também mostrou a deficiência e a vulnerabilidade dos sistemas de saúde subfinanciados na América Latina e no Caribe (CEPAL, 2021b). Ela influenciou outras dimensões, como a educação, e expôs ainda mais as desigualdades em torno do acesso a dispositivos tecnológicos e uma conexão estável à Internet, aprofundando as lacunas existentes entre aqueles que vivem em áreas urbanas e rurais.

Embora não existam evidências sistemáticas, é razoável supor que os efeitos sociais e trabalhistas da pandemia, ligados aos problemas estruturais de desigualdade e pobreza, informalidade e vulnerabilidade (CEPAL, 2022), tenham sido ainda mais fortes na Região Amazônica.

Diante dessa realidade, para cumprir a implementação da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, os países membros da OTCA poderiam concentrar seus esforços em políticas abrangentes e agrupadas, baseadas em evidências, que beneficiem a população da Amazônia, atendendo às necessidades específicas dos grupos vulneráveis, para que “ninguém seja deixado para trás”.

O desenho de políticas públicas implica, portanto, contemplar tanto medidas direcionadas quanto universais, ou seja, ações para proporcionar acesso a serviços básicos e essenciais a toda a população, sem restrições ou exclusões, levando em conta a participação social da população.

Um direcionamento busca concentrar recursos escassos naqueles que realmente precisam deles para maior eficácia e eficiência na redistribuição de renda e redução da pobreza (Filgueira, 2014), enquanto medidas universais com qualidade e pertencimento cultural são necessárias para garantir o acesso à água, ao saneamento, à eletricidade e aos serviços de internet, bem como à educação e à saúde, para toda a população.

Por outro lado, com a participação social, espera-se que os Estados avancem na abordagem das necessidades e direitos que as populações priorizam, a fim de estabelecer uma ação coordenada e uma articulação coerente em vários níveis: local, nacional, regional e internacional.

C. Políticas públicas estratégicas para a Amazônia

Também é necessário destacar o trabalho que a OTCA vem realizando desde sua criação e potencializar seus esforços, bem como os de outras organizações dedicadas à melhoria das condições de vida na Amazônia. Dessa forma, a governança democrática com a participação plena de todos os membros ativa o desenvolvimento sustentável, em um contexto de promoção, garantia e defesa dos direitos humanos. Também contribui para a consolidação da democracia na região e para o fortalecimento das instituições.

Em todas as ações a serem realizadas, é essencial respeitar, promover e não minar os direitos consagrados na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Só assim o compromisso de garantir que “ninguém fique para trás” do desenvolvimento sustentável será uma realidade para essas comunidades.

Há um amplo consenso sobre os princípios orientadores que guiam esse processo, como o direito de usufruir sem discriminação de todos os direitos humanos; o direito à autodeterminação; de determinar e desenvolver prioridades e estratégias para o exercício de seu direito ao desenvolvimento, inclusive o uso de suas terras ou territórios e outros recursos; e a obrigação dos Estados de consultar antes de adotar e implementar medidas legislativas ou administrativas que os afetem, a fim de obter seu consentimento livre, prévio e informado. Esses direitos estão presentes em todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Por outro lado, em consonância com o estudo da CEPAL e do Patrimônio Natural (2013), conclui-se que a principal diretriz das políticas públicas a serem elaboradas e implementadas na Região Amazônica deve ser a conservação dos recursos naturais e dos ecossistemas existentes, por meio de seu uso sustentável. Dessa forma, o objetivo é reduzir o impacto sobre o capital natural para permitir o desenvolvimento econômico, a geração de empregos, o aumento da competitividade e o bem-estar da sociedade e da região como um todo. A justificativa para essa afirmação é que não há desenvolvimento sustentável nem compromisso de “não deixar ninguém para trás” se isso implicar a destruição do meio ambiente.

Por fim, é pertinente aprofundar a desagregação territorial das informações, a fim de permitir o desenvolvimento de medidas específicas e direcionadas de acordo com os diferentes contextos. Nesse sentido, espera-se que o Módulo Sociodemográfico²³ desenvolvido para o Observatório Regional Amazônico (ORA), onde as informações aqui apresentadas estão disponíveis, represente um instrumento que facilite o conhecimento das lacunas sociodemográficas que afetam a Região Amazônica.

D. Diretrizes para o desenvolvimento sustentável

Com base nos resultados apresentados, foi estabelecida uma série de diretrizes gerais que são fundamentais para a elaboração de estratégias para incentivar o fortalecimento institucional, a inclusão e a proteção social da população, com o objetivo de alcançar o desenvolvimento sustentável.

- i) **Propor novas soluções para combater a pobreza.** Em primeiro lugar, é necessário melhorar a eficácia dos benefícios e programas sociais existentes a fim de promover novas soluções para a pobreza que estejam ancoradas nas particularidades geográficas, socioeconômicas e culturais da Região Amazônica, levando em conta também o cenário pós-pandemia de aumento da pobreza e recessão econômica. Isso requer:
 - Promover novas linhas e ofertas de programas de desenvolvimento social e produtivo com ênfase nos grupos vulneráveis, como os povos indígenas e a população das áreas rurais.
 - Executar ações de assistência, apoio e segurança alimentar para atender aos grupos vulneráveis e àqueles em risco nutricional, priorizando as crianças.
 - Integrar políticas sociais com políticas culturais e ambientais, para que a exploração dos recursos naturais não coloque em risco a sobrevivência da população amazônica.
- ii) **Formular uma nova política trabalhista.** A superação da pobreza requer a formulação de uma política trabalhista de ação participativa, coordenada e concertada com a população em geral e com os Povos Indígenas da Amazônia em particular, a fim de desestimular as atividades econômicas ilegais e promover programas de inclusão laboral e produtiva com financiamento estatal para a inserção laboral em ambientes formais e com condições dignas de trabalho. Isso implica:
 - Acabar com atividades como a mineração ilegal e promover o desenvolvimento econômico sustentável em setores estratégicos, como a agricultura e a pecuária, a fim de interromper o desmatamento e a exploração indiscriminada de madeira. Para isso, sugere-se incentivar a agricultura de conservação, evitando a degradação da terra cultivada e a regeneração das terras afetadas. As estratégias a serem seguidas incluem manter o solo coberto, lavoura mínima e rotação de culturas.
 - Facilitar o deslocamento e a instalação de empresas na Região Amazônica por meio de incentivos econômicos e isenções fiscais, garantindo atividades produtivas com foco no desenvolvimento sustentável para controlar a emissão de gases poluentes, resíduos e/ou rejeitos industriais, de forma a garantir a inserção laboral das populações das áreas menos desenvolvidas.

²³ Módulo sociodemográfico em <https://oraotca.org/>.

- iii) **Promover o planejamento territorial.** Dado que o território amazônico abriga diversas populações indígenas, é essencial respeitar o princípio do consentimento livre, prévio e informado dos povos indígenas, a fim de garantir sua participação ativa em todas as ações que os afetam, conforme estabelecido nos padrões internacionais adotados pelos países da região. Isso requer:
- Elaborar iniciativas, ações, projetos, programas e políticas públicas para o planejamento do uso da terra e o planejamento urbano inclusivo, tornando visíveis os efeitos da marginalização de grupos excluídos, a fim de reverter sua situação, incentivando a convergência, a colaboração e a interação entre diferentes grupos sociais e étnicos para criar sociedades mais plurais.
 - Garantir direitos territoriais para proteger a vida e a continuidade cultural dos povos indígenas, o que pode ser efetivamente implementado por meio da promulgação de leis de propriedade comunitária indígena que garantam o acesso a títulos de terra para comunidades indígenas com base em seu vínculo com o território. Convocar diálogos comunitários para identificar e caracterizar as demandas existentes e promover o diálogo do setor público com as lideranças indígenas.
 - Garantir a proteção das florestas de titularidade tradicional dos povos indígenas por meio de um processo de planejamento do uso da terra com uma abordagem participativa das partes interessadas. Envolver as comunidades indígenas e camponesas no processo de monitoramento e proteção de florestas e bosques.
 - Potencializar o uso sustentável da terra e da floresta, fortalecendo o patrimônio natural e cultural indígena.
 - Colocar um fim à criminalização dos defensores da vida e dos territórios dos povos indígenas, o que tem aumentado na Amazônia. Os Estados devem proteger a população e garantir o cumprimento das responsabilidades que recaem sobre as empresas, bem como impor reparações por quaisquer violações de direitos humanos que possam ocorrer. Fortalecer os mecanismos de proteção e as medidas de precaução para os defensores do meio ambiente.
 - Apoiar e garantir o direito à liberdade de expressão, associação e reunião pacífica.
- iv) **Garantir o direito à saúde.** Também é necessário cumprir o exercício efetivo do direito à saúde, atendendo aos grupos em situação de maior vulnerabilidade. Para tanto, é necessário:
- Elaborar e formular políticas que promovam o alcance da cobertura regional de saúde, de modo que sejam estabelecidos mecanismos e garantias de acesso a medicamentos e vacinas para assegurar serviços básicos de qualidade.
 - Divulgar práticas e costumes saudáveis na detecção e no tratamento de infecções e doenças, bem como na promoção e prevenção da saúde.
 - Melhorar as condições de maternidade e garantir atendimento humanizado ao nascimento e parto, atendendo às necessidades de mães e filhos.
 - Disseminar práticas de atenção primária à saúde e doenças prevalentes na primeira infância. Expandir a oferta de saúde com a incorporação de serviços especializados em medicina, enfermagem e ginecologia.
 - Promover e informar sobre direitos sexuais e reprodutivos, sempre com enfoque de gênero e dentro de uma estrutura intercultural de respeito, promoção e fortalecimento de medicamentos e práticas tradicionais indígenas e afrodescendentes.
- v) **Proteger crianças e adolescentes na Região Amazônica.** Para isso, é necessário:
- Prevenir e erradicar o trabalho infantil por meio de ações que incluem:
 - Desenvolver um plano regional sobre o tema que tenha como eixos de atuação a prevenção, fiscalização e investigação do trabalho infantil.

- Prevenir, fornecendo informações e conscientização, e promover instâncias educacionais que envolvam os atores que fazem parte do problema.
 - Impor caráter punitivo para quem infringir a lei.
 - Realizar estudos e estatísticas que nutram a compreensão do problema para dar um olhar mais preciso aos tomadores de decisão.
 - Articular ações com órgãos governamentais e não governamentais com a participação e o compromisso do setor privado e das organizações da sociedade civil. Permitir o diálogo social e o diálogo público-privado para coordenar os esforços para eliminar o trabalho infantil na cadeia de valor.
 - Proteger os adolescentes em idade produtiva de trabalhos perigosos por meio de registro e autorização de trabalho. Visibilizar e divulgar os riscos associados ao trabalho infantil e os direitos contemplados nas declarações universais de direitos por meio de campanhas nas redes sociais, na mídia e em outros meios tradicionais de divulgação, levando em conta as limitações de acesso à internet nas populações rurais.
 - Implementar dias de conscientização sobre os perigos associados ao trabalho infantil.
 - Fortalecer a permanência no sistema educacional por meio de ações de detecção e monitoramento do trabalho infantil.
 - Promover e disseminar o uso de métodos contraceptivos para lidar com uniões precoces e gravidez na adolescência, por meio de programas culturalmente relevantes.
 - Apoiar e acompanhar o processo de empoderamento de meninas e adolescentes, bem como transformar normas de gênero que perpetuem relações assimétricas.
 - Promover políticas e serviços que permitam denunciar e tornar visíveis relacionamentos prejudiciais e violentos ou aqueles em que o consentimento esteja ausente.
 - Cumprir os padrões internacionais de igualdade de gênero e idade para o casamento.
- vi) **Garantir a alfabetização.** Para isso, é importante conduzir processos permanentes de alfabetização para a população amazônica em geral e reafirmar a identidade cultural indígena em particular, reduzindo as práticas culturais ocidentais homogeneizantes e abrindo o leque para as tradições culturais indígenas. Portanto, é necessário gerar alternativas pedagógicas para incentivar os jovens a estudar e reduzir as taxas de evasão escolar:
- Desenvolver formas de acompanhamento social que fortaleçam a interculturalidade e o conhecimento tradicional, com uma abordagem participativa, e incorporá-las aos currículos oficiais e à capacitação de professores e facilitadores locais.
 - Implementar currículos e programas de estudos bilíngues e multiculturais, respeitando e compreendendo suas visões de mundo e culturas.
 - Estabelecer centros educacionais interculturais e bilíngues que aproximem as crianças e os adolescentes da escola e lhes permitam concluir seus estudos.
- vii) **Garantir o acesso à tecnologia e à Internet.** Para reduzir a exclusão digital entre as regiões amazônica e não amazônica, bem como entre áreas rurais e urbanas e entre diferentes grupos populacionais dentro da Amazônia, é necessário:
- Aumentar os níveis de conectividade na região, promovendo e fomentando a alfabetização digital e informacional na população.
 - Lançar e investir em projetos de infraestrutura de telecomunicações e equipamentos tecnológicos que atendam à demanda por esses serviços para fornecer comunicação sustentada e contínua.
 - Subsidiar o acesso à Internet e a outras tecnologias de informação e comunicação.
 - Implementar oficinas, treinamentos e cursos de alfabetização digital por meio do uso de dispositivos eletrônicos para sua apropriação pedagógica.

viii) Melhorar as condições de moradia, o que implica:

- Investir em infraestrutura urbana, de transporte e energia, incluindo a construção e manutenção de estradas e redes de eletricidade, redes de abastecimento de água potável e saneamento, sistemas de esgoto, sistemas de tubulação e drenagem e redes de esgoto, especialmente em áreas rurais.
- Fornecimento de empréstimos para melhorias habitacionais.
- Subsidiar e garantir tarifas de serviços básicos acessíveis.

E. Cooperação para o desenvolvimento

Diante das grandes necessidades da população amazônica e das limitações da abordagem tradicional utilizada pela cooperação para o desenvolvimento, é necessário viabilizar o diálogo político e propor modalidades alternativas de cooperação para atuar de forma inovadora, assumindo um papel ativo na orientação das ações a serem tomadas para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Isso inclui:

- Defender uma nova abordagem para a cooperação internacional inclusiva e integrada para avaliar e enfrentar os desafios de longo prazo e as áreas mais vulneráveis (CEPAL, 2012).
- Fortalecer e promover o diálogo com os países doadores de AOD para identificar áreas a serem privilegiadas, formas de canalizar essa assistência e critérios a serem seguidos para definir os principais obstáculos ao ataque (CEPAL, 2012).
- Avaliar e implementar as modalidades de cooperação Sul-Sul e triangular. Nessas modalidades de cooperação, tanto na condição de doadores quanto de receptores, os países em desenvolvimento ou os países pertencentes ao Sul global compartilham determinadas características e trajetórias políticas, culturais, econômicas, sociais e históricas. As experiências de desenvolvimento semelhantes entre os países os aproximam na implementação de projetos e soluções. Além disso, a proximidade geográfica reduz os custos relacionados à assistência técnica. Essas modalidades de cooperação oferecem estruturas flexíveis e inovadoras e respostas localizadas e personalizadas às realidades e aos problemas locais.

Notadamente, em um contexto no qual a dimensão regional está se tornando cada vez mais relevante, é essencial que a cooperação internacional esteja no centro das ações tomadas, aproveitando a estrutura institucional existente na América Latina e no Caribe (CEPAL, 2018) e o senso de responsabilidade compartilhada.

Os países membros da OTCA devem se comprometer a fortalecer as parcerias para abordar as prioridades e as deficiências da região a fim de alcançar a Agenda 2030, priorizando políticas para superar a pobreza, promover os direitos humanos e proteger o meio ambiente, bem como práticas econômicas sustentáveis, inclusivas e diversificadas.

Para isso, é necessário ter informações atualizadas e precisas sobre os indicadores socioeconômicos da região amazônica, pois eles tornam visíveis as desigualdades ocultas nos países de renda média em uma região que transcende as fronteiras estaduais.

Também é recomendável realizar e elaborar estudos aprofundados sobre o assunto, relatórios de monitoramento regulares e melhorar a gestão da informação por meio da inclusão de um painel de controle abrangente que orienta a tomada de decisões dos formuladores de políticas.

Por fim, é importante mencionar a necessidade de atualização periódica dos indicadores apresentados neste estudo, a fim de demonstrar os avanços e desafios em relação à redução das disparidades sociodemográficas na Amazônia, para que as políticas públicas dos países e a cooperação internacional possam contribuir para o cumprimento dos compromissos assumidos em relação à agenda de desenvolvimento.

Bibliografía

- Bárcena, A., y A. Prado (2016). "El imperativo de la igualdad". Acceso em: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/fe6a62a6-5bc0-4419-9e79-266ccc685ebc/content>.
- CEPAL (2022). "Panorama Social de América Latina 2021". ISBN 978-92-1-122078-0. Santiago. Disponível em <https://www.cepal.org/es/publicaciones/47718-social-panorama-latin-america-2021>.
- _____ (2021a). "Los matrimonios y uniones infantiles, tempranos y forzados: prácticas nocivas profundizadoras de la desigualdad de género en América Latina y el Caribe", Documento de projeto (LC/TS.2021/186), Santiago, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Grupo de Trabalho do Programa Conjunto Interinstitucional para Acabar com o Casamento Infantil e as Uniãoes Precoces na América Latina e no Caribe. Disponible en: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/47552-matrimonios-uniones-infantiles-tempranos-forzados-practicas-nocivas>.
- _____ (2021b). "Panorama Social de América Latina 2020". ISBN: 978-92-1-004758-6. Santiago. Disponível em <https://www.cepal.org/es/publicaciones/47718-social-panorama-latin-america-2021>.
- _____ (2020). "Informe especial COVID-19 n.7. Universalizar el acceso a las tecnologías digitales para enfrentar los efectos del COVID-19". Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45938/4/S2000550_es.pdf. Série Políticas Sociales 188. ISSN 1564-4162. Santiago. Disponível em: https://www.cepal.org/sites/default/files/publication/files/35915/S2014090_es.pdf.
- _____ (2018). "La Agenda 2030 y los Objetivos de Desarrollo Sostenible Una oportunidad para América Latina y el Caribe". ISBN: 978-92-1-058643-6. Santiago. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/40155/24/S1801141_es.pdf.
- _____ (2016). "La matriz de la desigualdad social en América Latina". Santiago. Disponível em: https://www.cepal.org/sites/default/files/events/files/matriz_de_la_desigualdad.pdf.
- _____ (2012). "Los países de renta media Un nuevo enfoque basado en brechas estructurales". Santiago. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/13787/1/S2012863_es.pdf.
- _____ (2011). "El financiamiento para el desarrollo y los países de renta media: nuevos desafíos". Santiago. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/2999/1/S2011042_es.pdf.
- CEPAL y FILAC (2020). "Los Pueblos Indígenas de América Latina. Abya Yala y la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible. Tensiones y desafíos desde una perspectiva territorial". Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)/Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe (FILAC). Documentos do projeto (LC/TS.2020/47), Santiago. Disponível em <https://www.cepal.org/es/publicaciones/45664-pueblos-indigenas-america-latina-abya-yala-la-agenda-2030-desarrollo-sostenible>.

- CEPAL e outros (2020). "El impacto del COVID-19 en los pueblos indígenas de América Latina-Abya Yala Entre la invisibilización y la resistencia colectiva. Documento de proyectos". (LC/TS.2020/171), Santiago, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/46543-impacto-covid-19-pueblos-indigenas-america-latina-abya-yala-la-invisibilizacion> CEPAL e OIT, 2019. "El futuro del trabajo en América Latina y el Caribe: antiguas y nuevas formas de empleo y los desafíos para la regulación laboral", Coyuntura Laboral en América Latina y el Caribe, N° 20 (LC/TS.2019/31). Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e Organização Internacional do Trabalho (OIT). Santiago, 2019. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44604/1/S1900309_es.pdf.
- CEPAL y Patrimonio Natural (2013). "Amazonia posible y sostenible". Bogotá: CEPAL y Patrimonio Natural. Disponível em: https://www.cepal.org/sites/default/files/news/files/amazonia_posible_y_sostenible.pdf.
- CEPAL y UNFPA (2020). "Afrodescendientes y la matriz de la desigualdad social en América Latina: retos para la inclusión", Documentos do projeto (LC/PUB.2020/14), Santiago. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/46191-afrodescendientes-la-matriz-la-desigualdad-social-america-latina-retos-la>
- CEPAL y UNICEF (2007). "La reducción de la mortalidad infantil en América Latina y el Caribe: avance dispar que requiere respuestas variadas". Desafíos. Boletim da infância e da adolescência sobre o avanço dos objetivos de desenvolvimento do Milênio. Santiago. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/35993/desafios6_MortalidadInfantil_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y.
- Del Popolo, Fabiana (ed.) (2017). "Los pueblos indígenas en América (Abya Yala): desafíos para la igualdad en la diversidad" Livros da CEPAL, n° 151 (LC/PUB.2017/26), Santiago, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 2017. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/43187-pueblos-indigenas-america-abya-yala-desafios-la-igualdad-la-diversidad>.
- Del Popolo, Fabiana, Mariana López e Mario Acuña (2009). "Juventud indígena y afrodescendiente en América Latina: Inequidades sociodemográficas y desafíos de políticas". Madri, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)/Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA)/Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ). Disponível em: <https://www.oitcinterfor.org/node/6467>.
- Filgueira, Fernando (2014). "Hacia un modelo de protección social universal en América Latina". Série Políticas Sociales 188, Santiago do Chile. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/35915-un-modelo-proteccion-social-universal-america-latina>.
- IPS Amazonia (2014). "Índice de Progreso Social en la Amazonia Brasileña". ISBN 978-85-86212-63-5. IMAZON. Belém, Brasil. Recuperado de: <https://imazon.org.br/en/publicacoes/indice-de-progresso-social-en-la-amazonia-brasilena-ips-amazonia-2014-resumen-ejecutivo/> [Acesso em 6/1/2022].
- Nações Unidas (2010). "Trabajo infantil y niñez indígena en América Latina. Encuentro Latinoamericano de trabajo infantil, pueblos indígenas y gobiernos". Da Declaração à Ação, Mecanismo de Especialistas sobre os Direitos dos Povos Indígenas do Conselho de Direitos Humanos [on-line] http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---normes/documents/publication/wcms_150598.pdf.
- Ocampos Balansa, I. (2015). "Sistematización y consolidación de políticas y tecnologías sociales de los países miembros de la OTCA para la Región Amazónica y propuesta de temas de inclusión social para su incorporación a la Agenda Estratégica de Cooperación Amazónica". Projeto "Apoio à agenda social da OTCA na Amazônia".
- ONU Mulheres, UNFPA e UNICEF (2018). Aceleração de ações para acabar com o casamento infantil e as uniões precoces na América Latina e no Caribe. Panamá. Disponível em: <https://www.unicef.org/lac/media/2866/file/PDF%20Publicaci%C3%B3n%20Acelerar%20acciones%20para%20erradicar%20el%20matrimonio%20infantil%20y%20olas%20uniones%20tempranas%20en%20ALC.pdf>.
- ONU (s.f.). "La Agenda para el Desarrollo Sostenible". ONU. Recuperado de: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/es/development-agenda/> [Acesso em 7/1/2022].
- OTCA (2018a). "Programa de acciones estratégicas. Estrategia Regional para la Gestión Integrada de los Recursos Hídricos de la Cuenca Amazónica". Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. Brasília. Disponível em: <http://otca.org/wp-content/uploads/2021/02/Programa-de-Acciones-Estrategicas-PAE.pdf>.
- _____. (2018b). "Análisis Diagnóstico Transfronterizo Regional de la Cuenca Amazónica ADT". OTCA. Brasília. Recuperado de: <http://otca.org/wp-content/uploads/2021/02/Analisis-Diagnostico-Transfronterizo-Regional-de-la-Cuenca-Amazonica-ADT.pdf>.

- _____. (2013). "Base jurídica del Tratado de Cooperación Amazónica. Actualización resumida 2003-2012". Organización do Tratado de Cooperação Amazônica - Secretaria Permanente (OTCA/SP). Disponível em: <http://otca.org/wp-content/uploads/2021/02/Base-Juridica-2003-2012.pdf>.
- _____. (2011). "Agenda Estratégica de Cooperación Amazónica". Recuperado de <http://otca.org/wp-content/uploads/2021/02/Agenda-Estrategica-de-Cooperacion-Amazonica.pdf> [Acesso em 6/3/2022].
- _____. (s.f.) Apoyo a la Elaboración e Implementación de la Agenda Estratégica de Cooperación Amazónica. Disponível em: <http://otca.org/project/proyecto-de-apoyo-a-la-elaboracion-e-implementacion-aeca/>.
- Rodríguez Vignoli, Jorge (2017). "Fecundidad no deseada entre las adolescentes latinoamericanas. Un aumento que desafía la salud sexual y reproductiva y el ejercicio de derechos". Série População e Desenvolvimento. CEPAL e UNFPA. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/42511/1/S1700871_es.pdf.
- Salazar Cardona, C., y E. Riaño Umbarila (2016). "Perfiles urbanos en la Amazonia colombiana 2015". Instituto Amazónico de Investigaciones Científicas Sinchi. 2016. Disponível em: <https://www.sinchi.org.co/files/publicaciones/publicaciones/pdf/Perfiles%20urbanos%20libro%20web.pdf>.

Anexos

Anexo A1

Uma abordagem com novas ferramentas: lacunas de desigualdade sociodemográfica na Região Amazônica

O que é demografia?

Refere-se ao estudo estatístico das populações humanas, sua estrutura, dinâmica e características, bem como os processos que influenciam sua evolução. A demografia é uma disciplina que se preocupa com a medição e a análise de fenômenos relacionados à população, como crescimento, distribuição, estrutura etária e de gênero, migração, fecundidade, mortalidade e nupcialidade²⁴.

O que se entende por desigualdade?

A desigualdade tem múltiplas dimensões e se refere a lacunas que afetam diferentes áreas do desenvolvimento e do exercício de direitos, como renda, trabalho e emprego, proteção e assistência social, educação, saúde e nutrição e acesso a serviços básicos, entre outros. De acordo com a CEPAL (2016), essas brechas são estruturadas com base no nível socioeconômico, no gênero, na condição étnico-racial, na idade e no território.

Como foram identificadas as lacunas estruturais na Região Amazônica?

Este artigo analisa a literatura sobre pobreza, desigualdade e lacunas estruturais na América Latina e no Caribe, a fim de fornecer uma base conceitual e identificação metodológica da pesquisa e, assim, promover processos de mudança estrutural progressiva na região. Destaca-se o papel central da CEPAL na medição da desigualdade na Amazônia, reavaliando seu impacto sobre o alcance e os limites dos processos de desenvolvimento social e econômico, redução da pobreza e crescimento econômico.

A que se referem as lacunas estruturais?

De acordo com a abordagem da CEPAL, quando falamos de “lacunas estruturais”, estamos nos referindo às disparidades que existem entre diferentes dimensões ou áreas-chave do desenvolvimento em uma determinada região e que persistem ao longo do tempo, além de eventos temporários. Essas lacunas podem abranger vários aspectos do desenvolvimento de um território, como o econômico, o social, o educacional, o tecnológico e outros.

Como a abordagem de lacuna estrutural é usada neste estudo?

Nesse contexto, o conceito de lacunas estruturais da CEPAL é usado como uma ferramenta para diagnosticar o nível de progresso nas múltiplas dimensões do desenvolvimento que limitam estruturalmente o crescimento inclusivo, ou seja, o crescimento que beneficia a todos na região²⁵.

Do que falamos quando nos referimos à sociodemografia?

A CEPAL se refere a aspectos sociodemográficos para descrever as características gerais e o tamanho de um grupo populacional. Esses aspectos incluem fatores como gênero, identificação étnico-racial, grupos etários, estrato socioeconômico e localização geográfica²⁶. Em suma, a sociodemografia se refere às características que moldam a identidade dos membros de um grupo populacional.

²⁴ Vide <https://www.cepal.org/es/subtemas/demografia>.

²⁵ Vide <https://www.cepal.org/es/publicaciones/46405-enfoques-definiciones-estimaciones-pobreza-desigualdad-america-latina-caribe-un>.

²⁶ <https://statistics.cepal.org/portal/inequalities/index.html?lang=es>.

As condições geográficas e socioeconômicas de um território influenciam as desigualdades sociais?

De acordo com a CEPAL, o território é um eixo central das desigualdades sociais (CEPAL, 2016, p. 61), pois o local de nascimento ou residência determina as oportunidades e condições socioeconômicas e tem impacto na realização dos direitos²⁷. No caso do território amazônico, as condições geográficas podem influenciar as oportunidades de exercer plenamente os direitos civis, políticos, econômicos e sociais e podem ser uma fonte de exclusão e discriminação. As condições de vida, bem como a probabilidade de ser rico ou pobre, dependem, entre outros fatores, do local do país em que se vive²⁸.

Qual segmento da população é mais afetado pela desigualdade na Região Amazônica?

As disparidades territoriais se cruzam com outros eixos de desigualdade social e são particularmente visíveis quando se analisa a situação das populações indígenas.²⁹ O território amazônico, de acordo com os indicadores analisados, constitui um eixo de desigualdades sociais devido às condições específicas e únicas da região.

Quais são as lacunas de desigualdade sociodemográfica que foram abordadas no estudo?

As lacunas sociodemográficas analisadas neste estudo descrevem diferenças significativas nas condições de vida e oportunidades entre diferentes grupos de pessoas com base em gênero, etnia, idade, status socioeconômico e localização geográfica³⁰, entre outros.

Essas lacunas estruturais podem se manifestar em diversas áreas, como distribuição de renda, acesso a emprego e proteção social, acesso à educação, moradia e serviços básicos³¹. Elas são o resultado de desigualdades socioeconômicas históricas e profundamente enraizadas³².

Por que é relevante basear um estudo sociodemográfico sobre as condições econômicas e sociais de uma população em lacunas estruturais?

A importância reside no fato de que as lacunas sociodemográficas podem ser quantificadas. Além disso, a CEPAL enfatiza a necessidade de compreender, medir e caracterizar essas lacunas estruturais que dificultam o desenvolvimento dos países de renda média na região e que constituem um desafio para o desenvolvimento sustentado, inclusivo e sustentável a longo prazo³³.

Neste estudo, quais áreas são analisadas?

Este estudo revisa oito dimensões por meio de uma série de indicadores sociodemográficos, que nos permitem compreender os diferentes aspectos da população amazônica:

- i) Demografia.
- ii) Fecundidade e mortalidade na infância.
- iii) Pobreza.
- iv) Mercado de trabalho.

²⁷ Vide https://igualdad.cepal.org/sites/default/files/2022-02/DB_intro_territorial_es.pdf.

²⁸ Ibidem.

²⁹ Ibidem.

³⁰ Vide <https://statistics.cepal.org/portal/inequalities/index.html?lang=es>.

³¹ Ibidem.

³² Vide <https://www.cepal.org/es/noticias/nuevo-documento-la-cepal-examina-brechas-estructurales-que-caracterizan-la-region>.

³³ Vide <https://www.cepal.org/es/publicaciones/46435-brechas-estructurales-america-latina-caribe-perspectiva-conceptual-metodologica>.

- v) Proteção de crianças e adolescentes.
- vi) Educação.
- vii) Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs)
- viii) Condições habitacionais.

Quais são os indicadores sociodemográficos que foram utilizados neste estudo?

Este estudo apresenta os principais resultados obtidos a partir dos indicadores sociodemográficos reportados na quadro A1.1.

Quadro A1.1
Indicadores sociodemográficos analisados na Região Amazônica

Dimensões:				
Indicadores	i) Demografia	ii) Fecundidade e Mortalidade	iii) Pobreza	iv) Mercado de Trabalho
	Distribuição territorial.	Fecundidade.	Pobreza de renda.	Acesso ao mercado de trabalho.
	Urbanização.	Mortalidade infantil.	Necessidades básicas insatisfeitas (UBN).	Qualidade no emprego.
	Diversidade racial e étnica.			
	v) Proteção de crianças e adolescentes	vi) Educação	vii) Tecnologias de informação e comunicação (tics)	viii) Condições
	Trabalho infantil.	Alfabetização.	Acesso à internet em casa	Condições de vida
	Uniões precoces.	Nível educacional alcançado.		Sobrelotação.
	Maternidade adolescente.			Acesso à água potável.
	Saneamento básico.			

Fonte: Elaboração própria.

O que é um Censo Nacional de População e Habitação?

O censo é uma fonte de dados estatísticos que fornece informações sobre população, domicílios e moradias. Os dados normalmente coletados em um censo são: idade, sexo, nível de escolaridade, acesso a serviços básicos, características da residência habitada, entre outros³⁴. Como a pesquisa censitária é realizada em toda a população, é possível conhecer suas características com precisão³⁵. Além disso, é o único instrumento que oferece informações estatísticas para níveis geográficos menores, como os municípios.

Com que frequência os censos ocorrem?

As Nações Unidas recomendam que os censos sejam realizados, em princípio, a cada 10 anos. Essa periodicidade permite medir a evolução de diferentes processos ao longo do tempo e, como o censo é realizado em datas semelhantes em diferentes países, também permite a comparação entre países. No entanto, deve-se ter em mente que, no contexto da pandemia de COVID-19 de 2020, muitos países tiveram que adiar seus censos.

³⁴ Ibidem.

³⁵ Vide <https://celade.cepal.org/censosinfo/Documentos/Manual-tematico-censos-revision-2020.pdf>.

Para que servem os resultados de um censo?

De acordo com a CEPAL, os censos fornecem informações estatísticas essenciais para diversas finalidades, incluindo análise e avaliação de políticas e a medição e o monitoramento de vários Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs), principalmente relacionados a pessoas, mas também a outras unidades de análise³⁶. Os dados do censo podem ajudar os formuladores de políticas a entender melhor as necessidades da população e a elaborar políticas e programas que atendam a essas necessidades.

Quais informações as pesquisas domiciliares nacionais fornecem?

As Pesquisas Nacionais de Domicílios são um instrumento essencial para conhecer as condições de vida das pessoas e como elas obtêm seus recursos econômicos e os utilizam para comprar bens e serviços³⁷. A principal diferença entre os censos e as pesquisas domiciliares está em sua cobertura. Enquanto os censos buscam coletar informações de toda a população de um país, as pesquisas domiciliares tendem a se concentrar em uma amostra representativa da população. Além disso, os censos são realizados com menos frequência, enquanto as pesquisas domiciliares podem ser realizadas anualmente ou até com mais frequência³⁸.

Qual plataforma fornece informações sistematizadas sobre os indicadores sociodemográficos da Região Amazônica?

O Observatório Regional Amazônico (ORA) da OTCA é um Centro de Referência de Informações sobre a Amazônia que possui um Módulo de Sociodemografia, onde as informações apresentadas neste estudo podem ser visualizadas, analisadas e divulgadas. Também facilita o fluxo e o intercâmbio de informações entre instituições, autoridades governamentais, comunidade científica, academia e sociedade civil dos países amazônicos da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)³⁹.

A Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA) dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) baseia-se na renda per capita. O que a renda per capita mostra?

A renda per capita é um indicador econômico da riqueza de um país. Ela é obtida dividindo-se o que o país produz pelo número total de pessoas que vivem nele. Exemplo: se um país tem um PIB de 300 bilhões de dólares e uma população de 30 milhões de pessoas, isso significa que a renda per capita ou por pessoa é de 10.000 dólares por ano.

Os países amazônicos não têm acesso aos recursos da AOD porque foram classificados como “países de renda média”. Então, sob quais valores os países de renda média são classificados?

O Banco Mundial classifica os países de acordo com sua riqueza, da seguinte forma:

- Países de baixa renda (sua renda per capita é inferior a US\$ 1.135).
- Países de renda média baixa (renda per capita entre US\$ 1.136 e US\$ 4.465).
- Países de renda média (renda per capita entre US\$ 4.466 e US\$ 13.845).
- Países de renda alta (renda per capita acima de US\$ 13.846)⁴⁰.

³⁶ Vide https://www.cepal.org/sites/default/files/presentations/fabiana_del_popolo.pdf.

³⁷ Vide <https://www.cepal.org/es/publicaciones/46898-encuestas-ingresos-gastos-hogares-experiencias-recientes-america-latina-caribe>.

³⁸ Vide <https://www.cepal.org/es/temas/censos-de-poblacion-y-vivienda/acerca-censos-poblacion-vivienda>.

³⁹ Vide <https://oraotca.org/>.

⁴⁰ Vide <https://datahelpdesk.worldbank.org/knowledgebase/articles/906519-world-bank-country-and-lending-groups#>.

De acordo com esse critério de classificação, a América Latina tem sido categorizada como uma região de renda média, que consequências isso tem para os países amazônicos?

Este indicador de país de renda média não reflete a situação no interior dos países amazônicos, em particular na Amazônia. Os oito Países Membros da OTCA ficaram limitados ao acesso à cooperação internacional e ao acesso a critérios mais brandos para obter empréstimos da banca internacional e de outras fontes, no âmbito desta classificação a que estão sujeitos, impedindo o fluxo de maior financiamento para atender às necessidades desses territórios.

Quais são os problemas que o indicador de país de renda média esconde e que afetam os países membros da OTCA?

O principal aspecto é que ele ignora as grandes diferenças na renda dos cidadãos. Dividir o PIB total pelo número total de habitantes atribui a mesma renda a todos os cidadãos, quando a realidade na Amazônia é completamente diferente, conforme analisado neste estudo. Também não leva em conta fatores externos que podem afetar negativamente o bem-estar da sociedade, como, por exemplo, a perda de recursos naturais. Portanto, é importante usar outros indicadores e considerar aspectos mais amplos do desenvolvimento e da qualidade de vida da população.

Que outros critérios existem para mostrar que a renda per capita não é um indicador suficiente para medir o desenvolvimento econômico de um país?

A CEPAL propõe uma abordagem alternativa. Argumenta que é necessário avaliar as necessidades de desenvolvimento com base nas **lacunas estruturais** que limitam o desenvolvimento, ou seja, de acordo com as desigualdades em termos de pobreza, investimento e poupança, produtividade e inovação, infraestrutura, educação, saúde, tributação, gênero e meio ambiente, enfatizando que os países de renda média limitam seu desenvolvimento e não permitem a formulação e a implementação de políticas mais apropriadas e estratégicas, porque não integram totalmente a análise dessas lacunas.

Este estudo adota o enfoque alternativo da CEPAL, que busca aprofundar a análise das brechas sociodemográficas além da perspectiva dos países de renda média para o sistema de cooperação internacional.

Anexo A2

DAMEs que fazem parte da área de estudo da Região Amazônica

Quadro A2.1

Divisões Administrativas Menores^a (DAME) que fazem parte da área de estudo da Região Amazônica, por país

Bolívia (Estado Plurinacional da)				
Chuquisaca				
Azurduy	Muyupampa	Sopachuy	Tomina	
El Villar	Padilla	Sucre	Villa Alcalá	
Mojocoya	Poroma	Tarabuco	Villa Serrano	
Monteagudo	Presto	Tarvita	Zudáñez	
La Paz				
Alto Beni	Chulumani	Ichoca	Mecapaca	Sapahaqui
Apolo	Chuma	Inquisivi	Mocomoco	Sorata
Aucapata	Colquiri	Irupana	Palca	Tacacoma
Ayata	Combaya	Ixiamas	Palos Blancos	Teoponte
Cairoma	Coripata	La Asunta	Pelechuco	Tipuani
Cajuata	Coroico	Luribay	Quiabaya	Villa Libertad Licoma
Caranavi	Curva	Malla	Quime	Yaco
Charazani	Guanay	Mapiri	San Buenaventura	Yanacachi
Cochabamba				
Aiquile	Cocapata	Pasorapa	Shinahota	Tolata
Alalay	Cochabamba	Pocona	Sicaya	Totora
Anzaldo	Colcapirhua	Pojo	Sipesipe	Vacas
Arani	Colomi	Puerto Villarroel	Tacachi	Vila Vila
Arbieto	Cuchumuela	Punata	Tacopaya	Villa Rivero
Arque	Entre Ríos	Quillacollo	Tapacarí	Villa Tunari
Bolívar	Independencia	Sacaba	Tarata	Vinto
Capinota	Mizque	Sacabamba	Tiquipaya	
Chimoré	Morochata	San Benito	Tiraque	
Cliza	Omereque	Santivañez	Toco	
Potosí				
Uncía	Chuquiuta	Pocoata	Villa de Sacaca	Acasio
Chayanta	Colquechaca	S.P. De Buena Vista	Caripuyo	
Llallagua	Ravelo	Toro Toro	Arapampa	
Santa Cruz				
Santa Cruz de la Sierra	Cuatro Cañadas	Mineiros	Quirusillas	San Miguel de Velasco
Ascensión de Guarayos	Cuevo	Montero	Saipina	San Pedro
Buena Vista	El Puente	Moro Moro	Samaipata	San Rafael
Cabezas	El Torno	Okinawa Uno	San Antonio de Lomerío	San Ramón
Camiri	Fernández Alonso	Pailón	San Carlos	Santa Rosa del Sara
Charagua	Gral. Saavedra	Pampa Grande	San Ignacio de Velasco	Trigal
Colpa Belgica	Gutiérrez	Porongo	San Javier	Urubichá
Comarapa	La Guardia	Portachuelo	San José de Chiquitos	Vallegrande
Concepción	Lagunillas	Postrer Valle	San Juan de Yapacaní	Warnes
Cotoca	Mairana	Pucara	San Julián	Yapacaní
Beni				
Baures	Loreto	Riberalta	San Ignacio	Santa Ana de Yacuma
Exaltación	Magdalena	Rurrenabaque	San Javier	Santa Rosa
Guayaramerín	Puerto Siles	San Andrés	San Joaquín	Trinidad
Huacaraje	Reyes	San Borja	San Ramón	
Pando				
Bella Flor	Filadelfia	Porvenir	San Lorenzo	Santos Mercado
Bolpebra	Ingavi	Puerto Gonzales Moreno	San Pedro	Sena
Cobija	Nueva Esperanza	Puerto Rico	Santa Rosa	Villa Nueva (Loma Alta)

Brasil				
Rondônia				
Alta Floresta D'Oeste	Ji-Paraná	São Miguel do Guaporé	Chupinguaia	São Felipe D'Oeste
Ariquemes	Machadinho D'Oeste	Nova Mamoré	Cujubim	São Francisco do Guaporé
Cabixi	Nova Brasilândia D'Oeste	Alvorada D'Oeste	Governador Jorge Teixeira	Seringueiras
Cacoal	Ouro Preto do Oeste	Alto Alegre dos Parecis	Itapuã do Oeste	Teixeirópolis
Cerejeiras	Pimenta Bueno	Alto Paraíso	Ministro Andreazza	Theobroma
Colorado do Oeste	Porto Velho	Buritis	Mirante da Serra	Urupá
Corumbiara	Presidente Médici	Novo Horizonte do Oeste	Monte Negro	Vale do Anari
Costa Marques	Rio Crespo	Cacaulândia	Nova União	Vale do Paraíso
Espigão D'Oeste	Rolim de Moura	Campo Novo de Rondônia	Parecis	
Guajará-Mirim	Santa Luzia D'Oeste	Candeias do Jamari	Pimenteiras do Oeste	
Jaru	Vilhena	Castanheiras	Primavera de Rondônia	
Acre				
Acrelândia	Cruzeiro do Sul	Manoel Urbano	Rodrigues Alves	Xapuri
Assis Brasil	Epitaciolândia	Marechal Thaumaturgo	Santa Rosa do Purus	Porto Acre
Brasiléia	Feijó	Plácido de Castro	Senador Guiomard	
Bujari	Jordão	Porto Walter	Sena Madureira	
Capixaba	Mâncio Lima	Rio Branco	Tarauacá	
Amazonas				
Alvarães	Borba	Iranduba	Nhamundá	Tabatinga
Amaturá	Caapiranga	Itacoatiara	Nova Olinda do Norte	Tapauá
Anamã	Canutama	Itamarati	Novo Airão	Tefé
Anori	Carauari	Itapiranga	Novo Aripuanã	Tonantins
Apuí	Careiro	Japurá	Parintins	Uarini
Atalaia do Norte	Careiro da Várzea	Juruá	Pauini	Urucará
Autazes	Coari	Jutáí	Presidente Figueiredo	Urucurituba
Barcelos	Codajás	Lábrea	Rio Preto da Eva	
Barreirinha	Eirunepé	Manacapuru	Santa Isabel do Rio Negro	
Benjamin Constant	Envira	Manaquiri	Santo Antônio do Içá	
Beruri	Fonte Boa	Manaus	São Gabriel da Cachoeira	
Boa Vista do Ramos	Guajará	Manicoré	São Paulo de Olivença	
Boca do Acre	Humaitá	Maraã	São Sebastião do Uatumã	
Roraima				
Alto Alegre	Bonfim	Caroibe	Normandia	São João da Baliza
Amajari	Cantá	Iracema	Pacaraima	São Luiz
Boa Vista	Caracaráí	Mucajáí	Rorainópolis	Uiramutã
Pará				
Abaetetuba	Cachoeira do Piriá	Itupiranga	Paragominas	São Domingos do Araguaia
Abel Figueiredo	Cachoeira do Arari	Jacareacanga	Parauapebas	São Domingos do Capim
Acará	Cametá	Jacundá	Pau D'Arco	São Félix do Xingu
Afuá	Canaã dos Carajás	Juruti	Peixe-Boi	São Francisco do Pará
Água Azul do Norte	Capanema	Limoeiro do Ajuru	Piçarra	São Geraldo do Araguaia
Alenquer	Capitão Poço	Mãe do Rio	Placas	São João da Ponta
Almeirim	Castanhal	Magalhães Barata	Ponta de Pedras	São João de Pirabas
Altamira	Chaves	Marabá	Portel	São João do Araguaia
Anajás	Colares	Maracanã	Porto de Moz	São Miguel do Guamá
Ananindeua	Conceição do Araguaia	Marapanim	Prainha	São Sebastião da Boa Vista
Anapu	Concórdia do Pará	Marituba	Primavera	Sapucaia
Augusto Corrêa	Cumaru do Norte	Medicilândia	Quatipuru	Senador José Porfírio
Aurora do Pará	Curionópolis	Melgaço	Redenção	Soure
Aveiro	Curralinho	Mocajuba	Rio Maria	Tailândia
Bagre	Curuá	Moju	São Francisco do Pará	Terra Alta
Baião	Curuçá	Monte Alegre	Rurópolis	Terra Santa
Bannach	Dom Eliseu	Muaná	Salinópolis	Tomé-Açu

Brasil				
Pará				
Barcarena	Eldorado dos Carajás	Nova Esperança do Piriá	Salvaterra	Tracuateua
Belém	Faro	Nova Ipixuna	Santa Bárbara do Pará	Trairão
Belterra	Floresta do Araguaia	Nova Timboteua	Santa Cruz do Arari	Tucumã
Benevides	Garrafão do Norte	Novo progresso	Santa Isabel do Pará	Tucuruí
Bom Jesus do Tocantins	Goianésia do Pará	Novo Repartimento	Santa Luzia do Pará	Ulianópolis
Bonito	Gurupá	Óbidos	Bairro: Santa Maria das Barreiras	Uruara
Bragança	Igarapé-Açu	Oeiras do Pará	Santa Maria do Pará	Vigília
Brasil Novo	Igarapé-Miri	Oriximiná	São João do Araguaia	Viseu
Brejo Grande do Araguaia	Inhangapi	Ourém	Santarém	Vitória do Xingu
Breu Branco	Ipixuna do Pará	Ourilândia do Norte	Santarém Novo	Xinguara
Breves	Irituia	Pacajá	Santo Antônio do Tauá	
Bujaru	Itaituba	Palestina do Pará	Bairro: São Caetano de Odivelas	
Amapá				
Amapá	Itaubal	Oiapoque	Santana	
Calçoene	Laranjal do Jari	Pedra Branca do Amapari	Serra do Navio	
Cutias	Macapá	Porto Grande	Tartarugalzinho	
Ferreira Gomes	Mazagão	Pracuúba	Vitória do Jari	
Tocantins				
Abreulândia	Cachoeirinha	Guaraí	Novo Accordo	Sampaio
Aguiarnópolis	Campos Lindos	Gurupi	Novo Alegre	Sandolândia
Aliança do Tocantins	Cariri do Tocantins	Ipueiras	Novo Jardim	Santa Fé do Araguaia
Almas	Carmolândia	Itacajá	Oliveira de Fátima	Santa Maria do Tocantins
Alvorada	Carrasco Bonito	Itaguatins	Palmeirante	Santa Rita do Tocantins
Ananás	Caseara	Itapiratins	Palmeirópolis	Santa Rosa do Tocantins
Angico	Centenário	Itaporã do Tocantins	Paraíso do Tocantins	Santa Tereza do Tocantins
Aparecida do Rio Negro	Chapada de Areia	Jaú do Tocantins	Paraná	Santa Terezinha do Tocantins
Aragominas	Chapada da Natividade	Juarina	Pau D'Arco	São Bento do Tocantins
Araguacema	Colinas do Tocantins	Lagoa da Confusão	Pedro Afonso	São Félix do Tocantins
Araguaçu	Combinada	Lagoa do Tocantins	Peixe	São Miguel do Tocantins
Araguaína	Conceição do Tocantins	Lajeado	Pequizeiro	São Salvador do Tocantins
Araguanã	Couto Magalhães	Lavandeira	Colméia	São Sebastião do Tocantins
Araguatins	Cristalândia	Lizarda	Pindorama do Tocantins	São Valério
Arapoema	Crixás do Tocantins	Luzinópolis	Piraquê	Silvanópolis
Arraias	Darcinópolis	Marianópolis do Tocantins	Pium	Sítio Novo do Tocantins
Augustinópolis	Dianópolis	Mateiros	Ponte Alta do Bom Jesus	Sucupira
Aurora do Tocantins	Divinópolis do Tocantins	Maurilândia do Tocantins	Ponte Alta do Tocantins	Taguatinga
Axixá do Tocantins	Dois Irmãos do Tocantins	Miracema do Tocantins	Porto Alegre do Tocantins	Taipas do Tocantins
Babaçulândia	Dueré	Miranorte	Porto Nacional	Talismã
Bandeirantes do Tocantins	Esperantina	Monte do Carmo	Praia Norte	Palmas
Barra do Ouro	Fátima	Monte Santo do Tocantins	Presidente Kennedy	Tocantínia
Barrolândia	Figueirópolis	Palmeiras do Tocantins	Pugmil	Tocantinópolis
Bernardo Sayão	Filadélfia	Muricilândia	Recursolândia	Tupirama
Bom Jesus do Tocantins	Formoso do Araguaia	Natividade	Riachinho	Tupiratin
Brasilândia do Tocantins	Fortaleza do Tabocão	Nazaré	Rio da Conceição	Wanderlândia
Brejinho de Nazaré	Goianorte	Nova Olinda	Rio dos Bois	Xambioá
Buriti do Tocantins	Goiatins	Nova Rosalândia	Rio Sono	
Maranhão				
Alcântara	Carolina	Itinga do Maranhão	Penalva	São Luís Gonzaga do Maranhão
Altamira do Maranhão	Carutapera	Jatobá	Peri Mirim	São Mateus do Maranhão
Alto Alegre do Maranhão	Cedral	Jenipapo dos Vieiras	Peritoró	São Pedro da Água Branca
Alto Alegre do Pindaré	Central do Maranhão	João Lisboa	Pindaré-Mirim	São Pedro dos Crentes

Brasil				
Maranhão				
Alto Parnaíba	Centro do Guilherme	Joselândia	Pinheiro	São Raimundo das Mangabeiras
Amapá do Maranhão	Centro Novo do Maranhão	Junco do Maranhão	Pio XII	São Raimundo do Doca Bezerra
Amarante do Maranhão	Cidelândia	Lago da Pedra	Pirapemas	São Roberto
Anajatuba	Codó	Lago do Junco	Poção de Pedras	São Vicente Ferrer
Apicum-Açu	Colinas	Lago Verde	Porto Franco	Satubinha
Araguanã	Conceição do Lago-Açu	Lago dos Rodrigues	Porto Rico do Maranhão	Senador Alexandre Costa
Arame	Coroatá	Lagoa Grande do Maranhão	Presidente Dutra	Senador La Rocque
Arari	Cururuçu	Lajeado Novo	Presidente Juscelino	Serrano do Maranhão
Axixá	Davinópolis	Lima Campos	Presidente Médici	Sítio Novo
Bacabal	Dom Pedro	Loreto	Presidente Sarney	Sucupira do Norte
Bacabeira	Esperantinópolis	Luís Domingues	Presidente Vargas	Tasso Fragoso
Bacuri	Estreito	Maracaçumé	Raposa	Timbiras
Bacurituba	Feira Nova do Maranhão	Marajá do Sena	Riachão	Trizidela do Vale
Balsas	Fernando Falcão	Maranhãozinho	Ribamar Fiquene	Tufilândia
Barra do Corda	Formosa da Serra Negra	Matinha	Rosário	Tuntum
Bela Vista do Maranhão	Fortaleza dos Nogueiras	Matões do Norte	Sambaíba	Turianguçu
Benedito Leite	Fortuna	Mirante	Santa Filomena do Maranhão	Turilândia
Bequimão	Godofredo Viana	Miranda do Norte	Santa Helena	Vargem Grande - MG
Mearim	Gonçalves Dias	Mirinzal	Santa Inês	Viana
Boa Vista do Gurupi	Governador Arqueiro	Monção	Santa Luzia	Vila Nova dos Martírios
Bom Jardim	Governador Edison Lobão	Montes Altos	Santa Luzia do Paruá	Vitória do Mearim
Bom Jesus das Selvas	Governador Eugênio Barros	Morros	Santa Rita	Vitorino Freire
Bom Lugar	Governador Luiz Rocha	Nova Colinas	Santo Antônio dos Lopes	Zé Doca
Brejo de Areia	Governador Newton Bello	Nova Iorque	São Bento	
Buriti Bravo	Governador Nunes Freire	Nova Olinda do Maranhão	São Domingos do Azeitão	
Buriticupu	Graça Aranha	Olho d'Água das Cunhãs	São Domingos do Maranhão	
Buritirana	Grajaú	Olinda Nova do Maranhão	São Félix de Balsas	
Cachoeira Grande	Guimarães	Paço do Lumiar	São Francisco do Brejão	
Cajapió	Icatu	Palmeirândia	São João Batista	
Cajari	Igarapé do Meio	Paraibano	São João do Carú	
Campestre do Maranhão	Igarapé Grande	Pastos Bons	São João do Paraíso	
Cândido Mendes	Imperatriz	Paulo Ramos	São José de Ribamar	
Cantanhede	Itaipava do Grajaú	Pedreiras	São José dos Basílios	
Capinzal do Norte	Itapecuru Mirim	Pedro do Rosário	São Luís	
Mato Grosso				
Acorizal	Cláudia	Juína	Pedra Preta	Salto do Céu
Água Boa	Cocalinho	Juruena	Peixoto de Azevedo	Santa Rita do Trivelato
Alta Floresta	Colíder	Juscimeira	Planalto da Serra	Santa Terezinha
Alto Araguaia	Colniza	Lambari D'Oeste	Poconé	Santo Antônio do Leste
Alto Boa Vista	Comodoro	Lucas do Rio Verde	Pontal do Araguaia	Santo Antônio do Leverger
Alto Garças	Confresa	Luciara	Ponte Branca	São Félix do Araguaia
Alto Paraguai	Conquista D'Oeste	Vila Bela da Santíssima Trindade	Pontes e Lacerda	Sapezal
Alto Taquari	Cotriguaçu	Marcelândia	Porto Alegre do Norte	Serra Nova Dourada
Apiacás	Cuiabá	Matupá	Porto dos Gaúchos	Sinop
Araguaiana	Curvelândia	Mirassol d'Oeste	Porto Esperidião	Sorriso
Araguainha	Denise	Nobres	Porto Estrela	Tabaporã
Araputanga	Diamantino	Nortelândia	Poxoréo	Tangará da Serra

Brasil				
Mato Grosso				
Arenápolis	Dom Aquino	Nossa Senhora do Livramento	Primavera do Leste	Tapurah
Aripuanã	Feliz Natal	Nova Bandeirantes	Querência	Terra Nova do Norte
Barão de Melgaço	Figueirópolis D'Oeste	Nova Nazaré	São José dos Quatro Marcos	Tesouro
Barra do Bugres	Gaúcha do Norte	Nova Lacerda	Reserva do Cabaçal	Torixoréu
Barra do Garças	General Carneiro	Nova Santa Helena	Ribeirão Cascalheira	União do Sul
Bom Jesus do Araguaia	Glória D'Oeste	Nova Brasilândia	Ribeirãozinho	Vale de São Domingos
Brasnorte	Guarantã do Norte	Nacaná do Norte	Rio Branco	Várzea Grande
Cáceres	Guiratinga	Nova Mutum	Santa Carmem	Vera
Campinápolis	Indiavaí	Nova Olímpia	Santo Afonso	Vila Rica
Novo Campo do Parecís	Ipiranga do Norte	Nova Ubiratã	São José do Povo	Nova Guarita
Campo Verde	Itanhangá	Nova Xavantina	São José do Rio Claro	Nova Marilândia
Campos de Júlio	Itaúba	Novo Mundo	São José do Xingu	Nova Maringá
Canabrava do Norte	Itiquira	Novo Horizonte do Norte	São Pedro da Cipa	Nova Monte Verde
Canarana	Jaciara	Novo São Joaquim	Rondolândia	
Carlinda	Jangada	Paranaíta	Rondonópolis	
Castanheira	Jauru	Paranatinga	Rosário Oeste	
Chapada dos Guimarães	Juara	Novo Santo Antônio	Santa Cruz do Xingu	
Colômbia				
Caquetá				
Florencia	Curillo	Milan	San Vicente del Caguán	
Albânia	El Doncello	Morelia	Solano	
Belén de Los Andaquíes	El Paujil	Puerto Rico	Solita	
Cartagena Del Chaira	La Montañita	San José Del Fragua	Valparaíso	
Cauca				
Piamonte	San Sebastián	Santa Rosa		
Meta				
Mapiripan	La Macarena	Puerto Concordia	Puerto Rico	Vistahermosa
Mesetas	Uribe	Puerto Gaitan	San Juan De Arama	
Nariño				
Pasto	Funes	Potosí	Mocoa	
Cordoba	Ipiales	Puerres		
Putumayo				
Mocoa	Puerto Asis	Leguizamo	San Miguel	Villagarzon
Colón	Puerto Caicedo	Sibundoy	Santiago	
Orító	Puerto Guzmán	San Francisco	Valle del Guamuez	
Amazonas				
Leticia	La Pedrera	Puerto Alegria	Puerto Santander	
El Encanto	La Victoria	Puerto Arica	Tarapacá	
La Chorrera	Miriti - Parana	Puerto Nariño		
Guainía				
Inírida	Mapiripana	Puerto Colombia	Cacahual	Morichal
Barranco Minas	San Felipe	La Guadalupe	Pana Pana	
Guaviare				
San José del Guaviare	Calamar	El Retorno	Miraflores	
Vaupés				
Mitú	Pacoa	Papunaua		
Caruru	Taraira	Yavarate		
Vichada				
Cumaribo				
Equador				
Morona Santiago				
Gualaquiza	Logroño	Palora	Sucua	
Huamboya	Morona	San Juan Bosco	Taisha	
Limón Indanza	Pablo VI	Santiago	Tiwintza	

Equador				
Napo				
Tena	Archidona	El Chaco	Quijos	Carlos Julio Arosemena
Pastaza				
Pastaza	Mera	Santa Clara	Arajuno	
Zamora Chinchipe				
Centinela Del Cóndor	El Pangui	Palanda	Yacuambi	Zamora
Chinchipe	Nangaritza	Paquisha	Yantzaza	
Sucumbíos				
Cascales	Gonzalo Pizarro	Putumayo	Sucumbios	
Cuyabeno	Lago Agrio	Shushufindi		
Orellana				
Orellana	Aguarico	La Joya De Los Sachas	Loreto	
Guiana				
(todo o país é amazônico)				
Peru				
Amazonas				
Aramango	Conila	La Jalca	Molinopampa	San Jerónimo
Assunção	Copallin	La Peca	Montevidéo	San Juan de Lopecancha
Bagua	Corosha	Lamud	Nieva	San Nicolás
Bagua Grande	Cuispes	Leimebamba	Ocalli	Santa Catalina
Balsas	Cumba	Levanto	Ocumal	Santa Rosa
Cajaruro	El Cenepa	Limabamba	Olleros	Santo Tomás
Camporredondo	El Milagro	Longar	Omia	Shipasbamba
Chachapoyas	El Parco	Longuita	Pisuquia	Soloco
Cheto	Flórida	Lonya Chico	Providencia	Sonche
Chiliquin	Granada	Lonya Grande	Quinjalca	Tingo
Chirimoto	Huambo	Luya	Recta	Totora
Chisquilla	Huancas	Luya Viejo	Rio Santiago	Trita
Chuquibamba	Imaza	Magdalena	San Carlos	Valera
Churuja	Inguilpata	Maria	San Cristobal	Vista Alegre
Cocabamba	Jamalca	Mariscal Benavides	San Francisco de Daguas	Yambrasbamba
Cochamal	Jazan	Mariscal Castilla	San Francisco del Yeso	Yamon
Colcamar	Jumbilla	Milpuc	San Isidro de Maino	
Áncash				
Llamellin	Yauya	Ponto	Llumpa	Chingalpo
Aczo	Huari	Rahuapampa	Lucma	Huayllabamba
Chaccho	Anra	Rapayan	Musga	Quiches
Chingas	Cajay	San Marcos	Pomabamba	Ragash
Mirgas	Chavin de Huantar	San Pedro de Chana	Huayllan	San Juan
San Juan de Rontoy	Huacachi	Uco	Parobamba	Sicsibamba
Chacas	Huacchis	Piscobamba	Quinuabamba	Yanama
Acochaca	Huachis	Casca	Sihuas	
Huallanca	Huantar	Eleazar Guzmán Barron	Acobamba	
San Luis	Masin	Fidel Olivas Escudero	Alfonso Ugarte	
San Nicolás	Paucas	Chama	Cashapampa	
Apurímac				
Abancay	Pacucha	Pachaconas	Yanaca	Los Chankas
Chacoche	Pampachiri	Sabaino	Tambobamba	Chuquibambilla
Circa	Pomacocha	Chalhuanca	Cotabambas	Curpahuasi
Curahuasi	San Antonio de Cachi	Capaya	Coyllurqui	Gamarra
Huanipaca	San Jerónimo	Caraybamba	Haquira	Huayllati
Lambrama	San Miguel de Chaccrampa	Chapimarca	Mara	Mamara
Pichirhua	Santa María de Chicmo	Colcabamba	Challhuahuacho	Micaela Bastidas
San Pedro de Cachora	Talavera	Ihuayllo	Chincheros	Pataypampa
Tamburco	Tumay Huaraca	Justo Apu Sahuaraura	Anco_Huallo	Progreso
Andahuaylas	Turpo	Lucre	Cocharcas	San Antonio

Peru				
Apurímac				
Andarapa	Kaquiabamba	Pocohuanca	Huaccana	Santa Rosa
Chiara	José María Arguedas	San Juan de Chacña	Ocobamba	Turpay
Huancarama	Antabamba	Sañayca	Ongoy	Vilcabamba
Huancaray	El Oro	Soraya	Uranmarca	Virundo
Huayana	Huaquirca	Tapairihua	Ranracancha	Curasco
Kishuara	Juan Espinoza Medrano	Tintay	Rocchacc	
Pacobamba	Oropesa	Toraya	El Porvenir	
Arequipa				
Caylloma				
Ayacucho				
Ayacucho	Chuschi	Canayre	Carmen Salcedo	Asquipata
Acocro	Los Morochucos	Uchuraccay	Chipao	Canaria
Acos Vinchos	María Parado de Bellido	Pucacolpa	Santa Ana de Huaycahuacho	Cayara
Carmen Alto	Paras	Chaca	Querobamba	Colca
Chiara	Totos	San Miguel	Belén	Huamanquiya
Ocros	Sancos	Anco	Chalcos	Huancaraylla
Pacaycasa	Carapo	Ayna	Chilcayoc	Hualla
Quinua	Sacsamarca	Chilcas	Huacaña	Sarhua
San José de Ticllas	Santiago de Lucanamarca	Chungui	Morcolla	Vilcanchos
San Juan Bautista	Huanta	Luis Carranza	Paico	Vilcas Huamán
Santiago de Pischa	Ayahuanco	Santa Rosa	San Pedro de Larcaj	Accomarca
Socos	Huamanguilla	Tambo	San Salvador de Quije	Carhuanca
Tambillo	Iguain	Samugari	Santiago de Paucaray	Concepción
Vinchos	Luricocha	Anchihuay	Soras	Huambalpa
Jesús Nazareno	Santillana	Oronccoy	Huancapi	Independencia
Andrés Avelino Cáceres	Sivia	Aucara	Alcamenca	Saurama
Dorreg				
Cangallo	Llochegua	Cabana	Apongo	Vischongo
Cajamarca				
Encañada	Miguel Iglesias	Pion	Santo Tomas	Santa Rosa
Jesus.	Oxamarca	Querocoto	Socota	San Ignacio
Llacanora	Sorochuco	Tacabamba	Toribio Casanova	Chirinos
Los Baños del Inca	Sucre	Chalamarca	Bambamarca	Huarango
Matara	Utco	Cutervo	Hualgayoc	La Coipa
Namora	La Libertad de Pallan	Callayuc	Jaén	Namballe
Cajabamba	Chota	Choros	Bellavista	San José de Lourdes
Cachachi	Anguía	Cujillo	Chontali	Tabaconas
Condebamba	Chadin	La Ramada	Colasay	Pedro Gálvez
Sitacocha	Chiguirip	Pimpingos	Huabal	Chancay
Celendín	Chimban	Querocotillo	Las Pirias	Eduardo Villanueva
Chumuch	Choropampa	San Andrés de Cutervo	Pomahuaca	Gregorio Pita
Cortegana	Cochabamba	San Juan de Cutervo	Pucara	Ichocan
Huasmin	Conchan	San Luis de Lucma	Sallique	José Manuel Quiroz
Jorge Chávez	Lajas	Santa Cruz	San Felipe	José Sabogal
José Galvez	Paccha	Santo Domingo de la Capilla	San José del Alto	
Cusco				
Accha	Colcha	Layo	Paucartambo	Santo Tomas
Acomayo	Colquemarca	Limatambo	Pichari	Saylla
Acopia	Colquepata	Livitaca	Pichigua	Sicuani
Acos	Combapata	Llusco	Pillpinto	Suyckutambo
Alto Pichigua	Coporaque	Lucre	Pisac	Taray
Ancahuasi	Coya	Machupicchu	Pitumarca	Tinta
Andahuaylillas	Cusco	Marangani	Pomacanchi	Tupac Amaru
Anta	Cusipata	Maranura	Poroy	Urcos
Cachimayo	Echarate	Maras	Pucyura	Urubamba
Caicay	Espinar	Marcapata	Quehue	Velille

Peru				
Cusco				
Calca	Huancarani	Megantoni	Quellouno	Vilcabamba
Camanti	Huanoquite	Mollepata	Quiñota	Villa Kintiarina
Capacmarca	Huaro	Mosoc Llacta	Quiquijana	Villa Virgen
Ccapi	Huarocondo	Ocobamba	Rondocan	Wanchaq
Ccarhuayo	Huayllabamba	Ocongate	San Jerónimo	Yanaoca
Ccatca	Huayopata	Ocoruro	San Pablo	Yanatile
Ccorca	Inkawasi	Ollantaytambo	San Pedro	Yaurisque
Challabamba	Kimbiri	Omacha	San Salvador	Yucay
Chamaca	Kosñipata	Oropesa	San Sebastian	Zurite
Checacupe	Kunturkanki	Paccaritambo	Sangarara	
Checca	Lamay	Pallpata	Santa Ana	
Chinchaypujio	Langui	Pampamarca	Santa Teresa	
Chincho	Lares	Paruro	Santiago	
Huancavelica				
Huancavelica	Yauli	Congalla	Pachamarca	San Marcos de Rocchac
Acobambilla	Ascensión	Huanca-Huanca	Cosme	Surcubamba
Acoria	Huando	Huayllay Grande	Pilpichaca	Tintay Puncu
Conayca	Acobamba	Julcamarca	Pampas	Quichuas
Cuenca	Andabamba	San Antonio de Antaparco	Acostambo	Andaymarca
Huachocolpa	Anta	Santo Tomas de Pata	Acraquia	Roble
Huayllahuara	Caixa	Seclla	Ahuaycha	Pichos
Izcuchaca	Marcas	Churcampa	Colcabamba	Santiago de Tucuma
Laria	Paucara	Anco	Daniel Hernández	
Manta	Pomacocha	Chinchihuasi	Huachocolpa	
Mariscal Cáceres	Rosario	El Carmen	Huaribamba	
Moya	Lircay	La Merced	Ñahuimpuquio	
Nuevo Occoro	Anchonga	Locroja	Pazos	
Palca	Callanmarca	Paucarbamba	Quishuar	
Pilchaca	Ccochaccasa	San Miguel de Mayocc	Salcabamba	
Vilca	Chincho	San Pedro de Coris	Salcahuasi	
Huánuco				
Huánuco	Huacar	Llata	Pucayacu	Yuyapichis
Amarilis	San Francisco	Arancay	Castillo Grande	Jesus.
Chinchao	San Rafael	Chavín de Pariarca	Pueblo Nuevo	Banheiros
Churubamba	Tomay Kichwa	Jacas Grande	Santo Domingo de Anda	Jivia
Margos	La Unión	Jircan	Huacrachuco	Queropalca
Quisqui (Kichki)	Chuquis	Miraflores	Cholon	Rondos
San Francisco de Cayran	Marías	Monzón	San Buenaventura	San Francisco de Asís
San Pedro de Chaulan	Pachas	Punchao	La Morada	San Miguel de Cauri
Santa María del Valle	Quivilla	Punhos	Santa Rosa de Alto Yanajanca	Chavinillo
Yarumayo	Ripan	Singa	Panao	Cahuac
Pillco Marca	Shunqui	Tantamayo	Chaglla	Chacabamba
Yacus	Sillapata	Rupa-Rupa	Molino	Aparicio Pomares
San Pablo de Pillao	Yanas	Daniel Alomía Robles	Umari	Jacas Chico
Ambo	Huacaybamba	Hermilio Valdizan	Puerto Inca	Obas
Cayna	Canchabamba	José Crespo y Castillo	Codo del Pozuzo	Pampamarca
Colpas	Cochabamba	Luyando	Honoría	Choras
Conchamarca	Pinra	Mariano Damaso Beraun	Tournavista	
Junín				
Huancayo	Sicaya	Acolla	Ricran	La Unión
Carhuacallanga	Santo Domingo de Acobamba	Apata	San Lorenzo	Palca
Chacapampa	Viques	Ataura	San Pedro de Chunan	Palcamayo
Chicche	Concepción	Canchayllo	Sausa	San Pedro de Cajas
Chilca	Aco	Curicaca	Sincos	Tapo

Peru				
Junín				
Chongos Alto	Andamarca	El Mantaro	Tunan Marca	La Oroya
Chupuro	Chambara	Huamali	Yauli	Chacapalpa
Colca	Cochas	Huariyampa	Yauyos	Huay-Huay
Cullhuas	Comas	Huertas	Junín	Marcapomacocha
El Tambo	Heroínas Toledo	Janjaillo	Carhuamayo	Morococha
Huacrapuquio	Manzanares	Julcán	Ondores	Paccha
Hualhuas	Mariscal Castilla	Leonor Ordoñez	Ulcumayo	Santa Bárbara de Carhuacayan
Huancan	Matahuasi	Llollapampa	Satipo	Santa Rosa de Sacco
Huasicancha	Mito	Quadro	Coviriali	Suitucancha
Huayucachi	Nueve de Julio	Masma	Llaylla	Yauli
Ingenio	Orcotuna	Masma Chicche	Mazamari	Chupaca
Pariahuanca	San José de Quero	Molinos	Pampa Hermosa	Ahuac
Pilcomayo	Santa Rosa de Ocopa	Monobamba	Pangoa	Chongos Bajo
Pucara	Chanchamayo	Muqui	Río Negro	Huachac
Quichuay	Perene	Muquiyauyo	Río Tambo	Huamancaca Chico
Quilcas	Pichanaqui	Paca	Vizcatan del Ene	San Juan de Iscos
Santo Agostinho	San Luis de Shuaro	Paccha	Tarma	San Juan de Jarpa
San Jerónimo de Tunan	San Ramón	Pancan	Acobamba	Tres de Diciembre
Saño	Vitoc	Parco	Huaricolca	Yanacancha
Sapallanga	Jauja	Pomacancha	Huasahuasi	
La Libertad				
Bambamarca	Condormarca	Longotea	Sanagoran	Tayabamba
Bolívar	Curgos	Marcabal	Santiago de Challas	Uchumarca
Buldibuyo	Huamachuco	Ongon	Sarín	Ucuncha
Chillia	Huancaspata	Parcoy	Sartimbamba	Urpay
Chugay	Huaylillas	Pataz	Sitabamba	
Cochorco	Huayo	Pias	Taurija	
Lambayeque				
Cañaris				
Loreto				
Alto Nanay	Inahuaya	Napo	Requena	Tigre
Alto Tapiche	Indiana	Nauta	Rosa Panduro	Torres Causana
Andoas	Iquitos	Padre Márquez	San Juan Bautista	Trompeteros
Balsapuerto	Jeberos	Pampa Hermosa	San Pablo	Urarinas
Barranca	Jenaro Herrera	Parinari	Santa Cruz	Vargas Guerra
Belén	Lagunas	Pastaza	Saquena	Yaguas
Cahuapanas	Las Amazonas	Pebas	Sarayacu	Yaquerana
Capelo	Manseriche	Puinahua	Soplin	Yavari
Contamana	Maquia	Punchana	Tapiche	Yurimaguas
Emilio San Martín	Mazan	Putumayo	Teniente Cesar López Rojas	
Fernando Lores	Morona	Ramón Castilla	Teniente Manuel Clavero	
Madre de Dios				
Fitzcarrald	Iberia	Iñapari	Las Piedras	Manu
Huepetuhe	Inambari	Laberinto	Madre de Dios	Tahuamanu
				Tambopata
Pasco				
Chaupimarca	Paucartambo	Yanacancha	Santa Ana de Tusi	Palcazu
Huachon	San Francisco de Asís de Yaru	Yanahuanca	Tapuc	Pozuzo
Huariaca	Simon Bolívar	Chacayan	Vilcabamba	Puerto Bermúdez
Huayllay	Ticlacayan	Goyllarisquizga	Oxapampa	Villa Rica
Ninacaca	Tinyahuarco	Paucar	Chontabamba	Constituição
Pallanchacra	Vicco	San Pedro de Pillao	Huancabamba	
Piura				
Huancabamba	El Carmen de la Frontera	Sondor	Sondorillo	

Peru				
Puno				
Macusani	Ituata	Sina	Phara	Alto Inambari
Ayapata	Ollachea	Sandia	Quiaca	San Pedro de Putina Punco
Coasa	San Gaban	Lim bani	San Juan del Oro	
Corani	Usicayos	Patambuco	Yanahuaya	
San Martín				
Agua Blanca	Chipurana	Nueva Cajamarca	San Antonio	Shunte
Alberto Leveau	Cuñumbuqui	Nuevo Progreso	São Cristóvão	Soritor
Alonso de Alvarado	El Eslabón	Pachiza	San Fernando	Tabalosos
Alto Biavo	El Porvenir	Pajarillo	San Hilarión	Tarapoto
Alto Saposoa	Elías Soplin Vargas	Papaplaya	San José de Sisa	Tingo de Ponasa
Awajun	Habana	Pardo Miguel	San Martín	Tingo de Saposoa
Bajo Biavo	Huallaga	Picota	San Pablo	Tocache
Barranquita	Huicungo	Pilluana	San Rafael	Tres Unidos
Bellavista	Huimbayoc	Pinto Recodo	San Roque de Cumbaza	Uchiza
Buenos Aires	Jepelacio	Piscoyacu	Santa Rosa	Yantalo
Cacatachi	Juan Guerra	Polvora	Saposoa	Yorongos
Calzada	Juanjuí	Posic	Sauce	Yuracyacu
Campanilla	La Banda de Shilcayo	Pucacaca	Shamboycu	Zapatero
Caspisapa	Lamas	Rioja	Shanao	
Caynarachi	Morales	Rumisapa	Shapaja	
Chazuta	Moyobamba	Sacanche	Shatoja	
Ucayali				
Calleria	Yarinacocha	Sepahua	Irazola	Purús
Campoverde	Nueva Requena	Tahuania	Curimana	
Iparia	Manantay	Yurua	Neshuya	
Masisea	Raymondi	Padre Abad	Alexander Von Humboldt	
Suriname				
(todo o país é amazônico)				
Venezuela (República Bolivariana da)				
Amazonas				
Autónomo Maroa	Autónomo Río Negro			

Fonte: Elaboração própria com base nas informações fornecidas pela OTCA e pelos países membros.

^a As Divisões Administrativas Menores (DAME) correspondem a municípios na Bolívia (Estado Plurinacional da), Brasil, Colômbia e Venezuela (República Bolivariana da); cantões no Equador; regiões na Guiana; distritos no Peru e Suriname.

Anexo A3

Desenho conceitual e metodológico dos indicadores de desigualdade sociodemográfica na Região Amazônica

A igualdade é um dos valores norteadores de todas as políticas e agendas propostas em nível internacional. Na Agenda 2030, ela é considerada um dos princípios fundamentais e transversais a serem alcançados, estando presente na formulação e na implementação de cada um dos ODSs. Seu objetivo é reduzir as assimetrias e, ao mesmo tempo, prometer a paz e garantir os direitos humanos para todos, em todos os lugares, em busca de um futuro próspero. Para isso, a Agenda 2030 aborda as causas estruturais que reproduzem a injustiça, a desigualdade, a pobreza e a discriminação.

A. Desigualdades sociodemográficas

A proposta de indicadores se concentra especificamente nas desigualdades sociodemográficas, pois busca entender as causas, as consequências e as formas como a desigualdade se manifestam sob essa perspectiva. A Amazônia é uma região historicamente desigual. Ela apresenta lacunas estruturais que impedem o desenvolvimento sustentável. A desigualdade faz parte de um sistema, uma estrutura e um conjunto de processos sociais interconectados, sobre os quais buscamos trabalhar para mudar a situação atual, reduzindo as lacunas existentes.

Dentro das desigualdades sociodemográficas, são identificadas diferentes dimensões:

i) Dimensão demográfica

A população da Amazônia é heterogênea, com diversas características socioculturais (OTCA, 2018) e comportamentos específicos nas variáveis que identificam sua dinâmica demográfica, resultando em diferentes composições e estruturas por idade e sexo em cada comunidade. Diferentes culturas coexistem na região, na qual se destaca a multiplicidade de povos indígenas e comunidades afrodescendentes em ambientes urbanos e rurais pertencentes a oito países diferentes.

A importância da inclusão de uma dimensão demográfica reside na possibilidade de conhecer a situação das populações que habitam a Amazônia e identificar padrões de comportamento de diferentes grupos sociais e culturais. Para isso, são incorporados indicadores de estrutura demográfica, que se referem à composição da população, e indicadores de dinâmica demográfica, ligados às variáveis de fecundidade, mortalidade e migração.

Espera-se que eles contribuam para a erradicação das desigualdades estruturais e para a implementação de políticas públicas que reconheçam os diferentes setores da população, atendendo às necessidades específicas de grupos particularmente vulneráveis.

ii) Pobreza de renda

A pobreza de renda é entendida como “a insuficiência de recursos monetários para alcançar um nível de bem-estar compatível com a dignidade humana” (CEPAL, 2018, p. 11). A pobreza monetária implica “privações no acesso a bens e serviços básicos e a uma proteção social adequada” (CEPAL, 2018, p. 11) e redução do acesso à educação, à saúde e falta de participação na sociedade (CEPAL e IFCLAC, 2020).

A região amazônica se destaca por seus altos níveis de pobreza de renda, como consequência de sistemas econômicos e modelos de desenvolvimento baseados em práticas neocoloniais de exploração e extração de recursos.

Assim, o crescimento alcançado em cada um dos países que a compõem, medido em nível nacional, oculta o atraso da Amazônia. Para superar a pobreza, é necessário abordar as desigualdades e assimetrias entre grupos populacionais inerentes à dinâmica do desenvolvimento (CEPAL, 2018) e ter medidas de pobreza, desigualdade e renda que tornem visível a situação da região.

iii) Atividade, emprego e desemprego

O mercado de trabalho na região amazônica é caracterizado por altas taxas de trabalho informal e precário, em um contexto em que há muitas atividades ilegais que concentram grandes setores da economia. Essa situação é agravada pelo trabalho reprodutivo e não remunerado, ao qual muitas mulheres são relegadas, negando-lhes acesso ao mercado de trabalho produtivo. Esse trabalho incorpora tarefas de cuidado e manutenção.

É necessário ter uma dimensão de mercado de trabalho que leve em conta indicadores de inserção no mercado de trabalho, desemprego e taxas de desemprego, mercado de trabalho indígena e de mulheres para reverter essa situação de injustiça e desigualdade, por meio de uma cultura de trabalho sem privilégios, políticas públicas de desenvolvimento e geração de emprego, educação e treinamento de jovens desempregados.

iv) Proteção à infância

Crianças e adolescentes devem ser protegidos de todas as formas de abuso e exploração, garantindo-lhes uma vida livre de violência e outras formas de tratamento cruel ou agressão. Entre os direitos básicos desse grupo populacional estão o direito a uma identidade legal e a proibição do trabalho infantil.

A Amazônia é caracterizada pelos mais altos níveis de trabalho infantil em comparação com as médias nacionais. Um número significativo de crianças é forçado a trabalhar para cooperar com a economia familiar. Da mesma forma, as uniões precoces e a gravidez na adolescência são fenômenos complexos, consequência de uma rede de fatores relacionados a desigualdades de gênero, pobreza e violência, que condicionam a escolaridade e podem fazer parte do círculo vicioso da pobreza.

Espera-se que os indicadores propostos permitam trabalhar em políticas que contribuam para que as crianças exerçam seus direitos e tenham oportunidades de se desenvolver em todo o seu potencial.

v) Proteção social

A FAO (2015) descreve a proteção social como o conjunto de intervenções destinadas a reduzir a vulnerabilidade social e econômica e aliviar a pobreza extrema. Como tal, ela é composta de assistência social, seguridade social e proteção trabalhista.

Na região amazônica, a proteção social e a prestação de serviços de saúde pública são insuficientes e limitadas. O planejamento e o financiamento dos serviços de saúde e os recursos humanos disponíveis são insuficientes para atender às necessidades dessa área geográfica, o que é ainda mais difícil devido à alta mobilidade de algumas comunidades. Como resultado, os povos da Amazônia não recebem atendimento integral e intercultural (OPAS, 2019).

Os indicadores de proteção social buscam tornar visíveis as lacunas entre e dentro dos diferentes grupos étnicos, de acordo com o gênero, a área de moradia e a idade. Como resultado, podem ser promovidas políticas de seguridade social com cobertura regional de saúde e acesso universal a medicamentos, vacinas e serviços básicos de saúde.

vi) Educação e Cultura

Os riscos associados aos serviços educacionais na Amazônia estão relacionados à relevância e à adequação dos programas educacionais aos contextos produtivos e ao monitoramento da educação para sua incorporação na vida cotidiana (Ocampo Balanza, 2015).

A educação é um mecanismo para a mobilidade social ascendente, um meio de sair da pobreza e de alcançar o desenvolvimento. É necessário entender a educação como um fator de crescimento e igualdade. A educação fornece as ferramentas e o conhecimento que garantem a igualdade de capacidades. É importante saber sobre a frequência escolar e os níveis de educação alcançados.

Os indicadores educacionais tentam mostrar as lacunas existentes no acesso e na permanência na educação, identificando grupos vulneráveis (indígenas, afrodescendentes e mulheres), seus níveis de analfabetismo e evasão escolar e o nível de escolaridade alcançado. Conseqüentemente, buscará reverter essas lacunas e aumentar os níveis de alfabetização e o número de alunos que concluem seu ciclo de educação básica.

vii) Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs)

As tecnologias de informação e comunicação são uma solução para muitos dos desafios apresentados pelas agendas de desenvolvimento, permitindo uma comunicação mais rápida e em larga escala. Entretanto, o acesso às TICs não é equitativo entre os países e dentro deles.

A exclusão digital na Amazônia é preocupante devido aos baixos níveis de conectividade, tanto em termos de amplitude (acesso) quanto de profundidade (qualidade do acesso). A manutenção de equipamentos em locais remotos e isolados é complexa de ser garantida e mantida. As usinas elétricas não fornecem um serviço contínuo que garanta uma conexão constante com a Internet.

Há necessidade de planejamento e de projeto para a incorporação das TICs na Amazônia (Ocampos Balansa, 2015). As informações coletadas a partir dos indicadores de TIC possibilitarão a formulação de políticas que garantam o acesso democrático às TIC para setores crescentes da população, bem como iniciativas de inclusão digital para capacitar as pessoas em seu uso, a fim de eliminar as lacunas digitais existentes.

viii) Adequação da Habitação

A adequação da moradia é definida pelo acesso a serviços básicos e pela construção de moradias. No entanto, essa definição não se limita a isso, mas também incorpora outros critérios, como:

- Segurança da posse –proteção legal contra despejo ou assédio–.
- Acessibilidade –custos acessíveis que não ameaçam o gozo de outros direitos básicos–.
- Habitabilidade –garantia de segurança física e espaço adequado–.
- La disponibilidad de servicios, materiales, facilidades e infraestructura –agua potable, saneamiento, energía, eliminación de residuos–.
- Localização –acesso a emprego, saúde, educação e áreas seguras e limpas– e acessibilidade (ACNUDH, 2016).

Na Amazônia, o acesso a serviços básicos é diferenciado e há lacunas entre diferentes comunidades e grupos populacionais. Apesar de viver em uma bacia hidrográfica como a da Amazônia, o acesso à água é diferenciado. Além disso, o fornecimento de um serviço regular e contínuo de eletricidade e combustível ainda é um desafio pendente (Ocampos Balansa, 2015).

Os indicadores de adequação da moradia permitirão conduzir ações que mitiguem a sobrelotação, garantam o acesso à moradia, subsidiem as taxas de serviços básicos e construam uma infraestrutura moderna para garantir a continuidade da prestação de serviços, atendendo às necessidades específicas dos grupos vulneráveis.

B. Desigualdades entre quem? Os grupos populacionais que devem ser visibilizados

A pobreza e as desigualdades são afetadas de forma diferente não apenas pelo território, mas também pelas características de cada grupo populacional, incluindo gênero, idade, etnia e residência urbana ou rural (Panorama Social, 2021). Há evidências de que as desigualdades percebidas na América Latina são replicadas e reproduzidas na região amazônica.

No estudo de caso, as desigualdades são aquelas entre grupos populacionais:

- Entre homens e mulheres, pois a incidência de pobreza entre as mulheres é maior e a assimetria de gênero em detrimento das mulheres é evidente, o que se reflete na participação no mercado de trabalho e nas atividades de trabalho não remunerado (Bárcena e Prado, 2016).
- Entre indígenas e não indígenas, pois os primeiros não são reconhecidos como tendo uma identidade coletiva, o que resulta na falta de participação no desenvolvimento (Bárcena e Prado, 2016); entre populações afrodescendentes e não afrodescendentes, pois os primeiros foram invisibilizados sociocultural e historicamente, negando-lhes sua identidade como um coletivo cultural.
- Entre habitantes de áreas urbanas e rurais, uma vez que nas áreas rurais o acesso a serviços e o exercício de direitos é deficiente e inferior ao das cidades e grandes centros urbanos, produzindo assimetrias territoriais e um processo contínuo de segregação territorial e desenvolvimento produtivo relativo desigual.

C. Desigualdades Onde?

Além disso, essas desigualdades “se relacionam com” e “ocorrem no” território. A primeira comparação territorial refere-se à situação entre a Amazônia e a não-Amazônia, onde foram registradas as diferenças entre as médias regionais e nacionais, com menor desenvolvimento relativo e maior privação comparativa na região amazônica do que no país como um todo.

Na Amazônia, também é importante observar as desigualdades entre os países, como resultado das diferenças específicas nas agendas e políticas de desenvolvimento implementadas em cada estado, bem como em diferentes níveis de desagregação geográfica. As desigualdades entre os municípios também podem ser observadas nos mapas.

D. Critérios-chave para indicadores

Para elaborar o sistema de indicadores que tornará visíveis as lacunas sociodemográficas na região amazônica, considera-se que cada indicador deve atender a alguns critérios-chave, entre eles:

- Dada a relevância da Agenda 2030 e do Consenso de Montevideu sobre População e Desenvolvimento (CM) na Região Amazônica, reconhecida como uma região de especial vulnerabilidade, propõe-se que o sistema de indicadores inclua todos os indicadores dos ODS e do MC em nível populacional que sejam factíveis de calcular na Região Amazônica com informações dos censos populacionais e habitacionais e das pesquisas domiciliares. Nesse sentido, aceita-se a proposta da CEPAL (2017, mencionada na seção 2.2) sobre a adaptação da metodologia dos indicadores, a fim de avançar na implementação com base nas informações dos censos populacionais e habitacionais.
- Propõe-se a inclusão de indicadores já implementados pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) em outros contextos, que também sejam relevantes para a Amazônia, com dados de fontes oficiais, baseados em conceitos, definições e metodologias coerentes.
- Os indicadores propostos têm informações, na medida do possível, na maioria dos países. Foram selecionados indicadores que podem ser calculados a partir de censos populacionais e habitacionais e/ou pesquisas domiciliares, ambas fontes existentes e disponíveis para processamento interno no Banco de Dados da CEPAL.

- Os indicadores devem permitir a comparação entre grupos e, para o mesmo grupo, em diferentes momentos. Uma recomendação internacional é que os indicadores sejam comparáveis, não apenas entre diferentes grupos populacionais da região, mas também com as médias nacionais e internacionais, tornando visíveis as desigualdades e as questões prioritárias.
- Além disso, a necessidade de comparabilidade ao longo do tempo, ou seja, o mesmo indicador replicado em diferentes pontos no tempo, é necessária para medir a evolução de uma determinada situação. Embora a primeira versão do sistema de indicadores tenha uma única medição ao longo do tempo, espera-se que o sistema seja atualizado periodicamente à medida que os países publicarem seus dados.

1. Os indicadores

Quadro A3.1
Indicadores para a identificação de lacunas de desigualdade sociodemográfica na região amazônica^a

ID	Denominação	Fonte	ID	Denominação	Fonte
Estrutura demográfica			Atividade, emprego e desemprego		
1	População total	CPH	1	Taxa de participação econômica da população	PD
2	Estrutura populacional por sexo e por faixas etárias quinquenais	CPH	2	Estrutura da população empregada, por categoria ocupacional	CPH
3	Proporção da população urbana	CPH	3	Proporção de empregos informais	PD
4	Proporção da população indígena	CPH	4	Emprego industrial como proporção do emprego total	PD
5	Razão de dependência demográfica, por grupos de dependentes	CPH	5	Proporção de empregados nas indústrias do turismo	PD
6	Proporção de pessoas com deficiência	CPH	6	Taxa de desemprego, por sexo	CPH
Dinâmica demográfica fecundidade e mortalidade			7	Taxa de desemprego para pessoas com deficiência	CPH
1	Taxa de Fecundidade Total	CPH	8	Proporção de mulheres com dedicação exclusiva aos afazeres domésticos	PD
2	Taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos	CPH	9	Proporção de jovens de 15 a 24 anos que não estudam, ou estão empregados	CPH
Pobreza, desigualdade e renda			Proteção de crianças e adolescentes		
1	Proporção da população que vive abaixo da linha da pobreza internacional	PD	1	Proporção de crianças em trabalho infantil e trabalho doméstico	CPH
2	Proporção da população que vive em extrema pobreza	PD	2	Proporção de meninas adolescentes casadas ou em união de fato	CPH
3	Proporção de pessoas que vivem abaixo de 50% da renda média (%)	PD	3	Proporção de mães adolescentes	CPH
4	Distribuição da renda do trabalho individual por quintil de renda	PD	4	Proporção de mães adolescentes que não frequentam a escola	CPH
5	Índice de Concentração de Gini	PD			
6	Proporção da população com 15 anos ou mais sem renda própria	PD			
7	Proporção da população com necessidades básicas não atendidas	CPH			
Proteção social			Tecnologias de información y comunicación (TICs).		
1	Proporção da população com 60 anos ou mais que recebe pensões	PD	1	Proporção da população com acesso à internet em casa	CPH
2	Proporção de pessoas empregadas que contribuem para um sistema previdenciário	PD	2	Proporção da população com acesso ao telefone celular em casa	CPH

ID	Denominação	Fonte	ID	Denominação	Fonte
Educação e cultura			Adequação da habitação		
1	Taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais	CPH	1	Proporção de pessoas em domicílios que possuem moradia e terreno (adequação do ODS 1.4.2)	CPH
2	Frequência escolar	CPH	2	Proporção da população em habitações com déficits de infraestrutura	CPH
3	Taxa de participação na aprendizagem organizada (um ano antes da idade oficial de ingresso no ensino primário)	PD	3	Proporção de pessoas em moradias sobrelotadas	CPH
4	Taxa de participação no ensino e formação acadêmica e não acadêmica	CPH	4	Proporção da população com acesso a água potável dentro de casa	CPH
5	Proporção da população com 15 anos ou mais que concluiu o ensino fundamental	CPH	5	Proporção da população que usa instalações sanitárias melhoradas	CPH
6	Média de anos de estudo da população economicamente ativa com 15 anos ou mais	CPH	6	Proporção da população com acesso à energia elétrica	CPH
7	Distribuição da população com 15 anos ou mais por anos de instrução (0-8; 9-12;13+)	CPH	7	Proporção da população em domicílios que usam combustíveis limpos (não sólidos) para cozinhar	CPH

Fonte: Elaboração própria.

^a Cada indicador indica a fonte com a qual é calculado. CPH por censos populacionais e habitacionais. PD para pesquisas domiciliares.

E. As fontes de informação

Os indicadores sociodemográficos da Região Amazônica são calculados com base nos microdados dos últimos censos populacionais e habitacionais (desde 2010) e das últimas pesquisas domiciliares que são realizadas regularmente no âmbito dos sistemas estatísticos nacionais e estão disponíveis no Banco de Dados da CEPAL para uso e processamento interno.

As contribuições dos censos populacionais e habitacionais para o planejamento e a pesquisa adquirem especial relevância no contexto da Agenda 2030, pois permitem a construção de indicadores diretos ou complementares à lista definida para o monitoramento da Agenda 2030.

Os censos oferecem a vantagem comparativa de permitir que as desagregações definidas no ODS 17: Parcerias para atingir os objetivos, Meta 18, sejam obtidas para a maioria dos indicadores que são viáveis de calcular com essa fonte: "Tornar totalmente operacional, até 2017, o banco de tecnologia e o mecanismo de apoio à capacitação em ciência, tecnologia e inovação para os países menos desenvolvidos e aumentar o uso de tecnologias facilitadoras, em especial a tecnologia da informação e das comunicações"⁴¹, especialmente para o status migratório, povos indígenas, populações afrodescendentes e pessoas com deficiência, com a vantagem adicional de ter essas informações disponíveis em escalas territoriais menores.

As pesquisas domiciliares são uma fonte valiosa de informações para o estudo das condições de vida de indivíduos e domicílios. O número de variáveis coletadas permite uma variedade de análises cruzadas, possibilitando o estudo de populações específicas.

A desagregação a partir de uma perspectiva interseccional (por exemplo, para visualizar simultaneamente as desigualdades de gênero, étnicas, geracionais e territoriais) geralmente só é viável com censos, devido ao seu caráter universal.

As pesquisas domiciliares são projetadas com um número limitado de desagregações em mente. Embora seja possível produzir indicadores e estudá-los em diferentes desagregações, é preciso estar ciente das limitações do instrumento.

⁴¹ <https://www.un.org/sustainabledevelopment/es/globalpartnerships/>.

F. Acesso a fontes de informação

Dois grupos de países podem ser identificados: seis deles (Bolívia (Estado Plurinacional da), Brasil, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela (República Bolivariana da)) para os quais a CEPAL tinha censos populacionais e habitacionais e pesquisas domiciliares.

O outro grupo é formado pela Guiana e pelo Suriname. Para esses países, a CEPAL não incluiu em seus sistemas de dados os censos ou pesquisas populacionais e habitacionais desses países, portanto, foi necessário localizar os bancos de dados para poder realizar a programação:

- No caso do Suriname, foi obtido acesso aos microbancos de dados de uma amostra de 10% do censo de 2012 do Suriname do projeto IPUMS Internacional⁴². Além disso, a Pesquisa de Condições de Vida do Suriname (SSLC) de 2016/17 foi coletada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento. Essa pesquisa é representativa de toda a população do Suriname e se concentra em dados relativos às condições de vida. Ela também inclui indicadores para medir a pobreza com base no consumo.
- Em relação à Guiana, não foi possível acessar os dados do Censo da Guiana de 2012. No entanto, conseguimos acessar os microdados das pesquisas domiciliares da Guiana: a Guyana Labour Force Survey (GLFS) de 2019, uma pesquisa que coleta informações representativas de toda a população do país, com ênfase especial nas condições de trabalho.

Para processar os dados da Guiana e do Suriname, as variáveis são padronizadas para que os indicadores calculados sejam comparáveis aos dos outros países.

Em resumo, as fontes de dados de cada país usadas no projeto são as seguintes:

Quadro A3.2
Países amazônicos: censos e pesquisas usados no projeto

Países	Censos	Pesquisas
Bolívia (Estado Plurinacional da)	2012	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2020
Brasil	2010	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2020 (PNAD) contínua, 2020
Colômbia	2018	Grande Pesquisa Nacional de Domicílios, 2020
Equador	2010	Pesquisa Nacional de Emprego, Desemprego e Subemprego, 2020
Guiana	—	Guyana Labour Force Survey (GLFS) de 2019a
Peru	2017	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2020
Venezuela (República Bolivariana da)	2011	Pesquisa Nacional por Domicílios, 2014
Suriname	2012 ^a (amostra de 10%)	Suriname Survey of Living Conditions (SSLC) de 2016/17 ^a

Fonte: Elaboração própria.

Nota: Os censos populacionais são processados com o REDATAM. As pesquisas domiciliares são processadas com o STATA.

^a Exigiram tratamento específico por não estarem disponíveis nas bases de dados da CEPAL.

Para obter mais informações, consulte o documento “Apoio à identificação de lacunas de desigualdade sociodemográfica na Região Amazônica: proposta de indicadores para sua visibilidade. Documento conceitual e metodológico”.

⁴² Minnesota Population Center. Integrated Public Use Microdata Series, International: Version 7.3 [dataset]. Minneapolis, MN: IPUMS, 2020. <https://doi.org/10.18128/Do20.V7.3>.

Anexo A4

Composição dos municípios amazônicos de acordo com o tamanho e a proporção das populações indígenas e afrodescendentes

Quadro A4.1
Países amazônicos: composição dos municípios por tamanho e proporção da população indígena, 2010-2018

País		Tamanho			Total
		Menos de 2 500	2 500 a 10 000	Mais de 10 000	
Total	Não há p. indígena	30	99	100	229
		7,2%	12,2%	11,0%	10,7%
	Menos de 20%	125	298	533	956
		30,0%	36,6%	58,6%	44,7%
	20%-60%	52	132	125	309
		12,5%	16,2%	13,7%	14,4%
	60% ou mais	207	285	152	644
49,8%		35,0%	16,7%	30,1%	
	416	814	910	2140	
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
Bolívia (Estado Plurinacional da)	Menos de 20%	5	8	15	28
		50,0%	11,1%	12,7%	14,0%
	20%-60%	4	23	38	65
		40,0%	31,9%	32,2%	32,5%
	60% ou mais	1	41	65	107
		10,0%	56,9%	55,1%	53,5%
		10	72	118	200
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
Brasil	Não há p. indígena.	22	98	100	220
		62,9%	42,1%	19,9%	28,6%
	Menos de 20%	13	123	386	522
		37,1%	52,8%	76,9%	67,8%
	20%-60%	0	10	14	24
		0,0%	4,3%	2,8%	3,1%
	60% ou mais	0	2	2	4
0,0%		0,9%	0,4%	0,5%	
	35	233	502	770	
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
Colômbia	Menos de 20%	0	14	22	36
		0,0%	50,0%	66,7%	46,2%
	20%-60%	0	8	7	15
		0,0%	28,6%	21,2%	19,2%
	60% ou mais	17	6	4	27
		100,0%	21,4%	12,1%	34,6%
		17	28	33	78
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
Equador	Menos de 20%	0	7	5	12
		0,0%	30,4%	29,4%	29,3%
	20%-60%	1	10	9	20
		100,0%	43,5%	52,9%	48,8%
	60% ou mais	0	6	3	9
		0,0%	26,1%	17,6%	22%
		1	23	17	41
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

País		Tamanho			Total
		Menos de 2 500	2 500 a 10 000	Mais de 10 000	
Peru	Não há p. indígena	8	1	0	9
		2,3%	0,2%	0,0%	0,9%
	Menos de 20%	107	146	87	340
		30,5%	32,2%	40,1%	33,3%
	20%-60%	47	81	54	182
		13,4%	17,8%	24,9%	17,8%
	60% ou mais	187	226	76	489
		53,3%	49,8%	35,0%	47,8%
	99	2	0	0	2
0,6%		0,0%	0,0%	0,2%	
	351	454	217	1 022	
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
Suriname	Menos de 20%			7	7
			100,0%	100,0%	
		7	7		
		100,0%	100,0%		
Venezuela (República Bolivariana da)	Menos de 20%	0	0	11	11
		0,0%	0,0%	68,8%	50,0%
	20%-60%	0	0	3	3
		0,0%	0,0%	18,8%	13,6%
	60% ou mais	2	4	2	8
		100,0%	100,0%	12,5%	36,4%
	2	4	16	22	
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL.

Quadro A4.2
Países Amazônicos: composição dos municípios por tamanho e proporção da população indígena, 2010-2018

País		Tamanho			Total
		Menos de 2 500	2 500 a 10 000	Mais de 10 000	
Bolívia (Estado Plurinacional da)	Sem afrodescendentes	4	36	38	78
		40,0%	50,0%	32,2%	39,0%
	Menos de 20%	6	36	80	122
		60,0%	50,0%	67,8%	61,0%
		10	72	118	200
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
Brasil	Menos de 20%	0	1	1	2
		0,0%	0,4%	0,2%	0,3%
	20%-60%	4	38	72	114
		11,4%	16,3%	14,3%	14,8%
	60% ou mais	31	194	429	654
88,6%		83,3%	85,5%	84,9%	
	35	233	502	770	
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

País		Tamanho			Total
		Menos de 2 500	2 500 a 10 000	Mais de 10 000	
Colômbia	Sem afrodescendentes	4	0	1	5
		23,5%	0,0%	3,0%	6,4%
	Menos de 20%	13	28	32	73
		76,5%	100,0%	97,0%	93,6%
		17	28	33	78
		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Equador	Sem afrodescendentes	0	1	0	1
		0,0%	4,3%	0,0%	2,4%
	Menos de 20%	1	22	17	40
		100,0%	95,7%	100,00%	97,6%
		1	23	17	41
		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Peru	Sem afrodescendentes	213	216	52	481
		60,7%	47,6%	24,0%	47,1%
	Menos de 20%	138	237	165	540
		39,3%	52,2%	76,0%	52,8%
	20%-60%	0	1	0	1
		0,0%	0,2%	0,0%	0,1%
		351	454	217	1 022
		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Suriname	Menos de 20%			2	2
				28,6%	28,6%
	20%-60%			4	4
				57,1%	57,1%
	60% ou mais			1	1
				14,3%	14,3%
			7	7	
			100,0%	100,0%	
Venezuela (República Bolivariana da)	Sem afrodescendentes	0	0	1	1
		0,0%	0,0%	6,3%	4,5%
	Menos de 20%	2	4	15	21
		100,0%	100,0%	93,8%	95,5%
		2	4	16	22
		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Total	Sem afrodescendentes	221	253	92	566
		53,1%	31,1%	10,1%	26,4%
	Menos de 20%	160	328	312	800
		38,5%	40,3%	34,3%	37,4%
	20%-60%	4	39	76	119
		1,0%	4,8%	8,4%	5,6%
	60% ou mais	31	194	430	655
		7,5%	23,8%	47,3%	30,6%
	416	814	910	2 140	
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL.

Anexo A5

DAMEs amazônicas: indicadores sociodemográficos

Quadro A5.1
Região Amazônica: Divisões administrativas menores com 700.000 habitantes ou mais, por país,
2010-2018

Divisão Administrativa Menor (DAME)	Nº Hab	Divisão Administrativa Menor (DAME)	Nº Hab	Divisão Administrativa Menor (DAME)	Nº Hab
Bolívia (Estado Plurinacional da)					
Santa Cruz de la Sierra	1 454 539				
Brasil					
Manaus	1 802 014	Belém	1 393 399	São Luís	1 014 837
Colômbia					
(nenhum município)					
Equador					
(nenhum município)					
Guiana					
(nenhum município)					
Peru					
(nenhum município)					
Suriname					
(nenhum município)					
Venezuela (República Bolivariana da)					
(nenhum município)					

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL, com exceção da Guiana (Guyana Labour Force Survey 2019). Disponível em <https://oraotca.org/>.

Quadro A5.2
Região Amazônica: Divisões administrativas menores com urbanização de 77,2% e mais, por país,
2010-2018

Divisão Administrativa Menor (DAME)	%	Divisão Administrativa Menor (DAME)	%	Divisão Administrativa Menor (DAME)	%
Bolívia (Estado Plurinacional da)					
Cochabamba	100,00	Tiquipaya	91,78	San Ramón	85,42
Colcapirhua	100,00	Sucre	91,42	Llallagua	85,33
Santa Cruz de la Sierra	99,17	Urubichá	89,35	Camiri	85,27
Montero	97,97	La Guardia	88,57	Warnes	83,82
Cobija	95,36	Riberalta	88,49	Vinto	78,93
Trinidad	95,34	Sacaba	87,04	Mineiros	78,88
Quillacollo	95,19	Guayaramerín	85,62	Portachuelo	78,79
Brasil					
Ananindeua	99,75	Alto Araguaia	88,35	Barra do Bugres	81,77
Manaus	99,49	Sorriso	87,74	Rio Branco	81,76
Belém	99,14	Presidente Kennedy	87,67	Nova Mutum	81,72
Marituba	98,96	Miranorte	87,43	Palmeirópolis	81,50
Várzea Grande	98,46	Balsas	87,12	Tefé	81,48

Divisão Administrativa Menor (DAME)	%	Divisão Administrativa Menor (DAME)	%	Divisão Administrativa Menor (DAME)	%
Cuiabá	98,13	Cáceres	87,07	Fortaleza do Tabocão	81,36
Santana	97,88	Pimenta Bueno	86,98	Colíder	81,30
Gurupi	97,71	Alta Floresta	86,89	Calçoene	81,19
Boa Vista	97,71	Pedro Afonso	86,80	Itaúba	81,18
Palmas	97,11	Miracema do Tocantins	86,72	Tocantinópolis	80,99
Rondonópolis	96,19	Juína	86,51	Arapoema	80,91
Colinas do Tocantins	96,01	Porto Nacional	86,34	Brejinho de Nazaré	80,91
Macapá	95,70	Amapá	86,24	Campo Verde	80,64
Paraíso do Tocantins	95,62	Araguainha	86,13	Cachoeirinha	80,59
Tucuruí	95,18	Dianópolis	86,04	Água Boa	80,36
Araguaína	94,98	Combinada	85,67	Dom Aquino	80,26
Laranjal do Jari	94,90	Denise	85,56	Aguiarnópolis	80,24
Vilhena	94,77	Ponte Branca	85,35	Nova Xavantina	80,16
Imperatriz	94,76	Trizidela do Vale	85,32	Silvanópolis	80,13
Santa Inês	94,71	Altamira	84,88	Taipas do Tocantins	80,05
Primavera do Leste	94,63	Mirassol d'Oeste	84,87	Natividade	79,94
Arenópolis	94,51	Xambioá	84,80	Miranda do Norte	79,91
São Luís	94,45	Ariquemes	84,70	Tucumã	79,87
Lucas do Rio Verde	93,19	Nobres	84,67	Nova Brasilândia	79,77
Novo Campo do Parecis	92,77	Cerejeiras	84,67	Capanema	79,72
Redenção	92,73	Pugmil	84,59	Marabá	79,72
Alvorada	92,73	Luís Domingues	84,53	Campestre do Maranhão	79,44
Jaciara	92,11	Guajará-Mirim	84,52	Araputanga	79,42
Rio da Conceição	91,83	Aliança do Tocantins	83,87	Juara	79,35
Rio Branco	91,82	Barrolândia	83,74	Almas	79,21
Porto Velho	91,59	Pontes e Lacerda	83,71	Canarana	78,94
Luciara	91,45	Sapezal	83,59	Cacoal	78,81
Soure	91,37	Pedreiras	83,49	Oliveira de Fátima	78,78
Alto Garças	91,35	Davinópolis	83,37	Alto Alegre do Maranhão	78,76
Guaraí	91,07	Sinop	82,89	Carmolândia	78,76
Tangará da Serra	91,00	Vitória do Jari	82,89	Aparecida do Rio Negro	78,64
Sampaio	90,99	Maracaçumé	82,64	Itapiranga	78,57
Alto Taquari	90,72	Mãe do Rio	82,61	Porto Franco	78,34
Nova Olímpia	90,41	Augustinópolis	82,61	Paraibano	78,33
Parauapebas	90,11	Ananás	82,55	Paragominas	78,22
Barra do Garças	90,08	Pontal do Araguaia	82,52	Diamantino	78,14
Ji-Paraná	89,92	Fátima	82,39	Lajeado	78,11
Salinópolis	89,23	Guiratinga	82,30	Campos de Júlio	77,88
São Pedro da Água Branca	89,06	Axixá do Tocantins	82,17	Bacabal	77,85
São Pedro da Cipa	89,06	Novo Accordo	81,95	Xinguara	77,62
Abel Figueiredo	89,00	Cristalândia	81,89	Canaã dos Carajás	77,58
Jacundá	88,95	Nortelândia	81,87		
Castanhal	88,58	Rolim de Moura	81,80		

Divisão Administrativa Menor (DAME)	%	Divisão Administrativa Menor (DAME)	%	Divisão Administrativa Menor (DAME)	%
Colômbia					
Florencia	89,19	PASTO	77,83		
Equador					
(nenhum município)					
Guiana					
Upper Demerara-Berbice	78,80				
Peru					
Luya Viejo	100,00	Yanacancha	94,00	Goyllarisquizga	85,99
Wanchaq	100,00	Tapuc	93,86	Santa Ana	85,66
Carhuacallanga	100,00	Manzanares	93,84	San Lorenzo	85,30
Hualhuas	100,00	Pucacaca	93,77	San Antonio	85,29
Pilcomayo	100,00	Simon Bolívar	93,76	Huamancaca Chico	85,27
San Jerónimo de Tunan	100,00	Pillco Marca	93,73	Alcamenca	85,19
Julcán	100,00	Amarilis	93,70	Sarhua	85,13
Sausa	100,00	Pillpinto	93,66	Huanta	85,10
Tres de Diciembre	100,00	Santo Agostinho	93,65	Leonor Ordóñez	85,06
São Cristóvão	100,00	Tingo de Saposoa	93,16	Huallanca	85,05
Chilca	99,94	Junín	93,11	Machupicchu	84,63
Chaupimarca	99,89	Morales	92,87	Canchayllo	84,57
San Juan Bautista	99,89	Huariaca	92,79	Jazan	84,51
Santa Rosa de Sacco	99,77	Montevideú	92,74	Yauli	84,50
Saño	99,62	Huancapi	92,63	Tamburco	84,44
Muqui	99,61	Rioja	92,42	Nueva Cajamarca	84,41
San Pedro de Chunan	99,57	Punchana	92,28	Santiago de Paucaray	84,34
Jauja	99,37	Virundo	92,00	Elías Soplin Vargas	84,28
Huayucachi	99,29	Pachaconas	91,84	Vargas Guerra	84,00
Tarapoto	99,22	Castillo Grande	91,67	Canaria	83,93
Santa Ana de Huaycahuacho	98,99	Huayllay Grande	91,63	Cacatachi	83,77
Muquiyayuyo	98,97	Santa Rosa de Ocopa	91,63	Yurimaguas	83,73
La Oroya	98,92	Concepción	91,47	Cajamarca	83,65
Tinyahuarco	98,90	Bagua	91,43	Coya	83,39
Huancayo	98,80	Abancay	91,42	Putumayo	83,36
Iquitos	98,79	La Banda de Shilcayo	91,20	Chongos Bajo	82,96
Huancaraylla	98,76	Huancavelica	91,18	San Nicolás	82,93
San Sebastian	98,47	Sapallanga	91,10	Belén	82,67
Chachapoyas	98,27	Turpay	90,92	Andahuaylas	82,56
Viques	98,11	Caylloma	90,86	Jumbilla	82,42
Cabana	97,99	Picota	90,58	La Unión	82,33
Santiago	97,86	Requena	90,37	Magdalena	82,28
Yucay	97,86	Juanjuí	90,20	San Juan de Chacña	82,18
Carmen Alto	97,85	Oropesa	90,11	San Pedro de Cajas	82,04
Ayacucho	97,76	Tarma	90,09	La Unión	81,96

Divisão Administrativa Menor (DAME)	%	Divisão Administrativa Menor (DAME)	%	Divisão Administrativa Menor (DAME)	%
Manantay	97,73	Paico	89,87	Sabaino	81,95
Cusco	97,64	Hualla	89,72	Sicuani	81,94
Sicaya	97,58	Juan Espinoza Medrano	89,71	San Pedro de Pillao	81,53
San Antonio	97,55	Lamud	89,63	Chipurana	81,46
Huaripampa	97,40	Lamas	89,48	Yauli	81,26
San Jerónimo	96,95	Ingenio	89,48	Caspisapa	81,09
Colcha	96,88	Morococha	89,47	Laberinto	80,99
Vilcabamba	96,84	San Juan Bautista	89,46	Pampas	80,71
Huancas	96,58	Yuracyacu	89,46	Callanmarca	80,64
Rupa-Rupa	96,54	Shapaja	89,29	Sihuas	80,47
Churuja	96,52	Aco	89,10	San Ramón	80,44
Tambopata	96,42	Soras	88,98	Yorongos	80,21
Calleria	96,14	Quishuar	88,78	El Oro	80,07
Yauyos	96,05	Chanchamayo	88,63	San Cristobal	80,04
Juan Guerra	95,85	Calzada	88,52	Paucas	79,95
Bellavista	95,83	Nueve de Julio	88,46	Punchao	79,64
Ascensión	95,82	Querobamba	88,29	Ataura	79,59
El Tambo	95,66	Espinar	88,04	Parco	79,36
Carhuamayo	95,62	Andrés Avelino Cáceres Dorregaray	87,91	Camanti	79,27
Pilluana	95,61	Mariscal Cáceres	87,82	Sauce	79,14
Iberia	95,34	Orcotuna	87,78	Habana	79,10
Yarinacocha	95,33	Belén	87,55	Iñapari	79,05
Carmen Salcedo	95,30	Tunan Marca	87,48	Sangarara	78,94
Huancan	95,28	Macusani	87,31	Paucar	78,77
Jesús Nazareno	95,12	Posic	87,29	Accomarca	78,44
Caraybamba	95,05	Lucre	87,26	Huamali	78,37
Huacrapuquio	94,95	Cochamal	87,23	Padre Abad	78,27
Vicco	94,87	Chalhuanca	87,20	Jenaro Herrera	78,04
El Mantaro	94,65	San Rafael	87,17	Yantalo	77,98
Huánuco	94,54	Las Piedras	87,11	Huepetuhe	77,35
Sancos	94,41	Carapo	86,75	Leimebamba	77,29
Huay-Huay	94,25	Jaén	86,65	Anco_Huallo	77,21
Suriname					
(não há dados disponíveis)					
Venezuela (República Bolivariana da)					
(nenhum município)					

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL, com exceção da Guiana (Guyana Labour Force Survey 2019). Disponível em <https://oraotca.org/>.

Quadro A5.3
Divisões administrativas menores com 20.000 ou mais de pessoas pertencentes a Povos Indígenas

Divisão Administrativa Menor (DAME)	Nº Hab	Divisão Administrativa Menor (DAME)	Nº Hab	Divisão Administrativa Menor (DAME)	Nº Hab
Bolívia (Estado Plurinacional da)					
Cochabamba	158 694	Puerto Villarroel	34 686	Pocoata	23 203
Santa Cruz de la Sierra	148 259	Colquechaca	30 769	Tapacarí	23 178
Sucre	81 111	La Asunta	29 718	Llallagua	22 517
Sacaba	67 236	Trinidad	26 293	Independencia	21 248
Villa Tunari	53 446	S.P. De Buena Vista	25 599	Entre Ríos	20 879
Quillacollo	48 108	Vinto	25 318	Sorata	20 225
San Ignacio de Velasco	38 725	Mizque	23 270		
Caranavi	35 631	Sipesipe	23 212		
Brasil					
São Gabriel da Cachoeira	29 157				
Colômbia					
Cumaribo	35 810	MITU	22 824		
Ipiales	34 932	INIRIDA	21 203		
Equador					
TENA	35 750	PASTAZA	21 841	ARCHIDONA	20 058
Guiana					
(nenhum município)					
Peru					
San Sebastián	61 112	Sicuani	39 060	Wanchaq	24 009
Ayacucho	59 029	Huancayo	37 958	Huanta	23 421
Cusco	58 311	San Juan Bautista	31 920	Espinar	22 694
Santiago	50 926	San Jerónimo	30 127	Huancavelica	22 239
El Tambo	44 935	Andahuaylas	27 103	Tambopata	21 730
Abancay	42 027	Pangoa	25 464	Amarilis	21 492
Chilca	39 352	Huánuco	24 814	Cajamarca	20 796
Suriname					
(nenhum município)					
Venezuela (República Bolivariana da)					
(nenhum município)					

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL, com exceção da Guiana (Guyana Labour Force Survey 2019). Disponível em <https://oraotca.org/>.

Quadro A5.4
Divisões administrativas menores com 50% ou mais de pessoas pertencentes a Povos Indígenas

Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens	Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens	Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens
Bolívia (Estado Plurinacional da)					
San Antonio de Lomerío	96,19	Poroma	88,43	Villa Tunari	74,87
Charazani	94,82	Palca	88,30	Coroico	74,77
Ichoca	94,57	Sacabamba	88,18	Puerto Villarroel	74,39
Arque	94,29	Pocoata	88,12	Guanay	74,34
Caripuyo	94,28	Morochata	88,04	Sopachuy	74,25
Tapacarí	94,12	Sapahaqui	87,97	Chimoré	74,21
Luribay	93,77	Bolívar	87,94	La Asunta	73,97
Combaya	93,62	Villa de Sacaca	87,80	San Ignacio de Velasco	73,96
Curva	93,61	Tacachi	87,80	Uncía	73,62
Cuchumuela	93,57	Acasio	87,57	Palos Blancos	73,31
Arapampa	92,64	Colquechaca	87,41	Mecapaca	73,29
Ayata	91,95	Tarvita	87,31	Irupana	72,60
Vacas	91,61	Urubichá	87,08	Chulumani	72,43
Tacopaya	91,45	Gutiérrez	86,63	Arani	72,13
Yaco	91,25	Mizque	86,51	Shinahota	72,01
Alalay	91,18	Cairoma	86,29	Ynacachi	71,57
Vila Vila	90,69	Cocapata	86,15	San Benito	71,57
Malla	90,50	Sorata	86,02	Alto Beni	71,56
Anzaldo	90,34	Tarabuco	85,97	Azurduy	71,16
Chayanta	90,31	S.P. De Buena Vista	85,30	San Lorenzo	71,03
San Miguel de Velasco	90,27	Zudáñez	84,99	Caranavi	70,79
Chuma	90,12	Colomi	84,39	Teoponte	70,51
Mocomoco	90,07	Presto	83,09	Baures	70,41
Inquisivi	90,00	Mojocoya	82,82	Santa Ana de Yacuma	70,27
Independencia	89,81	Toco	82,67	Quime	69,61
Tiraque	89,65	Tomina	82,11	San Javier	69,43
Ravelo	89,61	Villa Rivero	81,83	Cliza	67,91
Aucapata	89,55	Omereque	81,22	Entre Ríos	66,18
Pelechuco	89,34	Coripata	80,79	Capinota	65,92
Pocona	89,27	Colquiri	79,00	Apolo	65,47
Totora	88,93	Villa Libertad Licoma	78,77	Tarata	65,42
Quiabaya	88,71	Santivañez	77,88	San Buenaventura	64,44
Sicaya	88,69	San Ignacio	77,67	Cajuata	63,68
Chuquiuta	88,61	Aiquile	77,62	Mapiri	62,29
Pojo	88,55	Tacacoma	77,52	Lagunillas	60,60
Toro Toro	88,47	Concepción	75,72		
Brasil					
Uiramutã	88,56	Santa Isabel do Rio Negro	66,46		
São Gabriel da Cachoeira	76,94	Normandia	60,07		
Colômbia					
Cordoba	97,96	Morichal	92,75	Barranco Minas	86,87
La Victoria	96,97	La Chorrera	92,67	Puerto Santander	86,42
Paraná	96,87	Papunaua	91,99	El Encanto	86,15
Puerto Nariño	96,24	Yavarate	91,78	Mitu	84,63

Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens	Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens	Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens
Cacahual	96,15	San Felipe	91,65	Mapiripana	79,43
Puerto Colombia	95,40	Pana Pana	91,46	Puerto Arica	78,36
La Guadalupe	94,23	Tarapaca	90,60	Tairaira	73,18
Pacoa	93,72	La Pedrera	89,32	Caruru	72,55
Puerto Alegria	92,99	Cumaribo	87,59	Inirida	72,32
Equador					
Taisha	95,85	Archidona	80,33	Logroño	71,85
Arajuno	94,70	Aguarico	77,41	Yacuambi	71,71
Huamboya	82,85	Tiwintza	76,54	Loreto	67,41
Guiana					
(nenhum município)					
Peru					
San Antonio	100,00	La Merced	96,00	Salcahuasi	84,84
Turpay	100,00	Oropesa	95,98	Ollantaytambo	84,84
Turpo	99,97	Ccatca	95,94	Quichuas	84,74
Usicayos	99,93	Santo Tomas	95,90	Pucyura	84,54
Colcha	99,88	Rosario	95,86	Chavinillo	84,53
Tumay Huaraca	99,86	Chapimarca	95,85	Huayllahuara	84,31
Santa Rosa	99,79	Chuschi	95,83	Carmen Alto	84,21
Cuyocuyo	99,75	San Juan de Jarpa	95,82	San Pedro de Chana	84,20
Sacsamarca	99,72	Aczo	95,77	Andahuaylillas	84,11
Pachamarca	99,64	Chincho	95,73	Ahuaycha	84,11
San José de Ticllas	99,63	Ihuaylo	95,66	Tamburco	84,09
Chaca	99,61	Accha	95,63	Churubamba	83,95
Quehue	99,60	San Juan de Chacña	95,62	Canayre	83,70
Micaela Bastidas	99,59	Pampachiri	95,51	Caylloma	83,70
Chiara	99,57	Chilcayoc	95,51	Chacayan	83,68
Mamara	99,56	Andoas	95,47	Chalcos	83,60
José María Arguedas	99,56	Quiquijana	95,43	Congalla	83,42
María Parado de Bellido	99,50	Langui	95,42	Yanacancha	83,39
Asquipata	99,50	El Cenepa	95,37	Margos	83,37
Alto Pichigua	99,48	Carhuanca	95,35	Calca	83,30
San Salvador de Quije	99,47	Paucarbamba	95,27	Pachaconas	83,25
Morcolla	99,47	Chacabamba	95,26	Caicay	82,61
Masma Chicche	99,46	San Pedro de Putina Punco	95,25	Chipao	82,52
Virundo	99,46	Pomacanchi	95,23	Poroy	82,48
Corani	99,44	San Miguel	95,21	Uchuraccay	82,09
Ituata	99,43	Paico	95,16	Jircan	82,08
Checca	99,41	San Juan del Oro	94,93	Torres Causana	82,05
Tupac Amaru	99,39	Vilcas Huamán	94,92	Carhuacallanga	82,00
Huambalpa	99,38	Marcapata	94,92	Santa Rosa	81,97
Lucre	99,31	Sangarara	94,88	Jesús Nazareno	81,74
Ccapi	99,27	Pallpata	94,84	Chavin de Huantar	81,24
Ccorca	99,27	Andabamba	94,82	Chincho	81,23
Suyckutambo	99,22	Rondocan	94,81	Huacchis	81,19
Lucma	99,19	Jivia	94,78	Mariscal Cáceres	81,12
Coasa	99,16	Antabamba	94,76	Huepetuhe	81,09

Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens	Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens	Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens
Patambuco	99,16	Piscobamba	94,75	Pomacocha	81,02
Alcamenca	99,13	San Pedro	94,68	Challhuahuacho	80,78
Independencia	99,12	Paruro	94,61	Tintay Puncu	80,67
Anchonga	99,12	Paucara	94,61	Sivia	80,56
Pomacocha	99,09	Chuquibambilla	94,59	Quellouno	80,51
Quiñota	99,04	Tambillo	94,51	Acahuasi	80,22
Santiago de Lucanamarca	99,03	San Buenaventura	94,51	Quadro	80,07
San Marcos de Rocchac	99,03	Chacoche	94,41	Urcos	80,00
Layo	98,98	Sina	94,35	Huaro	79,94
San Antonio de Cachi	98,93	Sañayca	94,34	Casca	79,83
Ccarhuayo	98,93	Lamay	94,32	Janjaillo	79,74
Chilcas	98,90	Ocobamba	94,21	Moya	79,70
Livitaca	98,88	Santillana	94,17	Panao	79,52
Colca	98,87	Combapata	94,12	Yanaca	79,41
Sarhua	98,83	Cahuapanas	94,07	Kosñipata	79,11
Miraflores	98,82	Anco	94,01	Yanatile	79,01
Limbani	98,82	Pocohuanca	94,00	Saylla	78,84
Secclla	98,79	Santiago de Paucaray	93,95	Abancay	78,79
Concepción	98,78	Apongo	93,95	Santa Ana de Tusi	78,78
Pichigua	98,78	Anco_Huallo	93,91	Huaccana	78,75
Anta	98,77	Quiaca	93,79	Huanta	78,62
Aparicio Pomares	98,74	Acocro	93,76	Ayahuanco	78,62
Sabaino	98,71	San Juan	93,71	San Pedro de Coris	78,61
Yanahuaya	98,70	Tambo	93,66	Totos	78,54
Coyllurqui	98,65	El Oro	93,50	Locroja	78,52
Colquepata	98,60	Santo Tomas de Pata	93,48	Nieva	78,43
Marangani	98,59	Saurama	93,44	Cañaris	78,39
Chungui	98,52	Soras	93,31	Yauya	78,15
Pataypampa	98,51	Cuenca	93,10	Imaza	78,13
Mosoc Llacta	98,50	Iguain	92,86	Samugari	78,02
Ocoruro	98,46	Caraybamba	92,82	Ayna	78,01
Canchabamba	98,42	Pilpichaca	92,82	Huacaña	77,88
Llusco	98,40	Jacas Chico	92,78	Marías	77,88
Kaquiabamba	98,38	Marcas	92,78	Zurite	77,45
Cahuac	98,36	Carmen Salcedo	92,77	Huayopata	77,32
Yacus	98,35	Santa Ana de Huaycahuacho	92,74	Ascensión	77,18
Omachaca	98,32	Vilcabamba	92,52	Ayacucho	77,16
Ranracancha	98,32	Hualla	92,46	Cajay	77,04
Lambrama	98,29	San Salvador	92,42	Kimbiri	76,95
Kunturkanki	98,24	Justo Apu Sahuaraura	92,42	Yaurisque	76,85
Phara	98,22	Julcamarca	92,25	Cachimayo	76,64
Belén	98,20	Coya	92,15	Pampas	76,59
Coporaque	98,18	Pisac	92,15	San José de Quero	76,52
Huancaray	98,17	Shunqui	91,96	Yucay	76,29
Huancarani	98,16	Surcubamba	91,94	Mollepata	76,26
Caixa	98,14	San Gaban	91,82	Chalhuanca	76,15

Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens	Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens	Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens
Cosme	98,14	Vilcabamba	91,81	Andrés Avelino Cáceres Dorregaray	76,00
Tapairihua	98,13	Acos Vinchos	91,59	Anco	75,89
Accomarca	98,06	Salcabamba	91,49	Urubamba	75,81
Curasco	98,03	Huaquirca	91,30	Daniel Hernández	75,64
San Antonio de Antaparco	98,00	San Pedro de Cachora	91,30	Llata	75,41
Cayara	98,00	Pacaycasa	91,28	Villa Virgen	74,69
Luis Carranza	97,99	Vischongo	91,27	San Pedro de Cajas	74,57
Santiago de Tucuma	97,96	Yanas	91,16	Yaquerana	74,48
Gamarra	97,95	Quinua	91,14	El Porvenir	74,45
Eleazar Guzmán Barron	97,93	Acomayo	91,12	Churcampa	74,23
Los Chankas	97,92	Cotaruse	91,01	Chama	74,13
Ocongate	97,91	Querobamba	90,95	Huasicancha	74,02
Vinchos	97,89	Soraya	90,91	Iparia	73,83
Pampamarca	97,88	Lircay	90,88	Pomabamba	73,68
Cocharcas	97,88	Cayna	90,87	Santa Teresa	73,61
Punchao	97,86	Acobamba	90,86	Tapuc	73,54
Obas	97,84	Huamanquiua	90,68	Puerto Bermúdez	73,30
Paras	97,84	Alto Inambari	90,62	Oropesa	73,14
Yanaoca	97,83	Pichos	90,60	Ccochaccasa	73,10
Jacas Grande	97,78	Tintay	90,50	Sicsibamba	73,07
Paccaritambo	97,77	Cabana	90,37	Pichari	73,03
Pacucha	97,75	Singa	90,30	Ulcumayo	72,78
Mara	97,73	Carapo	90,14	Pucara	72,74
Tinta	97,73	Pichirhua	90,13	Chacas	72,70
Curpahuasi	97,60	Huando	90,10	Manu	72,65
El Carmen	97,58	Quishuar	90,05	San Miguel de Mayocc	72,64
Socos	97,54	Huancapi	89,97	Machupicchu	72,62
San Pedro de Pillao	97,53	Ticlacayan	89,70	Huancavelica	72,40
Circa	97,53	Ollachea	89,69	Lucre	72,25
Capacmarca	97,50	Sancos	89,52	Sepahua	71,83
Yauli	97,46	Huancarama	89,22	Colpas	71,72
San Miguel de Chaccrampa	97,40	San Jerónimo	89,13	Huancaraylla	71,60
Progreso	97,39	Chincheros	89,09	Sillapata	70,82
Checacupe	97,38	Limatambo	89,04	Acobambilla	70,63
Los Morochucos	97,32	Balsapuerto	88,86	Santo Domingo de Acobamba	70,62
Rocchacc	97,29	Musga	88,84	Huaribamba	70,57
Santiago de Pischa	97,29	Huacachi	88,83	Chacapampa	70,48
Uranmarca	97,28	Ocros	88,73	Purús	70,22
Andarapa	97,26	Colcabamba	88,70	Llochegua	70,08
San Pablo	97,24	Cotabambas	88,65	Tahuania	69,77
Cusipata	97,22	San Francisco de Asís	88,46	Paucar	69,70
Chinchaypujio	97,21	Colca	88,38	Chaccho	69,46
Vilca	97,18	Yurua	88,38	Huachocolpa	69,43
Choras	97,15	Cullhuas	88,33	Santiago	69,19
Sandia	97,09	Vilcanchos	88,26	San Sebastian	69,16

Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens	Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens	Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens
Pampamarca	97,06	Anta	88,23	Maranura	69,11
Chamaca	97,05	Huarocondo	88,17	Huari	68,66
Acopia	97,03	Velille	88,15	Pangoa	68,47
Inkawasi	96,96	Huachocolpa	88,08	Vilcabamba	68,45
Santa María de Chicmo	96,96	Capaya	87,79	San Marcos	68,24
Colcabamba	96,93	Andaymarca	87,77	Umari	67,52
Huanca-Huanca	96,88	San Luis	87,74	Rapayan	67,19
Laria	96,83	Espinar	87,54	San Miguel de Cauri	67,12
Paucartambo	96,81	Pillpinto	87,32	San Jerónimo	67,04
Fidel Olivas Escudero	96,80	Huayllabamba	87,32	Quisqui (Kichki)	66,73
Huayllay Grande	96,79	Aucara	87,31	Villa Kintiarina	66,67
Lares	96,78	Curahuasi	87,29	Parobamba	66,30
Anchihuay	96,75	Molino	87,23	Masin	65,97
Huayana	96,70	Cangallo	87,19	Santa Maria del Valle	65,83
Quinuabamba	96,68	Sicuaní	87,17	Yanahuanca	65,73
Palca	96,67	Talavera	87,17	Pazos	65,61
Oroncco	96,67	Río Tambo	87,12	Izcuchaca	64,88
Haquira	96,66	Ocobamba	86,99	Chavín de Pariarca	64,73
Maras	96,52	Canaria	86,94	Pachas	64,71
Pariahuanca	96,51	Mirgas	86,91	Cusco	64,66
Acos	96,47	Pacobamba	86,82	Llamellin	64,65
Pucacolpa	96,41	Ponto	86,75	Acostambo	64,18
Taray	96,35	Acoria	86,64	Megantoni	64,02
Pitumarca	96,34	Huacrapuquio	86,34	Yaguas	63,70
Challabamba	96,33	Tantamayo	86,33	Inambari	63,19
Huayllati	96,31	Yarumayo	86,21	Ñahuimpuquio	63,13
Tambobamba	96,29	Acraquia	86,20	Paucas	62,69
Juan Espinoza Medrano	96,28	Callanmarca	86,18	Huachis	61,99
Ayapata	96,28	Anra	86,06	Huacaybamba	61,90
Ongoy	96,20	Huanoquite	85,97	Punhos	61,82
Chiara	96,18	Huayllan	85,75	Ninacaca	61,63
Huamanguilla	96,18	Luricocha	85,40	Echarate	61,25
Chinchihuasi	96,16	Andahuaylas	85,37	Cochabamba	61,22
Nuevo Occoro	96,11	Kishuara	85,31	Paucartambo	61,11
Colquemarca	96,11	Quivilla	85,24	San Pedro de Chunan	61,05
Macusani	96,11	Toraya	85,09	Vizcatan del Ene	60,95
Rio Santiago	96,08	Fitzcarrald	84,98	Rahuapampa	60,34
San Pedro de Larca	96,07	San Juan Bautista	84,96		
Suriname					
(nenhum município)					
Venezuela (República Bolivariana da)					
Autónomo Maroa	93,03	Autónomo Río Negro	92,87		

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL, com exceção da Guiana (Guyana Labour Force Survey 2019). Disponível em <https://oraotca.org/>.

Quadro A5.5
Divisões administrativas menores com 20.000 ou mais pessoas afrodescendentes

Divisão Administrativa Menor (DAME)	Nº Hab	Divisão Administrativa Menor (DAME)	Nº Hab	Divisão Administrativa Menor (DAME)	Nº Hab
Bolívia (Estado Plurinacional da)					
(nenhum município)					
Brasil					
Manaus	1 300 375	São Miguel do Guamá	45 697	Tuntum	27 416
Belém	1 006 462	Tomé-Açu	44 954	Almeirim	27 206
São Luís	706 508	Igarapé-Miri	44 634	Alta Floresta	27 041
Cuiabá	359 770	Monte Alegre	44 459	Lábrea	26 442
Ananindeua	355 118	Capitão Poço	43 777	Monção	26 425
Porto Velho	292 807	Portel	43 574	Borba	26 390
Macapá	287 507	Cacoal	43 247	Irituia	26 244
Rio Branco	242 205	Breu Branco	42 911	São Domingos do Capim	26 185
Santarém	230 380	São João do Araguaia	42 862	Amarante do Maranhão	25 983
Boa Vista	202 246	Ipixuna do Pará	42 782	Nova Olinda do Norte	25 894
Marabá	181 441	Grajaú	42 648	Estreito	25 886
Várzea Grande	176 640	Vargem Grande - MG	42 536	Alto Alegre do Pindaré	25 800
Imperatriz	168 497	Alenquer	41 968	Poconé	25 774
Palmas	148 321	Vilhena	41 245	Santa Rita	25 715
Castanhal	129 814	Benevides	40 428	Prainha	25 637
São José de Ribamar	124 945	Juruti	40 000	Careiro	25 621
Parauapebas	113 914	Zé Doca	39 700	Tarauacá	25 422
Rondonópolis	113 130	Itupiranga	39 552	Eldorado dos Carajás	25 030
Abaetetuba	109 684	Dom Eliseu	39 133	São Domingos do Maranhão	24 629
Araguaína	106 264	Jacundá	38 663	Araguatins	24 626
Codó	101 209	Maués	38 560	Currálinho	24 566
Bragança	97 503	Viana	38 272	Vitorino Freire	24 550
Cametá	93 545	Óbidos	38 220	Primavera do Leste	24 443
Parintins	87 911	Vigília	37 035	Pindaré-Mirim	24 318
Marituba	82 734	Porto Nacional	36 716	Tracuateua	24 209
Barcarena	79 046	São Francisco do Pará	36 501	Oeiras do Pará	24 135
Paço do Lumiar	78 657	Augusto Corrêa	36 120	Ouro Preto do Oeste	24 128
Santana	78 122	Lago da Pedra	35 166	Concórdia do Pará	24 017
Açailândia	75 793	Jaru	33 945	Cachoeira do Piriá	23 843
Paragominas	75 634	Barra do Garças	33 743	Timbiras	23 525
Bacabal	74 536	Rosário	33 352	Bom Jesus das Selvas	23 333
Itaituba	72 730	Humaitá	33 291	Gurupá	22 958
Breves	72 695	São Bento	33 073	Icatu	22 915
Tucuruí	71 066	Conceição do Araguaia	33 061	Pontes e Lacerda	22 856
Manacapuru	70 414	Irlanduba	32 708	Maracanã	22 732
Itacoatiara	69 831	Manicoré	32 657	Goianésia do Pará	22 589
Altamira	69 362	Ulianópolis	32 243	Vitória do Mearim	22 527

Divisão Administrativa Menor (DAME)	Nº Hab	Divisão Administrativa Menor (DAME)	Nº Hab	Divisão Administrativa Menor (DAME)	Nº Hab
Ji-Paraná	67 279	Pacajá	32 200	Boca do Acre	22 290
São Félix do Xingu	65 772	Uruara	32 178	Eirunepé	22 168
Balsas	63 391	Sorriso	31 901	Barreirinha	22 157
Coari	62 747	Laranjal do Jari	31 667	Bujaru	21 857
Cáceres	61 149	Bom Jardim	30 930	Tucumã	21 743
Tailândia	59 451	Presidente Dutra	30 923	Arame	21 591
Santa Luzia	59 202	Salinópolis	30 880	Garrafão do Norte	21 446
Pinheiro	59 174	Baião	30 807	Ponta de Pedras	21 430
Barra do Corda	58 897	Tabatinga	30 707	Aurora do Pará	21 371
Moju	57 810	São Mateus do Maranhão	30 652	Mãe do Rio	21 245
Cruzeiro do Sul	57 738	Colinas	30 134	Barra do Bugres	21 243
Santa Inês	57 198	Penalva	30 007	Governador Nunes Freire	21 225
Ariquemes	56 315	Rurópolis	29 928	Machadinho D'Oeste	21 086
Sinop	54 437	Rolim de Moura	29 806	Melgaço	20 932
Redenção	53 767	Sena Madureira	29 612	Santo Antônio do Tauá	20 839
Gurupi	52 534	Turialvo	29 336	Alto Alegre do Maranhão	20 803
Itapecuru Mirim	51 983	Porto de Moz	29 153	Marapanim	20 559
Tefé	50 880	Santa Helena	28 834	Presidente Figueiredo	20 548
Buriticupu	50 695	Xinguara	28 694	Lucas do Rio Verde	20 526
Oriximiná	50 115	Igarapé-Açu	28 584	Mocajuba	20 511
Santa Isabel do Pará	47 997	Paraíso do Tocantins	28 506	Colinas do Tocantins	20 458
Novo Repartimento	47 518	Curuçá	28 452	Limoeiro do Ajuru	20 272
Viseu	47 343	Afuá	28 431	Benjamin Constant	20 251
Coroatá	47 322	Pedreiras	27 953	Pedro do Rosário	20 166
Capanema	47 309	Guajará-Mirim	27 916	Buritis	20 059
Acará	47 289	Cururupu	27 900	Feijó	20 032
Tangará da Serra	46 328	Muaná	27 749	Peixoto de Azevedo	20 007
Colômbia					
(nenhum município)					
Equador					
(nenhum município)					
Guiana					
Demerara-Mahaica	72 464				
Peru					
(nenhum município)					
Suriname					
Paramaribo	100 920	Sipaliwini	28 640		
Wanica	29 940	Brokonpondo, Para	21 820		
Venezuela (República Bolivariana da)					
(nenhum município)					

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL, com exceção da Guiana (Guyana Labour Force Survey 2019). Disponível em <https://oraotca.org/>.

Quadro A5.6
Divisões administrativas menores com 60% ou mais de afrodescendentes

Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens	Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens	Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens
Bolívia (Estado Plurinacional da)					
(nenhum município)					
Brasil					
Serrano do Maranhão	93,34	Terra Alta	79,92	Fátima	73,34
Bacurituba	92,16	Wanderlândia	79,89	Bela Vista do Maranhão	73,33
Presidente Juscelino	91,88	Dianópolis	79,81	Novo Santo Antônio	73,33
São João da Ponta	91,84	Oriximiná	79,81	São Domingos do Maranhão	73,29
Icatu	91,13	Alvarães	79,78	Gonçalves Dias	73,27
Mirinzal	90,88	São João do Carú	79,76	Tucuruí	73,17
Anamá	90,85	Alenquer	79,75	Rio Preto da Eva	73,05
Boa Vista do Ramos	90,64	Manauquiri	79,74	Ouilândia do Norte	73,05
Santa Rosa do Tocantins	90,52	Riachão	79,70	São Domingos do Azeitão	73,04
Cachoeira do Piriá	90,03	São José dos Basílios	79,66	Pedro Afonso	73,04
Arraias	89,62	Igarapé-Açu	79,65	São Roberto	73,04
Central do Maranhão	89,26	Itapiranga	79,64	Ananás	72,92
Augusto Corrêa	89,19	Tomé-Açu	79,54	Miranda do Norte	72,92
Taipas do Tocantins	89,18	Cutias	79,50	João Lisboa	72,88
Nhamundá	89,00	São Sebastião do Tocantins	79,46	Açailândia	72,84
Cachoeira do Arari	88,90	Santa Rita	79,45	Mirante	72,84
Pedro do Rosário	88,71	Cachoeira Grande	79,44	Abel Figueiredo	72,83
São Miguel do Guamá	88,62	São Bento do Tocantins	79,42	Santa Filomena do Maranhão	72,83
Paraná	88,52	Altamira do Maranhão	79,40	Trairão	72,77
Chaves	88,40	Santo Antônio do Leverger	79,33	Boca do Acre	72,77
Sambaíba	88,37	Nova Colinas	79,31	Combinada	72,76
Acará	88,28	Laranjal do Jari	79,28	Sítio Novo	72,72
Tracuateua	88,18	Bom Jardim	79,21	Dom Aquino	72,69
São Sebastião do Uatumã	88,03	Barcarena	79,16	Plácido de Castro	72,66
Esperantina	87,99	Zé Doca	79,13	Benedito Leite	72,65
Lizarda	87,94	Brasilândia do Tocantins	79,12	Lago dos Rodrigues	72,63
São Domingos do Capim	87,73	Terra Santa	79,10	Conceição do Araguaia	72,57
Chapada da Natividade	87,72	Colares	79,04	Miracema do Tocantins	72,54
Inhangapi	87,65	Bom Jesus do Tocantins	79,04	Nova Brasilândia	72,41
Penalva	87,57	Santa Maria do Pará	79,02	Pau D'Arco	72,40
Pracuúba	87,51	Gurupá	79,00	Igarapé Grande	72,38
Praíha	87,35	Joselândia	78,97	São João da Baliza	72,33
Ipueiras	87,25	Praia Norte	78,96	Paraibano	72,33
Cantanhede	87,24	Rodrigues Alves	78,96	Eirunepé	72,29
Novo Aripuanã	87,06	Mucajá	78,90	Belém	72,28
Brejinho de Nazaré	86,87	Rio dos Bois	78,88	Ribamar Fiquene	72,28
Monte do Carmo	86,84	Tartarugalzinho	78,88	Estreito	72,24
Silvanópolis	86,83	Magalhães Barata	78,84	Macapá	72,20
Beruri	86,82	Careiro da Várzea	78,83	Manaus	72,16
Salvaterra	86,74	Mazagão	78,75	Vitória do Mearim	72,16
Presidente Vargas	86,52	Paulo Ramos	78,75	Itamarati	72,14
Morros	86,51	Eldorado dos Carajás	78,75	Rio Branco	72,11
Turiaçãoçu	86,45	Angico	78,68	Itapuã do Oeste	72,10

Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens	Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens	Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens
Ponte Alta do Bom Jesus	86,38	Araguatins	78,61	Sapucaia	72,08
Santarém Novo	86,25	Turilândia	78,60	Sucupira	72,02
Porto Alegre do Tocantins	86,23	São Raimundo do Doca Bezerra	78,57	São Félix do Xingu	72,01
Bacuri	86,17	Brejo Grande do Araguaia	78,48	Acrelândia	71,95
Parintins	86,16	Nova Rosalândia	78,48	Uruara	71,84
Bragança	86,11	Lago Verde	78,45	Canaã dos Carajás	71,84
Silves	86,11	São Mateus do Maranhão	78,41	Floresta do Araguaia	71,77
Vargem Grande - MG	86,08	São Miguel do Tocantins	78,37	Guaraí	71,63
Urucurituba	86,06	Breves	78,28	Marechal Thaumaturgo	71,59
Currálinho	86,05	Benevides	78,27	Lajeado Novo	71,51
Caapiranga	85,90	Careiro	78,27	Itinga do Maranhão	71,47
Porto de Moz	85,85	Aguiarnópolis	78,26	Tarauacá	71,43
Cajapió	85,77	São Luís Gonzaga do Maranhão	78,25	Figueirópolis	71,26
Caseara	85,76	Capinzal do Norte	78,21	Jaú do Tocantins	71,17
Boa Vista do Gurupi	85,75	Piraquê	78,21	Redenção	71,16
Codó	85,74	Santarém	78,21	Boa Vista	71,13
Pirapemas	85,68	Santo Antônio do Tauá	78,12	Bandeirantes do Tocantins	71,13
Garrafão do Norte	85,67	Pindaré-Mirim	78,06	Barrolândia	71,12
Codajás	85,62	Novo Airão	78,05	Barra do Corda	71,11
Ourém	85,60	Porto Acre	78,05	Arenápolis	71,07
Santa Cruz do Arari	85,54	Jatobá	78,03	Araguaiana	71,05
Jangada	85,52	Graça Aranha	78,03	Pedreiras	70,86
Alto Parnaíba	85,48	Sítio Novo do Tocantins	78,02	Santa Maria do Tocantins	70,83
Cururupu	85,45	Barra do Ouro	77,93	Xinguara	70,72
Recursolândia	85,35	Santa Luzia do Pará	77,91	Goianorte	70,62
São Félix do Tocantins	85,29	Sena Madureira	77,87	Serra Nova Dourada	70,62
Campos Lindos	85,27	Curionópolis	77,86	Araguaína	70,61
Alcântara	85,24	Piçarra	77,86	Bom Jesus do Araguaia	70,61
Cajari	85,12	Satubinha	77,79	Caroebe	70,61
Concórdia do Pará	85,12	Porto Grande	77,74	Medicilândia	70,61
Palmeirândia	85,10	Abaetetuba	77,74	Itaporã do Tocantins	70,56
Bujaru	85,06	São Francisco do Pará	77,72	Porto Franco	70,45
Nossa Senhora do Livramento	85,03	Buriticupu	77,71	Nova Olímpia	70,42
Juruti	84,95	Centro do Guilherme	77,67	Bernardo Sayão	70,40
São Vicente Ferrer	84,84	Marabá	77,65	Jutaí	70,27
Tasso Fragoso	84,76	Tesouro	77,64	Abreulândia	70,26
Conceição do Tocantins	84,67	Centro Novo do Maranhão	77,64	Vale do Anari	70,18
Lagoa do Tocantins	84,59	Babaçulândia	77,63	São Luiz	70,17
Fonte Boa	84,57	Vitorino Freire	77,55	São Félix do Araguaia	70,16
Alto Alegre do Maranhão	84,57	Óbidos	77,47	Lábrea	70,14
Axixá	84,55	Buritirana	77,43	Tapauá	70,02
Oeiras do Pará	84,40	Nova Iorque	77,41	Altamira	70,01
Melgaço	84,38	Davinópolis	77,41	Lima Campos	69,98
Capitão Poço	84,36	Cametá	77,38	Tuntum	69,97
Nova Olinda do Norte	84,36	Vigília	77,33	Várzea Grande	69,93
Belterra	84,35	Viana	77,32	Denise	69,91
Novo Jardim	84,33	Paragominas	77,32	Pugmil	69,83

Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens	Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens	Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens
Rosário	84,27	Nova Olinda	77,29	Couto Magalhães	69,74
Rio Sono	84,24	Marapanim	77,28	Nobres	69,63
Governador Newton Bello	84,12	Itupiranga	77,22	São Luís	69,62
Rio da Conceição	84,03	Fortuna	77,22	Cáceres	69,53
Timbiras	84,03	Nortelândia	77,18	Pequizeiro	69,50
Guajará	84,01	Placas	77,18	Porto Alegre do Norte	69,48
Guimarães	84,01	Augustinópolis	77,16	Manicoré	69,46
Urucará	83,99	Santana	77,15	Água Azul do Norte	69,42
Olinda Nova do Maranhão	83,87	Cristalândia	77,15	Marianópolis do Tocantins	69,40
Presidente Sarney	83,85	São Pedro dos Crentes	77,15	Vale de São Domingos	69,38
Capixaba	83,78	Cidelândia	77,05	Cujubim	69,36
Itapecuru Mirim	83,70	Colinas	77,01	Brasil Novo	69,26
Mateiros	83,69	Dueré	76,93	Divinópolis do Tocantins	69,16
Irituia	83,68	Axixá do Tocantins	76,87	Presidente Dutra	69,13
Porto Rico do Maranhão	83,62	Manoel Urbano	76,86	Canabrava do Norte	69,12
Governador Nunes Freire	83,56	Igarapé-Miri	76,85	Porto Esperidião	69,11
Amapá	83,56	Uarini	76,77	Japurá	69,08
Baião	83,53	Santa Rita do Tocantins	76,73	Mearim	68,83
Portel	83,52	Filadélfia	76,73	Formoso do Araguaia	68,74
Viseu	83,47	Mocajuba	76,73	Rio Maria	68,74
Senador Alexandre Costa	83,44	Canutama	76,70	Grajaú	68,68
São Salvador do Tocantins	83,40	Juarina	76,69	Porto Velho	68,63
Ipixuna do Pará	83,38	Governador Edison Lobão	76,67	Amarante do Maranhão	68,57
Marajá do Sena	83,36	Coroatá	76,67	Chapada de Areia	68,56
São João do Araguaia	83,33	São José de Ribamar	76,63	Guiratinga	68,51
Alto Paraguai	83,31	Novo Repartimento	76,58	Gurupi	68,44
Monção	83,26	São Francisco do Brejão	76,53	Alvorada	68,42
Tufilândia	83,25	Marituba	76,43	Olho d'Água das Cunhãs	68,31
Soure	83,24	Muricilândia	76,43	Santa Fé do Araguaia	68,24
Feira Nova do Maranhão	83,17	Fortaleza do Tabocão	76,41	Poxoréo	68,23
Presidente Médici	83,15	Darcinópolis	76,35	Pastos Bons	68,18
Novo Accordo	83,14	Araguanã	76,34	Arame	68,11
Alto Alegre do Pindaré	83,07	Esperantinópolis	76,34	Imperatriz	68,08
Loreto	82,99	São João do Araguaia	76,33	Envira	67,91
Curuçá	82,97	Palmeiras do Tocantins	76,32	Nova Marilândia	67,90
Barão de Melgaço	82,94	Lago da Pedra	76,31	São José do Xingu	67,87
Santa Bárbara do Pará	82,92	Dom Eliseu	76,25	Machadinho D'Oeste	67,72
Carrasco Bonito	82,89	Rosário Oeste	76,14	Planalto da Serra	67,61
Matões do Norte	82,85	Mãe do Rio	76,14	Novo Horizonte do Norte	67,58
Almas	82,85	Aveiro	76,10	Cumarú do Norte	67,44
Matinha	82,82	Porto Estrela	76,09	Pontal do Araguaia	67,42
Senador José Porfírio	82,80	Epitaciolândia	76,06	Cocalinho	67,41
Tefé	82,80	Buriti do Tocantins	76,04	São João do Paraíso	67,27
Apicum-Açu	82,73	Senador La Rocque	76,01	Porto Walter	67,11
Governador Luiz Rocha	82,72	Vila Nova dos Martírios	75,96	Guajará-Mirim	67,02
Manacapuru	82,70	Rorainópolis	75,95	Cacaulândia	66,96
Itaguatins	82,70	Primavera	75,92	Vila Bela da Santíssima Trindade	66,86
Natividade	82,65	São Raimundo das Mangabeiras	75,91	Confresa	66,84

Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens	Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens	Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens
Coari	82,60	Balsas	75,89	Barra do Bugres	66,82
São Francisco do Pará	82,60	Santa Luzia do Paruá	75,88	São Pedro da Cipa	66,81
Moju	82,56	São Valério	75,81	Peri Mirim	66,70
Cedral	82,55	Pinheiro	75,71	Bannach	66,70
Salinópolis	82,52	Raposa	75,68	Barcelos	66,56
Governador Eugênio Barros	82,51	Talismã	75,66	Lajeado	66,34
Amapá do Maranhão	82,47	Maurilândia do Tocantins	75,66	Colinas do Tocantins	66,34
Governador Arqueiro	82,44	Presidente Figueiredo	75,61	Nova Mamoré	66,23
Ponta de Pedras	82,43	Bujari	75,60	Luciara	66,13
Centenário	82,38	Oliveira de Fátima	75,58	Pauini	66,05
Peritoró	82,38	Acorizal	75,51	Miranorte	65,99
São João de Pirabas	82,37	Borba	75,48	Costa Marques	65,98
Buriti Bravo	82,26	Carmolândia	75,44	Sandolândia	65,59
Carutapera	82,22	Cariri do Tocantins	75,42	Pium	65,56
Faro	82,21	Poção de Pedras	75,40	Arari	65,36
Nova Esperança do Piriá	82,17	Juruá	75,39	Vale do Paraíso	65,30
Lavandeira	82,16	Pau D'Arco	75,33	Cuiabá	65,28
Maracaçumé	82,01	Crixás do Tocantins	75,29	Jaru	65,27
Nazaré	82,01	Luzinópolis	75,28	Juscimeira	65,19
Bom Jesus das Selvas	81,99	Jacundá	75,28	Santo Afonso	65,15
Lagoa Grande do Maranhão	81,96	Humaitá	75,27	Nova União	65,11
Aurora do Tocantins	81,91	Xambioá	75,27	São José do Rio Claro	65,09
Nova Ipixuna	81,85	Ananindeua	75,24	Anajatuba	65,08
Breu Branco	81,75	Arapoema	75,20	Governador Jorge Teixeira	64,99
Santa Tereza do Tocantins	81,75	Aragominas	75,19	Salto do Céu	64,97
Araguanã	81,74	Serra do Navio	75,07	Palmas	64,96
Ferreira Gomes	81,61	Carauari	75,01	Peixoto de Azevedo	64,93
Palmeirante	81,44	Campestre do Maranhão	74,99	Goiatins	64,82
Junco do Maranhão	81,37	Tailândia	74,97	Campo Novo de Rondônia	64,73
Itaubal	81,30	Castanhal	74,97	Santa Cruz do Xingu	64,60
Taguatinga	81,25	Dois Irmãos do Tocantins	74,95	Tucumã	64,57
São Bento	81,19	Pedra Branca do Amapari	74,84	São José do Povo	64,48
Anori	81,18	Mâncio Lima	74,84	Iracema	64,28
Santo Antônio dos Lopes	81,16	Paço do Lumiar	74,82	Montes Altos	64,22
Afuá	81,13	Bom Lugar	74,82	Santo Antônio do Içá	64,21
Muaná	81,13	Bom Jesus do Tocantins	74,74	Paraíso do Tocantins	64,18
Riachinho	81,12	Porto Nacional	74,71	Paranatinga	64,12
Poconé	81,10	Rurópolis	74,66	Curvelândia	64,03
Caracará	81,10	Bacabeira	74,63	Monte Santo do Tocantins	63,70
Santa Isabel do Pará	81,04	Itaituba	74,60	Torixoréu	63,65
Limoeiro do Ajuru	81,02	São Domingos do Araguaia	74,60	Ouro Preto do Oeste	63,61
Barreirinha	81,00	Lago do Junco	74,59	Colméia	63,46
Godofredo Viana	81,00	Trizidela do Vale	74,55	Santa Terezinha	63,42
São Sebastião da Boa Vista	80,97	Anapu	74,54	Itacajá	63,22
Almeirim	80,94	Bacabal	74,53	Santa Luzia D'Oeste	63,20
Peixe	80,86	Maranhãozinho	74,50	Monte Negro	63,04
Palestina do Pará	80,85	Pindorama do Tocantins	74,42	Rio Branco	63,03

Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens	Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens	Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens
Bonito	80,81	Ulianópolis	74,39	Pimenteiras do Oeste	63,00
Nova Timboteua	80,73	Novo Alegre	74,36	Alvorada D'Oeste	62,80
Vitória do Jari	80,73	Itapiratins	74,34	Araputanga	62,74
Igarapé do Meio	80,69	Capanema	74,34	Araguaçu	62,72
Curuá	80,67	Quatipuru	74,28	Alto Alegre dos Parecis	62,56
Ponte Alta do Tocantins	80,61	Santa Terezinha do Tocantins	74,27	Urupá	62,47
Pacajá	80,54	Goianésia do Pará	74,22	Chupinguaia	62,42
Bairro: São Caetano de Odivelas	80,54	Candeias do Jamari	74,21	Ariquemes	62,33
Luís Domingues	80,54	São Félix de Balsas	74,12	Lagoa da Confusão	62,32
Aurora do Pará	80,51	Brasiléia	74,09	Ribeirão Cascalheira	62,16
Sampaio	80,50	Parauapebas	74,01	Bequimão	62,08
Bagre	80,48	Santa Inês	74,01	Lambari D'Oeste	62,02
Itacoatiara	80,41	Carolina	73,95	Reserva do Cabaçal	61,98
Nova Olinda do Maranhão	80,41	Peixe-Boi	73,95	Assis Brasil	61,98
Presidente Kennedy	80,36	Tonantins	73,93	Buritis	61,94
Araguacema	80,34	São Geraldo do Araguaia	73,93	Feijó	61,80
Tupiratins	80,30	Pio XII	73,92	Alto Paraíso	61,77
São Pedro da Água Branca	80,25	Tupirama	73,91	Jauru	61,55
Xapuri	80,22	São João Batista	73,86	Indiavaí	61,51
Irlanduba	80,20	Fortaleza dos Nogueiras	73,86	Amaturá	61,47
Calçoene	80,18	Vitória do Xingu	73,82	Colniza	61,37
Chapada dos Guimarães	80,17	Maués	73,82	Theobroma	61,36
Monte Alegre	80,16	Santa Helena	73,73	Nova Maringá	61,20
Aparecida do Rio Negro	80,16	Aliança do Tocantins	73,71	Ipixuna	61,14
Conceição do Lago-Açu	80,12	Bairro: Santa Maria das Barreiras	73,63	Itiquira	61,05
Maracanã	80,11	Formosa da Serra Negra	73,61	São Miguel do Guaporé	61,01
Cachoeirinha	80,10	Itaipava do Grajaú	73,61	Nova Xavantina	60,98
Cândido Mendes	80,08	Palmeirópolis	73,58	Teixeirópolis	60,78
Senador Guimard	80,04	Cruzeiro do Sul	73,55	Novo Mundo	60,66
Maraã	80,02	Tocantinópolis	73,43	Benjamin Constant	60,61
Santa Luzia	79,96	Cantá	73,42	Mirante da Serra	60,49
Brejo de Areia	79,94	Sucupira do Norte	73,39	Apuí	60,21
Anajás	79,92	Dom Pedro	73,37	Corumbiara	60,13
Colômbia					
(nenhum município)					
Equador					
(nenhum município)					
Guiana					
(não há dados disponíveis)					
Peru					
(nenhum município)					
Suriname					
Sipaliwini	78,00				
Venezuela (República Bolivariana da)					
(nenhum município)					

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL, com exceção da Guiana (Guyana Labour Force Survey 2019). Disponível em <https://oraotca.org/>.

Quadro A5.7
Divisões administrativas menores com 97,7% ou mais de pessoas com pelo menos uma NBI

Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens	Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens	Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens
Bolívia (Estado Plurinacional da)					
Bolpebra	100,00	San Andrés	98,78	San Ignacio	98,02
San Lorenzo	100,00	San Javier	98,76	Colquechaca	98,02
Sena	100,00	Huacaraje	98,65	El Puente	97,95
Santos Mercado	100,00	Urubichá	98,64	Inquisivi	97,93
Filadelfia	99,95	Alalay	98,62	Combaya	97,93
Nueva Esperanza	99,94	Ayata	98,61	Arapampa	97,93
San Pedro	99,83	Ingavi	98,58	Pampa Grande	97,91
San Antonio de Lomerío	99,69	La Asunta	98,57	Caripuyo	97,84
Bolívar	99,66	Yaco	98,53	Mocomoco	97,81
Cocapata	99,61	Pocoata	98,50	Pocona	97,73
Sapahaqui	99,45	Malla	98,46	Pelechuco	97,66
Gutiérrez	99,44	S.P. De Buena Vista	98,45	Colquiri	97,65
Villa Nueva (Loma Alta)	99,43	Tapacarí	98,44	Pasorapa	97,55
Puerto Gonzales Moreno	99,36	Chuma	98,42	Villa de Sacaca	97,53
Baures	99,16	Morochata	98,31	Presto	97,47
Exaltación	99,06	San Miguel de Velasco	98,23	Chuquiuta	97,46
Palca	99,04	Ixiamas	98,23	Aucapata	97,38
Santa Rosa	99,04	Luribay	98,22	Magdalena	97,38
Poroma	99,00	Bella Flor	98,22	Ascensión de Guarayos	97,32
Arque	98,96	Charazani	98,14	Vila Vila	97,31
Cairoma	98,91	Saipina	98,14	San Rafael	97,28
Puerto Rico	98,86	Reyes	98,12	Ravelo	97,19
Puerto Siles	98,80	Quirusillas	98,04	Quiabaya	97,16
Ichoca	98,80	Tacopaya	98,04	Omereque	97,11
Brasil					
Porto Walter	100,00	Novo Mundo	99,31	Gurupá	98,29
Careiro da Várzea	100,00	Brasil Novo	99,28	Porto Esperidião	98,27
Pau D'Arco	100,00	Cedral	99,24	Itamarati	98,25
Tracuateua	100,00	Mucajá	99,23	Primavera de Rondônia	98,23
Angico	100,00	Colniza	99,22	Rio Branco	98,23
Itapiratins	100,00	Curionópolis	99,22	Porto Alegre do Norte	98,20
Luzinópolis	100,00	Faro	99,22	Alta Floresta D'Oeste	98,20
Silvanópolis	100,00	Vale do Paraíso	99,21	Igarapé do Meio	98,18
Fernando Falcão	100,00	Apicum-Açu	99,21	Boa Vista do Gurupi	98,17
São Félix de Balsas	100,00	Fonte Boa	99,21	São Francisco do Pará	98,17
Bom Jesus do Araguaia	100,00	Monte Negro	99,21	Bandeirantes do Tocantins	98,16
Luciara	100,00	Turilândia	99,18	Santa Rita do Trivelato	98,11
Ponte Branca	100,00	Santa Tereza do Tocantins	99,18	Nova Ubiratã	98,11
Vale de São Domingos	100,00	Anori	99,17	Mazagão	98,11
Nova Guarita	99,95	Afuá	99,16	Vera	98,10
Chaves	99,95	Teixeirópolis	99,15	Indiavaí	98,09
Vale do Anari	99,90	Riachinho	99,13	São Vicente Ferrer	98,08
Araguatins	99,89	Cumaru do Norte	99,13	Grajaú	98,08
Mirante da Serra	99,89	Piçarra	99,10	Penalva	98,04
Buritis	99,88	Porto Franco	99,09	Presidente Vargas	98,03
Matões do Norte	99,87	Cururupu	99,08	Aurora do Tocantins	98,02
São Domingos do Azeitão	99,86	Governador Newton Bello	99,07	Caapiranga	98,02
Terra Alta	99,85	São José dos Basílios	99,06	Graça Aranha	98,00
Nova Monte Verde	99,85	Mâncio Lima	99,04	Aripuanã	97,97
Nova Colinas	99,85	Itaporã do Tocantins	99,03	Porto Alegre do Tocantins	97,97
Nova Esperança do Piriá	99,83	Tocantinópolis	99,03	Rio dos Bois	97,94
Nova Rosalândia	99,81	Colares	99,02	Paulo Ramos	97,94
Igarapé-Miri	99,81	Cachoeira do Piriá	98,99	Nova Mamoré	97,93

Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens	Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens	Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens
Rondolândia	99,80	Cocalinho	98,98	Bequimão	97,91
Palmeiras do Tocantins	99,79	São Sebastião da Boa Vista	98,97	Bela Vista do Maranhão	97,91
Cutias	99,79	Nova Ipixuna	98,95	Sucupira	97,91
Wanderlândia	99,79	Uruara	98,94	Jordão	97,88
Floresta do Araguaia	99,77	Presidente Sarney	98,93	Fortaleza do Tabocão	97,85
Cidelândia	99,77	Araguaiana	98,92	Senador José Porfírio	97,84
Brejo de Areia	99,77	Concórdia do Pará	98,92	Palmeirante	97,83
Curralinho	99,77	Marapanim	98,91	Centro do Guilherme	97,83
Santa Helena	99,77	São José do Rio Claro	98,91	São Pedro da Água Branca	97,82
São Sebastião do Uatumã	99,76	Juruti	98,89	Sítio Novo	97,80
Placas	99,76	Figueirópolis D'Oeste	98,87	Apuí	97,79
Rio Maria	99,75	São Bento do Tocantins	98,85	Campos de Júlio	97,78
Cachoeira Grande	99,75	Tufilândia	98,85	Filadélfia	97,76
Nova Olinda do Maranhão	99,75	Ponte Alta do Tocantins	98,84	São Mateus do Maranhão	97,75
Canabrava do Norte	99,74	Mirante	98,83	Oeiras do Pará	97,74
São João do Carú	99,73	Portel	98,83	Centro Novo do Maranhão	97,73
Nova Marilândia	99,72	Cajari	98,83	Santa Maria do Pará	97,73
Cotriguaçu	99,72	Itanhangá	98,82	Aparecida do Rio Negro	97,71
Bannach	99,70	Altamira do Maranhão	98,80	Amarante do Maranhão	97,69
Palestina do Pará	99,70	Joselândia	98,80	Itapuã do Oeste	97,68
Bacurituba	99,70	Fortaleza dos Nogueiras	98,78	Irituia	97,67
Nazaré	99,69	Pio XII	98,78	Canarana	97,66
São Miguel do Tocantins	99,69	Uiramutã	98,76	Poconé	97,66
Curvelândia	99,68	Tomé-Açu	98,74	Pedra Branca do Amapari	97,64
Governador Eugênio Barros	99,68	Guajará	98,74	Tailândia	97,63
Serrano do Maranhão	99,65	Silves	98,74	Santa Isabel do Rio Negro	97,62
Vila Nova dos Martírios	99,64	Tonantins	98,74	Bairro: São Caetano de Odivelas	97,61
Trairão	99,64	Santo Antônio do Içá	98,72	Olinda Nova do Maranhão	97,61
Alto Alegre dos Parecis	99,60	Novo Santo Antônio	98,72	Salto do Céu	97,59
Anamá	99,59	Mirinzal	98,72	Vigília	97,56
Atalaia do Norte	99,59	Ponte Alta do Bom Jesus	98,72	Buriticupu	97,56
Alto Taquari	99,57	Sapucaia	98,72	Conceição do Araguaia	97,55
Melgaço	99,55	São José do Xingu	98,66	Carlinda	97,53
Alto Parnaíba	99,54	Nova Brasilândia D'Oeste	98,66	Novo Repartimento	97,53
Novo progresso	99,53	Gonçalves Dias	98,65	Rio Sono	97,51
União do Sul	99,53	Ipiranga do Norte	98,65	Palmeirândia	97,49
Presidente Médici	99,52	Castanheiras	98,64	Sandolândia	97,49
São Pedro dos Crentes	99,51	Araguaçu	98,60	Pedro do Rosário	97,48
Machadinho D'Oeste	99,51	Marcelândia	98,59	Amapá	97,48
Jaú do Tocantins	99,50	Itaipava do Grajaú	98,59	Colinas	97,47
Parecis	99,48	Sucupira do Norte	98,59	Itiquira	97,46
Morros	99,48	Igarapé-Açu	98,58	Ulianópolis	97,45
Jutaí	99,46	Santo Antônio do Leste	98,54	Breves	97,44
Anapu	99,45	Redenção	98,53	Capitão Poço	97,39
Santa Luzia D'Oeste	99,45	Acorizal	98,53	São Paulo de Olivença	97,39
Garrafão do Norte	99,44	Pugmil	98,52	Acará	97,37
Anajás	99,44	Guarantã do Norte	98,52	Salvaterra	97,33
Lago dos Rodrigues	99,44	Tasso Fragoso	98,51	Ministro Andreazza	97,33
Piraquê	99,43	Miranorte	98,51	Jacundá	97,32
Paranaíta	99,40	Itupiranga	98,49	Santa Rosa do Purus	97,28
Bom Lugar	99,40	Guimarães	98,49	Icatu	97,28
Ipixuna	99,40	Cujubim	98,48	Paraibano	97,25
Chupinguaia	99,38	Bom Jardim	98,46	São Pedro da Cipa	97,19
Curuá	99,37	Bagre	98,43	Apiacás	97,19
Envira	99,37	Fortuna	98,41	Miranda do Norte	97,16

Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens	Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens	Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens
Alto Garças	99,36	Breu Branco	98,41	Buriti Bravo	97,15
Jenipapo dos Vieiras	99,34	Pracuúba	98,41	Juína	97,10
São Sebastião do Tocantins	99,34	Formosa da Serra Negra	98,41	Buritirana	97,10
Nova União	99,34	Satubinha	98,37	Chapada de Areia	97,09
Goianésia do Pará	99,34	Jaru	98,37	Eldorado dos Carajás	97,09
Campestre do Maranhão	99,33	São João do Paraíso	98,37	Borba	97,07
Senador Alexandre Costa	99,33	São Francisco do Guaporé	98,36	Denise	97,07
Feijó	99,32	Prainha	98,35	Amajari	97,06
Paraná	99,32	Conceição do Lago-Açu	98,35	Lajeado Novo	97,04
Óbidos	99,32	Jacareacanga	98,33	Limoeiro do Ajuru	97,03
Muaná	99,32	Moju	98,31	Candeias do Jamari	97,00
Santa Terezinha do Tocantins	99,32	Turiaçu	98,31		
Lagoa Grande do Maranhão	99,31	Barreirinha	98,31		
Colômbia					
Puerto Colombia	100,00	Morichal	99,69	Mapiripana	99,03
Pana Pana	100,00	San Felipe	99,63	Cacahual	98,50
Papunaua	100,00	La Pedrera	99,54	La Victoria	98,18
Yavarate	100,00	Miriti - Parana	99,53	La Chorrera	97,54
Pacoa	99,93	Puerto Nariño	99,28	Taraira	97,51
Puerto Arica	99,73	Tarapaca	99,21	La Guadalupe	97,30
Equador					
Taisha	98,43	Aguarico	92,12	Cuyabeno	90,06
Tiwintza	95,06	Loreto	91,98	Palanda	87,24
Huamboya	93,18	Putumayo	91,17	Paquisha	87,11
Arajuno	92,57	Yacuambi	90,52	Archidona	85,98
Guiana					
(não há dados disponíveis)					
Peru					
Oronccoy	100,00	Pastaza	99,08	Sondorillo	98,13
Jeberos	100,00	Santa Cruz	99,04	Barranquita	98,10
Rosa Panduro	100,00	Puinahua	98,98	Iparia	98,07
Yaguas	100,00	Yauli	98,81	Yaquerana	98,06
Urarinas	99,96	Huallaga	98,75	Emilio San Martín	98,01
Musga	99,79	Chacabamba	98,72	Las Amazonas	97,97
Andoas	99,76	Balsapuerto	98,67	Vizcatan del Ene	97,86
Alto Nanay	99,75	Trompeteros	98,67	Capelo	97,85
Fitzcarrald	99,70	Canchayllo	98,65	Maquia	97,67
Parinari	99,63	Chacapampa	98,63	Coviriali	97,59
Ongon	99,60	Rio Santiago	98,56	Kosñipata	97,55
Jenaro Herrera	99,58	Río Tambo	98,49	Soplin	97,51
Sarayacu	99,50	San José de Quero	98,45	Quadro	97,45
Cahuapanas	99,49	Masisea	98,30	Torres Causana	97,38
Lagunas	99,23	Constituição	98,22	Masma Chicche	97,27
Santa Rosa de Alto Yanajanca	99,21	Piscobamba	98,18		
Yurua	99,14	El Cenepa	98,18		
Suriname					
(nenhum município)					
Venezuela (República Bolivariana da)					
(nenhum município)					

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL, com exceção da Guiana (Guyana Labour Force Survey 2019). Disponível em <https://oraotca.org/>.

Quadro A5.8
Divisões Administrativas Menores com 66,7% ou mais de autônomos

Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens	Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens	Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens
Bolívia (Estado Plurinacional da)					
Sapahaqui	88,60	Charazani	79,29	Chayanta	73,67
Luribay	88,20	Pojo	78,76	Sicaya	73,60
Coripata	87,31	Ravelo	78,48	Padilla	72,34
Villa Libertad Licoma	86,76	Caranavi	77,93	Villa de Sacaca	72,31
La Asunta	85,94	Alalay	77,77	Mizque	72,20
Yaco	84,43	Palos Blancos	77,60	Shinahota	71,83
Chulumani	84,40	Caripuyo	77,60	S.P. De Buena Vista	71,27
Cairoa	82,91	Ayata	77,32	Toro Toro	70,83
Morochata	82,77	Apolo	77,22	Sacabamba	70,60
Mocomoco	82,60	Teoponte	77,15	El Villar	70,57
Tacopaya	82,33	Totora	77,14	Mecapaca	70,35
Chuma	82,32	Villa Tunari	77,14	Yanacachi	70,32
Inquisivi	82,10	Moro Moro	77,08	Entre Ríos	70,19
Combaya	81,52	Toco	77,02	Pasorapa	70,15
Tapacarí	81,31	Pocona	76,73	Villa Serrano	69,15
Alto Beni	81,06	Azurduy	76,54	Aiquile	68,75
Bolívar	80,79	Independencia	76,21	Tarvita	68,53
Pocoata	80,32	Irupana	76,11	Sopachuy	68,39
Ichoca	80,15	Anzaldo	76,05	Arani	68,36
Vacas	80,10	Sorata	75,97	Quiabaya	67,71
Colomi	79,99	Aucapata	75,62	Malla	67,39
Palca	79,58	Colquechaca	75,44	Puerto Villarroel	67,31
Cocapata	79,46	Coroico	75,05	Arapampa	67,22
Tiraque	79,45	Curva	74,76	Colquiri	66,83
Cajuata	79,34	Vila Vila	74,70		
Brasil					
Conceição do Lago-Açu	66,98				
Colômbia					
(nenhum município)					
Equador					
Huamboya	71,65	Logroño	68,81	Yacuambi	67,13
Guiana					
(não há dados disponíveis)					
Peru					
Cullhuas	93,87	Vinchos	77,22	Sondor	72,11
Utco	92,17	Casca	77,20	Cochabamba	71,94
Pariahuanca	91,26	Carhuacallanga	77,18	Chama	71,90
Vilca	90,68	Cheto	77,16	San Martín	71,73
Huanoquite	88,99	Tantamayo	77,13	Huachon	71,67
Usicayos	88,93	Teniente Manuel Clavero	77,13	Napo	71,67
San Juan	88,22	Recta	77,08	Uranmarca	71,52
Cuenca	88,04	Callanmarca	77,08	Levanto	71,51
Curgos	87,81	Cortegana	77,08	Alcamenca	71,46
Pataypampa	87,62	Chungui	76,88	Olleros	71,43
Caixa	87,09	Huanca-Huanca	76,87	Acopia	71,36
Ongon	87,07	Ccapi	76,84	Rondocan	71,34
Mariscal Castilla	86,76	Mazan	76,82	Alonso de Alvarado	71,34
Cahuapanas	86,68	Ocobamba	76,67	Quiquijana	71,29
Chumuch	86,62	Shamboayacu	76,65	Chavinillo	71,27
Colpas	86,51	San Felipe	76,56	Ragash	71,23
Andoas	86,33	Panao	76,56	Cayara	71,23
Gamarra	86,30	Pacucha	76,40	San Nicolás	71,16

Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens	Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens	Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens
Colquepata	86,29	Santa Cruz	76,29	Alto Pichigua	71,04
Anguía	86,20	Maras	76,28	San Antonio de Cachi	71,02
Mosoc Llacta	85,30	Vista Alegre	76,20	Colcamar	71,01
Torres Causana	85,29	Chimban	76,05	Yarumayo	70,98
Patambuco	85,17	San Silvestre de Cochán	76,05	Suitucancha	70,94
Chiguirip	84,92	Sanagoran	76,01	Micaela Bastidas	70,89
Ulcumayo	84,80	Pebas	76,00	Pazos	70,83
Anta	84,62	Namballe	75,90	Iparia	70,83
Miguel Iglesias	84,55	Marcapata	75,78	Kishuara	70,74
Chacapampa	84,46	Sarayacu	75,78	Tabaconas	70,55
San Pedro de Chaulan	84,13	Palcamayo	75,73	Balsas	70,43
Providencia	83,99	Manta	75,68	Quiñota	70,43
Checca	83,54	Acocro	75,64	Huarango	70,41
Curpahuasi	83,47	Sartimbamba	75,57	Chalamarca	70,35
Tupac Amaru	83,44	Alto Saposoa	75,56	Paras	70,34
Cayna	83,20	Soraya	75,53	Chuschi	70,26
Colcha	83,07	Taray	75,48	Emilio San Martín	70,26
Luis Carranza	83,04	Gregorio Pita	75,33	Choropampa	70,26
Lacroja	82,92	Coporaque	75,32	Querocotillo	70,19
Ccarhuayo	82,76	Paccha	75,31	Yamon	70,19
Cosme	82,69	Indiana	75,22	Santiago de Challas	70,14
Andabamba	82,67	Yaurisque	75,21	Cholon	70,09
San Juan de Rontoy	82,56	Chincho	75,20	Huayllabamba	70,05
San Jerónimo	82,35	Río Tambo	75,04	Pachiza	70,05
Santiago de Tucuma	82,23	Aparicio Pomares	74,94	Anchonga	70,04
Jacas Chico	82,07	Oxamarca	74,87	Acos	69,95
Conchan	82,05	Totos	74,74	Paucartambo	69,87
Kaquiabamba	81,92	San Luis de Lucma	74,71	San José de Lourdes	69,82
Inkawasi	81,65	Villa Kintiarina	74,66	Huarmaca	69,81
Yanahuaya	81,59	Paucarbamba	74,61	Jepelacio	69,73
Andarapa	81,52	Tapairihua	74,60	Ocobamba	69,64
Chiliquin	81,49	Chicche	74,52	Pillpinto	69,50
Sarhua	81,42	Ocros	74,51	Punhos	69,39
Longuita	81,36	Cañaris	74,45	La Merced	69,27
Sorochuco	81,35	Rosa Panduro	74,44	Congalla	69,24
Chadin	81,23	Pilchaca	74,38	Rumisapa	69,13
Pacobamba	81,23	Chazuta	74,34	Condebamba	69,13
Concepción	81,18	Rapayan	74,32	Pampachiri	69,01
San José de Quero	81,16	Pilpichaca	74,24	Ituata	69,01
Jenaro Herrera	80,93	Alto Nanay	74,17	Chiara	68,97
Las Amazonas	80,76	Zapatero	74,16	Mirgas	68,92
Catilluc	80,69	Janjaillo	74,15	Echarate	68,91
Limabamba	80,65	Santa Rosa	74,14	Maranura	68,77
Quehue	80,62	Barranquita	74,10	Phara	68,70
Sondorillo	80,60	San Pedro de Pillao	74,04	Omia	68,69
El Carmen	80,44	Huayana	74,04	Luya Viejo	68,69
Maria	80,42	Santo Domingo de Anda	74,02	Santa Cruz	68,62
Quisqui (Kichki)	80,42	El Oro	74,00	Yavari	68,60
Chancay	80,33	Sangarara	73,95	Kunturkanki	68,58
Pimpingos	80,31	Checacupe	73,92	Pastaza	68,53
La Ramada	80,20	Huarocondo	73,82	Capaya	68,48
Quellouno	80,13	Huimbayoc	73,70	Sina	68,44
Yanatile	80,10	Teniente Cesar	73,69	Cusipata	68,43
		López Rojas			

Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens	Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens	Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens
Yauli	80,01	Ancahuasi	73,64	Ocalli	68,40
Chuquibamba	80,00	Shatoja	73,57	Alto Tapiche	68,37
Santo Domingo de la Capilla	79,99	Oronccooy	73,57	Sitacocha	68,35
Sallique	79,93	Coasa	73,26	Llusco	68,35
Challabamba	79,92	Capelo	73,25	Bajo Biavo	68,32
Conayca	79,90	San Pablo	73,25	Huasicancha	68,31
San Francisco	79,87	Ocumal	73,24	Lamay	68,30
Laria	79,78	Urarinas	73,22	Chiara	68,26
Marcabal	79,65	Shanao	73,18	Uchumarca	68,11
Lares	79,60	Tabalosos	73,16	San Francisco de Asís	68,06
Omacha	79,55	Hermilio Valdizan	73,13	Lajas	68,06
Anchihuay	79,50	Santa Rosa	73,06	Cujillo	68,06
Layo	79,42	Chinchaypujio	73,04	Morcolla	68,06
Cuispes	79,29	San Pedro de Putina Punco	73,03	Tinta	67,94
Huasmin	79,10	Vilcanchos	73,00	San Francisco de Cayran	67,71
Salcahuasi	79,08	Saquena	72,99	San Pedro de Larcay	67,68
Pampa Hermosa	79,01	Tapo	72,94	Eleazar Guzmán Barron	67,67
Yacus	78,99	La Libertad de Pallan	72,88	Monobamba	67,64
Miraflores	78,91	Chinchihuasi	72,87	Pichirhua	67,63
Tambillo	78,89	Acobambilla	72,85	Pallanchacra	67,50
Los Chankas	78,77	Parinari	72,85	Aco	67,50
Puinahua	78,69	Quichuas	72,85	Santa Teresa	67,49
Campanilla	78,66	Tacabamba	72,84	Ahuaycha	67,48
Tapiche	78,62	San Carlos	72,83	Socos	67,36
Uchuraccay	78,47	Corani	72,81	Juan Espinoza Medrano	67,33
Fernando Lores	78,42	Jircan	72,81	Paccaritambo	67,25
Sabaino	78,39	La Jalca	72,72	Santo Tomas	67,20
Pampamarca	78,31	Santa Ana de Tusi	72,66	Pocohuanca	67,18
San Antonio de Antaparco	78,29	Yanama	72,65	Santa Ana de Huaycahuacho	67,15
San Rafael	78,27	San José del Alto	72,65	Pomacanchi	67,14
Mariás	78,20	Yanaca	72,65	Soloco	67,13
El Carmen de la Frontera	78,08	Santo Tomas de Pata	72,60	Alto Inambari	67,12
Rosario	77,87	Churubamba	72,56	San Andrés de Cutervo	67,10
San Isidro de Maino	77,78	Shipasbamba	72,52	Pucayacu	67,07
Inguilpata	77,71	Sarin	72,49	Encañada	67,07
Chirimoto	77,60	Langui	72,47	Cochamal	67,05
Ccorca	77,57	Chinchao	72,44	Pomacocha	67,02
Jivia	77,51	Huando	72,38	Combapata	66,99
Masisea	77,42	Acostambo	72,33	Chupuro	66,99
Huacar	77,41	Chavín de Pariarca	72,28	Cocabamba	66,85
Santa Maria del Valle	77,38	Tres Unidos	72,23	Las Pirias	66,80
Chaca	77,33	Acobamba	72,22	San Roque de Cumbaza	66,72
Secclla	77,30	Sitabamba	72,16		
Balsapuerto	77,27	Chugay	72,13		
Suriname					
(nenhum município)					
Venezuela (República Bolivariana da)					
(nenhum município)					

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL, com exceção da Guiana (Guyana Labour Force Survey 2019). Disponível em <https://oraotca.org/>.

Quadro A5.9
Divisões Administrativas Menores com 23% ou mais de crianças envolvidas em trabalho infantil

Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens	Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens	Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens
Bolívia (Estado Plurinacional da)					
Pucara	32,59	Mecapaca	25,80	Comarapa	24,28
Quiabaya	31,14	Mocomoco	25,34	Chuma	24,19
Villa de Sacaca	30,16	Teoponte	24,81	Colquechaca	23,95
San Javier	29,25	Pampa Grande	24,79	El Torno	23,71
Ayata	28,69	Pailón	24,71	Cairoma	23,62
Moro Moro	26,22	Tomina	24,63	Luribay	23,09
Cabezas	25,91	Cajuata	24,52		
Brasil					
Uiramutã	39,82	Tapauá	28,02	Porto Walter	25,48
Seringueiras	35,41	Aragominas	27,88	Nova União	25,31
Nova Olinda do Norte	31,80	Aveiro	27,72	Porto de Moz	25,04
Jutaí	31,36	Anapu	26,53	Colniza	24,05
Itapiratins	30,56	Alto Alegre dos Parecis	26,01	Alto Alegre	23,37
Oeiras do Pará	29,95	Reserva do Cabaçal	25,61	Buritis	23,26
Uarini	28,18	Urupá	25,51	Brejo de Areia	23,04
Colômbia					
(nenhum município)					
Equador					
(nenhum município)					
Guiana					
Mahaica-Berbice	23,30				
Peru					
	86,67	Tintay	51,53	Cahuapanas	26,58
Andoas	57,92				
Suriname					
(não há dados disponíveis)					
Venezuela (República Bolivariana da)					
(nenhum município)					

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL, com exceção da Guiana (Guyana Labour Force Survey 2019). Disponível em <https://oraotca.org/>.

Quadro A5.10
Divisões Administrativas Menores com 31,2% ou mais de adolescentes entre 15 e 19 anos,
casados ou em união de fato

Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens	Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens	Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens
Bolívia (Estado Plurinacional da)					
Ingavi	53,95	Filadelfia	42,54	Villa Nueva (Loma Alta)	34,40
Nueva Esperanza	47,06	Santos Mercado	42,22	Puerto Siles	33,33
Santa Rosa	43,33	Sena	35,53	Loreto	32,35
Bolpebra	43,00	Bella Flor	34,72		
Brasil					
Campinópolis	33,11				
Colômbia					
Mapiripan	45,12	Barranco Minas	33,76	Solano	32,41
Papunaua	44,44	Mapiripana	33,33	Uribe	32,03
La Macarena	39,21	La Guadalupe	33,33	Puerto Nariño	31,82
Pana Pana	36,17	Piamonte	33,24		
Cumaribo	36,07	Puerto Gaitan	32,90		
Equador					
(nenhum município)					
Guiana					
(não há dados disponíveis)					
Peru					
Recta	66,67	Loreto, Maynas, distrito: Alto Nanay	37,37	Sepahua	34,60
Chiliquin	52,94	Amazonas, Condorcanqui, distrito: Nieva	37,22	Tahuania	34,59
Vizcatan del Ene	50,00	Tahuamanu	37,21	Río Tambo	34,09
Yuyapichis	44,79	Masisea	36,93	Pampa Hermosa	33,92
Yurua	44,44	Caynarachi	36,66	Llochegua	33,86
Iñapari	44,29	Huimbayoc	36,17	Manseriche	33,78
Teniente Manuel Clavero	43,40	Pastaza	36,12	Santa Cruz	33,64
Pachiza	43,26	Papaplaya	36,07	El Oro	33,33
Canayre	42,73	Vista Alegre	35,90	Pion	32,61
Soplin	41,67	La Morada	35,87	San José de Sisa	32,61
Urarinas	41,21	Nueva Requena	35,86	Alto Biavo	32,46
Chirimoto	40,85	Curimana	35,61	El Milagro	32,31
Rosa Panduro	40,00	Huallaga	35,53	Morona	31,91
Teniente Cesar López Rojas	39,34	Balsapuerto	35,48	Chipurana	31,88
Shatoja	38,83	Las Pirias	35,40	Caspisapa	31,71
Sonche	38,46	Iparia	35,36	Tournavista	31,62
Alto Saposoa	38,30	Codo del Pozuzo	35,17	Shamboycu	31,43
Santa Catalina	38,10	Yaguas	35,14	Puerto Inca	31,36
Fitzcarrald	38,10	Raymondi	35,03		
Suriname					
(nenhum município)					
Venezuela (República Bolivariana da)					
(nenhum município)					

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL, com exceção da Guiana (Guyana Labour Force Survey 2019). Disponível em <https://oraotca.org/>.

Quadro A5.11
Divisões Administrativas Menores com 31,2% ou mais de adolescentes entre 15 e 19 anos que são mães

Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens	Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens	Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens
Bolívia (Estado Plurinacional da)					
Ingavi	85,42	Urubichá	53,24	Arapampa	45,45
Nueva Esperanza	76,92	San Andrés	51,99	Gutiérrez	45,12
Bolpebra	70,37	Santa Rosa	51,78	San Borja	45,12
Filadelfia	68,59	Ascensión de Guarayos	51,24	San Miguel de Velasco	44,90
Sena	67,52	Cobija	50,93	Cajuata	44,78
Villa Nueva (Loma Alta)	66,10	Concepción	49,79	Mineiros	44,13
Santa Rosa	62,50	San Ramón	49,57	Reyes	43,54
Loreto	60,00	El Puente	49,39	Exaltación	43,35
Puerto Siles	60,00	Riberalta	49,34	Baures	43,21
Santos Mercado	60,00	Santa Rosa del Sara	48,72	Toro Toro	42,92
San Lorenzo	58,02	Porvenir	48,33	San Rafael	42,86
Bella Flor	57,61	San Joaquín	47,62	San Ignacio de Velasco	42,82
Puerto Gonzales Moreno	57,41	Guayaramerín	46,55	Mapiri	42,73
San Javier	56,56	Ixiamas	46,26	Villa Tunari	42,38
Puerto Rico	54,32	Sicaya	45,83		
San Pedro	53,52	Chimoré	45,59		
Brasil					
Jacareacanga	43,95				
Colômbia					
Mapiripan	76,92	La Chorrera	50,00	Pana Pana	45,95
Barranco Minas	44,83				
Equador					
(nenhum município)					
Guiana					
(não há dados disponíveis)					
Peru					
Yurua	45,83	Canayre	42,86	Yuyapichis	42,49
Suriname					
(nenhum município)					
Venezuela (República Bolivariana da)					
(nenhum município)					

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL, com exceção da Guiana (Guyana Labour Force Survey 2019). Disponível em <https://oraotca.org/>.

Quadro A5.12
Divisões Administrativas Menores com 80,1% ou mais de pessoas em situação de sobrelotação

Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens	Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens	Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens
Bolívia (Estado Plurinacional da)					
Puerto Gonzales Moreno	89,52	San Lorenzo	81,83	Ichoca	81,15
Sena	83,09	Ingavi	81,32	Santos Mercado	80,61
Brasil					
Uiramutã	83,72	Santa Isabel do Rio Negro	82,29		
Colômbia					
Pacoa	85,88	Miriti - Parana	85,37		
Equador					
Taisha	80,38				
Guiana					
(não há dados disponíveis)					
Peru					
Pasco, Daniel Alcides Carrión, distrito: Santa Ana de Tusi	82,91	Ucayali, Coronel Portillo, distrito: Iparia	80,97		
Loreto, Maynas, distrito: Torres Causana	80,98	Loreto, Datem del Marañón, distrito: Cahuapanas	80,63		
Suriname					
(nenhum município)					
Venezuela (República Bolivariana da)					
(nenhum município)					

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL, com exceção da Guiana (Guyana Labour Force Survey 2019). Disponível em <https://oraotca.org/>.

Quadro A5.13
Divisões Administrativas Menores (DAME) com 20% ou menos da população com acesso a água potável

Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens	Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens	Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens
Bolívia (Estado Plurinacional da)					
Santa Rosa	18,84	Santos Mercado	16,23	Nueva Esperanza	5,18
San Ignacio	18,45	Riberalta	14,07	San Pedro	5,13
Baures	18,38	Villa Nueva (Loma Alta)	11,63	San Lorenzo	1,69
Puerto Gonzales Moreno	17,64	Bolpebra	11,23	Sena	0,29
Filadelfia	17,27	Reyes	10,58		
Bella Flor	16,59	San Antonio de Lomerío	6,20		
Brasil					
Chaves	19,53	Amapá	14,80	Melgaço	10,91
Currálinho	18,31	Careiro da Várzea	14,70	Anajás	7,08
Colômbia					
Puerto Asís	19,31	Cacahual	5,82	San Felipe	1,89
Inírida	15,26	El Encanto	3,96	La Victoria	1,85
San Miguel	15,13	Mitu	3,78	Miriti - Parana	1,50
Barranco Minas	12,94	Taraira	3,56	Puerto Nariño	1,26
Mapiripan	12,35	La Chorrera	3,43	Tarapaca	1,10
Puerto Santander	12,13	Caruru	2,96	Puerto Colombia	1,03
Cumaribo	9,06	Puerto Arica	2,56	La Pedrera	0,86
Pacoa	7,98	Papunaua	2,32	Yavarate	0,26
La Guadalupe	6,82	Morichal	1,98	Pana Pana	0,11
Equador					
Taisha	7,87				
Guiana					
(não há dados disponíveis)					
Peru					
Andoas	18,27	Teniente Manuel Clavero	12,42	Canchayllo	7,98
Ramón Castilla	17,62	Las Amazonas	11,95	Putumayo	3,95
Kosñipata	17,38	Yaquerana	11,50	Parinari	2,57
Barranquita	17,22	Pastaza	10,36	Jenaro Herrera	2,47
Trompeteros	14,83	Santa Cruz	10,28	Alto Nanay	2,43
Lagunas	14,36	Maquia	10,19	Urarinas	1,92
Fitzcarrald	14,09	Emilio San Martín	9,56	Yaguas	1,04
Puinahua	13,88	Sarayacu	8,75	Rosa Panduro	0
Suriname					
Sipaliwini	14,58				
Venezuela (República Bolivariana da)					
Autónomo Río Negro	13,00				

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL, com exceção da Guiana (Guyana Labour Force Survey 2019). Disponível em <https://oraotca.org/>.

Quadro A5.14
Divisões Administrativas Menores com 20% ou menos da população com acesso a saneamento melhorado

Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens	Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens	Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens
Bolívia (Estado Plurinacional da)					
Santivañez	19,94	Villa Rivero	11,23	Villa Nueva (Loma Alta)	5,81
Coroico	19,84	Cuchumuela	11,21	Pelechucu	5,36
Samaipata	19,60	Charagua	11,11	Pasorapa	5,32
San Carlos	19,20	Azurduy	10,96	Chuquiuta	5,29
Colomi	19,06	Trigal	10,87	Colquechaca	5,28
Mineiros	18,98	Lagunillas	10,72	Puerto Siles	5,28
Mecapaca	18,81	Villa Tunari	10,62	Baures	5,26
El Villar	18,80	Totora	10,54	Ichoca	5,08
Cotoca	18,56	Vila Vila	10,53	Villa de Sacaca	4,97
Okinawa Uno	18,46	San Ignacio de Velasco	10,31	Arampampa	4,78
San Benito	18,45	Padilla	10,24	Pampa Grande	4,68
Monteagudo	18,42	Saipina	10,11	Caripuyo	4,67
Tipuani	17,88	Mapiri	10,10	Pocona	4,42
Curva	17,81	Apolo	9,97	Ixiamas	4,42
Villa Libertad Licoma	17,74	Muyupampa	9,76	Malla	4,39
Quime	17,55	Ascensión de Guarayos	9,73	Puerto Gonzales Moreno	4,28
Villa Serrano	17,24	Santa Rosa	9,71	Tacachi	4,26
Riberalta	17,09	Sacabamba	9,70	Urubichá	4,23
Shinahota	17,09	Bella Flor	9,45	Quirusillas	4,13
Gral. Saavedra	16,85	Chayanta	9,37	Nueva Esperanza	4,06
Cajuata	16,73	Tarabuco	9,29	Morochata	3,98
Cuatro Cañadas	16,65	San Andrés	9,05	Alalay	3,97
San José de Chiquitos	16,54	Acasio	9,04	San Lorenzo	3,93
El Torno	15,84	Concepción	8,88	Inquisivi	3,92
Fernández Alonso	15,56	Santa Rosa del Sara	8,84	Tapacarí	3,89
Porvenir	15,56	Mizque	8,64	Puerto Rico	3,85
Arbieto	15,41	Mairana	8,53	Mocomoco	3,70
Zudáñez	15,15	Loreto	8,48	Combaya	3,70
Caranavi	14,52	San Javier	8,48	Luribay	3,69
Guanay	14,49	Cabezas	8,24	Aucapata	3,66
Reyes	14,40	Arque	8,09	Ayata	3,66
Sopachuy	14,18	Sorata	8,02	S.P. De Buena Vista	3,42
Mojocoya	14,05	Exaltación	7,97	Charazani	3,39
Sicaya	13,85	Cuevo	7,87	Pocoata	3,39
Entre Ríos	13,47	Teoponte	7,59	San Miguel de Velasco	3,35
Anzaldo	13,35	Presto	7,48	Ingavi	3,15
San Borja	12,91	Tacopaya	7,33	Chuma	3,01
San Ignacio	12,88	Ravelo	7,32	Cairoma	2,93
Toro Toro	12,69	Huacaraje	7,14	Gutiérrez	2,83
Yapacaní	12,61	Quiabaya	7,11	Poroma	2,72
San Ramón	12,55	Tacacoma	7,09	Bolpebra	2,70
Toco	12,47	Magdalena	6,91	Yaco	2,33
Chimoré	12,44	Independencia	6,90	San Antonio de Lomerío	2,31
San Javier	12,39	Colquiri	6,86	Filadelfia	2,10
Palos Blancos	12,30	Vacas	6,83	Palca	1,83
Alto Beni	11,94	El Puente	6,72	Cocapata	1,43
Tiraque	11,91	Santa Rosa	6,69	Sena	1,37
Tarvita	11,87	San Rafael	6,65	Sapahaqui	0,99
Pailón	11,82	La Asunta	6,52	San Pedro	0,77

Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens	Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens	Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens
San Joaquín	11,75	Omereque	6,32	Bolívar	0,62
Puerto Villarroel	11,65	San Ramón	6,07	Santos Mercado	0,25
San Julián	11,46	Pojo	6,01		
Brasil					
Parintins	19,91	Riachão	9,80	São Bento do Tocantins	3,32
Pimenteiras do Oeste	19,80	Gaúcha do Norte	9,68	São Francisco do Guaporé	3,32
Campo Novo de Rondônia	19,71	Turiaçu	9,65	Porto Esperidião	3,31
Paraíso do Tocantins	19,40	Augustinópolis	9,60	Palmeirândia	3,31
Cláudia	19,39	Cametá	9,52	Capitão Poço	3,26
General Carneiro	19,23	Ouro Preto do Oeste	9,51	Nova Ubiratã	3,26
Viseu	19,19	Santa Carmem	9,50	Graça Aranha	3,25
Altamira	19,19	Vitorino Freire	9,50	Jacareacanga	3,24
Esperantina	19,13	Alvorada	9,40	Melgaço	3,24
Aragominas	19,12	Alto Alegre do Pindaré	9,31	Indiavaí	3,23
Praia Norte	18,87	Cantá	9,31	Aurora do Tocantins	3,22
Tocantínia	18,80	Mateiros	9,26	Marapanim	3,22
Babaçulândia	18,79	São João de Pirabas	9,19	São Francisco do Pará	3,21
Dois Irmãos do Tocantins	18,72	Tonantins	9,16	Guimarães	3,18
Colíder	18,71	Redenção	9,16	Aripuanã	3,17
Lábrea	18,70	Itaúba	9,15	Satubinha	3,14
Arenápolis	18,62	Costa Marques	9,13	Teixeirópolis	3,14
Bujari	18,53	Goianésia do Pará	9,10	Itiquira	3,14
Ponta de Pedras	18,52	Feira Nova do Maranhão	9,09	Vera	3,04
Igarapé Grande	18,50	Serra Nova Dourada	9,07	Paulo Ramos	2,99
Seringueiras	18,40	Itupiranga	9,02	Amarante do Maranhão	2,99
Balsas	18,39	Laranjal do Jari	9,01	Nova Ipixuna	2,95
Sampaio	18,37	Tarauacá	8,95	Alta Floresta D'Oeste	2,95
Lago da Pedra	18,33	Estreito	8,91	Jenipapo dos Vieiras	2,95
Monte do Carmo	18,32	Governador Arqueiro	8,91	Ministro Andreazza	2,94
Maraã	18,24	Abel Figueiredo	8,89	Rio dos Bois	2,93
São Felipe D'Oeste	18,15	Manicoré	8,88	Itapuã do Oeste	2,93
Marituba	18,14	Brejo Grande do Araguaia	8,86	Juruti	2,93
Governador Luiz Rocha	18,02	Novo Horizonte do Oeste	8,86	Conceição do Lago-Açu	2,91
Autazes	18,01	Rio Maria	8,82	Canarana	2,91
Novo Alegre	17,96	Capinzal do Norte	8,81	Cachoeira do Piriá	2,90
Benevides	17,87	São Francisco do Brejão	8,73	Santa Rosa do Purus	2,88
São Domingos do Maranhão	17,85	Santa Luzia	8,67	Silves	2,87
Careiro	17,80	Campos Lindos	8,66	Bom Jardim	2,86
Autônomo Río Negro	17,78	Ferreira Gomes	8,65	Afuá	2,85
Juarina	17,69	Tesouro	8,60	Rio Sono	2,83
Tapauá	17,64	Pindaré-Mirim	8,51	Pio XII	2,83
Formoso do Araguaia	17,64	Conceição do Tocantins	8,47	Santo Antônio do Içá	2,81
Presidente Kennedy	17,36	São Domingos do Capim	8,39	Presidente Sarney	2,81
Cerejeiras	17,23	Candeias do Jamari	8,39	Mirinzal	2,79
Vitória do Mearim	17,19	Goianorte	8,39	Santo Antônio do Leste	2,76
Senador La Rocque	17,14	Amaturá	8,32	Piçarra	2,74
Pium	17,12	Divinópolis do Tocantins	8,31	Altamira do Maranhão	2,73
Alenquer	17,09	São Luís Gonzaga do Maranhão	8,31	Mucajá	2,72
Araguanã	17,06	Castanheira	8,30	Fortaleza dos Nogueiras	2,71
Alto Alegre	17,06	Filadélfia	8,28	Aparecida do Rio Negro	2,71
Bonito	17,05	Santo Antônio do Tauá	8,27	Itaipava do Grajaú	2,63
Dom Pedro	16,99	Zé Doca	8,26	Araguaçu	2,60

Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens	Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens	Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens
Tapurah	16,98	Feijó	8,25	Anamá	2,53
Lago do Junco	16,98	Nova Olímpia	8,25	Fortaleza do Tabocão	2,49
Bairro: Santa Maria das Barreiras	16,97	Nova Santa Helena	8,17	Riachinho	2,48
São João do Araguaia	16,97	Monção	8,15	Tomé-Açu	2,45
Abaetetuba	16,70	Urucará	8,14	Bandeirantes do Tocantins	2,41
Araguaína	16,64	Amajari	8,10	São Sebastião do Tocantins	2,38
Santa Rita	16,59	Borba	8,09	Sucupira	2,38
Santa Luzia do Paruá	16,37	Ariquemes	8,08	Igarapé do Meio	2,36
Humaitá	16,28	Nova Mamoré	8,00	Matões do Norte	2,34
Trizidela do Vale	16,24	Itinga do Maranhão	7,98	Guarantã do Norte	2,33
Monte Alegre	16,07	Campinápolis	7,89	São José do Xingu	2,32
Juruá	15,99	São Miguel do Guamá	7,84	Fortuna	2,32
Santana	15,89	Novo Horizonte do Norte	7,84	Igarapé-Açu	2,26
Dianópolis	15,65	Mâncio Lima	7,82	Gonçalves Dias	2,26
Cachoeirinha	15,63	Eldorado dos Carajás	7,82	São João do Paraíso	2,21
Carutapera	15,40	Juscimeira	7,81	Mirante	2,20
Raposa	15,36	Acorizal	7,78	Primavera de Rondônia	2,19
Alta Floresta	15,25	Alto Araguaia	7,78	Castanheiras	2,15
Juara	15,19	Rosário	7,71	São Sebastião do Uatumã	2,12
Jacundá	15,17	Dom Aquino	7,68	Governador Newton Bello	2,11
Sambaíba	15,17	Buriti Bravo	7,62	Cocalinho	2,11
Muricilândia	15,14	Central do Maranhão	7,62	Igarapé-Miri	2,10
Japurá	15,09	Cristalândia	7,61	Joselândia	2,10
Nortelândia	15,07	São Mateus do Maranhão	7,59	Formosa da Serra Negra	2,09
Pau D'Arco	15,06	Rodrigues Alves	7,50	Rio Branco	2,09
Loreto	15,01	Aveiro	7,49	Marcelândia	2,06
Pontal do Araguaia	14,88	Vigília	7,38	Tasso Fragoso	2,04
Caroebe	14,85	Olinda Nova do Maranhão	7,38	Machadinho D'Oeste	2,03
Nhamundá	14,81	Glória D'Oeste	7,36	Nova Olinda do Maranhão	1,94
Santo Antônio do Leverger	14,78	Lima Campos	7,36	Miranorte	1,94
Rolim de Moura	14,67	Juína	7,29	Curuá	1,94
Xinguara	14,58	Dom Eliseu	7,13	Porto Franco	1,93
Monte Santo do Tocantins	14,58	Acará	7,07	Sucupira do Norte	1,89
Barcelos	14,57	Guajará	7,03	Santa Rita do Trivelato	1,89
Bragança	14,51	Concórdia do Pará	7,01	São José do Rio Claro	1,87
Rosário Oeste	14,50	Manaquiri	6,95	Figueirópolis D'Oeste	1,86
São Félix do Araguaia	14,34	Buriticupu	6,89	Buritis	1,86
Porto de Moz	14,30	Marechal Thaumaturgo	6,86	Anori	1,84
Santa Cruz do Arari	14,19	Itapiranga	6,79	Colares	1,84
Tartarugalzinho	14,11	Senador José Porfírio	6,78	Monte Negro	1,82
Normandia	14,02	Jangada	6,74	Faro	1,81
Maurilândia do Tocantins	14,02	Santa Isabel do Rio Negro	6,72	São Sebastião da Boa Vista	1,79
Terra Santa	14,00	Limoeiro do Ajuru	6,71	Ipiranga do Norte	1,78
Peri Mirim	14,00	João Lisboa	6,70	Morros	1,75
Pirapemas	14,00	Cujubim	6,63	Pau D'Arco	1,74
Nova Iorque	13,97	Porto dos Gaúchos	6,56	Campestre do Maranhão	1,70
Espigão D'Oeste	13,95	Nova Olinda	6,54	Pugmil	1,70
Calçoene	13,95	Paraibano	6,53	Cachoeira Grande	1,68
Irlanduba	13,84	Mazagão	6,48	Senador Alexandre Costa	1,68
Barra do Corda	13,82	Anajás	6,47	Chupinguaia	1,67
Novo Airão	13,80	Brasilândia do Tocantins	6,47	São João do Carú	1,66
Nova Olinda do Norte	13,76	Santo Antônio dos Lopes	6,40	Cedral	1,65
Timbiras	13,69	Planalto da Serra	6,40	Itaporã do Tocantins	1,60

Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens	Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens	Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens
Abreulândia	13,67	Rurópolis	6,39	Santa Luzia D'Oeste	1,55
Lago Verde	13,57	Itamarati	6,38	Brasil Novo	1,54
Esperantinópolis	13,49	Conquista D'Oeste	6,35	Santa Tereza do Tocantins	1,54
Bacuri	13,46	São José do Povo	6,31	Ponte Alta do Bom Jesus	1,52
Plácido de Castro	13,44	Centro do Guilherme	6,23	Floresta do Araguaia	1,51
Urupá	13,43	Bairro: São Caetano de Odivelas	6,22	Rondolândia	1,50
Olho d'Água das Cunhãs	13,42	Buritirana	6,20	Araguaiana	1,46
Sena Madureira	13,36	Montes Altos	6,17	Santa Terezinha do Tocantins	1,46
Pacajá	13,35	Icatu	6,08	Muaná	1,46
Ourém	13,35	Envira	6,08	São Domingos do Azeitão	1,46
Bom Jesus do Tocantins	13,25	Alcântara	6,03	Fonte Boa	1,45
Água Boa	13,25	Uiramutã	6,02	São José dos Basílios	1,42
Recursolândia	13,17	Porto Alegre do Tocantins	5,97	Itanhangá	1,42
Açailândia	13,17	Brasnorte	5,83	Sapucaia	1,39
Sorriso	13,09	Breves	5,80	Cumaru do Norte	1,33
Novo Aripuanã	13,07	Careiro da Várzea	5,77	Trairão	1,30
Theobroma	13,00	Tailândia	5,76	Mirante da Serra	1,27
São Salvador do Tocantins	12,86	Palmeirante	5,75	Apicum-Açu	1,25
Novo Santo Antônio	12,68	São Raimundo das Mangabeiras	5,74	Cururupu	1,22
Arapoema	12,67	Xambioá	5,72	Paraná	1,16
Vilhena	12,65	Nova Esperança do Piriá	5,72	Parecis	1,08
São Raimundo do Doca Bezerra	12,61	Denise	5,68	Novo progresso	1,07
Nacaná do Norte	12,57	Lambari D'Oeste	5,65	Alto Parnaíba	1,07
Terra Nova do Norte	12,57	Querência	5,62	Ipixuna	1,05
Miracema do Tocantins	12,56	Peixoto de Azevedo	5,60	Nazaré	1,00
Manoel Urbano	12,53	Moju	5,55	Jaú do Tocantins	0,99
Dueré	12,53	Lagoa da Confusão	5,41	Curvelândia	0,99
Cruzeiro do Sul	12,45	São Pedro da Água Branca	5,33	Placas	0,98
Paragominas	12,43	Cotriguaçu	5,32	Tocantinópolis	0,97
Vila Bela da Santíssima Trindade	12,37	Carlinda	5,30	Anapu	0,96
Matinha	12,32	Colorado do Oeste	5,27	Lago dos Rodrigues	0,95
Tucuruí	12,25	São Vicente Ferrer	5,25	Nova União	0,95
São João do Araguaia	12,23	Apiacás	5,21	Canabrava do Norte	0,89
Reserva do Cabaçal	12,22	Feliz Natal	5,11	Jutaí	0,88
Corumbiara	12,08	Breu Branco	4,97	Bom Lugar	0,83
Novo Repartimento	12,05	São Valério	4,89	Novo Mundo	0,83
Uarini	11,96	Pedro do Rosário	4,87	Óbidos	0,79
Nova Timboteua	11,96	Presidente Vargas	4,84	Vale do Paraíso	0,79
Campo Verde	11,94	Miranda do Norte	4,84	Alto Garças	0,77
Sítio Novo do Tocantins	11,94	Salvaterra	4,83	Presidente Médici	0,77
Taguatinga	11,94	Jordão	4,83	Garrafão do Norte	0,74
Arame	11,90	Gurupá	4,79	Cidelândia	0,73
Vitória do Jari	11,90	Lajeado Novo	4,66	Serrano do Maranhão	0,72
Rorainópolis	11,89	Boca do Acre	4,62	Bannach	0,71
Bernardo Sayão	11,81	Cajari	4,62	Bacurituba	0,69
Marianópolis do Tocantins	11,77	Barreirinha	4,58	Wanderlândia	0,67
Barra do Ouro	11,76	Curionópolis	4,55	Alto Taquari	0,66
Pedra Preta	11,56	Pastos Bons	4,49	Chaves	0,65
Jauru	11,53	Araguainha	4,48	Atalaia do Norte	0,64

Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens	Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens	Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens
Centro Novo do Maranhão	11,48	Nova Nazaré	4,45	Paranaíta	0,60
Combinada	11,47	Nova Monte Verde	4,43	Alto Alegre dos Parecis	0,59
Santa Maria do Tocantins	11,45	Colinas	4,43	Vila Nova dos Martírios	0,58
Santo Afonso	11,44	Penalva	4,38	Piraquê	0,57
Canutama	11,35	Porto Alegre do Norte	4,38	Bom Jesus do Araguaia	0,55
São Domingos do Araguaia	11,29	Sandolândia	4,35	São Miguel do Tocantins	53
Eirunepé	11,18	Grajaú	4,27	Nova Marilândia	53
Oliveira de Fátima	11,04	Campos de Júlio	4,26	São Pedro dos Crentes	0,49
Bujaru	11,00	Conceição do Araguaia	4,22	União do Sul	0,47
Benjamin Constant	10,95	Turilândia	4,22	Currálinho	0,47
Alto Paraíso	10,90	Irituia	4,19	Luciara	0,46
Ulianópolis	10,89	Oeiras do Pará	4,13	Governador Eugênio Barros	0,45
Apuí	10,81	Santa Helena	4,07	Tracuateua	0,42
Rio Preto da Eva	10,78	Pracuúba	4,05	Nova Rosalândia	0,37
São Miguel do Guaporé	10,75	Bagre	4,05	Palestina do Pará	0,30
São Gabriel da Cachoeira	10,73	Bequimão	4,04	Ponte Branca	0,30
Matupá	10,61	Bela Vista do Maranhão	4,02	Silvanópolis	0,28
São Bento	10,56	São Paulo de Olivença	4,00	Brejo de Areia	0,23
Sinop	10,53	Poconé	3,91	Itapiratins	0,23
Araputanga	10,52	Colniza	3,82	Araguatins	0,21
Peritoró	10,41	Caseara	3,81	Cutias	0,21
Palmeirópolis	10,32	Salto do Céu	3,76	Palmeiras do Tocantins	0,21
Santa Isabel do Pará	10,28	Lagoa Grande do Maranhão	3,72	Nova Colinas	0,15
Santa Bárbara do Pará	10,27	Boa Vista do Gurupi	3,69	Terra Alta	0,15
Porto Acre	10,14	Tufilândia	3,66	São Félix de Balsas	0,12
Tabaporã	10,12	Ponte Alta do Tocantins	3,62	Vale do Anari	0,10
Brejinho de Nazaré	10,11	Jaru	3,55	Vale de São Domingos	0,06
Acrelândia	10,04	Nova Brasilândia D'Oeste	3,52	Nova Guarita	0,05
Tuntum	9,88	Santa Maria do Pará	3,50	Porto Walter	0
Goiatins	9,88	Sítio Novo	3,49	Angico	0
Anajatuba	9,85	Prainha	3,48	Luzinópolis	0
Portel	9,85	São Pedro da Cipa	3,41	Fernando Falcão	0
Santa Filomena do Maranhão	9,84	Chapada de Areia	3,36		
Marajá do Sena	9,84	Uruara	3,35		
Colômbia					
Vaupés-Papunaua	19,26	La Victoria	13,86	La Guadalupe	5,84
Morichal	17,86	San Felipe	12,95	Pana Pana	3,32
La Pedrera	16,52	Miriti - Parana	12,87	Puerto Colombia	3,10
Cumaribo	14,47	Pacoa	6,12		
Equador					
Huamboya	16,73	Tiwintza	14,88		
Arajuno	15,63	Taisha	4,43		
Guiana					
(não há dados disponíveis)					
Peru					
San Nicolás	20,00	Lagunas	15,60	Chacabamba	9,96
Urarinas	19,45	Limbani	15,49	Coviriali	9,56
Chalamarca	19,45	Soraya	15,44	Rosa Panduro	9,45
Huayllan	19,23	Santa Cruz	15,33	Independencia	9,12
Choropampa	19,14	San José de Ticllas	15,28	Huallaga	8,78

Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens	Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens	Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens
Capelo	18,83	Belén	15,20	Heroínas Toledo	8,44
Mazan	18,75	Huimbayoc	15,12	Sarayacu	7,84
Vargas Guerra	18,65	Acobambilla	15,03	Acobamba	7,80
Layo	18,58	Santa Rosa de Alto Yanajanca	15,02	Carhuacallanga	7,51
Teniente Cesar López Rojas	18,22	Constituição	14,99	Vista Alegre	7,50
Pampachiri	18,04	San Juan de Iscos	14,63	Masma Chicche	7,10
Pariahuanca	17,89	UcayNueva Requena	14,58	Balsapuerto	7,04
Tahuania	17,63	Yorongos	14,55	Kosñipata	6,93
Cullhuas	17,52	Padre Márquez	14,49	Tunan Marca	6,74
San Pablo	17,46	San Antonio de Cachi	14,46	Masisea	6,55
Nieva	17,43	Soplin	14,23	Santo Domingo de Acobamba	6,22
Puinahua	17,37	Huancaray	14,12	El Porvenir	6,16
Conchan	17,36	Pastaza	14,10	San Juan de Jarpa	5,42
Napo	17,28	Ocoruro	14,03	Torres Causana	4,76
Yuyapichis	17,23	Rio Santiago	13,61	Río Tambo	4,71
Ricran	17,13	Megantoni	13,43	Sondorillo	4,45
Emilio San Martín	17,02	Ituata	13,41	Piscobamba	4,22
Parinari	16,97	Iparia	12,94	Yurua	4,18
Alto Nanay	16,89	Yanacancha	12,72	Vizcatan del Ene	4,10
Campanilla	16,86	Chipurana	12,15	Fitzcarrald	3,86
Janjaillo	16,85	Puno, Sandia, distrito: Patambuco	12,11	Andoas	2,84
Pampa Hermosa	16,82	San Pedro de Chunan	12,04	Marco	2,83
La Unión	16,78	Acostambo	11,99	Jeberos	2,33
El Porvenir	16,69	Inahuaya	11,97	San José de Quero	2,28
El Carmen de la Frontera	16,53	Casca	11,80	Ongon	2,17
El Milagro	16,49	Andarapa	11,26	Musga	1,86
Acolla	16,35	Kaquiabamba	11,12	Cahuapanas	1,53
Pancan	16,31	Yaquerana	10,85	Chacapampa	1,37
Teniente Manuel Clavero	16,09	Ongoy	10,72	Yauli	1,19
Anta	16,08	Cañaris	10,50	Oronccoy	0,10
Goyllarisquizga	15,98	Barranquita	10,27		
Bajo Biavo	15,85	Santiago de Pischa	10,01		
Suriname					
(nenhum município)					
Venezuela (República Bolivariana da)					
Autónomo Río Negro	17,78				

Fuente: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), sobre la base del procesamiento con Redatam de los microdatos de los censos de población y vivienda disponibles en el Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía (CELADE)-División de Población de la CEPAL, a excepción de Guyana (Guyana Labour Force Survey de 2019). Disponible en: <https://oraotca.org/>.

Quadro A5.15
Divisões Administrativas Menores com 20% ou menos da população com acesso à eletricidade

Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens	Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens	Divisão Administrativa Menor (DAME)	Em porcentagens
Bolívia (Estado Plurinacional da)					
Gutiérrez	19,13	San Javier	12,92	Bolpebra	8,04
S.P. De Buena Vista	17,04	Poroma	12,00	Bella Flor	5,87
Santos Mercado	16,59	Azurduy	11,78	Sena	5,08
Alalay	13,22	La Asunta	8,97	San Pedro	0,34
Brasil					
Amajari	10,57	Chaves	8,11	Uiramutã	1,16
Colômbia					
Miriti - Parana	19,41	Yavarate	5,16	San Felipe	2,38
Puerto Santander	18,37	La Guadalupe	4,46	Morichal	1,98
Cacahual	12,85	Puerto Colombia	3,38	La Victoria	1,20
Cumaribo	9,36	Mapiripana	2,75	Pacoa	1,15
Equador					
Taisha	7,48				
Guiana					
(não há dados disponíveis)					
Peru					
Andoas	17,51	Oronccoy	10,40	Cahuapanas	3,42
Rígo Santiago	15,89	Yaquerana	8,69	El Cenepa	1,41
Balsapuerto	13,15	Masisea	7,34	Rosa Panduro	0
Fitzcarrald	11,36	Ongon	6,36		
Limbani	10,84	Yaguas	3,57		
Suriname					
(nenhum município)					
Venezuela (República Bolivariana da)					
(nenhum município)					

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no processamento Redatam de microdados de censos populacionais e habitacionais disponíveis no Centro Demográfico da América Latina e do Caribe (CELADE)-Divisão de População da CEPAL, com exceção da Guiana (Guyana Labour Force Survey 2019). Disponível em <https://oraotca.org/>.

“A Região Amazônica, no contexto deste estudo, não só compreende uma diversidade de biomas de grande importância estrutural por sua contribuição ambiental e climática, mas também abriga mais de 50 milhões de pessoas.”

Para conhecer melhor as condições de vida e as diversas necessidades e vulnerabilidades da população amazônica, este documento analisa as lacunas de desigualdade sociodemográfica da população que vive nos territórios que fazem parte da Região Amazônica. Mediante a análise de indicadores sociodemográficos obtidos dos censos demográficos e pesquisas domiciliares dos países membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), mostra-se que a pobreza e as desigualdades existentes nos territórios amazônicos desses países são maiores do que as existentes no resto do território de cada um deles.

Destaca-se também a heterogeneidade da população amazônica, composta por diversos grupos, inclusive afrodescendentes e indígenas, e caracterizada por um elevado grau de urbanização.

